

WALDECIR GONZAGA
CLÁUDIO JACINTO DA SILVA
(Orgs.)

RELIGIÕES
EM DIÁLOGO



CLÁUDIO JACINTO DA SILVA

Mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1997), Curso de Formação de Oficiais da Marinha do Brasil (2006), Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários da Marinha do Brasil (2010), Professor e Supervisor Acadêmico do Setor de Cultura Religiosa do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Membro da Academia "Fides et Ratio" (Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro) e do Centro de Estudos em Bioética. Foi colaborador da Comissão de Igualdade Racial e Intolerância Religiosa da 32ª Subseção da OAB/RJ - Madureira / Jacarepaguá e dos seguintes Grupo de Trabalho: Liberdade Religiosa da PUC-Rio e Convivência Religiosa Respeitosa da Secretaria da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

E-mail: claudio_jacinto@puc-rio.br

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0403105904702746>

ORCID ID:

<https://orcid.org/0000-0001-7912-5030>



WALDECIR GONZAGA

Doutorado (2006) e Mestrado (2000) em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma, Itália). Dois Pós-Doutorados: um pela FAJE (Belo Horizonte, Brasil, 2017) e outro pela PUC-RS (Porto Alegre, Brasil, 2025). Bacharelado em Teologia (CEARP, Ribeirão Preto/SP, e PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ); Bacharelado em Filosofia (CEARP, Ribeirão Preto/SP); Licenciatura Plena em Filosofia (FACITOL/UNIOEST, Paraná/PR). Professor de Teologia Bíblica (desde 2013) e diretor do Departamento de Teologia da PUC-Rio (desde 2018). Delegado para a América Latina e o Caribe (desde 2018) e Presidente mundial (desde 2022) da CICT/COCTI (Conferência das Instituições Católicas de Teologia) Criador e líder do Grupo de Estudos Análise Retórica Bíblica Semítica, credenciado junto ao CNPq. Autor de vários livros, capítulos de livro, artigos científicos, organizador de eventos etc., como se pode conferir em seu Lattes.

E-mails: waldecir@hotmail.com

waldecir@puc-rio.br

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/9171678019364477>

ORCID ID:

<https://orcid.org/0000-0001-5929-382X>

Waldecir Gonzaga
Cláudio Jacinto da Silva
(orgs.)

Religiões em Diálogo

LETRAPITAL

Copyright © Waldecir Gonzaga e Cláudio Jacinto da Silva (orgs.), 2025

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida,
sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização
prévia e expressa do autor.

EDITOR

João Baptista Pinto

CAPA

Maria Clara Fagundes

PROJETO GRÁFICO/EDITORAÇÃO

Luiz Guimarães

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R321

Religiões em diálogo [recurso eletrônico] / organização Waldecir Gonzaga, Cláudio Jacinto da Silva. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2025.

Recurso digital ; 3 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-65-5252-265-8 (recurso eletrônico)

1. Religiões - Relações. 2. Pluralismo religioso. 3. Livros eletrônicos. I. Gonzaga, Waldecir. II. Silva, Cláudio Jacinto da.

CDD: 201.5

25-102212.0

CDU: 21/29

Carla Rosa Martins Gonçalves - Bibliotecária - CRB-7/4782

<http://dx.doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-265-8>

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels. (21) 3553-2236 / 2215-3781
www.letracapital.com.br

Sumário

Apresentação. Religiões em Diálogo.....	7
<i>Waldecir Gonzaga</i>	
<i>Cláudio Jacinto da Silva</i>	
Capítulo I. A Bíblia: Escritura Sagrada para judeus e cristãos.....	13
<i>Waldecir Gonzaga</i>	
Capítulo II. Judaísmo.....	30
<i>Sofia Débora Levy</i>	
Capítulo III. A religião islâmica, os seus seguidores e a liberdade religiosa	45
<i>Fernando Luiz Guimarães Celino</i>	
Capítulo IV. Candomblé Nagô: manifestações e silêncios	67
<i>Márcio de Jagun</i>	
Capítulo V. Xamanismo Nowa Cumig.....	85
<i>Athamis Bárbara de Souza Barbosa</i>	
<i>Cláudia Helena Fernandes Lobo (Kenê Taotã Guaianá)</i>	
Capítulo VI. A Wicca como resgate da bruxaria hoje	107
<i>Og Sperler</i>	
Capítulo VII. O Movimento Hare Krishna no Brasil e o Diálogo Inter-religioso	139
<i>Maria Helena Oliveira Lemos (Kunti Devi Dasi)</i>	
<i>Romero Bittencourt e Carvalho (Sri Krishna Murti Dasa)</i>	
Capítulo VIII. Zen budismo e convivência interreligiosa: sabedoria, compaixão, interdependência	158
<i>Monge Dōkan Sensei</i>	

Capítulo IX. Exemplos bíblicos de ecumenismo e diálogo inter-religioso.	173
<i>Leonardo Agostini Fernandes</i>	
Capítulo X. O Diálogo Ecumênico e Inter-religioso na perspectiva católica, uma abordagem.....	196
<i>Claudio Jacinto da Silva</i>	
Capítulo XI. Os Batistas e a Liberdade Religiosa: subsídio para o diálogo ecumênico no atual contexto brasileiro.....	217
<i>Chrystiano G. Ferraz</i>	
Capítulo XII. Espiritismo	236
<i>Alexandre Pereira da Silva</i>	
Capítulo XIII. Mulher, negra e docente: Quebrando estereótipos para a produção de debates inter-religiosos harmônicos.....	253
<i>Evelyn da Silva Costa Alves</i>	
Capítulo XIV. O capelão militar em diálogo com as religiões.....	263
<i>Israel Thiago Trota</i>	
Capítulo XV. As Religiões e a OAB	284
<i>Fernanda da Costa Carvalho Ramos</i>	

Apresentação

Religiões em Diálogo

Waldecir Gonzaga¹
Cláudio Jacinto da Silva²
Departamento de Teologia da PUC-Rio

A obra *Religiões em Diálogo*, uma produção a partir dos vários campos do Diálogo Ecumênico e Inter-religioso, oferece vivência, testemunho, estudos, pesquisas e leituras de maneira transdisciplinar e interdisciplinar. Conta com a presença e colaboração de autores e autoras de diversas religiões, a partir da experiência do diálogo e do trabalho em comum, bem como do desejo de continuar colaborando para o bem da casa comum, na construção de pontes entre as pessoas, as instituições e os povos, e não de muros de separação e cisão.

Neste sentido, os leitores e leitoras encontrarão ensaios que ajudam na temática *Religiões em Diálogo*, de docentes, egressos, líderes religiosos e pastoralistas. Como nas obras publicadas anteriormente pelo nosso PPG Teo PUC-Rio, disponibilizadas gratuitamente no site do Departamento de Teologia, também este livro é oferecido nos dois formatos (*e-book* e impresso), com a finalidade de atingir um público ainda maior de leitores, compartilhando o saber e os frutos de nossas pesquisas e produções, bem como em ajudar as *Religiões em Diálogo*. Cada capítulo oferece uma *minibio* dos autores, em sua maioria, trazendo capítulos realmente inéditos.

Os capítulos desta obra são trabalhados a partir das realidades de cada religião e do desejo de um diálogo e trabalho em vista do bem co-

¹ Doutor (2006) e Mestre (2000) em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma, Itália). Possui um Pós-Doutorado pela FAJE (Belo Horizonte, Brasil, 2017) e outro pela PUC-RS (Porto Alegre, Brasil, 2025). Atualmente é diretor e professor de Teologia Bíblica do Departamento de Teologia da PUC-Rio. É criador e líder do Grupo de Pesquisa Análise Retórica Bíblica Semítica, credenciado junto ao CNPq (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/369991>). E-mail: <waldecir@hotmail.com>, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9171678019364477> e ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5929-382X>

² Mestre em Teologia Sistemático Pastoral pela PUC-Rio. Supervisor Acadêmico do Setor de Cultura Religiosa do Departamento de Teologia da PUC-Rio. E-mail: <claudio_jacinto@puc-rio.br>, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0403105904702746> e ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7912-5030>

mum, do cuidado da casa comum e da construção da paz entre as pessoas, as religiões, as instituições e os povos. Cada capítulo traz a sua bibliografia consultada, além de muitas notas reflexivas, problematizadoras, descritivas e/ou discursivas. Por isso, além do corpo do texto, é preciso conferir igualmente as muitas notas oferecidas ao longo de cada texto, seja em seu corpo, seja em notas de rodapé. A obra de fato, tem uma leitura interdisciplinar e transdisciplinar, em diálogo entre vários saberes, pensando tanto no Ecumenismo quanto no Diálogo Inter-religioso.

Adentremos a obra em si! Em primeiro lugar, abrindo a obra, temos a *Apresentação*, com as informações gerais do texto e de seu conteúdo. Em seguida, como próprio do livro, a obra traz os capítulos com a colaboração dos autores e autoras, sendo em coautoria, inclusive entre especialistas de diferentes saberes, o que enriquece ainda mais a produção e a partilha, a partir de uma leitura de interface entre as várias realidades, profissões de fé, desejo de diálogo e construção do bem comum, como indicado acima: o **capítulo I** conta com a colaboração de Waldecir Gonzaga, com o texto “A Bíblia: Escritura Sagrada para judeus e cristãos”; o **capítulo II** traz a colaboração de Sofia Débora Levy, com o texto “Judaísmo”; o **capítulo III** apresenta a colaboração de Fernando Luiz Guimarães Celino, com o texto “A religião islâmica, os seus seguidores e a liberdade religiosa”; o **capítulo IV** conta a colaboração de Márcio de Jagun, com o texto “Candomblé Nagô: manifestações e silêncios”; o **capítulo V** oferece a colaboração de Athamis Bárbara de Souza Barbosa e Cláudia Helena Fernandes Lobo (Kenê Taotã Guaianá), com o texto “Xamanismo Nowa Cumig”; o **capítulo VI** traz a colaboração de Og Sperler, com o texto “A Wicca como resgate da bruxaria hoje”; o **capítulo VII** apresenta a colaboração de Maria Helena Oliveira Lemos e Romero Bittencourt e Carvalho, com o texto “O Movimento Hare Krishna no Brasil e o Diálogo Inter-religioso”; o **capítulo VIII** traz a colaboração de Monge Dōkan Sensei, com o texto “Zen budismo e convivência interreligiosa: sabedoria, compaixão, interdependência”; o **capítulo XI** conta com a colaboração de Leonardo Agostini Fernandes, com o texto “Ecumenismo e de Diálogo Inter-religioso em chave bíblica”; o **capítulo X** apresenta a colaboração de Claudio Jacinto da Silva, com o texto “O Diálogo Ecumênico e Inter-religioso na perspectiva católica, uma abordagem”; o **capítulo XI** traz a colaboração de Chrystiano G. Ferraz, com o texto

“Os Batistas e a Liberdade Religiosa: subsídio para o diálogo ecumênico no atual contexto brasileiro”; o **capítulo XII** apresenta a colaboração de Alexandre Pereira da Silva, com o texto “Espiritismo”; o **capítulo XIII** traz a colaboração de Evelyn da Silva Costa Alves, com o texto “Mulher, negra e docente: Quebrando estereótipos para a produção de debates inter-religiosos harmônicos”; o **capítulo XIV** apresenta a colaboração de Israel Thiago Trota, com o texto “O capelão militar em diálogo com as religiões”; o **capítulo XV** traz a colaboração de Fernanda da Costa Carvalho Ramos, com o texto “As religiões e a OAB”.

Como dito antes, esta obra é publicada nos dois formatos (*e-book* e impresso), e alguns de seus capítulos seguem o “formato artigo”, com título e resumo, a fim de facilitar o alcance de cada texto e da obra como um todo, possibilitando um primeiro contato com seu conteúdo, que pode ser disponibilizado individualmente e/ou no conjunto. Por isso, cada capítulo também conta com seu DOI e com o Minicurriculo dos autores, indicando, quando possível, formação, filiação, e-mail, Lattes e ORCID ID.

Neste sentido, a obra compartilha sonhos e lança *insights* para futuros estudos sobre o tema *Religiões em Diálogo*. Isso revela, igualmente, que é possível vencer os desafios para se trabalhar, pesquisar e publicar “em rede” e “em rede de redes”, de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Oxalá venham novos trabalhos e novas publicações acadêmicas em conjunto, abrindo caminhos, trilhando passos e desbravando novas estradas para o futuro, visto que isso enriquece e muito tanto o *Fazer Teológico* como do *Diálogo entre as Religiões*.

Aliás, esta obra nos ajuda a continuar pensando em tudo o que é possível trabalhar e cooperar tanto no diálogo ecumênico como no diálogo inter-religioso, além de ajudar ainda mais a sonhar e a desenvolver novos trabalhos juntos no campo do *Tripé da Educação*: do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Voemos mais alto, como nos pediu o Papa Francisco, na *Veritatis Gaudium*, em seu Proêmio, especialmente nos n. 3-4, com um trabalho “em rede”. Busquemos ampliar ainda mais nossa atuação e colaboração nas diversas áreas da graduação e da pós-graduação em Teologia, dentro e fora do Brasil, com implicações na construção da paz e do bem comum. Em suma, muitos são os campos e espaços que ainda podemos crescer, como na realização de contatos, encontros e amizades pessoais e institucionais, ampliando ainda mais o diálogo ecumênico e o diálogo inter-religioso, lançando bases para a

construção de uma sociedade mais tolerante e pacífica, no respeito às diferentes religiões e crenças.

Ampliemos nossas colaborações, compartilhemos nossas ideias e renovemos nosso compromisso com o diálogo como forma de construção do saber teológico e do trabalho em rede, do serviço ao bem e à casa comum. A construção da fraternidade, da amizade social, do diálogo, do respeito, da tolerância, da justiça social etc., espera e conta com nossa colaboração. Nesse sentido, os textos nos provocam e nos ajudam a assumir cada vez mais o diálogo de forma pessoal, comunitária e institucional, entre as várias igrejas e comunidades cristãs (diálogo ecumênico) e entre as várias religiões (diálogo inter-religioso).

Enfim, não tenhamos dúvidas, com obras como esta, as Ciências da Religião e a Teologia crescem e ganham mais espaços de atuação, saem sempre mais fortalecidas, vão se expandindo e se revitalizando enquanto espaço e campo de diálogo, bem como de produções transdisciplinares e interdisciplinares, em vista do bem comum, do respeito ao diferente e aos diversos, e da tolerância religiosa. Parcerias, produções e publicações como estas fortalecem nosso PPG Teo PUC-Rio em sua função e razão de ser, no serviço à Área 44 da CAPES (Ciências da Religião e Teologia), com o abraço entre academia e inserção social, no diálogo entre as Igrejas e as Religiões. Mãos à obra! Boa leitura, bons estudos e boas futuras publicações!

Obras produzidas anteriormente nos dois formatos:

GONZAGA, Waldecir et alii. **Salmos na perspectiva da Análise Retórica Bíblica Semítica**. Rio de Janeiro: EdPUC-Rio / Letra Capital, 2022. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book. Link para o e-book: <http://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1138&sid=3>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Palavra de Deus na perspectiva da Análise Retórica Bíblica Semítica**. Rio de Janeiro: EdPUC-Rio / Letra Capital, 2023. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book. <http://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1156&sid=3>

TORO-JARAMILLO, Iván-Darío; GONZAGA, Waldecir; SOLER, Fernando; MANGING VILLANUEVA, Carlos Ignacio; RESTREPO-ZAPATA. Juan-David (orgs.). Iván-Darío Toro-Jaramillo (Org.). **La investigación en teología: problemas y métodos**: Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2023. (ISBN: e-book, 978-85-8006-307-3; impresso, 978-85-7785-902-3) <http://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1239&sid=3>http://www.editora.puc-rio.br/media/La%20investigacion%20en%20teologia_P8%20-%20e-book.pdf

GONZAGA, Waldecir et alii. **Evangelização, santidade e amor a Deus e ao próximo nas Epístolas do Novo Testamento**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2023. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554600835> e <https://www.fundarfenix.com.br/ebook/250novotestamento>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Fé, justificação e ressurreição nas Epístolas do Novo Testamento**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2023. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554600828> e <https://www.fundarfenix.com.br/ebook/273novotestamento>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Liberdade, humanidade e graça nas Epístolas do Novo Testamento**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2023. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554600804> e <https://www.fundarfenix.com.br/ebook/274liberdadehumanidade>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Esperança e perfeição na Palavra de Deus**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2024. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554601535> e Link: <https://www.fundarfenix.com.br/ebook/324esperancaeperfeicao>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Formação e renovação na Palavra de Deus**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2024. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554601399> e Link: <https://www.fundarfenix.com.br/ebook/216formacaoerenovacao>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Força e abrangência da Palavra de Deus**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2024. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554601382> e Link: <https://www.fundarfenix.com.br/ebook/215palavradedeus>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Escrituras Antigas e Novas em diálogo**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2024. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554601795> Link: <https://fundarfenix.com.br/ebook/340escrituras-antigas-e-novas-em-dialogo/>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Escrituras e Pastoral em debate**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2024. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: – <https://doi.org/10.36592/9786554601870> Link: <https://drive.google.com/file/d/1WsKa45Qn-THNPrfDxMlaQo9mT9w2cMuR/view>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Escrituras e saberes em análise**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2024. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554601900> Link: https://drive.google.com/file/d/11UuXK8Qc_js-7REaaJLgVHyuiwPHAxey/view

GONZAGA, Waldecir et alii. **Temas e textos bíblicos em estudo**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2025. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554602266> Link: <https://fundarfenix.com.br/ebook/376temas-e-textos-biblicos-em-estudo/>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Temas e textos bíblicos em pesquisa**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2025. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554602273> Link: <https://fundarfenix.com.br/ebook/377temas-e-textos-biblicos-em-pesquisa/>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Temas e textos bíblicos em reflexão**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2025. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554602280> Link: <https://fundarfenix.com.br/ebook/385temas-e-textos-biblicos-em-reflexao/>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Temas e textos bíblicos em investigação**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2025. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/9786554602327> Link: <https://fundarfenix.com.br/ebook/375temas-e-textos-biblicos-em-investigacao/>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Temas e textos bíblicos em análise**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix; Rio de Janeiro: Letra Capital; PUC-Rio/Interseções, 2025. Grupo de Pesquisa CNPq ARBS; livro impresso e e-book: Doi: <https://doi.org/10.36592/978655460240> Link: <https://fundarfenix.com.br/ebook/374temas-e-textos-biblicos-em-analise/>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Paulo em questão**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025. (impresso: ISBN 978-65-5252-238-2); (e-book: ISBN 978-65-5252-239-9). DOI do livro: <http://dx.doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-239-9>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Paulo e temas atuais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025. (impresso: ISBN 978-65-5252-240-5); (e-book: ISBN 978-65-5252-241-2). DOI do livro: <http://dx.doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-241-2>

GONZAGA, Waldecir et alii. **Ensaio e temas bíblicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025. (impresso: ISBN 978-65-5252-257-3); (e-book: ISBN 978-65-5252-256-6). DOI do livro: <http://dx.doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-256-6>

GONZAGA, Waldecir; SILVA, Cláudio Jacinto da et alii. **Religiões em Diálogo**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025. (impresso: ISBN 978-65-5252-264-1); (e-book: ISBN 978-65-5252-265-8). DOI do livro: <http://dx.doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-265-8>.

SIQUEIRA, Fabio da Silveira; GONZAGA, Waldecir et alii. **Pesquisas em Teologia**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2025. (impresso: ISBN 978-65-5252-262-7); (e-book: ISBN). DOI do livro: <http://dx.doi.org/10.56257/lcbk.978-65-5252-263-4>

Capítulo I

A Bíblia: Escritura Sagrada para judeus e cristãos

Waldecir Gonzaga¹

Resumo

Tendo presente esta edição da Revista *CREatividade* sobre Cristianismo, que traz como título “No seguimento de Jesus Cristo”, iluminado pela letra/poema “andar com fé eu vou, que a fé não costuma falhar”, este artigo versa sobre o Cânon Bíblico das Sagradas Escrituras, que compreende o Antigo Testamento, comum à tradição judaico-cristã, e o Novo Testamento, da tradição cristã, comum para católicos, ortodoxos, protestantes, evangélicos, pentecostais e neopentecostais. A intenção é ajudar a refletir sobre a Bíblia, livro que contém os textos sagrados da tradição judaico-cristã. Na prática, a Bíblia não é um livro apenas e sim uma grande biblioteca, formada por cada um de seus muitos livros, que podem ser lidos no conjunto ou separadamente. O termo Bíblia, usado no singular, em português ou em qualquer língua moderna, deriva da língua grega: *tá Biblia (os livros)*, sendo um plural neutro de *ho Biblos*, que significa *o livro*. Ela é, ainda hoje, o livro mais traduzido, mais vendido e mais lido no mundo, constituindo o maior *best-seller* da história da humanidade. A Bíblia é obra de um *Divino Autor* e literatura do *Povo Eleito* chamado a ser o *Povo da Aliança*. Ela foi escrita em *diferentes épocas* e por *autores diferentes* que, em sua maioria são desconhecidos. Ademais, ela tem arranjo e número de livros diferentes, dependendo da tradição religiosa.

Palavras-chave: Bíblia. Sagradas Escrituras. Cânon Bíblico. Antigo Testamento. Novo Testamento.

¹ Doutor em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma. Diretor e Professor de Teologia Bíblica do Departamento de Teologia da PUC-Rio. E-mail: <waldecir@hotmail.com>, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9171678019364477> e ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5929-382X>

Introdução

A **Bíblia** é uma coleção de escritos, chamados também *Sagradas Escrituras* ou *Livros Sagrados*. A Bíblia Católica é diferente da Bíblia Hebraica, que é mais breve e assim chamada porque foi escrita em hebraico (e uma pequena parte em aramaico), contendo 39 livros. A **Bíblia Hebraica** também é chamada de *TaNaK*, um acróstico formado pelas iniciais de cada uma das três palavras que formam seus três blocos: *Torah* (*Lei*, instrução), *Nebi'im* (*Profetas*) e *Ketubim* (*Escritos*).

A **Bíblia Católica** tem quatro divisões e conta com 46 livros para o Antigo Testamento (AT), contendo os livros [proto]canônicos e os livros [deutero]canônicos: Pentateuco (*Torah*: 5), Históricos (16), Sapienciais (7) e Proféticos (18), e mais os 27 livros do Novo Testamento (NT), também divididos em quatro blocos: evangelhos (4) e Atos dos Apóstolos (1); cartas Paulinas (13) e carta os Hebreus (1); cartas Católicas/Universais (7); e Apocalipse de João (1). A divisão entre AT e NT existe só para cristãos, mas *não para os judeus*, que contam apenas com os livros do AT. O NT é obra de cristãos e para cristãos. Aqui sugerimos conferir a obra de I. Mazzarolo, *A Bíblia em suas mãos* (2000), visto que ela traz uma breve introdução a todos os livros da Bíblia: AT e NT.

A **Bíblia Protestante** tem quatro divisões e conta com 39 livros para o AT, contendo apenas os livros [proto]canônicos: Pentateuco (*Torah*: 5), Históricos (12), Sapienciais (5) e Proféticos (17), e mais os 27 livros do NT, na mesma divisão que a Bíblia católica: evangelhos (4) e Atos dos Apóstolos (1); cartas Paulinas (13) e carta os Hebreus (1); cartas Católicas/Universais (7); e Apocalipse de João (1). Assim sendo, a diferença entre católicos e protestantes encontra-se em relação aos AT e é igual no que diz respeito ao NT.

O autor da Bíblia é Deus, que é o *inspirador*; e também podemos dizer que é o homem, uma vez que Deus se serviu de pessoas que Ele foi escolhendo ao longo da História da Salvação e lhes foi *revelando* aquilo que Ele queria que fosse escrito e registrado para a posteridade, para nos transmitir a Sua vontade e aquilo que Ele queria revelar em vista da salvação do ser humano.

1. A Inspiração, a revelação e a inerrância da Palavra de Deus

Muito se tem discutido e refletido sobre os termos *inspiração*, *revelação* e *inerrância* em relação à Bíblia, Palavra de Deus. Queremos aqui apenas esclarecer o significado dos termos, no sentido de ajudar a compreendê-los e a provocar ulteriores estudos, uma vez que temos literatura neste campo e indicamos as obras de E. Arens, *A Bíblia sem mitos* (2012: 213-300); de L. Agostini Fernandes, *A Bíblia e a sua Mensagem* (2010: 53-65); V. Mannucci, *Bíblia, Palavra de Deus* (2008: 41-62.139-153) e de W.J. Harrington, *Chave para a Bíblia* (2002: 27-41) que trazemos em nossa bibliografia final, sendo introdutórios e de fácil leitura.

a) Inspiração *é o ato pelo qual Deus capacita certos homens, utilizando-se dos meios, também humanos, para fazer-Se conhecido através da linguagem humana, e se refere ao movimento particular do Espírito de Deus. Deus é o inspirador e o ser humano é o inspirado, aquele que recebe a inspiração divina. Neste sentido, em termos gerais, a ideia da Inspiração está associada a uma graça particular ou um especial sopro divino que determinadas pessoas receberam para falar; registrar, agir ou escrever determinadas coisas em nome de Deus* (do grego: *hagiógrafos*: *hágios* = *santo*, e *gráfo* = *escrevo*), a fim de comunicar a Sua vontade aos seres humanos, que são os destinatários da Palavra de Deus. A inspiração define Deus e os hagiógrafos como verdadeiros autores da Sagradas Escrituras. E ela não é exclusiva da fé judaica e cristã. Pelo contrário, egípcios, assírios, gregos, persas, romanos etc., também acreditam na “comunicação inspirada pela divindade” à humanidade. O que difere é a forma de entender a modalidade e o alcance da inspiração em cada uma dessas tradições, inclusive no interior da tradição judaico-cristã. Aliás, assim como os judeus e os cristãos defendem que a Bíblia é inspirada, os muçulmanos têm a mesma ideia em relação ao Alcorão, livro sagrado do Islã. Além disso, a visão de inspiração sobre o texto sagrado diverge na visão do fundamentalista, que não admite nenhum tipo de “erro”, nem sequer de ciência, e aquele que admite que a inerrância diz respeito às questões de fé e salvação e não nas questões de ciências empíricas, por exemplo.

b) Revelação *é o ato pelo qual Deus entra e age na história para falar aos homens como amigo, pelos fatos e palavras, e se refere à ver-*

dade manifestada na história. Na base da religiosidade está a aceitação de que a divindade cultuada por um determinado povo pode e manifesta a sua vontade a pessoas escolhidas, que agem como *mediadores* entre a Divindade e a Humanidade. O diferencial e específico da concepção judaico-cristã reside justamente em considerar alguns escritos como inspirados e normativos para a vida da Comunidade que, uma vez aceita, determina o povo como povo da Revelação e o texto como Sagrado, como texto revelado ou que contém a revelação de Deus, a saber, aquilo que Deus quer dizer para seus filhos e filhas, em vista da salvação. Deus foi se dando a conhecer nos fatos e acontecimentos da vida de Israel, o povo da Aliança, e tudo isso foi sendo registrado para as gerações futuras. Neste sentido a revelação é a manifestação de Deus na vida e história de seu povo. Deus se manifestou muitas vezes e continua a se manifestar na vida de cada um ainda hoje. As Sagradas Escrituras aceitas, elas registraram a revelação de Deus em alguns momentos da história, uma vez que ela não foi escrita de uma única vez e nem em curto tempo. Pelo contrário, ela demandou muito tempo e um processo longo para ser escrita e aceita definitivamente como Livro Revelado. O fato de que a revelação tenha sido compreendida é porque ela foi fértil e produziu efeito na vida do Povo de Deus. Caso contrário, seria estéril e infrutífera. Os acontecimentos foram sendo compreendidos e interpretados, para depois serem registrados como tal, contendo a revelação divina para o ser humano e foi capaz de continuar estabelecendo o diálogo entre o ser humano e Deus ao longo da história, após ter sido registrada e aceita como Palavra de Deus mesmo, como o é nos dias atuais.

c) **Inerrância**: significa ausência de erro ou que algo não tem erro. A inerrância é um predicado da Bíblia e está intimamente ligado à sua autoridade e à sua inspiração. Duas são as correntes acerca da inerrância bíblica: **1) Inerrância absoluta**: os fundamentalistas entendem a inerrância em seu sentido absoluto, ou seja, a total ausência de qualquer tipo de erro. Eles se apoiam sob o fato de que Deus é o autor da Bíblia e por isso não pode haver nenhum erro na Bíblia, de nenhum gênero ou espécie. Assim sendo, os fundamentalistas se recusam a entrar em contato e diálogo com os estudos críticos da Bíblia. Com isso, eles demonstram falta de conhecimento do tipo e gênero de literatura que temos na Bíblia, que não é, por exemplo, das ciências empíricas. **2) Inerrância limitada**: é a posição daqueles que defendem a inspiração conceitual,

não verbal, e aceitam a exatidão da Bíblia para questões de salvação e ética e não para questões das ciências empíricas. Neste sentido, a inspiração divina não impediu que os autores bíblicos cometessem “erros” de natureza histórica ou científica, uma vez que estes não afetam nossa salvação eterna. A Bíblia não é *inerrante* em tudo quanto diz, mas é infalível em tudo quanto ensina a respeito de fé, moral e costumes. A verdade salvífica, essa é aquela de que a Bíblia trata, do encontro do ser humano com Deus e de Deus com o ser humano.

2. As línguas bíblicas e o material de escrita

Os livros da Bíblia, em sua grande maioria, foram escritos em hebraico, parte em aramaico e parte em grego para o Antigo Testamento, e grego para o inteiro Novo Testamento. A primeira e mais antiga tradução do AT foi para o grego, entre os anos 250 a.C. a 150 a.C, chamada até hoje de *Septuaginta* ou *Setenta* (LXX), e a primeira tradução do AT e do NT completos para o latim, foi a *Vulgata* de Jerônimo, final do séc. IV d.C.

Na época em que a foram escritos os Livros Sagrados ainda não havia a *Prensa*, que foi inventada por Johannes Gutenberg no séc. XV de nossa era, e a Bíblia foi escrita em *Tabuinhas de Cerâmica* (argila cozida em forno), em *Papiro* (planta originária do Egito) e *Pergaminho* (couro de carneiro curtido).

A Bíblia foi vivida e contada pelos pais aos filhos, transmitida oralmente antes de ser escrita. Mas a tradição escrita durou mais ou menos 1.000 anos. Para o AT, a escrita começou por volta de 950 a.C. e terminou por volta do ano 50 a.C. Para o NT a escrita começou por volta do ano 50 d.C. e terminou por volta do ano 100 d.C. A fase da Escrita vem após a fase da Tradição Oral, quando a Bíblia era transmitida de pai para filho, de geração em geração.

Outro dado que precisamos ter presente e levar em consideração é que todos os *exemplares originais* dos escritos tanto do AT como do NT “se perderam” e que seus textos chegaram até nós unicamente por meio de *cópias de cópias*, uma vez que o material era muito frágil e precisa ser sempre copiado e recopiado para ser mantido em boas condições de uso. Além disso, no que diz respeito aos *Manuscritos* que temos à disposição, e são muitos, mais de seis mil já catalogados, eles são di-

vididos em vários grupos, que são colocados segundo o *tipo, família e distribuição geográfica*.

A língua hebraica é uma língua semítica e consonantal, que não possui vogais, e o texto bíblico hebraico que temos remonta ao período do II Tempo (515 a.C. a 70 d.C.) até o ano 100 d.C., quando todas as comunidades judaicas o teriam adotado como forma textual final e que os *Massoretas* vocalizaram durante os séculos VI ao IX d.C. Portanto, o Texto Massorético que possuímos hoje (hebraico, também chamado de *Leningradense*) já conta com mais de mil anos de história. É a partir desse texto que hoje são feitas as edições da Bíblia Hebraica e mesmo as traduções modernas, inclusive para o mundo cristão, no tocante ao AT.

No que diz respeito ao NT, escrito totalmente em língua grega, uma língua com consoantes e vogais, nós temos uma vasta gama de *Manuscritos* que são trabalhados por vários estudiosos no mundo hoje, na tentativa de recuperar o texto original dos escritos do Novo Testamento. Mas essa tarefa é realmente árdua e de grande responsabilidade, pois se trata de resgatar os primeiros escritos do cristianismo.

Se não bastasse isso, ainda temos a questão dos textos chamados apócrifos ou extracanônicos, que ficaram fora do cânon, que são numerosos tanto para o AT (52) como para o NT (88), onde encontramos muita literatura edificante e bastante próxima aos textos que foram escolhidos pela Igreja e deixados como canônicos, genuínos, inspirados e revelados. Para tanto, sugerimos conferir o texto de J. F. FARIA, *Bíblia Apócrifa, a outra face do cristianismo* (2009). Esse foi realmente um processo longo e difícil para a Igreja, que o concluiu tão somente por volta do final do séc. IV d.C. Sobre este tópico sugerimos conferir a obra de J. Konings, *A Bíblia, sua origem e sua leitura* (2011), que nos apresenta aspectos introdutórios da caminhada da “confecção” da Bíblia judaico-cristã.

3. Traduções da Bíblia

Ao longo dos séculos a Bíblia foi, e continua sendo ainda hoje, traduzida em muitos idiomas a partir do hebraico, do aramaico e do grego. A primeira tradução da Bíblia Hebraica foi para o grego, a chamada LXX, realizada por 72 anciãos, em Alexandria, no norte do Egito,

entre os anos 250 a 150 a.C., que mais tarde se tornou o texto do Antigo Testamento para a Igreja e a base do seu Cânon.

A tradução latina chamada *Vulgata* foi feita por Jerônimo, no final do séc. IV d.C., tendo como base o texto hebraico/aramaico para os livros da Bíblia preservados no cânon judaico *hebraico palestinese*, contendo 39 livros, e o texto judaico *helênico alexandrino*, com livros escritos em língua grega, para os demais livros aceitos pela Igreja, os sete chamados deutero-canônicos. As Bíblias em linguagem moderna são traduzidas dos textos nas línguas originais: hebraico, aramaico e grego, para o AT, e grego para o NT. Para saber de onde determinada Bíblia foi traduzida, normalmente basta ler a informação que a mesma traz logo em suas primeiras páginas.

O AT já falava de uma divisão tripartítica para a Bíblia, como vemos no Prólogo do tradutor do livro do Eclesiástico (versículos 1.8-10.24-25): a Lei, os Profetas, e os outros Escritos dos antepassados. De tal forma que podemos constatar que a Bíblia já tinha esta ordem deste a.C. Também nos ajuda o testemunho dos elogios que Bem Sirac faz à história dos antepassados no mesmo livro do Eclesiástico, em seus capítulos 40 a 49: “Elogiemos os homens ilustres, nossos antepassados, em sua ordem de sucessão” (Eclo 44,1)

A divisão da Bíblia em capítulos foi concluída por volta de 1220, pelo Cardeal Estevão Langton, Arcebispo de Cantuária, na Inglaterra. Ele foi professor na Sorbone de Paris e faleceu no ano de 1228. E a divisão em versículos foi revisada pelo frade dominicano Santo Pagnini, italiano, em 1528. E foi o tipógrafo Roberto Etienne, um protestante, em 1555, quem concluiu a obra de revisão e divisão, em vista da impressão tipográfica.

Enfim, o ser humano colaborou, entre muitas coisas, com o uso da própria linguagem escrita. Por isso, dizemos sempre que a Bíblia é uma coleção de 73(66) livros, chamados também *Livros Sagrados* ou *Sagradas Escrituras*, escritos por inspiração de Deus, e que trazem a Palavra de Deus, em palavras humanas, revelada para a salvação do ser humano. O *autor* ou *redator* humano de cada livro chama-se *hagiógrafo* ou *escritor sagrado*, pois *Deus é o autor por excelência*.

4. Os critérios para a Formação do Cânon Bíblico do AT e do NT

Embora possamos afirmar que os principais critérios para a formação do Cânon do Bíblico tenham sido a pessoa de Jesus, como norma suprema, e a pregação oral dos apóstolos, juntamente com a vida da comunidade e seu uso litúrgico, como pontos de referência no que diz respeito aos critérios que foram sendo levados em consideração para a aceitação dos livros presentes tanto no AT como no N), percebemos que houve uma progressão nos mesmos até que se chegasse a fechar o Cânon Bíblico como o temos hoje. Aliás, devemos supor que sucedeu algo bem normal: quando a tradição oral começa a se tornar suspeita e incontrolável, impõe-se a necessidade de escritos que transmitam fielmente essa tradição.

Não se pode falar de aceitação de um livro apenas a partir de um critério e sim do conjunto de critérios, pois admitir como decisivo a aceitação de apenas um *único critério* poderia gerar graves erros. Não foi um critério sozinho e sim o conjunto dos critérios que deu base para se chegar às escolhas que foram sendo feitas, passo a passo, dos livros tanto para o AT como para o NT. Estes critérios podem ser resumidos na sequência que trazemos abaixo, como, aliás, encontramos no texto da *Pontifícia Comissão Bíblica* (1994: 113-115) e de W. Gonzaga (2019: 413-416).

a) Apostolicidade e pregação apostólica: No que diz respeito ao texto do AT, foi aceito aquele texto que foi recebido pelos apóstolos como sendo Palavra de Deus, comum ao mundo judaico, pois todos eram judeus, ainda que alguns fossem judeus da diáspora, mas sempre judeus. E o texto mais usado e aceito para o AT foi o da versão da Bíblia Grega, a LXX, até mesmo porque era a língua mais corrente e usada naquele momento. No que diz respeito ao NT, levou-se em conta se era um texto escrito por um apóstolo ou atribuído a ele, como fruto de sua pregação, que entrou como garantia de autenticidade dos escritos que circulavam pelas comunidades cristãs primitivas, visto terem sido testemunhas oculares do mestre, e que dão ao texto o que hoje chamamos de *imprimatur* apostólico. Interessante perceber os passos nesta direção e ver que foi se formando uma espécie de núcleo de escritos apostólicos, como que uma seleção de obras que continham o “coração” do ensi-

namento apostólico, obras estas que foram revelando e confirmando cada vez mais o conteúdo da fé apostólica. É importante que também tenhamos presente que tal critério não foi tão simples de ser praticado, pois muitos apócrifos eram obras pseudoepígrafas e isso gerava problemas no discernimento. Estes últimos eram textos atribuídos a apóstolos, como vários dos livros apócrifos que não entraram no Cânon Bíblico. Os diversos grupos se pautavam por isso e geravam discussões e divisões na Igreja. Isso acabou fazendo com que algumas igrejas aceitassem alguns livros e recusassem outros (Mannucci, 2008: 241-242).

b) Regra de Fé (*Regula fidei* / *Ortodoxia*): a partir da problemática do cânon *reduzido* ou *cânon mutilado* de Marcião, que não hesitou em recusar todos os livros do AT e tirar do NT tudo o que ele considerava alheio à mensagem cristã, criando um cânon próprio do NT, com apenas Lucas e 10 cartas paulinas (144 d.C.) e do Movimento Montanista (172 d.C.), a Igreja foi delineando o valor de uma *reta orthodoxia* na transmissão dos textos e de seus conteúdos, bem como no conjunto de todos os livros já aceitos ou não pelas chamadas Igrejas locais. Em reação a Marcião, vários autores vão defender o AT como Palavra de Deus e igualmente os livros do NT. Por exemplo, no séc. II, em reação a Marcião temos Justino de Roma e sua defesa da *regula fidei* (100-165 d.C.). A *Diatéssaron* de Taciano (120-180 d.C.) reconstrói a vida de Cristo a partir dos quatro Evangelhos, tendo como base o Evangelho de João. Irineu de Lyon (130-202 d.C.) defende que o Evangelho é *Tetramorfo*, além de defender o cânon longo do NT. Clemente de Alexandria (150-217) vai contra Marcião e defende os quatro Evangelhos e um cânon longo do NT. Tertuliano, no norte da África (160-220), vai contra o cânon mutilado de Marcião e defende os quatro Evangelhos e o cânon amplo. O cânon do *Fragmento Muratoriano* (170 d.C.) defende igualmente os quatro Evangelhos e o cânon amplo do NT. Isso, levando em consideração que nem todos já citem todos os livros bíblicos do NT, como teremos a partir do séc. IV. Além disso, estes autores defenderam o AT como Palavra de Deus, igualmente rebatendo Marcião, que recusou o inteiro AT.

c) Antiguidade: o tempo foi passando e foram surgindo novos escritos, muitos dos quais foram considerados apócrifos (extracanônicos), e ficaram fora do Cânon Bíblico. Juntamente com os critérios de “apostolicidade” e de “regra da fé” havia outro necessário para garantir que

um texto era ou não canônico; ou seja: a “antiguidade”, pois tinha que ser de uso e aceitação comum para o AT e de autoria de um apóstolo e do período dos apóstolos para o NT. Mesmo assim, tudo indica que alguns textos do NT tenham escapado à regra e são apenas de atribuição, pois foram escritos após a morte do apóstolo ao qual foi atribuído, a exemplo da Segunda Carta de Pedro, hoje datada por volta do ano 130 d.C. Aliás, os dois primeiros séculos parecem ter sido realmente “um período de furiosa atividade literária”, com muita produção neste campo, onde alguns textos entraram para o cânon e outros não, como é o caso dos muitos textos apócrifos tanto do AT (52 livros ficaram fora) como do NT (88 livros ficaram fora). Como a autoridade devia ser depositada sob um dos apóstolos e eles já tinham morrido, é óbvio que foi se estabelecendo o *critério da antiguidade* como forma de autenticidade, visto que as coisas iam se multiplicando e sendo falsificadas. Assim se levou em conta se um texto era mais antigo ou mais recente para também ser aceito ou recusado. Mesmo assim, alguns textos que contavam com a atribuição apostólica acabaram entrando no Cânon, mesmo tendo sido escrito após a morte do referido Apóstolo; e um número considerável ficou de fora (Faria, 2009: 63-80).

d) *Uso litúrgico e adaptabilidade nas igrejas locais:* por fim, visto que os textos do AT foram recebidos da tradição judaica e que os textos do NT foram escritos para comunidades específicas, mas que começaram a circular pelas diversas comunidades cristãs orientais e ocidentais, é óbvio que o *uso litúrgico e catequético* nas diversas comunidades teve forte impacto na aceitação ou não dos textos que foram entrando no cânon ou eram recusados e deixados de fora, pois contava muito se o texto era capaz de alimentar ou não a vida pessoal e eclesial do cristianismo nascente, equacionando eficiência e fidelidade à proclamação cristã primordial. As primeiras gerações de fiéis foram lendo e encontrando nos escritos do AT e do NT “uma fonte de força espiritual”, que depois foi ratificada pela autoridade eclesiástica, confirmando a escolha tradicional do uso dos textos nas várias comunidades cristãs. Se a aprovação dos textos contou com o *imprimatur apostólico* também o fez com o *imprimatur da própria comunidade* da Igreja que ia usando o texto. Também contaram as *distâncias geográficas e culturais* das diversas Igrejas bem como as *diferentes orientações teológicas* dos grandes centros cristãos de pen-

samento da época (principalmente Roma, Antioquia da Síria, Éfeso e Alexandria). Enfim, contaram e muito as *decisões eclesiásticas oficiais*, visto ser fruto da Igreja e de sua intuição religiosa, ainda que estas apareçam somente no final do século IV, quando também já temos a tradução da Vulgata latina para o Ocidente. A própria a *história da manufatura dos códices* tem seu influxo: não é pura casualidade que somente no século IV se conseguiu o aperfeiçoamento técnico suficiente para fabricar *códices grandes* com muitas folhas, tornando assim possível colecionar juntos vários livros, até então copiados em *pequenos códices* soltos. Sobre este tópico, sugerimos consultar a nossa obra: W. Gonzaga, *Compêndio do Cânon Bíblico* (2019), sendo possível ver a abundância de dados, desde o período inicial do cristianismo.

5. Livros das Bíblias Hebraica, LXX, Católica e Protestante

A seguir, na tabela, podemos conferir os livros do AT e do NT, tratados como Escritura pelos primeiros escritores cristãos. Na coluna que se refere à Bíblia da LXX, indicamos alguns títulos de livros em *itálico*, para facilitar a compreensão de como eles são tidos por nós hoje: algumas são tidos como apócrifos (*Apóc.*) e outros nós consideramos [deutero]canônicos (*Deut.*), dentre os livros do AT; e os sem nenhuma indicação são os [proto]canônicos, aceitos pelos judeus e cristãos (católicos e protestantes). Para os 27 livros do NT, hoje temos uma mesma e única ordem entre católicos e protestantes e são indicados apenas nas duas colunas, referentes a eles.

No início da Reforma Protestante houve uma recusa tanto de 7 livros [deutero]canônicos do AT (Tobias, Judite, 1 e 2 Macabeus, Sabedoria, Eclesiástico e Baruc) como de 7 livros [deutero]canônicos do NT (Hebreus, Tiago, Judas, 1 e 2 João, 2 Pedro e Apocalipse). O termo não indica prioridade de conteúdo e sim cronologia de aceitação, ou seja, que os [proto]canônicos foram aceitos num primeiro momento e que os [deutero]canônicos foram aceitos num segundo momento. Mas ambos são canônicos: proto e deutero - canônicos. Aliás, os 7 livros [deutero]canônicos do NT já foram novamente aceitos pelos protestantes como sendo canônicos, enquanto que os 7 livros [deutero]canônicos do AT ainda não foram aceitos pelos pro-

testantes, mas continuam sendo aceitos tanto pelos católicos, como pelos ortodoxos.

O texto em língua hebraica, também chamado de Texto Massorético, é o texto judeu curto, igualmente chamado de *Cânon Palestinese*, por ter sido escrito pelos judeus da Palestina, enquanto que o texto da LXX, tradução do hebraico para o grego e mais os livros escritos diretamente em língua grega, é o texto judeu mais longo, também chamado de *Cânon Alexandrino*, traduzido pelos judeus em Alexandria, no norte do Egito. O Cristianismo nascente usou o texto da LXX em seus primórdios, desde o tempo de Cristo, e é ele o texto mais citado do AT no NT. Aliás, para a citações do AT no NT nós temos um uso de aproximadamente 90% retirados da versão da LXX e não diretamente do texto Hebraico.

O texto da Bíblia Católica, que segue a ordem e o número de livros do texto da LXX, menos os *apócrifos*, tem tanto os livros do texto Hebraico como os livros escritos diretamente em grego, que se encontram na LXX. Como podemos conferir a seguir, com exposição dos quatro arranjos ou ordens dos livros do Cânon Bíblico, tanto do AT como do NT, há uma diferença entre os católicos e os protestantes, que veio da Bíblia da LXX. A Bíblia da LXX, além dos livros [proto]canônicos, escritos em hebraico e aramaico e que foram traduzidos para o grego, também traz alguns livros [deutero]canônicos e alguns tidos como *apócrifos* ou extracanônicos, abaixo indicados pela abreviação do termo e entre parênteses, escritos diretamente em grego. Aqui indicamos todos os livros de cada tradição religiosa. Chamamos a atenção para a tradução da LXX, que traz 53 livros para o AT, com a tradução dos [proto]canônicos (do hebraico/aramaico para o grego), com os [deutero]canônicos (*deut.*) e o que hoje são tidos como apócrifos (*apóc.*), escritos em grego, visto ela foi a Bíblia que o cristianismo usou em seus primórdios, influenciando enormemente a decisão do Cânon Bíblico na Igreja. Para melhor entender a riqueza e a diversidade do material sobre o Cânon Bíblico, indicamos a nossa obra W. Gonzaga, *Compêndio do Cânon Bíblico* (2019), seja pelos muitos textos ao longo da história do cristianismo, seja pela abundância de dados, inclusive com várias tabelas ilustrativas, como a que trazemos abaixo.

Ordem dos livros nas Bíblias judaico-cristãs			
Hebraico (39 livros)	LXX (53 livros)	Católica (73 livros)	Protestante (66 livros)
Torah/Lei	Pentateuco/Lei	Pentateuco	Pentateuco
Gênesis	Gênesis	Gênesis	Gênesis
Êxodo	Êxodo	Êxodo	Êxodo
Levítico	Levítico	Levítico	Levítico
Número	Número	Número	Número
Deuteronômio	Deuteronômio	Deuteronômio	Deuteronômio
<i>Nebûm/Profetas</i>			
Profetas Anteriores	Históricos	Históricos	Históricos
Josué	Josué	Josué	Josué
Juízes	Juízes	Juízes	Juízes
1 Samuel	Rute	Rute	Rute
2 Samuel	1 Reis [= <i>1 Samuel</i>]	1 Samuel	1 Samuel
1 Reis	2 Reis [= <i>2 Samuel</i>]	2 Samuel	2 Samuel
2 Reis	3 Reis [= <i>1 Reis</i>]	1 Reis	1 Reis
Profetas Posteriores	4 Reis [= 2 Reis]	2 Reis	2 Reis
Isaías	1 Paralipômenos [= <i>1 Crônicas</i>]	1 Crônicas	1 Crônicas
Jeremias	2 Paralipômenos [= <i>1 Crônicas</i>]	2 Crônicas	2 Crônicas
Ezequiel	<i>1 Esdras (apóc.)</i>	Esdras	Esdras
Os Doze Profetas	2 Esdras (= <i>Esdras e Neemias</i> juntos)	Neemias	Neemias
Oseias	Ester [com fragmentos do grego, 10,4-16]	<i>Tobias (deut.)</i>	
Joel	<i>Judite (deut.)</i>	<i>Judite (deut.)</i>	
Amós	<i>Tobias (deut.)</i>	Ester	Ester
Abdias	<i>1 Macabeus (deut.)</i>	<i>1 Macabeus (deut.)</i>	
Jonas	<i>2 Macabeus (deut.)</i>	<i>2 Macabeus (deut.)</i>	
Miqueias	<i>3 Macabeus (apóc.)</i>		
Naum	<i>4 Macabeus (apóc.)</i>	Saienciais/ Poéticos	Saienciais/ Poéticos
Habacuc	Poéticos	Jó	Jó
Sofonias	Salmos (com o Sl 151)	Salmos (150)	Salmos (150)

Ageu	<i>Odes (apóc.)</i>	Provérbios	Provérbios
Zacarias	Provérbios	Eclesiastes	Eclesiastes
Malaquias	Eclesiastes	Cântico dos Cânticos	Cântico dos Cânticos
Ketubin/Escritos	Cântico dos Cânticos	<i>Sabedoria (deut.)</i>	
Salmos	Jó	<i>Eclesiástico (deut.)</i>	
Jó	<i>Sabedoria (deut.)</i>		
Provérbios	<i>Siracida (Eclesiástico) (deut.)</i>	Profetas Maiores	Profetas Maiores
Rute	Salmos de Salomão (<i>apóc.</i>)	Isaías	Isaías
Cântico dos Cânticos	Profetas Menores	Jeremias	Jeremias
Eclesiastes (<i>Coélet</i>)	Oseias	Lamentações	Lamentações de Jeremias
Lamentações	Amós	<i>Baruc (deut.)</i>	
Ester	Miqueias	Ezequiel	Ezequiel
Daniel	Joel	Daniel (14)	Daniel (12)
Esdras-Neemias	Abdias		
1 Crônicas	Jonas	Profetas Menores	Profetas Menores
2 Crônicas	Naum	Oseias	Oseias
	Habacuc	Joel	Joel
	Sofonias	Amós	Amós
	Ageu	Abdias	Obdias
	Zacarias	Jonas	Jonas
	Malaquias	Miqueias	Miqueias
	Profetas Maiores	Naum	Naum
	Isaías	Habacuc	Habacuque
	Jeremias	Sofonias	Sofonias
	Baruc [= Br 1-5]	Ageu	Ageu
	Lamentações de Jeremias	Zacarias	Zacarias
	Carta de Jeremias (= Br 6)	Malaquias	Malaquias
	Ezequiel		
	Susana [= Dn 13]		
	Daniel 1-12 [com 3,24-90 que é próprio do grego]		

	Bel e o Dragão [= Dn 14]		
		Novo Testamento	Novo Testamento
		4 Evangelhos e Atos	4 Evangelhos e Atos
		Mateus	Mateus
		Marcos	Marcos
		Lucas	Lucas
		João	João
		Atos dos Apóstolos	Atos dos Apóstolos
		13 Cartas Paulinas	13 Cartas Paulinas
		Romanos	Romanos
		1 Coríntios	1 Coríntios
		2 Coríntios	2 Coríntios
		Gálatas	Gálatas
		Efésios	Efésios
		Filipenses	Filipenses
		Colossenses	Colossenses
		1 Tessalonicenses	1 Tessalonicenses
		2 Tessalonicenses	2 Tessalonicenses
		1 Timóteo	1 Timóteo
		2 Timóteo	2 Timóteo
		Tito	Tito
		Filemon	Filemon
		Hebreus	Hebreus
		7 Epístolas Católicas	7 Epístolas Universais
		Tiago	Tiago
		1 Pedro	1 Pedro
		2 Pedro	2 Pedro
		1 João	1 João
		2 João	2 João
		3 João	3 João
		Judas	Judas
		Apocalipse de João	Apocalipse de João

Conclusão

As Sagradas Escrituras judaico-cristãs encerram e contém a Palavra de Deus para judeus e cristãos, mesmo das mais diferentes correntes e formas de crer e seguir os ensinamentos nelas contidos. Elas contêm todos os livros considerados e aceitos como canônicos, ou seja, divinamente inspirados e revelados, isentos de “erros” no diz respeito à salvação, sejam eles livros [proto]canônicos ou [deutero]canônicos. Nelas não entraram os livros que não passaram pelos critérios da formação do Cânon Bíblico, a saber, os livros chamados apócrifos ou extracanônicos, tanto do AT como do NT, visto que não continham a fé da Igreja.

Escritos em épocas e por pessoas diferentes, ao longo de aproximadamente 1.000 anos de história e caminhada do Povo de Deus, os livros do AT e do NT encerram a revelação de Deus aos seres humanos e o encontro entre o divino e o humano. Um encontro que foi registrado em línguas, materiais e épocas diferentes, mas sempre com a mesma e única finalidade, conduzir o povo até o Messias e conduzir a Igreja pelos caminhos de Deus, em meio aos desafios de todos os tempos.

Passaram-se séculos desde que foram escritos os livros da Bíblia, tanto os judaicos (AT) como os cristãos (NT), mas eles continuam iluminando e alimentando a vida de muitas pessoas. Aliás, eles continuam sendo traduzidos de suas línguas originais (hebraico, aramaico e grego) para as mais diversas línguas modernas, sendo o livro mais traduzido, vendido e lido no mundo ainda hoje.

Enfim, as Escrituras judaico-cristãs são aquelas que são aceitas pelos cristãos católicos, ortodoxos, protestantes, pentecostais e neopentecostais, ainda que com diferenças no número de livros que formam o AT e o NT. Mas para todos e em cada tradição, os livros aceitos são Palavra de Deus e alimentam a vida de seus fiéis, seja na vida litúrgica, no culto, seja na vida pessoal, estudo e oração.

8. Questões para ajudar na leitura e compreensão

- 1) Em que sentido pode se falar que a Bíblia é um livro judaico-cristão?
- 2) Quais são as línguas originais em que foram escritos os livros do AT e do NT e em quanto tempo foram escritos estes livros?

- 3) Quais os critérios para a aceitação ou não dos livros que entram para a Bíblia e para os que ficaram fora dela?
- 4) Quantos livros tem cada Bíblia nas diferentes tradições: judaica e cristã, católica e protestante?
- 5) Em que sentido Deus e o ser humanos são autores da Bíblia?
- 6) O que se entende por inspiração, revelação e inerrância bíblicas?

9. Referências bibliográficas

ARENS, Eduardo. **A Bíblia sem mitos. Uma introdução crítica.** São Paulo: Paulus, 2012.

FARIA, Jacir de Freitas. Bíblia Apócrifa, a outra face do cristianismo. **Cadernos Patristicos**, Vol. IV, n. 7, maio, p. 63-80, 2009.

FERNADES, Leonardo Agostini. **A Bíblia e a sua mensagem, introdução à leitura e ao estudo da Bíblia**, Editora PUC Rio, Rio de Janeiro, 2010.

GONZAGA, Waldecir. **Compêndio do Cânon Bíblico. Listas bilíngues dos Catálogos Bíblicos. Antigo Testamento, Novo Testamento e Apócrifos.** Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes; EdPUC-Rio, 2019.

HARRINGTON, Wilfrid John. **Chave para a Bíblia, a revelação, a promessa, a realização.** São Paulo: Paulus, 2002.

MANNUCCI, Valerio. **Bíblia, Palavra de Deus, Curso de introdução à Sagrada Escritura.** São Paulo: Paulus, 2008.

MAZZAROLO, Isidoro. **A Bíblia em suas mãos**, Mazzarolo, Porto Alegre, 2000.

KONINGS, Johann. **A Bíblia, sua origem e sua leitura**, 7ª Edição Atualizada, Vozes, Petrópolis, 2011.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A interpretação da Bíblia na Igreja.** São Paulo: Paulinas, 1994.

Capítulo II

Judaísmo

Sofia Débora Levy¹

Introdução

A hermenêutica é o exercício de interpretação de textos – originalmente religiosos e que se ampliou para textos filosóficos e para os sentidos das palavras. Numa prática religiosa, a hermenêutica é fundamental, pois estimula a compreensão dos textos antigos para que possamos junto a eles buscar a luz para o tempo presente. Afinal, a palavra “religião” vem do verbo latino “re-ligare”, no sentido de ligar o ser humano a Deus novamente. Em sua dimensão, o ser humano Dele se afasta para, depois, voltar a buscá-lo, para sentir dentro de si uma conexão maior consigo mesmo, com os outros, com o mundo ao redor, enfim, com a vida. Os caminhos dessa busca são diversos. E as religiões buscam dar o amparo para a superação de angústias e dores que afligem as pessoas. De acordo com o contexto histórico e cultural, cada indivíduo ou grupo social se posiciona frente à dimensão religiosa ao seu modo.

O judaísmo é o berço das três grandes religiões monoteístas: judaísmo, islamismo e cristianismo. São as religiões consideradas Abrahamicas, pela origem desde esse que é o primeiro patriarca do judaísmo. Na religião judaica, Deus é um ser invisível, imaterial, onisciente e onipotente. Há a crença na vinda do Messias, que ainda não veio – trazendo aí um marco diferenciador para com o catolicismo e com o cristianismo.

¹ Prof.^a Dr.^a Sofia Débora Levy é Psicóloga Clínica, Bacharel e Licenciada em Psicologia e em Letras Português-Hebraico, Professora, Mestre em Psicologia/UFRJ, Doutora em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia/UFRJ com Pós-Doutoramento em Memória Social/UNIRIO. Membro da Sociedade Brasileira de Psicologia, é Representante para a Memória do Holocausto do *Congresso Judaico Latino-Americano*; Diretora Educacional do *Memorial às Vítimas do Holocausto/RJ*; e Diretora do *Memorial Judaico de Vassouras*. Autora de vários livros, como *Sobre Viver - v. 1 e 2*, *Holocausto: vivência e retransmissão* e *Por dentro do trauma*, além de artigos e capítulos de livros publicados, profere palestras sobre Psicologia Clínica e Social, Holocausto, trauma, violência, saúde mental e relacionamentos num exercício contínuo de reflexão crítica humanística.

A referência básica religiosa, histórica e cultural do judaísmo é o Antigo Testamento, sendo o conjunto dos textos canônicos conhecidos como *Tanach*, constituído pela *Torah* (Lei; Ensino), o Pentateuco, conjunto de cinco livros: *Bereshit*/Gênesis; *Shmot*/Êxodo; *Vaikrá*/Levítico; *Bamidbar*/Números; *Dvarim*/Deuteronômio; seguem-se os *Neviim*/livros dos Profetas; e os *Ktuvim*/Escritos (*Tehilim*/Salmos; *Mishlei*/Provérbios; *Iyov*/Jó). São textos canônicos também as cinco *Meguilot* (*Shir Hashirim*/Cântico dos Cânticos; *Rut*/Rute; *Eicha*/Lamentações; *Kohelet*/Eclesiastes; Esther/Ester) e os livros históricos de Daniel; Ezra; Neemias; Crônicas I e Crônicas II (Berezin *et al.*, 1981).

Os livros da *Torah* formam a base da identidade religiosa judaica e contam a história desde a criação do mundo até a morte de Moisés, líder que libertou o povo hebreu após 400 anos de escravidão no Egito, e os conduziu, pelo deserto de Sinai, até a terra de Canaã, num processo de renascimento da identidade monoteísta do povo hebreu. Foi durante a peregrinação de 40 anos no deserto que Moisés subiu ao Monte Sinai e recebeu de Deus os 10 Mandamentos, talhados em duas tábuas de pedra, as Tábuas da Lei, que são o primeiro código organizador do povo judeu como grupo social e que influenciou toda a cultura ocidental judaico-cristã. Rabinos acreditavam que uma vez entregue, a *Torah* se tornou uma responsabilidade da humanidade (Edelheit, 2021). Assim, a *Torah* alude aos Mandamentos divinos; já as interpretações, discussões e explicações sobre eles, de modo a facilitar a aplicação prática, foram transmitidas oralmente por séculos até serem reunidas no *Talmud*, coleção de escritos sobre as leis e tradições judaicas. O *Talmud* é o conjunto da *Mishná* – ensinamentos concisos compilados em hebraico no séc. II pelo *Rabi* Yehudah Ha-Nassi, após a destruição do Segundo Templo Sagrado de Jerusalém – e da *Guemará*, composta de explicações e comentários em aramaico sobre os textos da *Mishná*. O *Talmud* norteia os ensinamentos e sua aplicação na vida prática judaica, sendo o livro de referência exclusivo do judaísmo - uma vez que o Antigo Testamento foi traduzido para várias línguas e serve de estudos e referências também para outras religiões (Geftter, 2020).

O *Tanach* é escrito em hebraico antigo, que também é a língua dos livros de orações judaicas (*Sidurim*). O hebraico pertence ao ramo das línguas semíticas e era falado pelo povo hebreu desde a conquista de Canaã (1.200 a.C.) até cerca de 200 d.C.. Depois, com a dispersão, os

judeus passaram a falar as línguas dos lugares onde se estabeleceram, mas o hebraico sempre foi conservado nas práticas religiosas e continuou sendo cultivado como língua escrita. No século XVI, os judeus passaram a falar dois outros idiomas judaicos: o iídiche (judaico-alemão) e o ladino (judaico-espanhol), ambos grafados com caracteres hebraicos, mas a comunicação entre as comunidades dispersas continuou em hebraico (Berezin, 1980).

Denominamos de *hebraico clássico* a língua do conjunto das fontes escritas que compreendem o imenso patrimônio literário do povo judeu até o fim do século XVIII; e de *hebraico moderno* à língua oficial do Estado de Israel, que passou por um renascimento. Uma vez que a língua sagrada das escrituras sempre embasou os serviços religiosos, no final do séc. XIX, o judeu sionista de origem russa Eliezer Ben-Yehuda (1858-1922), entendendo a necessidade da língua como elemento aglutinador e identitário de um povo, criou o hebraico moderno, que hoje é falado em todo o mundo, ensinado nas escolas e é a língua oficial do Estado de Israel (Berezin, 1980). Como o idioma hebraico não passou por uma evolução orgânica, nela coexistem de elementos linguísticos de todas as fases: desde o período bíblico, passando pelo talmúdico e medieval, ou seja, desde de 1.200 a.C. até o século XVIII, passando por transformações propostas por pensadores a partir do século XIX, a fim de viabilizá-la dados os novos tempos. Por essa coexistência sincrônica, o contato com a língua hebraica moderna muitas vezes nos conduz aos tempos bíblicos, como uma viagem no tempo por meio das estruturas linguísticas, seja no aspecto semântico, seja no aspecto morfológico, na composição das palavras.

A origem

Considerando a data desta publicação, Deus criou o mundo há 5784 anos, conforme o calendário lunar judaico, em que um novo dia começa no anoitecer e termina no anoitecer do dia seguinte. O primeiro livro da *Torah*, livro *Bereshit*/Gênesis, relata a criação do mundo por Deus em seis dias, a saber: Dia 1 – da escuridão, fez a luz; Dia 2 – criou o espaço entre o céu e as águas; Dia 3 – terra, grama e vegetação; Dia 4 – sol, lua e estrelas; Dia 5 – aves e peixes; Dia 6 – animais, Adão e Eva;

no sétimo dia, Deus descansou e, por essa razão, o descanso semanal do *Shabat* é sagrado.

A narrativa da origem do povo judeu atravessa a expulsão do *Gan-Eden*, Jardim do Éden, após a desobediência de Eva e Adão de terem comido do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. A história da humanidade começa então com suas dores e prazeres, mas com o livre-arbítrio dado ao homem pelo qual terá que arcar com as consequências de sua escolha. Desde Adão, passam-se 10 gerações até Noé e dele mais 10 gerações até o primeiro patriarca do povo judeu: Abraham (Sinagoga Beth-El, 2023).

A *Torah* nos relata que o judaísmo tem início com Abraham, que vivia em Ur, na região da antiga Suméria (hoje Iraque) de cultura e religião politeísta. Não vendo sentido na adoração a deuses materializados, Abraham desde cedo passa a pensar que deveria haver algo maior, e recebe uma conexão divina que marca uma renovação. Deus diz a Abraham para sair da terra onde nasceu, da casa de seu pai, e seguir para uma terra que lhe será mostrada. E assim ele sai com sua esposa e pertences em direção ao Oriente Médio, à terra de Canaã, a Terra Prometida – onde hoje existe o Estado de Israel.

Abraham deu origem a dois povos: árabes e judeus. O primeiro, a partir da descendência de seu filho Ismael com a sua escrava Agar; o segundo, da descendência de seu filho Isaac com sua esposa Sarah. Por sua vez, Isaac teve dois filhos com sua esposa Rivka, Esaú e Jacob. Jacob seguiu a tradição de seus pais e assim educou seus filhos. Num episódio em que teria brigado com um anjo de Deus, Jacob passou a ser chamado de Israel. Jacob se casou com Léa e Rachel e teve 12 filhos homens e uma filha, alguns deles com as escravas Bilá e Zilpá. Dos seus 12 filhos se originaram as 12 tribos de Israel – sendo que da tribo de Levi, após muitas gerações que perpassaram Kehat e Amram, nasceu Moisés (Sinagoga Beth-El, 2023).

Principais marcos religiosos

Na atualidade, há vários graus de religiosidade entre os judeus no mundo inteiro, desde os ortodoxos, cumpridores da lei de Moisés *ipsis litteris*, até os mais liberais, reformistas que propõem e agem em conformidade a novas interpretações das leis religiosas considerando as-

pectos culturais e tecnológicos da modernidade. Entretanto, há alguns marcos comuns a todos, como rituais de identidade e comemorações festivas, a partir das *Mitzvot*, preceitos e obrigações que configuram as práticas judaicas. Há no judaísmo 613 *mitzvot*, que são tão mais observadas quanto maior o grau de religiosidade da pessoa ou grupo.

De acordo com a Lei de Moisés, judeu é quem nasce de mãe judia. Nos meninos, aos 8 dias de nascidos, é realizada a circuncisão na cerimônia de *Brit-Milah*, quando o prepúcio dos recém-nascidos é cortado, como símbolo da aliança entre Deus e o povo de Israel. O *Brit-Milah* também traz um cuidado para com a saúde saúde, pois assim evita-se que o menino venha a ter fimose. Nessa cerimônia, o recém-nascido recebe seu nome perante os presentes. Já as filhas meninas são levadas à sinagoga para receber seu nome e bênçãos numa cerimônia denominada *Simchat-Bat*, em hebraico, alegria da menina.

Aos 13 anos, os meninos atingem a maioridade religiosa consagrada na cerimônia de *Bar-Mitzvah*, onde o jovem é chamado para ler um trecho da *Torah* perante a congregação na sinagoga, templo religioso judaico, paramentado com o *Talit*, manto ritual, e com o *Tfilin*, filactérios, duas caixinhas de couro que contêm dois pequenos rolos de pergaminho com inscrições de quatro trechos da *Torah*. Ligados com tiras de couro coloca-se um no braço esquerdo, em frente ao coração, e o outro na testa, significando que os sentimentos humanos e os pensamentos devem ser dirigidos a Deus e sua *Torah* deve estar nos lábios. O Rabino Meir Matzliah Melamed comenta que “os *Tfilin* mostram-nos a senda do pensamento, sentimento e ação, onde se acha oculto um dos princípios máximos do judaísmo” (Melamed, 1980, p. 123).

Já as meninas assumem a maioridade religiosa aos 12 anos, na cerimônia denominada *Bat-Mitzvah*, comemorada conforme as características de cada congregação. Como na sinagoga tradicional a mulher não participa ativamente da condução dos serviços religiosos, não há uma ritualística cerimonial definitiva pré-determinada, como no caso dos meninos (Glasman, 1999). Isso não significa que a mulher tenha um papel inferior ao homem no judaísmo. Desde o patriarca Abraham, Deus disse para que ele ouvisse os pedidos de sua esposa Sara. A mulher é quem traz a vida, gerando filhos, e cuida para que o *Shalom Bait*, a paz no lar, seja mantida, trazendo luz ao acender as velas para receber

o *Shabat*, santificando o sétimo dia e diferenciando a atmosfera do lar dos demais dias da semana.

Guardar o sábado é o quarto dos 10 mandamentos de Moisés e um marco importante na temporalidade e organização da vida judaica. Antes da instituição dos 10 mandamentos, não havia dia de descanso. Para se preparar para receber o *Shabat*, na sexta-feira deve-se limpar e arrumar a casa, e dezoito minutos antes do pôr-do-sol, a mulher acende duas velas, trazendo luz para o lar. O *Shabat* começa ao pôr-do-sol de sexta-feira e termina com o surgimento das três primeiras estrelas da noite de sábado. Nesse dia, os judeus devem se dedicar a orações e a atividades prazerosas que não exijam esforço físico ou mental, se abstendo de qualquer trabalho. É costume se vestir com roupas mais bonitas do que as usadas nos demais dias da semana. Na sexta-feira à noite os judeus vão à sinagoga para o ofício do *Kabalat Shabat*, o recebimento do *Shabat*, após o qual as famílias se dirigem às suas casas para um jantar especial. No jantar de Shabat não podem faltar vinho, duas *chalot* (pães trançados típicos), sal e *sidur* (livro de orações) com os quais o oficiante faz o *kidush*, santificando o momento sagrado com o vinho, e em seguida a *brachá* (bênção) do pão, agradecendo a Deus pelo alimento; as pessoas se felicitam desejando um *Shabat Shalom* (“um sábado de paz”) e o jantar é servido. No sábado de manhã, na sinagoga é lida uma *Parashá* (em hebraico, capítulo) da *Torah*, além das orações da manhã (Wrobel, 2007).

A educação é uma prioridade no judaísmo na medida em que sua base de referência, a *Torah*, para ser lida, colocou os meninos desde tenra idade na alfabetização e no letramento. Os ofícios religiosos judaicos são realizados mediante um *minian*, ou seja, com a presença mínima de 10 homens. Com o tempo, as mulheres também passaram a usufruir o direito e da necessidade de dominarem a leitura e a escrita, participando também das orações coletivas. Por essa referência central no estudo e na sacralidade da *Torah*, o povo judeu é conhecido como o “Povo do Livro”.

Na educação judaica é ressaltado o compromisso de cuidarmos uns dos outros e preservarmos a vida, valor mais sagrado do judaísmo. Nesse sentido, a prática da *Tsedaká*, caridade, é uma *mitzvah* estimulada, tanto de modo monetário como de outras formas de auxílio, com a formação de hábitos de doações semanais antes do *Shabat*, por ocasião

das Festas Judaicas e em campanhas que buscam sempre auxiliar os necessitados judeus e não-judeus.

Outro traço distintivo muito empregado pelos judeus é o cumprimento da *mitzvah* do uso da *mezuzá*, pequena caixinha contendo um rolo de pergaminho com uma oração de proteção divina, que é colocada no umbral direito de porta de cada entrada, seja de residência, sala, quarto, instituição ou sinagoga (excetuando-se as portas dos banheiros). A *mezuzá* identifica um ambiente judaico e seu uso remonta ao salvamento dos filhos primogênitos quando da décima praga mandada por Deus sobre o povo egípcio. Moisés transmitiu ao povo a orientação de marcarem suas portas com sangue de cordeiro oferecido em sacrifício de modo a que o anjo da morte passasse por cima dessas casas e assim poupasse a vida dos primogênitos judeus. Foi diante da dor de ter seu filho morto que o Faraó, num misto de ira e desespero, mandou embora o povo hebreu que lhe tinha como escravo. A fuga às pressas do povo hebreu, liderado por Moisés, passando por Mar Vermelho em direção ao deserto de Sinai para chegar à terra de Canaã, é considerado o renascimento do povo judeu.

Principais Festas Judaicas

O calendário judaico, segundo algumas fontes, existe há mais de 3.300 anos, quando Deus mostrou a Moisés a lua nova do mês de *Nissan*, duas semanas antes da libertação dos filhos de Israel do Egito, no ano 2.448 após a Criação do mundo, 1.313 antes da Era Comum.

O calendário judaico fixo, com suas festividades, foi organizado em Jerusalém pelo patriarca Hillel II, no ano 358 da Era Comum. As datas do calendário judaico iniciam-se no anoitecer do dia anterior e terminam ao anoitecer do próprio dia. Isso porque, de acordo com o relato bíblico da criação do mundo, Deus criou a luz a partir da escuridão e ao final de cada dia da criação disse: “E foi a noite e foi o dia...”, nesta ordem. Por se tratar de um calendário lunar, a duração de seus meses é menor do que os meses do calendário gregoriano – por isso não há uma correspondência de datas fixas entre ambos. Assim, as datas das comemorações e festas judaicas irão variar de ano a ano no calendário gregoriano. O calendário judaico é composto de 12 meses, nos quais são comemoradas várias festas:

- 1º mês: *Tishrei* - Festas de *Rosh Hashaná* (Ano Novo); *Yom Kipur* (Dia do Perdão); *Sucot* (Festa das Cabanas); *Shemini Atzeret* (Convocação do oitavo dia) e *Simchat Torá* (Regozijo da *Torah*, o Pentateuco).

A contar da criação do mundo, no primeiro mês, *Tishrei*, temos o *Rosh HaShanah*, o Ano Novo Judaico, quando desejamos um ano bom e doce, com alegrias e esperanças renovadas, com a ingesta de alimentos doces, como tâmaras e maçã com mel. Pela manhã, é costume ir à sinagoga para recitar preces com pedidos de um ano bom e ouvir os toques do *Shofar* (instrumento de sopro feito de chifre de carneiro). Os dez primeiros dias são conhecidos como *Asséret Yemei Tshuvá* (Dez dias de arrependimento) ou ainda *Yamim Noraim*, os dias temíveis, quando devemos intensificar o balanço de nossas ações no ano que passou para que possamos nos arrepender dos nossos erros e promover mudanças para melhor no ano seguinte. No décimo dia do mês de *Tishrei*, temos o *Yom Kipur*, o Dia do Perdão, considerado o dia mais sagrado do ano, quando os judeus jejuam com o intuito de se afastarem da materialidade e se concentrarem em Deus e nos aspectos espirituais. É também a culminância do nosso balanço e arrependimento consciente, quando somos julgados por Deus e nos comprometemos a melhorar no ano seguinte esperando que, assim, Deus nos inscreva no Livro da Vida. O *shofar* é tocado no final do *Yom Kipur*.

Em seguida, no 15º dia de *Tishrei*, começa *Sucot*, a Festa das Cabanas, que dura sete dias em que devemos morar ou frequentar uma *sucá*, uma cabana frágil para nos lembrarmos da nossa fragilidade frente a qual nos colocamos nas mãos de Deus para nos guiar, assim como Ele guiou nossos antepassados por 40 anos durante a travessia do deserto de Sinai, após a saída do Egito. O oitavo dia de *Sucot* é conhecido como *Shmini Atzeret* (Convocação do oitavo dia) e a ele segue-se a festa de *Simchat Torah*, a alegria da *Torah*, que marca o encerramento do ciclo anual de leitura da *Torah*, e reinício da leitura num novo ciclo, com muita alegria (Fridlin, 2014).

- 2º mês: *Cheshvan* - mês sem festividades;
- 3º mês: *Kislêv* - *Chanuká*, a Festa das Luzes;

A partir do dia 25 de *Kislêv*, comemora-se *Chanuká*, festa que remete à liberdade religiosa na medida em que nos remete à vitória dos macabeus, combatentes judeus que lideraram a revolta contra o domí-

nio greco-assírio que intentavam a helenização da região e profanaram o Templo Sagrado de Jerusalém. Após a vitória, na restauração do Templo, só foi encontrado um cadinho de óleo purificado para acender a *Menorah*, o candelabro de ouro de sete braços. Mas, houve um milagre que esse óleo, que só daria para um dia, durou por oito dias, tempo suficiente para produzirem mais azeite puro. Em lembrança a esse milagre, acendemos um candelabro de nove braços, chamado *Chanukiá*, com uma vela mestra que acende uma vela na noite do dia 25 e seguimos acrescentando uma vela em cada um dos sete dias seguintes (Fridlin, 2014). É costume comer alimentos fritos em óleo, como bolinhos de batata e sonhos.

- 4º mês: *Tevêt* - Dia de jejum diurno no décimo dia, em lembrança ao início do cerco de Jerusalém por Nabucodonosor que levou à destruição do Primeiro Templo Sagrado e ao exílio dos judeus para a Babilônia; muitos anos depois, o rabinato de Israel instituiu também este dia como Dia do *Kadish* (oração recitada em memória dos falecidos) em lembrança dos que foram mortos na Segunda Guerra Mundial e cuja data da morte é desconhecida (Susskind, 2020).

- 5º mês: *Shvat* - *Tu B'Shvat*, o Ano Novo das Árvores é comemorado no dia 15 de *Shvat*, plantando-se árvores e comendo frutas típicas e tradicionais de Israel - como figo, uva, azeitona - marcando a ligação do povo judeu com sua terra e seu amor às árvores (Fridlin, 2014).

- 6º mês: *Adar* - *Purim*, o “carnaval” judaico. No dia 14 de Adar comemoramos com muita alegria a Festa de Purim, lembrando a salvação do povo judeu do primeiro intento genocida da história judaica, intentada por Haman, Primeiro-Ministro do Rei da Pérsia Achashverosh (Assueros). Miraculosamente, com a intervenção da Rainha Ester, que era judia, a situação de reverteu e Haman foi condenado à morte. Essa festa marca a força do povo judeu de sobreviver às perseguições. O doce típico chama-se *Oznei Haman* (orelhas de Haman), triângulo de massa doce recheada de geleia de uvas.

- 7º mês: *Nissan* - é considerado o mês de renascimento do povo judeu.

Dia 15, inicia-se a festa de *Pessach*, a Páscoa judaica, que se prolonga por oito dias. É quando se comemora a libertação de 400 anos de escravidão do povo judeu no Egito, no ano de 1312 a. E.C. Durante o *Pessach* não se comem alimentos fermentados. Ao invés de pão, come-

se *Matsá*, o pão ázimo. *Pessach* se inicia com um *Seder*, uma ceia conduzida com símbolos tradicionais que constam na *Hagadah*, livro que é lido contando a história da saída do Egito para as novas gerações. A partir da segunda noite de *Pessach* inicia-se a contagem do *Ômer*, que dura sete semanas e termina no 50º dia, na festa de *Shavuot*. Em decorrência de eventos trágicos ocorridos no período dessas semanas, não são realizadas festas e casamentos (Fridlin, 2014).

Dia 27, *Yom HaShoah VebaGvurah* – Dia [de Memória] do Holocausto e do Heroísmo, quando lembramos as seis milhões de vítimas judias assassinadas no Holocausto e a resistência dos que lutaram contra os nazistas, mesmo que em condições absolutamente desiguais. A data chama a atenção para a importância de se combater o antissemitismo e o preconceito contra qualquer ser humano.

- 8º mês: *Iyar* – alguns dias marcantes no mês de *Iyar*:

Dia 4, *Yom Hazikaron*, Dia da recordação dos soldados e combatentes mortos em defesa de Israel;

Dia 5, *Yom Haatzmaut*, Dia da Independência do Estado de Israel;

Dia 18, *Lag BaOmer*, 33º dia da contagem do Omer, dia de alegria pois nessa data cessou a mortandade de 24.000 discípulos do Rabino Akiva vítimas de uma peste. São permitidos casamentos e celebrações e à noite costuma-se acender fogueiras, pelo dia do falecimento do Rabi Shimon Bar Iochai, o mais importante discípulo do Rabi Akiva, que anos antes da peste referiu-se ao dia de sua morte como o dia de sua felicidade e instruiu seus discípulos que deveria ser observado como um dia de celebração festiva;

Dia 28, *Yom Yerushalaim*, Dia de Jerusalém.

- 9º mês: *Sivan* – A Festa de *Shavuot*, Pentecostes, é celebrada nos dias 6 e 7 de *Sivan*, e tem um duplo significado: a) espiritual, pois nesse dia a *Torah* foi outorgada ao povo de Israel no Monte Sinai; b) agrícola, pois é a festa das primícias da terra, que eram levadas para os sacerdotes do Templo Sagrado em Jerusalém.

- 10º mês: *Tamuz* - *Tsom Shivá Assar Be Tamuz*, Dia de jejum diurno no 17º dia de *Tamuz*, em lembrança a ocorrências tristes nessa mesma data em momentos históricos diferentes, como quando as primeiras tábuas dos 10 mandamentos foram quebradas e quando a muralha do 2º Templo Sagrado foi rompida (Fridlin, 2014).

- 11º mês: *Av* - Dia 9, dia de jejum público e dia 15, Dia do Amor.

Tishá Be'Av, Dia 9 de *Av*, é um dia de tristeza e luto pela destruição dos 2 Templos de Jerusalém e por vários episódios de muita tristeza na história do povo judeu, que ocorreram nessa data.

Já o *Tu Be'Av*, Dia 15 de *Av*, é o Dia do Amor, um dos mais legres do calendário, dia do encontro de amores entre casais, mas que também remonta ao reatamento das relações entre as tribos de Israel, antes proibidas (Fridlin, 2014).

- 12º mês: *Elul* - Mês de *Slichot*, mês da misericórdia e do perdão divinos, durante o qual é costume pedir desculpas (em hebraico, *slichot*) uns aos outros pelos erros cometidos. Costuma-se tocar o *shofar* para chamar à reflexão acerca das ações cometidas e ao arrependimento quanto aos erros. É o mês de preparação para as grandes festas do mês de *Tishrei*.

Pelas festas judaicas, vemos como no judaísmo as oportunidades de uma nova chance, de um recomeço, de uma renovação, estão sempre presente. Para tal, a rememoração do passado é evocada como transmissão da história oral do povo e como marco de reflexão para melhorias futuras. Daí também ser conhecido como o “Povo da Memória”.

Até aqui, conhecemos alguns dos principais aspectos do judaísmo que o diferenciam dos outros grupos religiosos e culturais. No entanto, essa diferenciação muitas vezes provocou a ira em grupos inimigos que massacraram e tentaram exterminar os judeus. O combate ao preconceito e às ações violentas que dele decorrem são os desafios que temos que enfrentar.

Desafios contemporâneos

Considerando o significativo aumento do antissemitismo nos últimos anos, temos muito trabalho pela frente para minimizar a disseminação de preconceitos que atravessam a história dos judeus. Um desafio atual é intensificar o combate ao antissemitismo – inclusive em conformidade com o artigo V, inciso VI da Constituição Federal, que afirma ser inviolável “a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (Brasil, [1988]/2003, p. 6), e com a lei 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor e, no seu artigo 20º, reitera a criminalização da prática, in-

dução ou incitação de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. E dada a periculosidade da ideologia nazista, ainda em seu §1º criminaliza a fabricação, comercialização, distribuição ou veiculação de símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos, ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou a cruz gamada com a finalidade de divulgação do nazismo (Brasil, 1989). Nesse sentido, o Brasil está à frente de outros países que não preveem tal criminalização, supostamente em nome da liberdade de expressão. Liberdade essa que deve sim ser limitada quanto à expressão de discursos de ódio e propagação de intolerância religiosa.

Para tal, é importante estimular representantes de outras culturas e religiões a se posicionarem no combate ao antissemitismo, reconhecendo que essa prática criminosa atinge não apenas os judeus, mas coloca em risco a própria democracia, pois na interligação da rede social atinge também outros segmentos.

Para além da questão legal, quanto à legitimidade da existência dos judeus como qualquer outro grupo, a educação é um caminho permanente a ser seguido com vias à boa convivência e superação dos preconceitos. Perseguido ao longo de sua história, na idade moderna os judeus foram as maiores vítimas do Holocausto – aludido também pelo termo hebraico, *Shoah*, que significa catástrofe -, promovido pelo governo totalitário nazista, com sua política eugênica, racista e antissemita, que excluiu, perseguiu e assassinou também outros grupos minoritários, como ciganos, afrodescendentes, deficientes físicos e mentais, maçons, Testemunhas de Jeová, eslavos, além de opositores políticos, comunistas e todos os que se diferenciavam do modelo ariano como parâmetro de purificação racial. Os judeus foram as vítimas prioritárias, num genocídio em caráter industrial em que seis milhões foram assassinados e outros milhões sobreviveram traumatizados. Para que tal tragédia não seja esquecida e nunca mais se repita, a data de 19 de abril consta do calendário oficial do estado do Rio de Janeiro como Dia Estadual de Lembrança do Holocausto, quando então deverão ser promovidos palestras e eventos memorialísticos, inclusive nas escolas da rede estadual de ensino (Rio de Janeiro (Estado), 2000), nas quais é previsto o ensino do Holocausto (Rio de Janeiro (Estado), 2011), assim como o é nas escolas da rede pública municipal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2011). Em nosso estado, há anos são realizados inúmeros

projetos educacionais de instituições judaicas em parceria com instituições públicas e privadas a fim de construir laços e conscientizar da importância do ensino do Holocausto e Direitos Humanos, bem como da promoção de diálogos inter-religiosos a fim de promover a aproximação e a formação de cidadãos mais corresponsáveis e conscientes do seu potencial na construção de uma sociedade mais justa.

Considerações finais

A fim de estimular uma postura de superação do estranhamento diante do diferente, a prática dialógica proposta pelo filósofo judeu Martin Buber (1878-1965) é bastante promissora. Nela, mais do que o raciocínio dialético, o interesse de compreender e se fazer compreendido pelo outro numa prática mútua, promove a superação de preconceitos e racionalizações que distanciam ao invés de aproximar as pessoas (Buber, 1982). Essa proximidade propicia uma atmosfera empática, na qual o outro é percebido como igual e não como um objeto, que olhamos à distância. É a base das relações *Eu-Tu*, com o outro visto como um fim em si mesmo, em contraponto às relações *Eu-Isso*, na qual o outro é visto como um meio, em relações instrumentalizadas (Buber, 1977).

A empatia advém do exercício de sentir com o outro, para que as relações interpessoais se deem por meio da compreensão e da capacidade humana de conhecer o outro não apenas através da razão, mas também da emoção. Para Buber, a relação de reciprocidade é a necessidade mais básica do ser humano, e precisa ser cultivada para o aprimoramento do desenvolvimento individual e social. É nessa direção que o judaísmo caminha, se propondo a dar a sua contribuição para a melhoria do mundo por meio do estudo, do trabalho e das boas ações – conforme preconizada pelo *Pirkei Avot*, a *Ética dos Pais*, um dos tratados da *Mishná* que traz preceitos de boa conduta, transmitidos de geração em geração. Mantendo a referência da preservação da vida como o bem maior e mais sagrado, trabalhando com educação, ética e fé, acreditamos que o trato intercomunitário tende a crescer e dar frutos. Shalom!

Referências bibliográficas

BEREZIN, Rifka. *As origens do léxico do hebraico moderno*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

BEREZIN, Rifka, et al. *Caminhos do Povo Judeu*. 3. ed. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1981. v. 1.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* [1988]. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. *Lei nº 7716, de 5 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Brasília, DF: Presidência da República-Casa Civil, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Moraes, 1977.

BUBER, Martin. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

EDELHEIT, Joseph. *O que me está faltando?* : questões sobre o ser humano. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2021.

FRIDLIN, Vitor. Calendário judaico. In: SCHAPOCHNIK, Marcelo (coord.). *Luach 5775*. São Paulo: KKL, 2014. p. 14-24.

GEFTER, Saul Stuart. A Mishna, a Gemara, Talmud e Midrash (5780). *P'nei Or, Estudos*, Petrópolis, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://pneior.org.br/a-mishna-gemara-talmud-e-midrash-5780-estudo-para-31-de-janeiro-de-2020-05-de-shevat-de-5780/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GLASMAN, Jane Bichmacher de. *À luz da menorá*: introdução à cultura judaica. Rio de Janeiro: Edição da Autora, 1999.

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 5267, de 9 de maio de 2011*. Dispõe sobre noções do Holocausto nazista na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2011/527/5267/lei-ordinaria-n-5267-2011-dispoe-sobre-nocoos-do-holocausto-nazista-na-rede-municipal-de-ensino-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 29 mar. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei nº 3461, de 14 de setembro de 2000*. Institui o Dia Estadual de Lembrança do Holocausto. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-3461-2000-rio-de-janeiro-institui-o-dia-estadual-de-lembranca-do-holocausto>. Acesso em: 29 mar. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Lei nº 6057, de 7 de outubro de 2011*. Dispõe sobre o ensino de noções do Holocausto nazista na Rede Estadual de Ensino. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26381554/lei-n-6057-de-07-de-outubro-de-2011-do-rio-de-janeiro/legislacao>. Acesso em: 30 mar. 2024.

MELAMED, Meir Matzliah. *A Lei de Moisés*. 3. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Danúbio, 1980.

SINAGOGA BETH-EL. *Luach 2022-2023 - 5783*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2023.

SUSSKIND, Marcos L. Um mês muito diferente: Tevét. *Blog Bras.il*, Natania, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www.bras-il.com/um-mes-muito-diferente-tevet1/>. Acesso em: 31 mar. 2024,

WROBEL, Ronaldo. *Nossas festas: celebrações judaicas*. São Paulo: Francis, 2007.

Capítulo III

A religião islâmica, os seus seguidores e a liberdade religiosa

Fernando Luiz Guimarães Celino¹

Introdução

Em meados do ano 610 da Era Comum, um comerciante iletrado nascido em Meca, então um importante centro de convergência de caravanas religiosas e comerciais na Península Arábica, resolve fazer um retiro na Gruta de Hirá, localizada na Montanha da Luz (Jabal Nur), nas cercanias da cidade. Não era a primeira vez. Sempre que se sentia angustiado ou insatisfeito com as práticas dos líderes da tribo que comandava a região, os coraixitas, ele se refugiava nesta caverna em busca da paz e da tranquilidade que não encontrava em sua sociedade, para então meditar com calma e oferecer orações. Àquele que, desde sempre, acreditava ser o Único Criador de todo o Universo e tudo o que há nele.

Chegando ao local, o comerciante começou, como de hábito, a realizar preces à sua maneira, dedicando-se de corpo e alma à adoração a Deus, que na sua língua materna, o árabe, corresponde ao termo Allah. Ele não fazia ideia, mas naquela noite algo extraordinário ocorreria. Um fato tão grandioso que, a partir de seus desdobramentos, mudaria por completo a história do mundo e da humanidade. Enquanto orava, de repente ouviu uma voz e sentiu um aperto no peito, como se lhe abraçassem, o que lhe gerou um susto muito grande, pois estava completamente sozinho na gruta. Mais do que a voz em si, a palavra que lhe pronunciaram, em tom imperativo, o surpreendeu: “Leia!”.

Aquele homem simples, que não dominava a leitura nem a escrita, respondeu sem saber a quem: “*Eu não sei ler*”. “A voz”, que agora estava personificada na imagem de um ser humano de repente surgido na gruta, repetiu mais duas vezes a ordem para ler, tendo a mesma resposta

¹ Muçulmano, estudioso em religião, palestrante, jornalista, escritor, assessor de comunicação da Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro.

na segunda e, na terceira, o seguinte questionamento: “*O que vou ler?*”. E então, completando o que fora antes dito, ouviu-se no local: “Lê, em nome do teu Senhor que criou. Criou o homem de um coágulo. Lê, que o teu Senhor é o mais Generoso, que ensinou através da pena, ensinou ao homem o que este não sabia” (96:1-5)². Ele recitou atrás, e quando terminou não havia mais ninguém na caverna.

Profundamente abalado com o que acabara de ocorrer, aquele árabe não versado nas letras humanas, porém extremamente elevado espiritualmente, chegou em casa praticamente sem conseguir falar, tamanho o espanto que aquele evento lhe causara. Andava tendo sonhos, que se realizavam no dia seguinte, mas, nos seus 40 anos de vida, nada se assemelhava àquilo. Foram somente o amor e o cuidado de sua esposa Khadija (RA) que o acalmaram, possibilitando que ele explicasse a ela o que ocorrera. Seu temor era que algum mau espírito o estivesse intimidando. Quanto a isto ela também o confortou, cobrindo-lhe com um manto, já que ele tremia – embora fizesse calor –, e lembrando-lhe que ele era uma ótima pessoa, reconhecida como tal por toda a comunidade na qual viviam, em que pese ele não se sentisse parte daquela sociedade devido aos maus feitos por lá praticados. Era conhecido como *Al amin*, “O confiável”, e, portanto, nenhum mau espírito poderia tocá-lo.

Os dois foram então à casa do primo de Khadija (RA), um sábio cristão. Ao tomar conhecimento do ocorrido na gruta, contou ao casal que, baseado nas escrituras sagradas antigas, podia-se concluir que aquele acontecimento era típico de como a revelação divina se dera com Moisés (AS). E que se isso se confirmasse, era melhor que se preparassem, pois os escolhidos de Deus sempre sofriam muito em sua missão. Tempos depois, veio a confirmação: em um episódio semelhante, foi revelado que aquele homem iletrado, nascido no deserto, seria o último Profeta e Mensageiro de Deus, o qual teria a tarefa de transmitir o derradeiro Livro Sagrado com a definitiva mensagem divina à humanidade, confirmando as profecias anteriores e complementando-as. “Ó tu, envolto no manto! Levanta-te e admoesta! E enaltece o teu Senhor!

² Estas foram as primeiras *ayát* (plural de *ayah*, versículo) do que posteriormente viria a ser o *Al-Qur'an* (aportuguesando, Alcorão, que significa “A recitação” ou “A leitura”). O termo árabe *Iqra*, primeira palavra revelada deste livro sagrado, pode ser traduzido como “lê”, “recita” ou “proclama em voz alta”, conforme explica o professor Samir El Hayek, um dos principais tradutores do Alcorão para a língua portuguesa, cuja obra está sendo utilizada como referência para este artigo.

(...) E não esperes, ao dares, qualquer aumento (em teu interesse), mas persevera pela causa do teu Senhor” (74:1-3,6-7)³.

“A voz” que trazia esta revelação do Criador era do Arcanjo Gabriel. Este simples comerciante era Muhammad⁴ (SAWS)⁵, frequentemente citado em inúmeros estudos independentes como um dos homens mais influentes da história⁶. E assim teve início o Islam⁷, religião que hoje conta com mais de 1,8 bilhão de adeptos em todo o mundo, conhecidos como muçulmanos⁸.

³ Curioso notar que na ocasião da revelação dessas *ayát* ele também tremia, e por isso se cobriu com um manto, assim como após o evento da gruta. E nesse trecho, Deus o chama de “envolto no manto”, ou “emantado”, “agasalhado”, em outras traduções. Além de demonstrar a onividência de Quem revelava aquelas palavras, essa passagem incumbiu aquele homem de ultrapassar a fase contemplativa pessoal, deixar o seu temor de lado e proclamar a mensagem divina às pessoas, sem esperar delas, no entanto, qualquer tipo de recompensa ou reconhecimento – beneficiar sem esperar nada em troca; afinal, ser um escolhido de Deus para esta nobre missão já era a maior dádiva. Em vez disso, em meio às dificuldades que fatalmente surgiriam, como o primo de Khadija (RA) previra, ele deveria “perseverar pela causa do teu Senhor”.

⁴ No Brasil e em alguns países ocidentais, é muito mais conhecido o termo Maomé, por vezes entendido como uma tentativa de tradução, mas que na verdade é uma corruptela do verdadeiro nome do profeta que, portanto, deve ser evitada.

⁵ Sigla da expressão árabe (idioma no qual foi revelado o Alcorão) “*Salallahu Aleihim Wa Salam*”, que significa “Que a paz e as bênçãos de Deus estejam sobre ele” e é sempre mencionada pelos muçulmanos ao citarem Muhammad (SAWS), bem como outras frases que são ditas à menção dos nomes de outros profetas e demais pessoas importantes no contexto religioso.

⁶ A pesquisa mais recente do tipo é de 2024 e foi realizada pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), uma das instituições de ensino mais prestigiadas do mundo. O projeto Pantheon, desenvolvido pelo MIT, divulgou uma lista das personalidades mais influentes da história, e o Profeta Muhammad (SAWS) figura em primeiro lugar. A lista pode ser acessada neste link: <https://pantheon.world/explore/rankings?show=people&years=-3501,2023>

⁷ A palavra “*Islam*” deriva da raiz árabe “*salam*”, que linguisticamente significa “paz”. No sentido religioso, Islam quer dizer “submissão voluntária à vontade de Deus”. Islam é, portanto, o termo que nomeia a religião oficialmente conforme citado no próprio Alcorão, e não “islamismo”, pois o sufixo “ismo” é utilizado para se remeter a algo ou alguém, o que não é necessário quando já existe um nome próprio que se autodefine. Cabe destacar, ainda, que o vocábulo “Islam” é encontrado em diversos meios escrito de outras maneiras, como “Islã” ou “Islão”. Isso se dá porque é um termo árabe, língua que possui um alfabeto diferente, e quando as pessoas o escrevem no alfabeto latino elas transliteram da maneira que julgam ser a mais próxima do som que ouvem quando a palavra é pronunciada. Entre os muçulmanos, no entanto, a forma majoritariamente utilizada é “Islam”. Ademais, o termo “salam” origina ainda o cumprimento usado por eles no dia a dia, “Assalamu Aleikum” (Que a paz esteja com você), o que já denota uma certa contradição ao estereótipo de religião bélica criado a partir dos anos 2000.

⁸ O termo “muçulmano”, que designa o seguidor da religião islâmica, significa “aquele que se submete voluntariamente à vontade de Deus”. Existem muçulmanos em todos os con-

Muçulmanos: quem são, no que creem, o que praticam?

Uma vez entendido como se deu o princípio da revelação do Islam em sua forma final⁹, neste tópico buscaremos discorrer brevemente sobre a base da crença e da prática religiosa dos muçulmanos. Por ter surgido naquela determinada região do planeta, muitas pessoas acreditam que o Islam é uma religião “criada” pelos e para os árabes, ou seja, seria parte da cultura deles e, sendo assim, somente eles poderiam seguir os preceitos islâmicos. Essa é apenas uma de tantas ideias equivocadas que se têm a respeito do Islam, daí a importância de entendermos um pouco mais sobre a religião em si.

Consta no Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos, que o Islam foi revelado para toda a humanidade, em qualquer tempo, a todos os povos e nações. Todos somos iguais, enquanto seres humanos, perante Deus. Logo, a religião muçulmana é aberta para todo e qualquer indivíduo, desde que este a conheça, acredite em seus princípios e deseje¹⁰ segui-los. O processo para se converter ao Islam é inclusive muito simples: basta que se pronuncie uma sentença em árabe, denominada *Shahada*, que em português significa “Testemunho que não há outra divindade além de Deus e testemunho que Muhammad é Seu Mensageiro”. Dita esta frase, de preferência na presença de pelo menos dois muçulmanos, a pessoa terá abraçado o Islam.

Mas para chegar até aqui, é desejável que o indivíduo conheça bem os pilares da crença e da prática islâmica, dos quais falaremos mais

tinentes, e pouco menos de 20% são de origem árabe, ao contrário da percepção do senso comum, que costuma associar muçulmanos a árabes e vice-versa. Os dados quantitativos são do Pew Research Center, um dos maiores institutos de pesquisa do mundo sediado em Washington (EUA).

⁹ Ao dizermos “em sua forma final”, estamos nos referindo à religião islâmica como conhecemos hoje, com seus princípios e práticas revelados por Deus ao Profeta Muhammad (SAWS). Para os muçulmanos, no entanto, a mensagem principal do Islam, o monoteísmo, sempre existiu, já que todos os profetas anteriores pregaram a crença em um único Deus e foram, portanto, muçulmanos, na acepção da palavra explicada na nota anterior.

¹⁰ Mais uma vez aqui destaca-se o caráter voluntário da prática islâmica, uma condição para a conversão ao Islam, o que desmonta teses estapafúrdias de que a religião muçulmana cresceu ao longo da história por meio de conversões forçadas. Na fé islâmica, tal possibilidade nem faz sentido, uma vez que cremos na onisciência de Deus, que sabe, portanto, da sinceridade ou não – e, consequentemente, da validade ou não – das ações das pessoas. Nas fontes islâmicas, inclusive, diz-se que “os atos valem pelas intenções”. Por fim, além de ser então uma religião universal, e não apenas de árabes, estes na verdade ainda são minoria quando levamos em conta a totalidade dos muçulmanos no mundo, como vimos anteriormente.

adiante, para que a sua *shahada*, que é uma confirmação verbal e pública de uma crença já estabelecida no coração, seja feita de forma consciente e sincera. É uma decisão séria, pois o Islam não foi revelado somente como uma religião, mas sim como um código de vida completo, o qual chamamos de *Din*.

Por esse conceito, os muçulmanos não fazem distinção entre a vida mundana e a religiosa. Todas as suas ações são pautadas no Islam, pois o próprio Alcorão rege as atitudes que um fiel deve adotar em todos os aspectos da vida. Como nosso Criador, Deus conhece a natureza humana e sabe o que é bom e o que é ruim para nós. Desse modo, Ele nos dá orientações para que tenhamos uma existência correta, equilibrada e positiva em todos os âmbitos. Assim, nosso livro sagrado não abrange somente as liturgias religiosas, mas também normas de conduta que vão desde as questões mais simples, como higienização, até o comportamento de um chefe de estado, por exemplo.

Nesse contexto, a busca pela coerência entre a crença e a prática é muito enfatizada. Afinal, são comuns em todas as religiões aqueles seguidores que dentro do templo agem de maneira exemplar, mas na vida cotidiana ignoram a teoria religiosa e praticam os atos mais abomináveis. Para o Islam, os ensinamentos divinos não podem permanecer num plano isolado, independente e superior às ações humanas, pois assim seriam inócuos. Eles devem ser praticados dentro de um equilíbrio entre a vida espiritual e a secular, e o *Din* estabelece o modo como o indivíduo deve se relacionar com Deus, com o próximo e com o ambiente em que vive, levando assim uma vida digna e honrada.

Para os muçulmanos, Deus criou o Universo e tudo o que existe dentro dele. Dessa forma, o homem e todos os seres animados e inanimados, bem como a natureza, são de Sua propriedade. Mas Ele não criou tudo o que conhecemos sem um propósito. O Criador fez o homem para que este o adorasse¹¹, e através dos tempos enviou diversos profetas e mensageiros para ensinar a maneira que a humanidade deveria se portar. Alguns desses homens escolhidos por Deus foram Adão, Noé,

¹¹ O conceito de adoração no Islam é mais amplo do que apenas atos de devoção a Deus. Quaisquer ações comuns do dia a dia, como se alimentar, trabalhar ou se divertir, podem ser considerados uma adoração a Deus e assim serão por Ele recompensados, desde que sejam realizados de forma lícita (dentro dos parâmetros divinos) e com a intenção de agradá-Lo. Assim, ao usufruirmos de todas as benesses desta vida mundana, nessas condições, estamos também adorando a Deus.

Abraão, Moisés, Jesus e, por último, o Profeta Muhammad (Que a paz e as bênçãos de Deus estejam com todos eles), que recebeu a revelação do Islam por intermédio do Arcanjo Gabriel, como já demonstramos.

Por acreditarmos que esta foi a última mensagem de Deus para a humanidade, o Alcorão é a principal fonte de fé e orientação dos muçulmanos. E a segunda fonte seguida pela religião islâmica é a chamada *Sunna*, que são os ditos e atos do Profeta Muhammad (SAWS). Eles são considerados como exemplos de conduta, e, dessa forma, os muçulmanos procuram adotá-los em seu cotidiano. O muçulmano coerente, portanto, é aquele que norteia a sua vida de acordo com os bons ensinamentos do Alcorão e da *Sunna*. Ou seja, não apenas crê, mas pratica.

O Islam, então, está construído no que chamamos de “Pilares”, por serem os alicerces da religião. São os principais fundamentos da crença e da prática islâmica, e aceitá-los é uma condição para ser muçulmano. Esses princípios se dividem em Pilares da Crença (ou da Fé), no total de seis, e Pilares da Prática (ou da Religião, ou do Islam), cinco. Os Pilares da Crença dizem respeito à doutrina islâmica prescrita no Alcorão e na *Sunna*, e, uma vez crendo nessa doutrina, o indivíduo se torna um muçulmano em potencial. Falaremos primeiramente sobre eles, e em seguida sobre os da Prática.

1º Pilar da Crença – O *Tauhid* (A Unicidade de Deus)

O monoteísmo é a base do Islam. Não existem parceiros junto ao Criador nem intermediários entre os homens e Deus. Essa parte da fé islâmica se divide em três elementos: a unicidade do Criador, a unicidade da divindade e a unicidade dos nomes e atributos de Deus.

A primeira delas, a unicidade do Criador, pressupõe que Deus criou, mantém e é o “dono” de tudo e de todos; a segunda parte, a unicidade da divindade, diz que, por ser o Único Criador, Deus é também o Único a quem se deve adorar e dirigir preces, não havendo a necessidade de intermediários, já que Ele é perfeito e, portanto, vê e ouve a todos; e a terceira, a unicidade dos nomes e atributos de Deus, quer dizer que a Ele pertencem todos os nomes e atributos da perfeição. No Alcorão estão listados 99 nomes e atributos considerados como os termos adequados para se dirigir a Ele.

Vale esclarecer aqui uma distorção que existe em torno do termo “Allah”, entendido por muitos como um “Deus dos Muçulmanos”. Conforme explicado no início deste artigo, Allah é a palavra que designa Deus na língua árabe, idioma do Alcorão, assim como o equivalente em inglês é God. Dessa forma, o cristão árabe, quando lê a sua Bíblia ou faz as suas orações, também pronuncia Allah, uma vez que este é o termo para Deus na sua língua materna. Mas existe uma razão pela qual os muçulmanos, de uma forma geral, acabam preferindo adotar a palavra Allah, mesmo os não árabes.

Um outro detalhe importante em relação à palavra árabe Allah é que ela não admite nem gênero, nem número e nem grau, caracterizando dessa forma um Deus Único, enquanto em outras línguas a palavra Deus pode ter gênero como, por exemplo, na língua portuguesa temos deusa, e número, como deuses. Em função dessa particularidade é que alguns muçulmanos preferem utilizar o termo em árabe ao se referir a Deus. (ISBELLE, 2003, p.11)

2º Pilar da Crença – Os Anjos

O Islam prevê a crença na existência dos anjos, que são seres criados por Deus a partir da luz, diferentemente do ser humano, que foi criado do barro. Não é possível vê-los, e eles somente seguem as ordens de Deus, pois não têm livre-arbítrio, ao contrário do homem, além de não terem necessidades fisiológicas, já que não se alimentam. Cada classe de anjos tem uma função específica determinada por Deus. Possuem cérebro, visão e poderes, jamais agredem ninguém e somente Deus sabe quantos existem. Acreditar nos anjos, para os muçulmanos, é uma extensão da crença em Deus.

3º Pilar da Crença – Os Livros

Ao longo dos séculos, Deus enviou à humanidade diversas orientações por meio de Seus mensageiros. Sempre que os ditos divinos estavam sendo esquecidos e/ou deturpados, Deus revelava novas mensagens por meio de outros profetas para que os humanos voltassem à senda reta. Tais mensagens foram escritas em livros, e acreditar nessas escrituras sagradas faz parte da fé muçulmana.

Não se sabe o número exato de livros revelados, mas cinco deles são considerados os principais: os Livros de Abraão (do qual não existem mais vestígios); os Salmos de Davi; a Torá de Moisés; o Evangelho de Jesus; o Alcorão, dado ao último profeta, Muhammad, para toda a humanidade (Que a paz e as bênçãos de Deus estejam com todos eles).

Tal revelação levou os últimos 23 anos da vida do Profeta Muhammad (SAWS) para se completar. Tudo o que ele ouvia do anjo era repetido por ele para ser anotado pelos escribas, pois o mensageiro era analfabeto. Esses manuscritos foram então reunidos e deram origem ao Alcorão. Ele é dividido em 114 suratas (capítulos) e contém todas as respostas para as diversas questões importantes que dizem respeito à vida humana. Na concepção islâmica, somente o Alcorão permanece no seu estado original, sem nunca ter sido alterado, já que esta é a última mensagem de Deus para a humanidade. “Nós revelamos a Mensagem e somos o Seu Preservador” (15:9)¹².

4º Pilar da Crença – Os Profetas e Mensageiros

Deus enviou diversos profetas e mensageiros para os quais o Arcanjo Gabriel revelava as mensagens divinas. As fontes islâmicas afirmam que existiram mais de 124 mil profetas, e o Alcorão cita 25 deles nominalmente, os quais também são mencionados na linha judaico-cristã. Vale ressaltar que, embora esses profetas tenham sido escolhidos por Deus, eles não são, de modo algum, venerados pelos muçulmanos. Afinal, eles eram pessoas comuns. Ficavam doentes, possuíam necessidades próprias aos humanos e, por conseguinte, não havia divindade a ser cultuada nesses mensageiros.

No entanto, eram pessoas virtuosas, e Deus as escolheu justamente por isso, para que houvesse credibilidade em tudo o que eles profetizava-

¹² O texto do Alcorão, revelado no mais alto padrão e que serviu como base para o aperfeiçoamento da própria língua árabe – e, portanto, não poderia ter sido produzido por um homem iletrado –, e a sua preservação de qualquer deturpação até o fim dos tempos, são considerados grandes milagres divinos pelos muçulmanos. Além de ter sido preservado na forma escrita (existem cópias do Alcorão original guardados em museus, cujos textos são iguais aos de qualquer exemplar que temos hoje, e os métodos de datação aplicados batem com a época do profeta), ele também foi preservado na memória das pessoas, pois desde a sua compilação até os dias atuais sempre houve a prática da memorização de todo o Alcorão por muitos muçulmanos.

sem a partir da inspiração divina, e assim pudessem servir de modelo de conduta para as pessoas. Todos os mensageiros de Deus possuíam características comuns entre si, tais como: veracidade e retidão, confiança em transmitir a mensagem, inteligência e poder de argumentação, foram salvos de defeitos físicos, mentais e morais, foram preparados física e espiritualmente para pregarem a mensagem e protegidos da prática de pecados. O fiel muçulmano deve crer em todos eles, assim como acreditar que as suas missões foram cumpridas corretamente.

5º Pilar da Crença – O Dia do Juízo Final

Os muçulmanos acreditam que esta é uma vida única, de passagem e de testes, e nesta existência terrena nem sempre a justiça prevalece. Após o fim do mundo, todos serão ressuscitados e julgados pelos atos que cometeram em vida, e aí a justiça plena de Deus será estabelecida, pois nada escapa aos olhos d’Ele. Cada um terá o seu destino na vida eterna, ou no Paraíso ou no Inferno, de acordo com o que tiver feito aqui, de bom e de ruim.

A misericórdia de Deus é incomparavelmente maior do que a de uma mãe para com o seu filho. Com exceção de uma, todas as demais suratas do Alcorão começam com a frase “Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso”. Portanto, todas as pessoas que têm ao menos uma ínfima partícula de fé, dependendo de suas atitudes em vida, poderão ter o seu castigo limitado e adentrar o Paraíso. O único Senhor do Dia do Juízo Final será Deus, conforme nos diz a sura que abre o Alcorão.

6º Pilar da Crença – O Decreto Divino (*Kadar* ou *Takdir*)

O Decreto Divino, ou a predestinação, diz que Deus é onisciente, o Único que conhece o futuro e que determina tudo o que acontece no Universo. No entanto, Ele concedeu o livre-arbítrio ao homem, e orienta a todos que busquem o conhecimento e lutem por seus ideais de todas as formas lícitas possíveis a fim de alcançar o sucesso, em vez de culpar o destino por qualquer vicissitude que ocorra. Se o ser humano fizer por merecer, Deus facilitará o seu caminho, e só seremos julgados no Dia do Juízo pelas nossas ações e omissões, e não por questões alheias ao nosso poder de escolha.

Como já vimos, islamicamente falando de nada adianta apenas ter fé. Mesmo o Satanás (*Shaytan* ou *Ibliss*, na terminologia islâmica) também sabe da existência de Deus. O que faz a diferença é o que aplicamos em vida. Os Pilares da Prática, então, consistem em atos que todo o muçulmano deve adotar para confirmar a sua crença. Tais atitudes também contribuem para a construção de um mundo cada vez melhor, visando a integração do homem com o próximo, com Deus e com o ambiente em que vive. E não há exageros nesses pilares, pois Deus não exige nada além da capacidade humana e não criou a religião para dificultar, e sim para facilitar a vida do homem a fim de que ele possa progredir. O cumprimento dessas obrigações pode garantir, ainda, o êxito na outra vida.

1º Pilar da Prática – *A Shahada* (O Testemunho de Fé)

É a porta de entrada para o Islam. Qualquer pessoa que deseje abraçar a religião e que tenha convicção nos Pilares da Crença deve fazer o testemunho, preferencialmente na presença de dois muçulmanos, de que não há divindade a não ser Deus e que Muhammad (SAWS) é Seu Mensageiro. Essa frase carrega toda a fé islâmica, pois atesta o monoteísmo, a mensagem do profeta e iguala os seres humanos, libertando-os de preconceitos e da submissão a qualquer outro ser que não Deus.

Vale esclarecer que o testemunho não funciona como salvo-conduto para o Paraíso, pois tudo depende da prática. Não existem dogmas, uma vez que o Islam é baseado na razão e na lógica. O crente muçulmano não admite uma fé cega, mas sim aquela que é fruto da reflexão e da aceitação firme dos preceitos islâmicos de forma autônoma e independente.

A *shahada*, entretanto, não significa batismo, já que os muçulmanos não acreditam que o homem nasça do pecado¹³, e sim no estado da

¹³ Para o Islam, Adão (AS) e Eva (RA) realmente pecaram, desobedecendo a Deus ao comerem do fruto proibido. Porém eles se arrependeram, pediram perdão e Deus os perdoou. Mas mesmo que eles não tivessem se arrependido, na visão islâmica ninguém herda pecados nem méritos de ninguém. Cada um é responsável pelas suas ações e responderá somente por elas a Deus, de modo que não é necessário nenhum processo de purificação para pecados cometidos por outrem.

*fitra*¹⁴. Aconselha-se a quem pronunciar o testemunho que, após realizá-lo, tome um banho, ou no mínimo faça a ablução (ver tópico abaixo), já que após a *shahada* todos os pecados cometidos anteriormente pelo novo convertido são apagados, dependendo da sua prática futura. A vida se torna como um livro em branco, podendo preenchê-lo com boas ações.

2º Pilar da Prática – A *Salat* (A Oração)

A oração é o laço que conecta o homem a Deus. Assim como o corpo precisa de alimento, a alma precisa da ligação com o Criador por meio da reza. O ritual da oração islâmica – ensinado pelo Profeta Muhammad (SAWS) por inspiração divina – é composto de alguns movimentos, entre eles a genuflexão e a prostração da frente no solo¹⁵, em sinal de submissão (o significado de ser muçulmano) a Deus. São recitados alguns versículos do Alcorão, bem como mencionados louvores ao Altíssimo.

Antes da oração, os muçulmanos praticam a ablução (em árabe, *wudu*), que é um ato de purificação para o encontro com Deus. Assim, eles lavam os pés, o antebraço até as mãos, o rosto, a boca, o nariz, os ouvidos e, levemente, os cabelos. Flatos e necessidades fisiológicas, dormir um sono profundo, sangue escorrido de um ferimento e a perda dos sentidos, por qualquer motivo, quebram a ablução, sendo necessária uma nova lavagem antes da próxima oração. O ato sexual, o fim do período menstrual, a ejaculação e o pós-parto tornam obrigatório o banho completo antes da oração.

¹⁴ Conhecimento e estado inato ao ser humano, que segundo o Profeta Muhammad (SAWS) significa a predisposição à crença e à submissão total à vontade de Deus, ou seja, o estado do Islam.

¹⁵ Este é o momento mais característico da oração islâmica, pois pela prostração o fiel demonstra claramente a sua submissão a Deus. Este instante é tão simbólico que o muçulmano só realiza este ato para Deus, na oração ou quando quer mostrar a sua gratidão por algo bom que tenha ocorrido (é comum, por exemplo, jogadores de futebol muçulmanos se prostrarem no gramado após um gol ou uma vitória). A prostração (em árabe, *sujud*) é o momento em que se está mais próximo de Deus, e por isso muitos muçulmanos realizam súplicas e a sua “conversa” pessoal com Deus enquanto estão nesta posição.

Uma vez abluído, o muçulmano se coloca na direção da *qibla*¹⁶ e inicia o processo de oração, que se repete cinco vezes ao dia em intervalos de tempo determinados de acordo com a posição do sol. A primeira reza do dia é a da alvorada, que se chama *Fajr*. Em seguida, a partir do meio-dia, temos o *Dhuhr*, à tarde o *Asr*, durante o crepúsculo o *Maghrib* e, à noite, o *Ishá*.

3º Pilar da Prática – O *Zakat*

Após um ano, o muçulmano deve fazer a contabilização de seus bens. Caso o líquido seja superior a 595 gramas de prata, o fiel deve pagar o *zakat*, ou seja, doar 2,5% desse valor aos muçulmanos mais necessitados (os que não atingiram aquele nível). Esse procedimento tem como fundamento evitar o entesouramento, que faz dos ricos cada vez mais ricos e dos pobres cada vez mais pobres, com o intuito de melhorar a distribuição de renda na comunidade e reduzir a desigualdade social. Quando o *zakat* foi aplicado em Estados muçulmanos antigos obteve extrema eficácia, chegando ao ponto de em povos inteiros não possuírem mais pessoas habilitadas a receber o *zakat*, por terem adquirido boas condições financeiras. Em um país islâmico, a distribuição do *zakat* é feita por um órgão específico, mas vale ressaltar que o *zakat* não é o mesmo que caridade. Ele é distribuído apenas entre os muçulmanos após um ano, geralmente no período do *Ramadan*. Já a caridade, que teve sua prática também aconselhada por Deus, pode ser feita a toda e qualquer pessoa, em qualquer tempo.

4º Pilar da Prática – O *Sían* (O Jejum no mês do Ramadan)

O mês do *Ramadan* é um período especial na fé islâmica, pois representa o 9º mês do calendário lunar quando o Profeta Muhammad (SAWS) obteve a revelação. Esse é um mês essencialmente de adora-

¹⁶ Direção da *Kaaba*, que significa “cubo” por ser uma construção neste formato localizada no centro da Grande Mesquita de Meca (*Masjid Al-Haram*). Mesquita é o templo religioso dos muçulmanos e vem do árabe *masjid*, que quer dizer “local de prostração”. Acreditamos que aquele foi o primeiro local em que Deus foi adorado na Terra, e por isso Abraão (AS) e seu filho Ismael (AS) construíram a *Kaaba*, seguindo uma ordem de Deus, para marcar definitivamente aquele ponto. Devido a isso, quando os muçulmanos vão rezar eles se voltam para lá, criando uma corrente de adoração a Deus que nunca cessa.

ção, e, desde um pouco antes do nascer do sol até este se pôr, os muçulmanos se abstêm de comer, beber, manter relações sexuais e outras práticas que anulam o jejum.

Um dos objetivos é fazer com que o fiel olhe com mais compaixão para melhor ajudar os mais necessitados, que enfrentam aquela situação de fome e sede diariamente. Além disso, o jejum serve para purificar o organismo e, tão importante quanto, a alma, pois neste mês sagrado é fundamental fazer uma autorreflexão, tentar eliminar os próprios defeitos e buscar melhorar enquanto ser humano.

5º Pilar da Prática – O *Hajj* (A Peregrinação)

Esta é uma obrigação que somente recai àqueles que possuem condições físicas e financeiras para realizá-la. Como vimos, os muçulmanos empreendem suas rezas diariamente em direção a Meca, onde está localizada a *Kaaba*, um monumento que abriga uma pedra negra enviada por Deus como indicação de onde ela deveria ser construída, e que serviria como referência para as orações.

Caso o fiel tenha possibilidades, ele deverá, ao menos uma vez na vida, se dirigir a Meca para realizar a peregrinação, que consiste em repetir alguns rituais praticados por Abraão (AS) e sua família na época da construção da *Kaaba*. Nesse período é evidenciada a igualdade dos homens perante Deus, pois todos os peregrinos trajam-se do mesmo modo, submetendo-se apenas à vontade do Criador.

O Islam e a diversidade religiosa

Como religião minoritária e envolta em muitos estereótipos e distorções no Brasil, fez-se necessário neste artigo uma abordagem mais atenta acerca do Islam em si, para que pudéssemos chegar a uma base mínima de entendimento que nos permitisse avançar para discutir como o Islam lida com outras religiões e as mais diversas formas de expressões de fé do ser humano. Faremos isso por meio de citações a respeito desta temática nas fontes islâmicas, e também através de um apanhado histórico. Mas como qualquer espaço seria exíguo para um relato de 14 séculos, destacaremos somente as principais iniciativas nesse âmbito, desde a época do profeta até os dias atuais, inclusive no Brasil.

Questão premente na contemporaneidade, o respeito à diversidade religiosa sempre foi tratado pelo Islam não somente como um direito, mas sim como uma obrigação determinada por Deus no próprio Alcorão: “Não há imposição quanto à religião, pois já se destacou a verdade do erro” (2:256). O entendimento é o de que se Deus quisesse que todos fossem iguais e pensassem da mesma forma, assim o faria. Mas não, Ele não nos obrigou a nada, nem mesmo a acreditarmos n’Ele. Nos dotou de razão e de livre-arbítrio, e essa liberdade de alternativas dada pelo Criador perpassa pela livre escolha de credo. E como Deus diz nesta *ayah* acima, a religião não pode ser imposta, pois a fé deve surgir no interior de cada um, já que está diretamente ligada ao coração.

“Ó humanos, temeí a vosso Senhor que vos criou de um só ser, do qual criou a sua companheira, e de ambos fez descender inumeráveis homens e mulheres” (4:1). De acordo com esta passagem alcorânica, todos os seres humanos descendem de Adão (AS) e Eva (RA). Então, sob um ponto de vista mais amplo, somos todos irmãos, pois procedemos da mesma origem. Podemos não ser irmãos de fé, mas certamente somos irmãos na humanidade, e somente isso já seria motivo mais do que suficiente para nos amarmos uns aos outros.

Ó humanos, em verdade, Nós vos criamos de macho e fêmea, e vos dividimos em povos e tribos para reconhecerdes uns aos outros. O melhor dentre vós, perante Deus, é o mais temente. Sabei que Deus está bem inteirado e é Sapientíssimo. (49:13)

Em outras palavras, tal qual em uma família de muitos irmãos, onde eles têm características semelhantes e outras totalmente divergentes, a humanidade foi construída ao longo do tempo em diversas civilizações, culturas, etnias etc., o que não significa, em nenhuma hipótese, que alguma seja superior ou inferior. Somos diferentes nas características, mas iguais enquanto seres humanos, com defeitos e qualidades, porém todos merecedores igualmente do exercício da liberdade concedida pelo próprio Criador. Portanto, foi Deus mesmo que criou a diversidade, e o objetivo é para que, além de nos respeitarmos (o que deveria ser óbvio), pudéssemos evoluir aprendendo uns com os outros.

Os exemplos da época do Profeta Muhammad (SAWS)

Logo após o advento do Islam e com o início de sua pregação, o Profeta Muhammad (SAWS) e aqueles que seguiram a sua mensagem passaram a ser extremamente perseguidos pelos demais indivíduos de sua comunidade, sobretudo os líderes dos Quraysh (coraixitas), clã que comandava a região de Meca à época. Desde o seu nascimento, portanto, o Islam conviveu com a intolerância religiosa em sua forma mais violenta, inclusive, pois muitos companheiros do profeta foram obrigados a negar a sua fé sob tortura, e os que não cediam sofriam até a morte.

Capítulo
III

O próprio mensageiro sofreu tentativas de assassinato, tudo em função da mensagem que pregava ir contra as práticas nefastas da época, como exploração econômica, maus-tratos às mulheres, uso de mão de obra escrava, enterro de bebês vivos quando nasciam do sexo feminino etc. Ademais, o chamado para a crença em Deus Único afetava diretamente as fontes de renda dos Quraysh, já que eram politeístas e auferiam muitos lucros com a venda de ídolos e com a cobrança de taxas para que as pessoas peregrinassem à Kaaba, que era repleta de estátuas¹⁷, além de se apropriarem das oferendas.

O profeta e seus companheiros sofreram toda a sorte de humilhações, agressões, boicotes e atentados contra as suas vidas durante os primeiros 13 anos da revelação do Alcorão, sem que em nenhum momento esboçassem qualquer tipo de reação, visto que Deus não havia revelado nada a esse respeito. Em certa ocasião, apenas para citar um exemplo, o mensageiro visitou a cidade de Taif e foi completamente apedrejado, chegando ao ponto de ficar com o corpo coberto de sangue. Segundo as fontes islâmicas, após isso Deus enviou um anjo ao local, que perguntou se ele desejava que a cidade fosse destruída, a exemplo de povoados antigos. Eis a resposta do Profeta Muhammad (SAWS): “*Não. Quem sabe um dia surja da descendência deles um povo que adore a Deus*” (Muslim)¹⁸.

¹⁷ Conforme já explicado, a *Kaaba* foi construída por Abraão (AS) e seu filho Ismael (AS) para ser um templo de adoração a Deus Único, e, embora se soubesse disso na época do Profeta Muhammad (SAWS), com o tempo passou a coexistir com o monoteísmo a crença em outras divindades “menores”, das quais se faziam imagens que eram cultuadas na *Kaaba*, maculando o seu sentido original. Nesse período, havia praticamente um ídolo para cada dia do ano representado no local.

¹⁸ Para fins de destaque, colocamos neste artigo as citações do Alcorão em negrito, e os ditos do Profeta Muhammad (SAWS) em itálico. Esta passagem supracitada é o que se

Mesmo com todo esse sofrimento, a mensagem do Islam se expandia inclusive além das fronteiras de Meca. Com a autorização do profeta, alguns muçulmanos buscaram refúgio na Abissínia (atual Etiópia), onde Negus, um rei cristão justo, os abrigou e protegeu. Cidadãos de Yathrib, cidade cerca de 450 km ao norte de Meca, tiveram contato com o profeta e abraçaram o Islam. Começaram, então, a pedir que o mensageiro fosse para lá com os seus seguidores, a fim de formar uma comunidade muçulmana livre de perseguições. O profeta deu autorização para que muitos companheiros fossem, mas ele próprio somente foi quando recebeu autorização para tal de Deus, por meio do Arcanjo Gabriel. A sua ida para Yathrib, no ano 622, o salvou inclusive de mais uma tentativa de assassinato, e esta passagem é conhecida historicamente como *hijra* (hégira, migração), que marca o início do calendário islâmico. Estamos atualmente, portanto, no ano 1445H.

Na história dos profetas, este evento possui semelhança com a fuga dos Filhos de Israel do Egito, no qual o Profeta Moisés (AS) conduziu seu povo para a terra que Deus havia prometido a eles. Nesses dois exemplos, Deus enviou um mensageiro para conduzir Seus adoradores para longe das nações que os oprimiam, para estabelecer um reino que estivesse de acordo com a Lei Divina. (Site Iqara Islam)

Yathrib recebeu o profeta e seus seguidores com tamanha alegria que passou a ser chamada de *Medina an Nabi* (Cidade do Profeta), hoje apenas Medina. Lá existiam judeus e politeístas que tinham suas diferenças, e o poder de conciliação do mensageiro logo apaziguou a região. Foi estabelecida então a primeira nação islâmica, baseada na fraternidade entre os muçulmanos, nas leis do Alcorão e sob a liderança

conhece nas fontes islâmicas como *hadith* (no plural, *ahadith*), que é um relato de um episódio da vida do Profeta Muhammad (SAWS). A *sunna*, como já vimos, é a prática de vida do profeta, podendo ser definida como o conjunto de *ahadith* que descreve toda a sua biografia (*sirah*). Toda a sua história de vida só pôde chegar até nós de forma confiável graças ao trabalho dos companheiros do profeta e de inúmeros sábios que se dedicaram à compilação dos *ahadith*, e Muslim é um deles. Assim, a cada dito do profeta mencionado em algum texto, costuma-se colocar ao lado o nome do(s) compilador(es) que registrou(a)ram aquela passagem, assim como se coloca o número da surata e da *ayah* como referência nas passagens alcorânicas. Nas universidades muçulmanas, uma das disciplinas islâmicas é a Ciência do Hadith, na qual se estuda em detalhes como se deu a preservação dos *ahadith* até os dias de hoje.

do Profeta Muhammad (SAWS). Ele fez diversos tratados e acordos com os seguidores das outras crenças, demonstrando como um governo islâmico e os muçulmanos em geral devem agir no que tange ao diálogo inter-religioso. E, dez anos depois, retornou em paz a Meca com cerca de dez mil muçulmanos, restabelecendo o monoteísmo da *Kaaba* e perdendo todos aqueles que outrora os perseguiram de todas as formas, deixando-os livres para seguirem suas vidas como desejassem.

A bondade, a sabedoria e o carisma de Muhammad (SAWS) foram decisivos na unificação das tribos árabes, que até então viviam em conflito. E após o falecimento do mensageiro no ano 632 de causas naturais, o Islam continuou se expandindo muito rapidamente – desta vez para além da Península Arábica – sob o comando de outros líderes que sucederam o profeta. Como mais um exemplo de tolerância na história islâmica, citamos Omar ibn Al-Khatab (RA), segundo califa¹⁹, que em 638 foi convidado pelo então Patriarca de Jerusalém, Sofrônio I, a rezar dentro da Igreja do Santo Sepulcro²⁰. Ele recusou, pois temeu que no futuro quisessem transformar a igreja em uma mesquita, caso ele tivesse orado ali. Assim, rezou do lado de fora, um pouco mais afastado, e tempos depois, de fato, muçulmanos construíram um templo neste local em sua homenagem, a Mesquita de Omar.

Da Idade Média (à Nostra Aetate) ao nosso tempo

É historicamente documentado o período denominado “Era de Ouro Islâmica”, entre os séculos VIII e XV, onde centenas de polímatas muçulmanos contribuíram categoricamente para o desenvolvimento das mais diversas áreas do saber humano, como medicina, navegação, indústria, agricultura, filosofia, literatura, economia e artes. Não à toa, muitos estudiosos também chamam essa época de “Renascimento Is-

¹⁹ Califa é o título que se dá ao chefe de um Estado islâmico, cuja legislação é baseada 100% nos ensinamentos do Alcorão e da *Sunna*. Portanto, já há muito tempo não existe nenhum verdadeiro Estado islâmico no mundo, e sim países de população majoritariamente muçulmana, cuja legislação é secular ou mista (leis seculares misturadas com leis religiosas).

²⁰ Em mais um exemplo histórico de respeito mútuo, duas famílias muçulmanas são guardiãs das chaves deste santuário importantíssimo para a fé cristã há cerca de mil anos. Esta honra lhes foi concedida para que não houvesse disputa entre as diversas correntes do cristianismo pela primazia do templo, de modo que os muçulmanos ficaram responsáveis desde então por abrir e fechar a igreja todos os dias, função que cumpriram com total cortesia e seriedade por todos esses séculos.

lâmico”, pois além de seguir os constantes ensinamentos do Alcorão que incentivam a busca do conhecimento²¹, cooperando para o avanço tecnológico da humanidade, os muçulmanos levaram tais conceitos aos lugares aonde chegavam, como na Europa, implementando instituições até então desconhecidas, como bibliotecas, universidades e hospitais públicos.

Em determinada época, a esfera de influência sob domínio islâmico ia da Península Ibérica e noroeste da África ao sudoeste da Índia. Mas, ao contrário de outros impérios, não era o poder da força que prevalecia, e sim o diálogo e a interculturalidade cujo ápice se deu na Andaluzia, onde por mais de sete séculos muçulmanos, judeus e cristãos conviveram de forma harmônica e pacífica sob o governo islâmico. Muitos judeus que eram inclusive perseguidos em outras terras seguiam para lá, onde alcançavam até cargos de confiança. Afinal, é uma obrigação religiosa do muçulmano, como já verificamos anteriormente, respeitar a crença de cada um, e é dever de um Estado islâmico não só garantir esse direito à liberdade religiosa, como também proteger as minorias e os indivíduos pertencentes a outras religiões de qualquer tipo de intolerância. Se durante todos esses séculos de governo islâmico na Península Ibérica os muçulmanos tivessem agido como tiranos, não existiriam quaisquer resquícios de igrejas e sinagogas em Portugal e na Espanha atualmente.

Podemos lembrar também de Salahuddin Al-Ayyubi (conhecido pelo seu nome latinizado Saladino), líder que defendeu os muçulmanos durante as Cruzadas e entrou para a história como um gênio militar de caráter exemplar. Em 1187, de forma diametralmente oposta ao que os cruzados cristãos haviam feito anteriormente contra os muçulmanos, ao recuperar Al-Quds (Jerusalém) – onde fica a Mesquita Al-Aqsa²² – depois de 88 anos de ocupação, Salahuddin garantiu a vida e a liberdade dos cristãos que ali habitavam. Além disso, entrou em acordo com os

²¹ Mais do que um direito, as fontes islâmicas dizem que a busca pelo conhecimento é uma obrigação para os(as) muçulmanos(as) do berço ao túmulo, o que desfaz a ideia infundada de que as mulheres muçulmanas não podem estudar.

²² Terceira mesquita mais importante no Islam, depois da Mesquita de Meca e da Mesquita do Profeta (em Medina), por ter sido o local de onde o Profeta Muhammad (SAWS) ascendeu aos céus (*miraj*, em árabe) para receber diretamente de Deus a ordem das orações diárias (única revelação que não foi por intermédio do Arcanjo Gabriel), conforme nos conta o Alcorão na surata *Al-Isra* (A Viagem Noturna).

européus, permitindo a continuidade das peregrinações cristãs na Terra Santa. Tal comportamento, que lembra o ato do profeta ao retornar a Meca, fez com que ele se tornasse uma lenda, extremamente respeitado não só entre os muçulmanos, mas também entre os cristãos, inclusive muitos que lutaram contra ele.

Salahuddin morreu seis anos depois, quando se descobriu que ele havia doado quase todo o seu tesouro para caridade, não restando o suficiente nem para o seu funeral. Sem bens materiais, deixou bons exemplos e seu sobrinho, Al-Malik al Kâmil al Ayoubi, que em 1219, quando era o sultão egípcio, protagonizou um dos maiores gestos de paz da história das relações inter-religiosas: recebeu em Damietta, no delta do Nilo, o frade italiano Francisco de Assis em meio à Quinta Cruzada, cujo objetivo era conquistar o Egito. Contrariando esse cenário conflituoso, São Francisco de Assis vai ao local, conclama o exército cristão a não mais atacar os muçulmanos e se encontra pessoalmente com o sultão Malik, que, mesmo tendo o seu território invadido, o recebeu fraternalmente, favorecendo a presença franciscana no Egito, no Marrocos e arredores, além de Jerusalém, até a atualidade.

Em 2019, para marcar os 800 anos deste encontro histórico, diversas comemorações foram realizadas entre cristãos e muçulmanos ao redor do mundo. Já em fevereiro, o Papa Francisco enviou uma carta sobre o assunto ao líder das igrejas orientais, que participaria das celebrações no Egito. No mesmo mês, o Papa foi convidado para uma visita a Abu Dhabi, onde participou do “Encontro da Fraternidade Humana” com mais de 600 líderes de diversas religiões, entre eles o imam da Mesquita de Al-Azhar e reitor da Universidade de Al-Azhar²³, Sheikh Ahmed el-Tayeb. Na ocasião, assinaram o “Documento Sobre a Fraternidade Humana”, abordando agendas importantíssimas para o mundo atual como direitos humanos, liberdade religiosa, sacralidade da vida e condenação à violência. A repercussão foi excelente: os dois líderes se encontraram mais vezes, incluindo uma no Vaticano no mesmo ano, e o Papa aceitou convites para visitas em outros países de maioria muçulmana. O Grande Mufti de Jerusalém, Muhammad Ahmad Hussein, também honrou este oitavo

²³ Al-Azhar é a segunda universidade mais antiga e o principal centro de estudos islâmicos e literatura árabe do mundo. Vale ressaltar que o Grande Imam de Al-Azhar já havia visitado o Papa Francisco no Vaticano em 2016, descongelando as relações entre católicos e muçulmanos que estavam estremecidas devido a alguns comentários do então Papa Bento XVI.

centenário ao participar de quatro dias de conferências com lideranças católicas nos espaços sagrados cristãos e islâmicos.

No Brasil, diferentes entidades cristãs e muçulmanas comemoraram juntas, e um dos eventos mais marcantes ocorreu no dia 28 de setembro de 2019, na Mesquita da Misericórdia, em Santo Amaro (SP). Organizado em parceria entre a Federação das Associações Muçulmanas no Brasil (Fambras), a União Nacional das Entidades Islâmicas (UNI), a Conferência da Família Franciscana no Brasil (CFFB) e a Ordem dos Frades Menores (OFM), o encontro contou com a presença de centenas de pessoas de ambas as comunidades, que assistiram a palestras, mostras artísticas e homenagens mútuas. Sacerdotes franciscanos e muçulmanos unidos plantaram um ipê, o qual denominaram Árvore da Fraternidade. Nos emocionantes discursos, fizeram votos para que dela germinassem frutos de diálogo e irmandade junto às suas cheirosas flores. A celebração foi encerrada com a assinatura de um documento onde todos se comprometiam a seguir fomentando o diálogo muçulmano-cristão, unindo forças em prol de objetivos comuns, como a promoção da justiça social, da paz e da liberdade.

Relembremos o quão belo é o parágrafo dedicado à fé islâmica na encíclica *Nostra Aetate* (Nosso Tempo), de 28 de outubro de 1965, onde “A Igreja olha também com estima para os muçulmanos”. É especialmente significativo quando observamos que a recíproca é verdadeira desde a revelação do Alcorão, no qual lemos “E verás que os mais próximos em afeição aos crentes (muçulmanos) são os que dizem: ‘Somos cristãos’.” (5:82). Nele, cristãos e judeus são chamados respeitosamente de “Povo do Livro”, por também terem recebido profetas e escrituras sagradas. Diferente do que se pensa devido à Questão Palestina, judeus e muçulmanos nunca foram e não são inimigos, ao contrário. Além de conviverem pacificamente por séculos na Península Ibérica, como já vimos, os judeus também se estabeleceram harmoniosamente no Império Otomano a partir de 1492.

As divergências que existem são geopolíticas e atuais, mas boas relações continuam sendo mantidas entre as duas comunidades. Citamos apenas três exemplos mais recentes: em julho de 2023, a Liga Mundial Islâmica, principal ONG muçulmana internacional, em parceria com o Congresso Judaico Latino-Americano, organizou um encontro de dois dias em Buenos Aires que contou com a presença de 40 líderes

de ambas as religiões; existem grupos de diálogo judaico-muçulmano no exterior, como a “Associação Educacional Judeu-Muçulmana Maimônides”, que foi um polímata judeu nomeado médico particular de Salahuddin e seu vizir no Cairo, tamanha era a relação entre eles; e aqui no Brasil, incontáveis projetos inter-religiosos têm ocorrido há décadas, com a participação ativa dos muçulmanos em todos eles, incluindo intercâmbios com instituições judaicas e cristãs.

Certamente ainda há muito trabalho a fazer, mas a boa notícia é que já se começou há bastante tempo, como ficou claro. Todas as iniciativas aqui mencionadas são extremamente relevantes, porque servem de exemplo aos fiéis de todas as religiões, fazendo com que cada vez mais se promova uma cultura de paz e bem comum, construindo pontes e derrubando muros. Como exemplo de resultado prático, em fevereiro de 2023 foi inaugurada a “Casa da Família Abraâmica” em Abu Dhabi, que consiste em uma sinagoga, uma igreja e uma mesquita unidas por fundações únicas em torno de um jardim, reforçando os ideais do “Documento Sobre a Fraternidade Humana” assinado ali quatro anos antes. O dia da assinatura, 4 de fevereiro, foi proclamado pela ONU, em resolução proposta pelo Egito e pelos Emirados Árabes Unidos, como o “Dia Internacional da Fraternidade Humana”.

Como mensagem final, transcrevemos uma passagem do Alcorão onde Deus nos mostra como agir no diálogo inter-religioso e nas relações interpessoais, e também um dito do profeta onde ele nos indica como podemos amar uns aos outros: “Convoca (os humanos) à senda do teu Senhor com sabedoria e bela exortação, e dialoga com eles de maneira benevolente” (16:125); e disse o Profeta Muhammad (SAWS): “*Querem que eu vos ensine algo que, se praticarem, vocês amarão mais uns aos outros? Espalhem o Salam (a paz e a sua saudação) entre vocês!*”.

Referências bibliográficas

DEEB, Sam. *O profeta do Islam, Muhammad: biografia e guia ilustrado dos fundamentos morais da civilização islâmica*. 1ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2016. 272p.

HAYEK, Samir El. *Significado dos Versículos do Alcorão Sagrado, O*; versão em língua portuguesa diretamente do árabe. Tradução: Samir El Hayek. 6ª Edição. São Paulo, SP: Marsam Editora Jornalística, 2016. 830p.

IBRAHIM, Shaykh Aminuddin Muhammad. *Interpretação do Significado dos Versículos do Nobre Al-Qur'ân*. 1ª Edição. Durban, África do Sul: IDM Publications, 2018. 694p.

ISBELLE, Munzer Armed. *Descobrendo o Islam*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2011. 64p.

ISBELLE, Sami Armed. *Estado Islâmico e sua organização, O*. 1ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2007. 224p.

ISBELLE, Sami Armed. Sami Armed. *Islam: a sua Crença e a sua Prática*. 1ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2003. 272p.

MOHAMMAD, Aminuddin. *Muhammad: O Mensageiro de Deus*. 1ª Edição. São Bernardo do Campo, SP: Editora Makkah, 2012. 460p.

NAWAWI, Imam Abu Zakaria Yahia Ibn Charaf An. *Riadh-us-Sálihín: O Jardim dos Virtuosos*; Tradução e adaptação: Samir El Hayek. 1ª Edição. São Bernardo do Campo, SP: Marsam Editora Jornalística, 2001. 920p.

Bibliografia On-line

<https://www.sbmj.org.br/> | <https://www.fambras.org.br/> | <https://www.wamy.org.br/> | <https://www.iqaraislam.com/>

Capítulo IV

Candomblé Nagô: manifestações e silêncios

Márcio de Jagun¹

Resumo

o artigo propõe reflexões sobre a metodologia de transmissão oral de saberes, conforme a tradição do Candomblé de matriz ioruba e analisa esta característica como potencial de resistência e contribuição ao diálogo inter-religioso.

Os terreiros de Candomblé² são *espaçostempos* - espaços³ de resistência cultural. Onde se canta, dança, louva e, mesmo nos momentos de lazer, se vivifica uma cultura africana reterritorializada no Brasil. Nos terreiros, rindo, brincando, ou rezando, tudo é motivo de troca, de aprendizado, de resgate do passado e de construção do futuro. Os terreiros, são o espaço onde esses tempos se encontram.

Tempos e espaços sendo reinventados em dimensão própria, conforme Nilda Alves: “... nos “*espaçostempos*” cotidianos, nas tantas redes educativas, seus “*praticantespensantes*” criam “*conhecimentossignificações*” necessários ao seu viver.” (Alves, 2019. p.5). Vale dizer que Alves faz questão de dar destaque unindo as palavras espaço e tempo,

¹ Pós-doutor em Ciência da Religião (UFJF), Doutor em Filosofia (UERJ), Mestre em Educação (UERJ), Graduado em Direito (UCAM), professor de idioma e cultura ioruba (Prolem/UFF), professor de filosofia ioruba (PROEPER/UERJ), Coordenador Municipal da Diversidade Religiosa do Rio de Janeiro.

² Terreiro é uma das denominações do templo de Candomblé. É um espaço físico de culto e de práticas litúrgicas, mas também significa um espaço sócio-religioso de resistência cultural, idiomática, social, étnica e religiosa. Conforme a tradição e origem africana, os terreiros ganham nomenclaturas nos respectivos idiomas; como *Ilé* (casa, no idioma ioruba), ou *ilé* àşè (casa de axé, em ioruba); *inzo* (casa, no idioma bantu); *Kwe* (casa, no idioma fon). Existem ainda outros sinônimos para designar terreiro: Barracão, Casa, Roça, Roça de Santo.

³ Partilhamos do pensamento do geógrafo Yi Fu Tuan (1983), para quem o significado de “espaço” é mais abstrato que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar; podem igualmente falar das qualidades locacionais do espaço. As ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. Tuan, Y-F. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

com o propósito de ressaltar que ambos os conceitos se misturam, coabitam.

Existem pelo menos duas possibilidades para as origens dos iorubas na África Ocidental, de acordo com estudos desenvolvidos por linguistas, arqueólogos e historiadores.

A primeira vertente, (Bascom, 1984) aponta que eles teriam se formado do encontro de populações já instaladas na região florestal do Golfo da Guiné (possivelmente os *igbos* com povos vindos do centro norte africano, que se estabeleceram ali em torno dos séculos IX e X), antes do primeiro milênio da Era cristã. Esta teoria é, em parte, reforçada pelos estudos dos linguistas, que perceberam a identidade idiomática.

A segunda hipótese se baseia na possibilidade da articulação entre populações da própria África Ocidental, algumas habitantes multisseculares das regiões florestais e outras advindas da área de savanas mais ao norte, que teriam se influenciado ou mesclado. Para esse segundo encontro a data mais provável seria o período referente aos séculos XIV e XV (Silva, 2006).

O termo “*ioruba*” é relativamente recente. A expressão foi usada como forma de identificar como um único grupo, os diversos povos que ocupavam áreas no sudoeste da África Ocidental e que continham entre si identidades sociais, linguísticas, históricas, culturais e religiosas.

Esse grupo ocupava a região florestal do Golfo da Guiné, sobretudo a área que hoje compõe a Nigéria, o Togo e o Benin, desde o primeiro milênio depois de Cristo.

Ao longo dos anos, aqueles que seriam chamados posteriormente de iorubás, foram se organizando em Cidades Estado (pequenos reinos independentes), mas que mantinham entre si relações comerciais e algumas identidades cosmogônicas.

As principais Cidades Estado que comporiam o chamado iorubo, localizavam-se entre a margem oriental do rio Ogum e a margem ocidental do rio Níger⁴.

Diversas cidades-estado da África pré-colonial formavam então o que os europeus passariam a chamar de “iorubo”, ou “iorubolândia” desde 500 D.C: *Ọ̀yó*, *Ìbàdàn*, *Benin*, *Èkìtì*, *Ọ̀ṣù̀n*, *Ondó*, *Àkùrè*,

⁴ RYDER, 1985, p.356 apud OLIVA, 2005. p.7.

Ìlṛin, Ìré, Ògbómóṣo, Ìṣeyín, Òṣogbo, Ìjèṣà, Kwara, Ògún, Lagos, Ótá, Abéòkúta, Ṣagàmú, Ègbáadò, Kétu e Ifè.

A rotulação desse grupo era resultante do interesse europeu em identificar os grupos para com eles desenvolver relações comerciais, políticas, bem como para facilitar as chamadas ações missionárias de conversão.

Para bem compreendermos os iorubas, é fundamental entendermos o processo de criação desta roupagem identitária. Pode parecer, a princípio, que esse aglomerado sempre tivesse se identificado como membros do mesmo grupo, mas isto não é verdadeiro.

Segundo o Prof. Anderson Oliva:

Capítulo
IV

Estudiosos perceberam que a construção dessa identidade étnica foi fruto das pressões sofridas por algumas Cidades Estado presentes no Golfo da Guiné, do século XVIII em diante, e dos esforços dos próprios “iorubás” em se defender da ação escravagista de europeus e do reino do Daomé. Ao mesmo tempo em que a relação com outros grupos africanos como os haussás delineou sua elaboração. Neste caso é preciso lembrar que as diferenças entre os “iorubás” eram tão evidentes que durante grande parte de suas trajetórias históricas eles não se identificam como iguais e nem com este termo. (Oliva, 2005, p.27).

A explicação de Klaas Woortmann a respeito foi clara:

É bastante evidente que falar dos Iorubá é tão difícil quanto falar dos brasileiros, esquecendo a imensa diversidade que existe entre o campesinato nordestino, o campesinato teuto-brasileiro ou a classe média metropolitana, ou entre os diferentes grupos religiosos, dos quais fazem parte os Nagô. Os iorubás são, de certa forma, uma abstração; o que existe de fato são o reino e o povo de Ifè, de Òyó, de Ìjèṣà, de Kétu, etc., todos eles produtos particulares de combinações sócio culturais ao longo de suas histórias. (Woortmann, 1978, p. 12).

Os fatores de criação da identidade ioruba foram pautados em aspectos como os cosmológicos, a língua, a filiação à *Odùduwà*⁵, as

⁵ *Odùduwà*: divindade masculina que criou os seres vivos; primeiro rei de Ifè. *Odùdùwà* foi

relações comerciais e outros padrões culturais. Porque não dizer que missionários preocupados em converter os africanos, careciam de uma maneira de identificar simplificando as etnias em busca de uma Bíblia traduzida para um só povo, ao invés de adaptada a todas as singulares etnias. Foram sem dúvida esses motivos que levaram a uma tentativa de construir, principalmente a partir dos séculos XVIII ou XIX, a ideia de uma unidade denominada ioruba, que se revelaria posteriormente não tão africana, nem espontânea como pensaram aqueles que se utilizaram delas nos séculos XIX e XX.

Pierre Verger constatou que a expressão ioruba passou a ser utilizada como referência daquele grupo populacional, somente a partir do final do século XIX e mais ainda já no século XX:

Capítulo
IV

O termo ioruba, escreve S. O. Biobaku, aplica-se a um grupo linguístico de vários milhões de indivíduos.' Ele acrescenta que, 'além da linguagem comum, os iorubá estão unidos por uma mesma cultura e tradições de sua origem comum, na cidade de Ifé, mas não parece que tenham jamais constituído uma única entidade política e também é duvidoso que, antes do século XIX, eles se chamassem uns aos outros por um e mesmo nome'. (...) O termo iorubá, efetivamente, chegou ao conhecimento do mundo ocidental em 1826, através de um livro do capitão Clapperton. Foi encontrado em um manuscrito, em língua árabe, trazido por ele do 'reino de Takror (atual Sokoto), naquela época dominado pelo Sultão Mohamed Bello, de Hausa'... Clapperton e Richard Lander utilizam esta palavra para os povos de Oyó. (Verger, 2000. p. 258).

O caráter inventivo da identidade ioruba pode ser atestado por relatos dos séculos XVII, XVIII e XIX, através dos quais administradores estrangeiros lotados na África, comerciantes e pesquisadores referiam-se àquele grupo utilizando outra nomenclatura para defini-los, como relata Adediran:

Um outro termo que também foi utilizado para designar os iorubá durante a diáspora foi 'Olukumi', que apareceu freqüentemente nos escritos europeus do século XVIII e do início do XIX(...) Este termo,

um grande herói mítico do povo ioruba. Em *Ilé Ifé*, há diversos templos erguidos em louvor a *Odùduwa* cidade de *Ọ̀yọ́*, *Odùduwà* também é reverenciado como o fundador da dinastia dos reis iorubas.

que após sofrer variações virou ‘Ulcumy’, ‘Lucumy’, refere-se ao mesmo grupo de pessoas que agora chamamos de iorubá. (Adediran, 1984, p. 60-61).

Até os dias de hoje, é mais comum que os africanos daquela região se identifiquem como “ifés”, “oyos”, “egbas”, “ketus”, etc. do que como “iorubas”.

Apesar das identidades já relatadas, algumas basilares diferenças (elementos de caracterização étnica) entre esses povos não permitiam que eles próprios se vissem como um único povo. A variedade de deuses, de interesses econômicos e políticos e até as cicatrizes faciais, distinguiram naturalmente essas etnias que foram batizadas como “iorubas”.

Numa tradição comum a todos os milhões de iorubófonos, o berço dos “iorubas” seria a cidade sagrada de *Ifè*, ou *Ilé Ifè*. Apesar disso, jamais houve entre esses povos uma unidade política em comum. Nem mesmo os povos que falavam o idioma ioruba se identificavam como “iorubas”. Todavia, indiscutivelmente, por sua unidade linguística, e cultural, foram reconhecidos como formadores de um único grupo étnico.

Contudo, o ato de se reconhecer e de serem reconhecidos como iorubás, deu-se somente a partir do final do século XVIII.

Os iorubófonos compõem hoje cerca de trinta milhões de pessoas na África Ocidental e constituem aproximadamente 21% da população da Nigéria, composta por cerca de 130 milhões de pessoas e ocupam as áreas de maior importância econômica do país. Contudo, os iorubás não são o maior grupo étnico da atual Nigéria. Os haussás são 23%, os fulanis 22% e os igbos 18% (Silva, 2006).

Além da Nigéria, atualmente há comunidades iorubas na República do Benin, em Gana, no Togo, em Serra Leoa, em Cuba, na República Dominicana e no Brasil.

A língua, a religiosidade e os costumes iorubas chegaram ao Brasil, por intermédio dos homens e mulheres sequestrados em seu local de origem e enviados para cá, na diáspora forçada.

A cultura ioruba é ágrafa. Não há registros escritos de sua liturgia, nem de suas normas. À palavra é adicionado o componente da verdade. Se não há contrato, a palavra é que tem que valer. Por isso o iorubano não tolera a mentira e é extremamente cauteloso, cioso, zeloso por conduzir suas memórias através da oralidade.

A oralidade, portanto, não é traço de primitivismo, como alguns pesquisadores precipitados de tônica judaico cristã pensaram. Antes pelo contrário, é um entendimento ímpar de expedição de saberes e de conservação de lembranças.

Neste aspecto, pertinentes as palavras de Silvana Gontijo:

O gesto, o desenho, a comunicação visual e escrita foram ferramentas fundamentais para a comunicação, mas a linguagem oral foi a aquisição mais valiosa de toda a humanidade. Existe, no entanto, um aspecto muitas vezes desdenhado, por imponderável que é. Muitas vezes relegado ao segundo escalão de importância no processo de comunicação, por ser impreciso, abstrato e subjetivo. Trata-se da intenção, a emulação por trás da ação de produzir e distribuir a mensagem. (Gontijo, 2009. p.15).

Na mesma linha, trazemos a palavra do africano Bâ:

Para alguns pesquisadores, o problema se resume em saber se a transmissão oral, enquanto testemunho de acontecimentos passados, merece a mesma confiança concedida à transmissão escrita. A meu ver, essa colocação é errônea. Em última análise, o testemunho, escrito ou oral, é sempre um testemunho humano, e seu grau de confiabilidade é o mesmo do homem. O que se questiona, além do próprio testemunho, é o valor da cadeia de transmissão a qual o homem está ligado, a fidelidade da memória individual e coletiva e o preço atribuído à verdade em determinada sociedade. Ou seja, o elo que une o home à Palavra. (Bâ, 1973. p.17)

A tradição oral é um estilo de transmissão de conhecimento de forma dosada, à medida em que o interlocutor vai se tornando apto para conviver com o novo saber. Para a Cultura ioruba, o que se sabe é diferente do que se vivencia.

Os iorubas acreditam que o Criador (*Olórun*), soprou vida para animar os corpos humanos, com seu sopro divino: òfuurufú⁶. Logo, todas as vezes que alguém fala e emite seu hálito, está espargindo uma parcela cósmica, encantada. Por isso, segundo os iorubas, a palavra tem aṣe.

⁶ Òfuurufú: ar, céu, firmamento. Considerado também como o sopro divino do Criador (*Olórun*). Usa-se ainda: *ojú òrun* - céu, firmamento.

A oralidade, desta forma, constitui-se em um princípio filosófico. Ela não se dá por ausência da escrita, mas por entendimento de que a fala é mais poderosa do que o registro.

O culto aos àwọn òrìṣà (orixás), através da liturgia do Candomblé serve justamente para buscar a moderação entre a humanidade e seus deuses, através da manipulação do àṣẹ dos elementos da natureza usados nos rituais.

As oferendas e os sacrifícios são cuidadosamente prescritos pelos sacerdotes, como maneiras de interligar os fiéis aos deuses, através do àṣẹ de cada ingrediente.

As folhas utilizadas nos banhos rituais devem ter o àṣẹ, enquanto elemento apropriado, à necessidade do paciente. Daí a necessidade de conhecer as folhas de apaziguamento, ou as de energização, por exemplo.

Os iorubas, há milhares de anos, já haviam descoberto que o universo não é feito de átomos, mas de àṣẹ. O àṣẹ seria a menor partícula do cosmo. Portanto, os átomos também seriam compostos desse elemento tão especial. É o àṣẹ que nos move, nos conduz, nos complementa, nos cerca e nos constitui, física e espiritualmente.

A interação entre os humanos e a natureza que os cerca, passa a fazer mais sentido quando compreendemos que tudo à nossa volta é composto pela mesma partícula primordial: o àṣẹ. Como ele está em nós, assim como está em nossos semelhantes, nos animais, nas plantas, etc., é mais do que necessário enxergarmos todos os seres como nossos irmãos: todos constituídos da mesma essência, da mesma matéria prima, da mesma “lama primordial”.

A arte da vida e os mistérios da morte giram em torno desta força tão poderosa e ao mesmo tempo sutil, o àṣẹ.

A palavra pode tomar várias formas e propósitos, como *orin* (cântico); *òfò* (encantamento); *orìkì* (louvação); *itàn* (conto); *òwe* (provérbio), *àdùrà* (reza) e *ẹṣẹ* (poema de *Ifá*). Vale dizer que em cada formato, ganham um estilo diferente, caracterizando-se em ferramentas adequadas a cada finalidade. Ora mais curtos e objetivos, como os *òwe*; ora mais longos e detalhados, como os *itàn*; enigmáticos como os *òfò*; metafóricos, como os *orìkì*; ou descritivos, como os *orin*. É bem verdade que muitas destas características permeiam todos os estilos, mas alguns atributos são mais presentes neste, ou naquele formato.

Inequivoco é que a palavra é a ferramenta de comunicação entre homens, mulheres e deuses, despertando o așe desejado.

Nada é possível fazer sem a palavra. Entretanto, nesta cultura calcada na busca do equilíbrio, em confrontação a toda a importância que a palavra (*òrò*) possui, existe também a relevância do silêncio, chamado de *òkúdù*.

O silêncio está presente em muitos e importantes momentos, situações e sentimentos admiráveis para os iorubas.

Na saudação a *Omolu*:⁷ “*atótóo!*” (“*silêncio em respeito a Ele!*”); percebe-se a deferência que se deve ter àquela divindade, expressando-a através de reverente silêncio.

O silêncio é parte do rito, na cerimoniosa liturgia das Águas de *Òșàlà*⁸, quando todos os presentes devem evitar barulho, até que a etapa final da procissão seja concluída. Este procedimento, que tem por objetivo renovar os propósitos éticos e também rogar por uma temporada de chuvas fecundas e garantidoras de boa colheita e da sobrevivência de humanos, vegetais e animais, tem no silêncio um marco.

No rito fúnebre do *așéșé*, a comunidade inteira deve demonstrar respeito à divindade da morte (*Ikú*), postando-se em silêncio ao longo de diversos momentos. Nem mesmo os atabaques podem soar no Terreiro. A vida e a morte são tenuemente repartidas pelo silêncio.

Em outras tantas situações cotidianas de um Terreiro de Candomblé, o silêncio é ensinado como respeitoso gesto perante Homens e deuses. Como por exemplo, o neófito recolhido em seu período de retiro iniciático, que só deve dirigir a palavra aos seus mais velhos em situação de necessidade e, ainda assim, precisa antes pedir licença para falar, batendo palmas no ritual do *pawó*.

Outra situação em que o silêncio é parte da liturgia, se dá quando os adeptos realizam a limpeza protocolar dos *igbá* (elementos sacralizados de culto às divindades). A mesma condição de silêncio é necessária, durante o trato dos animais imolados, ou quando do preparo das comidas votivas.

Ìrònú, o pensamento, a reflexão, a meditação, carecem do silêncio. A meditação não é praticada enquanto ritual específico. É considerada

⁷ Divindade da saúde no Candomblé ioruba.

⁸ Ritual dedicado à divindade mais importante do Candomblé ioruba, ao qual é atribuído a criação dos seres que habitam nosso mundo.

pela filosofia ioruba como um comportamento a ser buscado. Não é um rito litúrgico, mas é uma conduta habitual.

Um itàn do *Odù Èji Onilẹ̀*⁹, recomenda a prática da meditação ao dizer: “*Òrúnmilà*¹⁰ *ensina que as coisas devem ser feitas pouco a pouco. Deve-se medir o comprimento e a largura. (...) É pedaço por pedaço que se come a cabeça do peixe. (...) Nenhum colar é tão longo quanto o colar que é usado pela divindade Yẹmidérégbẹ - aquela que atinge a sublimação através de uma respiração adequada*”. (SANTOS, 2022).

Muitas vezes o perseverante (àrẹ̀wẹ̀si) se imbuí do silêncio como companheiro.

A piedade (ìyọ̀nú) e o perdão (fóji), não raro, estão contidos no silêncio e não nas palavras.

As principais virtudes buscadas pelos iorubas, são: ìbúra (a promessa); oore (a bondade); sùúrú (a paciência), òwò (o respeito), òótó (a verdade), òdodo (a justiça), ifẹ̀ni (a caridade), èèwò (o tabu), ìwà (o caráter – resumo de todas as demais). Todas podem ser praticadas apenas e tão somente com o silêncio.

Um *orin* (cântico) dedicado à folha da costa (*ewé odúndún*), popularmente conhecida como saião¹¹, assim nos ensina (Santos, 2014):

Odúndún bàbá tẹ̀ rọ̀lẹ̀

Odúndún bàbá tẹ̀ rọ̀lẹ̀

Ma dé tẹ̀ rọ̀lẹ̀

Báde tẹ̀ rọ̀lẹ̀

Odúndún bàbá tẹ̀ rọ̀lẹ̀

Folha da costa, a folha do Pai, eu lhe venero através do silêncio

Com a folha da costa, eu pretendo cobrir meus olhos e calar-me

Ser convenientemente, respeitando-O, Pai através do silêncio

Com a folha da costa, eu pretendo cobrir meus olhos e calar-me

⁹ O Corpus da Sabedoria ioruba, é alicerçado por 16 destinos (*odù*), que se ramificam em outros dezesseis, perfazendo um total de 256 possibilidades. Cada um deles, possui símbolos e narrativas próprias. O *Odù Èji Onilẹ̀* é um deles.

¹⁰ Divindade ioruba da sabedoria.

¹¹ *Ewé odúndún* (*Kalanchoe*): saião, ou folha da costa.

Ọ́sányìn, o deus ioruba dos vegetais, é notoriamente reconhecido como um ser enigmático, introvertido, solitário, de poucas palavras.

Ọ́sányìn está presente em todas as folhas, inclusive na folha da costa.”

O silêncio é reverenciado neste *orin*, como exemplo de sabedoria praticado pela folha da costa e por Ọ́sányìn: olha mais não fala. Da mesma forma, deve o ser humano, por vezes, ver, sentir, refletir, processar sentimentos, para depois fazer um uso profícuo das palavras.

Arere (o silêncio perfeito) é louvado em um cântico sacro ioruba (Santos, 2014):

Má ojú ète má sọ̀rọ̀ o

Má ojú ète má sọ̀rọ̀ o

Bi wò bi wiwi

Bi wò bi wà

Má ojú ète má sọ̀rọ̀

Não intenciono olhar nem falar

Não intenciono olhar nem falar

Nem perguntar, olhar, indagar, conversar

Nem perguntar, olhar, indagar

Não intenciono olhar nem falar.

O silêncio e a palavra coabitam no limite da sabedoria. São fronteiriços. Ambos importantes, pertinentes e necessários. Como dia e noite, se alternam, carecendo um do outro. Completam-se e se afastam como intangíveis auroras e crepúsculos em busca de equilíbrio. Entre do relacionamento da palavra e do silêncio, nasce *awo*, o segredo.

Entre manifestações e silêncios, a cultura ioruba logrou resistir a todas as iniciativas de apagamento que lhe foram impostas, ao longo dos séculos. Foram inúmeras as estratégias desempenhadas pelo povo negro. O sincretismo é uma delas.

Não se tem uma data específica na qual o sincretismo afrocatólico tenha sido instalado nem existem, ao menos, indícios de quando este processo teve início. Entretanto, ao que tudo indica, desde que os missionários católicos começaram suas investidas catequistas com mais empenho, mesmo no continente africano, certamente as associações entre santos e orixás foi, paulatinamente, sendo criada ainda que, meramente, no imaginário das pessoas.

Porém, já no território brasileiro pós-diáspora, é que certamente a edificação sincrética foi consolidada. Possivelmente, nos primeiros séculos do Holocausto negro, os africanos e os afrodescendentes foram buscando, a partir das associações simbólicas, os sincretismos religiosos como formas de minimizar os embargos aos seus cultos e maneiras de evitar violências.

Ao contrário do que alguns pesquisadores apontam, o sincretismo afrocatólico não se deu por uma mera influência dos missionários europeus; este processo não foi impositivo, vertical. Como ressalta Chevita-rese e Cornelli (2007, p. 172): “Não houve influência, mas um processo gradativo de negociação”. Uma negociação tácita, é bem verdade, delicadamente instituída, face ao desequilíbrio entre as partes envolvidas. De certo, uma negociação muito mais entre “pares”, ou seja, entre os africanos e seus próprios valores e limites, do que entre “partes”. Afinal, nesse processo, inexistia a possibilidade de interlocutores afro e católicos sequer tratarem do assunto no mesmo patamar de igualdade. O sistema escravocrata, as leis confessionais e o preconceito étnico-religioso não facultavam tal hipótese. Daí, porque destaco a capacidade resiliente, a inteligência emocional e, sobretudo, a espetacular habilidade diplomática daqueles e daquelas que, a despeito do sistema, lograram subvertê-lo sem que os próprios opressores percebessem.

A constituição das Irmandades foi um marco importante. Segundo Macedo (2013, p. 118), principalmente a partir do “início do século XVII, multiplicaram-se na América, as irmandades negras, ou confrarias, como espaço de sociabilidade e de construção de identidade dos cativos”. Eram as “Irmandades de Nossa Senhora do Rosário ou de São Benedito”. Suas lideranças “desempenhavam um papel não apenas religioso, mas também de intermediação política dos cativos com os senhores e com as autoridades”. Foi nessas instituições que acabou por ocorrer o “processo de ressignificação dos cultos e práticas das religiões

tradicional africanas, entre si, e com o catolicismo oficial” na formação do sincretismo da religiosidade brasileira.

A ocupação de espaços no sistema religioso católico nunca significou a perda dos propósitos dos negros. Eles queriam ter trânsito com as autoridades religiosas e poder institucional; nem tanto por devoção, embora esta não faltasse, porém, muito mais por convicção. Nas palavras de Oliveira (2008 apud Boschi, 2019, p. 212): “Era possível acreditar em Nossa Senhora do Rosário e acreditar em divindades do panteão africano, sabendo que elas mantinham suas respectivas identidades”. O que os negros queriam mesmo era obstar as repressões a seus cultos, era encontrar formas de praticar seus ritos com um revestimento católico, evitando os “nãos” históricos e sobejamente conhecidos.

Com o tempo, as irmandades coloniais foram tornando-se independentes em relação às paróquias e aos religiosos ou às suas respectivas ordens primeiras, passando a ter autonomia para construir suas próprias capelas e igrejas. Com isso, usaram o recurso de absorver clérigos simpatizantes às causas negras em seus quadros associativos na condição de filiados e estes passaram a celebrar apenas os ofícios religiosos cuja batina fosse indispensável.

Havia premências cotidianas. Pertencer a essas agremiações significava assegurar local de sepultamento, a garantia de que missas e ritos afro pudessem ser realizados e até acesso a empréstimos em fundos pecuniários dessas ordens, como enfatiza Boschi (2019, p. 215): “Acréscete-se que, em certas associações, na falta do irmão, elas prestavam auxílio à sua viúva e aos filhos órfãos. Tudo isso sem considerar que a filiação a esses grêmios proporcionava, a todos e a cada um, maior visibilidade no corpo social, ou seja, a superação do anonimato”.

As primeiras irmandades da América portuguesa datam de 1552, na Capitania de Pernambuco. Os registros históricos relatam que elas foram criadas sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, sendo agremiações compostas por “gente de cor”. A essas confrarias, somaram-se as de São Benedito, São Elesbão e Santa Efigênia, igualmente evocadas pelas populações negras (Boschi, 2019, p. 213).

A Igreja Católica usou, como estratégia de atração dos africanos e afrodescendentes, o estímulo à devoção aos “santos pretos”, acreditando que a imagem desses ícones poderia facilitar a catequese. Esse episódio, do século XVIII, pode ser constatado no “projeto elaborado

por ordens religiosas mendicantes de cunho marcadamente urbano, nomeadamente os franciscanos e os carmelitas” (Boschi, 2019, p. 213). Era um compêndio de textos fomentadores da adoção de santos negros à fé dos escravizados. Como exemplo, podemos citar, da lavra do carmelita, o frade José Pereira de Santana: “Os dois atlantes de Etiópia: Santo Elesbão, imperador XLVII da Abissínia. Advogado dos perigos do mar & Santa Efigênia, princesa da Núbia, advogada dos incêndios dos edifícios. Ambos carmelitas”, publicada entre os anos 1735 e 1738. Na obra, o frade apresenta São Elesbão e Santa Efigênia como “santos pretos carmelitas destinados à devoção dos negros” (Oliveira, 2008 apud Boschi, 2019, p. 213).

Outro caso, foi a do frei franciscano, Apolinário da Conceição, datada de 1744, intitulada *Flor Peregrina por Preta, Ou Nova Maravilha da Graça, Descoberta na Prodigiosa Vida do Beato Benedito de S. Filadelfio, Religioso Leigo da Província Reformada da Sicília, da mais Estreita Observância da Religião Seráfica* (Oliveira, 2008 apud Boschi, 2019, p. 213).

Nas palavras de Boschi (2019, p. 216):

De qualquer forma, é indubitável que, por intermédio das suas irmandades, aqueles segmentos puderam cultivar e preservar elementos e práticas culturais que, muito possivelmente, teriam desaparecido se outro fosse o contexto”. O autor também diz: “De todo modo, insista-se, ao fundarem suas irmandades, os negros não estavam a incorporar inequivocamente padrões culturais dos brancos. Na realidade, continuavam a agarrar-se aos seus passados étnicos particulares, que eram, então, retomados” (Boschi, 2019, p. 217).

Citando Sweet (2007b), Boschi (2019, p. 217) arremata:

[...] no Brasil dos séculos XVII e XVIII, as religiões não eram sincréticas ou crioulas, mas sim sistemas de pensamento independentes, praticamente em paralelo com o catolicismo. Quando ocorriam de fato misturas religiosas significativas, como se verificou a partir do século XVIII, este sincretismo era essencialmente evidente entre Ganguelas e Minas, ou entre Ndembos e Ardas – e não entre africanos e católicos portugueses.

Se, por um lado, o surgimento das irmandades negras na Igreja marcava um projeto endógeno, no qual os afrodescendentes entravam no organismo religioso hegemônico para introduzir novos “genes”, por outro, estabelecia, mesmo que não fosse o projeto inicial, uma alteração no “DNA” católico, ocasionando um “catolicismo negro”.

Corroboram Boschi (2019, p. 213):

Em síntese, não seria equivocado afirmar-se que, por meio e no interior das irmandades de negros e seus descendentes, emergia um processo de africanização da religião católica. Um catolicismo negro ou africano, conforme expressão cunhada por historiografia recente, tendo em vista que, desde o século XVI, o catolicismo se disseminara pela África Central, do que resultou, dentre outras realizações, na constituição de irmandades leigas.

No mesmo sentido, Sweet (2007b, p. 225 apud Boschi, 2019, p. 220):

[...] a aceitação do Cristianismo por parte dos africanos foi lenta e desigual, e mesmo quando parecem registrar-se manifestações de devoção à fé cristã, continuam a poder ser encontrados elementos do passado religioso africano em coexistência com as práticas cristãs. [...] Ao mesmo tempo que os africanos adotavam gradualmente alguns elementos da fé católica, contribuíram também para transformar a Igreja brasileira, deixando uma marca indelével no panorama religioso do Brasil Colonial.

Logo, podemos inferir que irmandades eram espaços de inserção social e de resistência cultural. Nelas, os negros encontravam revestimento estrutural para suas manifestações e preservação de seus valores e, assim, reconstruíram suas *reidentidades* com novos contornos.

Devemos destacar que há consistentes evidências de que, em grande parte das irmandades negras da América portuguesa, houve a hegemonia de certas etnias; vários foram os fatores que contribuíram, como a heterogeneidade dos grupos, origens e interesses distintos de certas confrarias. Dessa forma, podem ser observadas certas prevalências dos bantus nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em São Paulo (Boschi, 2019).

Na formação dessas confrarias, por conta das presenças hegemônicas de determinadas etnias, estabeleceram-se pactos interétnicos. Assim, as confrarias baianas do século XVIII nos ajudam a compreender os arranjos intra-africanos nessa luta árida por espaços tão escassos na sociedade colonial. Não podemos entender a presença africana no Brasil como mera transposição geográfica de pessoas; foi intrincada e complexa a negociação entre esses povos, não bastassem as exclusões e perseguições promovidas pelas classes dominantes.

Indubitavelmente, estes movimentos foram catalisadores de diálogos intra e inter-religiosos. Estas intercessões foram cotidianamente tecidas, transbordando suas cores em todas as direções.

Curioso observar que, séculos após, a Igreja católica, principalmente motivada por movimentos como a Pastoral Negra, começa a abrir seu espaço de culto para simbolismos religiosos afro.

No Concílio do Vaticano II, em 1965, foi produzido o documento intitulado *Nostra Aetate*, afirmando que a Igreja:

Exorta por isso seus filhos a que, com prudência e amor, através do diálogo e da colaboração com os seguidores de outras religiões, testemunhando sempre a fé e vida cristãs, reconheçam, mantenham e desenvolvam os bens espirituais e morais, como também os valores socioculturais que entre eles se encontram (apud Jagun, 2022, não paginado).

Diante disso, o “diálogo inter-religioso passou a integrar formalmente a missão da Igreja Católica” (Jagun, 2022, não paginado), apesar de existir resistência de alguns segmentos até hoje.

Após trinta e quatro anos da convocação do Dia Mundial de Oração pela Paz, o Papa João Paulo II, em 27 de outubro de 1986, marcou história ao convidar lideranças de diversas religiões para um encontro de oração pela paz na cidade de Assis, na Itália. Este encontro significou um importante paradigma para o catolicismo no que diz respeito ao diálogo inter-religioso. Na ocasião, o Papa João Paulo II (1986 apud Jagun, 2022, não paginado) declarou: “Antes as religiões ou estavam umas contra as outras, ou eram indiferentes. Hoje, vemos que as religiões, fortes pelas suas diferenças, são colocadas a serviço de um projeto para a humanidade”.

Desde aquele evento, a cada ano, novos encontros foram promovidos no mundo inteiro, para repercutir o que os católicos passaram a chamar de “espírito de Assis”. Em 2016, trinta anos após o evento protagonizado por João Paulo II, o Papa Francisco repetiu o gesto. Entretanto, Francisco conferiu ao diálogo inter-religioso um *status* muito maior que exclusivamente um encontro de oração. Segundo Francisco: “O diálogo inter-religioso é uma condição necessária para a paz no mundo, e, também é um dever para os cristãos, como para outras comunidades religiosas” (Santos, 2019, p. 3).

Na esteira do papado de Francisco, o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani João Tempesta, no ano de 2020, criou um Fórum denominado Diálogos pela Paz, convidando líderes religiosos de diversas matrizes para integrá-lo. Dentre eles, judeus, muçulmanos, protestantes e de matrizes africanas.¹²

O Candomblé ioruba, inspira-se em sua matriz étnica africana para propor a seus adeptos a ideia de transcendência, a partir da aquisição de virtudes. São elas: *oore* (a bondade), *sùúrú* (a paciência), *ìbúra* (a promessa), *òwò* (o respeito), *òótó* (a verdade), *òdodo* (a justiça), *ifèni* (a caridade), *èèwò* (a disciplina); *Ìwà* (o caráter), é o resumo de todas elas. Esses valores, obviamente, não se esgotam intra-muros. Suas práticas se disseminam nas relações sociais dos candomblecistas em todos os campos, sejam na seara profissional, familiar ou espiritual. Destarte, essas bases são extremamente relevantes para compreendermos o intercâmbio e a contribuição desta religiosidade para o nosso *locus*, assim como o fomento destes princípios ao diálogo inter-religioso.

12 O Autor é membro do grupo Diálogos pela Paz desde a sua fundação, como representante do Candomblé. A partir deste grupo, em 2021, foi constituída a primeira Comissão Inter-religiosa de Juristas do Brasil. Esta, é integrada por operadores do Direito de diversas confissões religiosas, tais como: Candomblé, Umbanda, Judaísmo, Islamismo, Católicos Romanos, Católicos Ortodoxos, Protestantes, Fé Bahá'í. Nessa Comissão, o Autor também representa o Candomblé.

Referências bibliográficas

ADEDIRAN, Biodun. Yoruba ethnic groups or a yoruba ethnic group? A review of the problem of ethnic identification. *África - Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, n. 7, p. 57-70, 1984. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/90893>. Acesso em: 14 out. 2022.

ALVES, Murilo Cavalcante. Mahdi: o messias islâmico xiita. *Revista de Cultura Teológica* [A sacralidade da vida humana], São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Teologia-PUC/SP, Ano XXVIII, n. 96, p. 267-290, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/issue/view/2468>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BÃ, Amadou Hampaté. A palavra: memória viva na África. *Correio da UNESCO, África e sua história*, Rio de Janeiro, ano 1, v. 1, 1973. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/342288644/A-Palavra-Memoria-Viva-Na-Africa>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BASCOM, William. *The Yoruba of Southwestern Nigeria*. Illinois: Waveland Press, 1984.

BOSCHI, Caio C. Confraternidades negras na América portuguesa do Setecentos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 211-234, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Qw4sdR6yrvtH4JXZTgTTcBt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G. *Judaísmo, cristianismo, helenismo: ensaio sobre interações culturais no Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: Annablume, 2007.

GONTIJO, Silvana. *O livro de ouro da comunicação*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

JAGUN, Márcio de. *O cardeal do diálogo*. Publicado em: 29/04/2022. Disponível em: <https://arqrio.org.br/o-cardeal-do-dialogo/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVA, Anderson. A invenção dos iorubás na África Ocidental. Reflexões e apontamentos acerca do papel da história e da tradição oral na construção da identidade étnica. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 27, n. 1/2/3, p. 141-179, Jan-Dez. 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33536484.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

OLIVEIRA, A. J. M. de. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2008 apud BOSCHI, Caio C. Confraternidades negras na América portuguesa do Setecentos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 211-234, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Qw4sdR6yrvtH4JXZTgTTcBt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

PAPA JOÃO PAULO II. *Dia Mundial de Oração pela Paz*, 27 de outubro de 1986, Assis/Itália apud JAGUN, Márcio de. *O cardeal do diálogo*. Publicado em: 29/04/2022. Disponível em: <https://arqrio.org.br/o-cardeal-do-dialogo/>. Acesso em: 01 nov. 2022.

RYDER, A. F. Do rio Volta aos Camarões. In: NIANE, D. T. (Org.). *História geral da África: África do século XII ao XVI*, v. IV. Brasília, DF: Unesco, 1985, p. 379-414. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2010/12/volume_IV.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

SANTOS, José Ronaldo Venâncio dos. Contribuições do Papa Francisco para o diálogo inter-religioso: um tópico a aprofundar a partir dos discursos do Papa Francisco em suas viagens internacionais. *PUC-Rio*, Departamento de Teologia, 2019, p. 1-16. Disponível em: http://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2019/download/relatorios/CTCH/TEO/TEO-Jose%20Ronaldo%20Ven%C3%A2ncio%20dos%20Santos.pdf. Acesso em: 01 nov. 2022

SANTOS, Maria Stella de Azevedo & DOMINI, Graziela. O que as folhas cantam. Salvador: Ossos do Ofício, 2014.

SWEET, J. H. *Recrutar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 2007b apud BOSCHI, Caio C. Confraternidades negras na América portuguesa do Setecentos. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 211-234, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Qw4sdR6yrvtH-4JXZTgTTcBt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 07 out. 2022.

VERGER, Pierre. *Notas sobre o culto aos Orixás e Voduns*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

WOORTMANN, Klaas. *Cosmologia e Geomancia: um estudo da cultura Yoruba-Nagô*. Anuário Antropológico 77. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

Capítulo V

Xamanismo Nowa Cumig

*Athamis Bárbara de Souza Barbosa*¹

*Cláudia Helena Fernandes Lobo (Kenê Taotã Guaianá)*²

Introdução

O presente capítulo, sobre o Xamanismo, não pretende revisitar a ampla bibliografia sobre o tema. É antes a experiência de duas vidas buscadoras que encontraram o cerne de suas espiritualidades no Xamanismo, e nesse caminho uniram seus propósitos.

Iniciamos apresentando de maneira sucinta os conceitos de “Cosmovisões”, “Xamanismo” e “Neoxamanismo “a fim de relacioná-los. Seguimos trazendo a historicidade do termo “Xamanismo” e as especialidades artístico/médico/espirituais associadas aos xamãs. Passamos então para os relatos de encontro das autoras com o Xamanismo, o nascimento do Centro Nowa Cumig e as principais terapias e rituais xamânicos realizados por esse centro.

Por fim, propomos uma reflexão sobre desdobramentos do encontro dessa constelação de povos, cosmovisões, espaços geográficos e experiências com as sociedades cujo modelo é o ocidental, capitalista.

1. Cosmovisões, Etnomedicina e Xamanismo

Pare um momento, respire, olhe ao seu redor. Se o que vê são paredes, tente enxergar além delas, além das cidades. Veja a natureza!

¹ Líder de cerimônia xamânica e Mulher Medicina (ritos de passagem: batizado, casamento, morte; menarca e coroação das sábias). Condutora de Tende Suor, Busca da Visão, entre outros rituais. Traz em si as tradições dos povos originários dos povos amazônicos e canadense. Fundadora e presidente do Centro de Tradições Nativas Nowa Cumig- RJ. Pós graduada em Pedagogia na Universidade de Leuven (Bélgica) e Doutora Honoris causa pela Universidade da Ordem dos Capelães e integrante do conselho inter religioso Complir (cidade do Rio de Janeiro) e Coneplir (estado do Rio de Janeiro) e membro de divisão conselhos inter religiosos do Brasil. É difusora da espiritualidade indígena em diversos países do mundo.

² Professora de História formada na Universidade de São Paulo. Acupunturista, Terapeuta Xamânica, iniciada como Cuiã (líder espiritual) do Povo Dofurêm Guaianá.

Repare que cada ambiente é composto de flora e fauna específicas, e cada um desses elementos formam algo maior, um bioma. Assim é o Xamanismo e sua constelação de cosmovisões. Povos originários de regiões distintas do planeta temos nossas formas de ver, sentir e interagir com o ambiente que nos cercam. Expressamos esse conjunto de crenças através de nossos mitos de criação, histórias, músicas, artes plásticas, artesanatos, grafismos, entendimentos sobre a doença e a cura. Esse conjunto de crenças, arte, organização social e medicina, foi chamado de Cosmovisão. Os sistemas de cura e conexão com o divino são compostos por elementos da natureza local; plantas, ervas, casca de árvores, musgos, animais. Conjuntamente a esse conhecimento material, o líder espiritual/médico possui uma série de recursos como a música, dança, histórias, jornadas (expansão da consciência), transe, benzimentos e encantamentos, para entender a causa da doença, seja ela física ou psicológica, e a curar, ou levar o enfermo a auto cura. O termo Etnomedicina é utilizado para se referir ao conhecimento médico não ocidental.

É interessante observar que além da diversidade de cosmovisões e etnomedicina, (só no Brasil são mais de 300 povos, imagine no mundo?) existem pontos convergentes, e um deles é de que as doenças não são somente físicas, mas que elas podem ter origem diversas, desde tristezas, sustos, traumas, vontades não realizadas, como ser “enviada” por alguém, gerada por palavras que entram na mente do indivíduo, ou por seres não humanos.

Podemos encontrar pontos convergentes também em estudos científicos sobre o poder da imaginação como uma força terapêutica. Jeanne Achterberg foi uma psicóloga, pesquisadora e pioneira da medicina mente-corpo. Ela se destacou por estudar, com base científica, como imaginação, imagens mentais, simbolismos e estados de consciência influenciam a saúde e os processos de cura. Defendia que imaginação não é fantasia, mas uma função fisiológica ativa, capaz de mobilizar respostas fisiológicas reais. Dialogando com inúmeras tradições xamânicas, foi uma voz importante na consolidação da psiconeuroimunologia e da medicina integrativa. Vejamos o que escreve em seu livro “A Imaginação na Cura: Xamanismo e medicina moderna”.

A doença, como é concebida até mesmo no sentido moderno, é vista como algo que penetra de fora do corpo, algo que deve ser

removido ou destruído ou de que é preciso proteger-se. No sistema xamânico, entretanto, o problema básico não é o elemento externo, mas a perda de poder pessoal que permitiu a invasão, seja de uma flecha, seja de um mau espírito. Em consequência, o tratamento xamânico de todas as enfermidades dá ênfase, em primeiro lugar, ao aumento do poder da pessoa doente, e apenas em segundo lugar se opõe ao poder do agente que produziu a doença. Todas as medicações, inclusive a ocidental, quando disponível, são usadas em ambos os estágios. Na realidade, esse pensamento é bastante avançado, pois as recentes descobertas da ciência médica apoiam tal descrição dos processos da doença. Resumindo, as chamadas causas externas primárias das doenças graves - vírus, bactérias e outros elementos invisíveis no meio ambiente - só constituem ameaça à saúde quando a camada protetora natural de uma pessoa desenvolve uma fraqueza. (ACHTERBERG, 1996, p. 23)

A variedade de cosmovisões dos povos originários é como uma constelação de estrelas e planetas, cada um com sua natureza. Entender o Xamanismo perpassa por compreender, aceitar e respeitar a diversidade. Então o Xamanismo é uma palavra singular que designa o plural.

Se quisermos nos aprofundar no Xamanismo de um povo, é preciso primeiramente conhecer sua cosmovisão. Que tal ampliar o olhar e conhecer a origem do termo Xamanismo?

2. Xamanismo, um termo recente para práticas muito antigas

O termo Xamanismo foi criado por ocidentais no século XIX, a partir da observação dos rituais de cura realizados pelos Shaman do povo Tungus, da Sibéria. Shaman significa “aquele que enxerga no escuro”. Mas o que seria esse escuro? O escuro é tudo que se ignora sobre as causas das doenças físicas, mentais ou espirituais. No século XX é difundido na cultura ocidental por antropólogos e estudiosos como Mircea Eliade, W. La Barre entre outros.

No artigo “Shamanic Origins of Religion of Medicine” (La Barre, 1979), La Barre analisa evidências antropológicas de cerca de 20 mil anos sobre a presença de xamãs e rituais xamânicos em pinturas rupestres. Segundo ele, o Xamanismo seria como uma essência de todas as religiões sobrenaturais que junto com os humanos se espalhou

e difundiu pelos continentes, o que pode ser evidenciado por algumas similaridades que persistem ainda hoje.

O xamã era originalmente artista, dançarino, músico, cantor, dramaturgo, intelectual, poeta, bardo, embaixador, conselheiro de chefes e reis, ator e palhaço, curador, prestidigitador, malabarista, jogral, cantor de música folclórica, meteorologista, artesão, herói cultural, trapaceiro – transformador. (La Barre, 1979, p.7)

Revisando a ampla literatura acerca do Xamanismo, Mircea Eliade em “Shamanism: Archaic Techniques of Ecstasy” verificou que os xamãs eram identificados como sacerdotes, médicos, mágicos, feiticeiros, exorcistas, líderes políticos, psicóticos e charlatães.

O Xamã pode ser o profissional mais antigo do mundo, entre o médico e o sacerdote modernos. Os termos feiticeiro e curandeiro são empregados com frequência, e popularmente o xamã está associado a qualquer cura não médica ocidental. Ele pode ter conhecimentos sobre ervas e tratamentos de traumas. Na antropologia, o xamã é visto como aquele cuja especialidade é o êxtase, ou os estados alterados de consciência.

A alteração de consciência ou o êxtase não qualifica qualquer pessoa que os vivencie como xamã. O xamã tem controle sobre a entrada e a saída desses estados, chamados de “viagem”, “vôos mágicos” ou “jornadas xamânicas” (Ingerman, 2009), o que faz com propósitos específicos, geralmente de cura.

As informações que os xamãs acessam durante as jornadas têm uma linguagem simbólica, recheada de imagens, que eles sabem interpretar. Durante esse processo contam com a ajuda de “espíritos guardiães”, “animais de poder” ou “aliados de poder”.

É importante mais uma vez esclarecer que assim como o termo Xamanismo é genérico, o termo xamã também é, e que cada povo vai usar sua própria língua para designar a pessoa que possui essa função.

Atualmente é comum relacionar o Xamanismo com o uso de substâncias enteógenas principalmente a ayahuasca. Apesar de fazer parte do arcabouço de cura de vários povos, o uso de substâncias não é o que determina se um ritual é xamânico ou não. Existe uma gama de rituais xamânicos que não se utilizam de enteógenos, ou plantas de poder, pro-

fessoras. O nome varia dependendo da comunidade na qual a substância é utilizada. O que determina se um ritual é xamânico é o fato dele estar calcado por sabedorias e tradições ancestrais, e conduzido principalmente por lideranças espirituais desenvolvidas dentro dos valores culturais do seu povo. Basicamente chamamos xamanismo os rituais de cura e organização da vida enraizados na ancestralidade de diferentes.

Vem comigo? Agora nossos olhos sobrevoam o percurso do Neoxamanismo.

3. Neoxamanismo

Pelos idos do século XIX, durante o período que ficou conhecido como neocolonialismo, as nações europeias continuam a saga expansionista, em busca de recursos físicos e humanos para alimentar a indústria e suas formas de vida. As atrocidades cometidas contra nossos povos; genocídio, etnocídio, ecocídio precisavam ser justificadas, e assim foi feito através de teorias racistas como a do darwinismo social. Elas espalharam a ideia de que nós, os povos originários, ocupamos o local mais baixo de uma escala de evolução, questionando inclusive se éramos humanos. Para comprovar tais teses, retiraram “amostras” humanas e as colocaram em zoológicos.

Ao entrar em contato conosco, estudiosos, médicos, psicólogos e cientistas, principalmente europeus e norte-americanos, se fizeram a seguinte pergunta: “Como eles curam”? Que tipo de medicina usam?

A recuperação completa de pessoas acometidas por males que a medicina ocidental, vista por eles mesmos como o topo da evolução, não conseguira!

Buscando nos povos originários de regiões distintas do planeta, a cura para as doenças dos corpos e das almas ocidentais, e levando para dentro de seus consultórios, é que surge o denominado Neoxamanismo.

Pense no tempo misturando os diversos povos, migrações contínuas e um intenso processo de aculturação. Várias manifestações religiosas se aproximam, criam-se novas, de acordo com as necessidades de expressão das comunidades que as compõem. Por exemplo, no artigo “Tecendo Conexões: Fios de Flores no Culto à Deusa Hindu Kali na Guiana”, Marcelo Moura Mello diz:

O culto à Kali [Kali Mai worship] é uma vertente hindu recriada por descendentes de indianos que se deslocaram para a Guiana na condição de trabalhadores contratados [indentured labourers], entre 1838 e 1917. Nos templos de Kali, divindades hindus, em suas distintas formas, são cultuadas por meio de preces, cantos devocionais, ofertas de frutas, alimentos, doces, bebidas e animais, que eventualmente são sacrificados. Se devotos e devotas de Kali realizam ofertas, as divindades, por seu turno, conduzem tratamentos terapêuticos para curar doenças de origem física e/ou espiritual, além de servirem como oráculos. (Mello, 2019, p. 50)

Aqui mesmo, no Brasil, assistimos a difusão entre indígenas e não indígenas de rituais com a Ayahuasca, cujo cipó, também conhecido como Jagube, Mariri, Yagé ou Caapi, é matéria-prima na produção da bebida que recebe nomes diferentes: Uni, Caapi, Nixi pae, Santo Daimé, Vegetal, Hoasca ou Oaska.

Conhecimento ancestral presente em mais de cem povos, como os Huni Kuin (Kaxinawa), Juruna, Kokama, Katuquina (Nokekoi), Makuna, Matis, Matsés, Shanenawa, Tikuna, Tukano (Yepá-Mahsã) e Yawanawá, entre outros, ele foi levado para contextos diferentes e hoje integra cerimônias sincréticas (hari daime, umbandaime) também de institutos Neoxamânicos, não indígenas.

É importante lembrar que povos originários como os Dofurêm Guaianá, habitavam uma extensa área entre Paraty e o Vale do Ribeira. Onde hoje é a cidade de São Paulo e seu entorno, estavam situadas aldeias de chefes históricos do povo; Piquerobi (Zona Leste, Guarulhos), Tibiriçá (Centro), Caiubi e Araraí (Zona Sul), e Maipino (Itaquaquecetuba). Nossas terras foram espoliadas no início da colonização, “Nosso céu caiu há muito tempo”, diz Chambrá, um importante artista Guaianá, parodiando Davi Kopenawa. Se os Guaianá não moram todos nas cidades, moram perto delas. Na América Latina, inúmeros povos se desenvolveram em contexto urbano; categorizar o Xamanismo como manifestação de aldeia e Neoxamanismo como de cidade, assim como falar que Neoxamanismo é o praticado somente por não indígenas, é generalizar.

A tese de William Bezerra Figueiredo “Teia metafórica: a poética da narração e o ethos xamânico no meio urbano” aprofunda essa questão ao abordar o xamanismo e o neoxamanismo urbano como fenômenos

simbólico-narrativos, compreendidos a partir de sua dimensão poética e metafórica. O autor analisa o neoxamanismo urbano como um processo de ressignificação de matrizes xamânicas tradicionais, no qual práticas, mitos e rituais são deslocados de seus contextos originários e reorganizamos como dispositivos narrativos de produção de sentido, identidade e cura. Nesse enquadramento, a eficácia simbólica do xamanismo decorre menos de sua fidelidade etnográfica e mais de sua capacidade de articular experiência, imaginação e subjetividade por meio da narração.

Os grupos de Neoxamanismo urbano se multiplicam a cada dia. Nossa tese é que esses grupos produzem sua própria narrativa, desde o universo do xamanismo indígena até religiões diversas, por meio do hibridismo discursivo produzido em visões místicas religiosas e arranjos socioculturais. (Figueiredo, 2018, p.9)

As linhas entre Xamanismo e Neoxamanismo se tornaram tênues, uma vez que povos originários compartilham conhecimentos e podem absorver novos repertórios de cura. O Centro Nowa Cumig, por seguir o modo de vida e conhecimento de cura do Povo Ojibway da Nação Anishnaabe, se auto denomina de Xamanismo Urbano.

Lá vem um sopro de vento trazendo enredo para essa história, um não, dois, duas: Athamis Bárbara e Cláudia Helena Kenê Taotã.

Duas mulheres, suas histórias, e o encontro no Xamanismo. Por se tratar de relatos pessoais, e facilitar a compreensão, nossos nomes estão entre parênteses.

(Athamis) Prazer estar aqui! Eu me chamo Athamis Bárbara de Souza Barbosa. Até meus 12 anos era somente Athamis Bárbara de Souza, quando, a parti daí, fui reconhecida pelo meu pai e adquiri o Barbosa. Segundo a história contada por minha mãe, meu pai tinha morrido, então esse meu pai me foi apresentado como um tio.

Apenas aos 20 anos é que soube que minha avó paterna era da etnia Mura, de Autazes, no Amazonas. Nesse momento entendi as nossas feições indígenas, mas o assunto foi encerrado ali, e não busquei saber mais, até que....

Meu mundo desabou aos 21 anos, me separei do primeiro marido, fui ameaçada de morte por ele, e minha alma não aguentou e se quebrou. Pensava coisas muito ruins, uma vontade de desistir de tudo.

Minha criação foi dentro de uma escola católica e sempre fui muito aplicada à prática espiritual, mas naquele momento, nenhuma oração me tirava daquele buraco fundo e vazio. Até os sonhos vívidos e premonitórios que tinha na infância e adolescência haviam me abandonado.

Parti em busca de vários métodos e terapias que pudessem me ajudar, até que encontrei a Tenda de Suor, um ritual dos indígenas Norte Americanos. Essa experiência me tirou daquele lugar de dor, mas ainda demoraria uns anos para realmente me encontrar. Aos 32 anos encontrei uma senhora canadense que seguia o Caminho Vermelho (a espiritualidade dos nativos da América do Norte). Estávamos em um congresso da Psicologia Transpessoal intitulado Tecnologias do Sagrado. Muito rapidamente ficamos amigas, me convidou à sua terra natal, e lá fui eu.

Nunca havia me sentido tão em casa! Ela me apresentou às sábias Anishnaabe, nome da Nação composta por várias famílias, dentre elas, a Ojibway. Logo ao me cumprimentar, elas me chamaram de irmã do sul. Ah, como eu havia sentido falta dessa sensação de parentesco, no sudeste brasileiro onde morava, e na Bélgica onde morei, não havia essa sororidade em torno de mim. Realmente pertencer a uma família é algo importantíssimo para a minha alma indígena. Durante 18 anos, diversas vezes ao ano eu ia ao Canadá para aprender, e essa amiga e mentora no Caminho Vermelho também vinha ao Brasil me ensinar e a outras pessoas atraídas pela espiritualidade indígena.

Descobri com os Anishnaabe que minha alma era nativa, e finalmente me encontrei! Comecei a seguir o Caminho Vermelho. Minha espiritualidade é nativa, meu genoma é indígena.

Fixei residência no Rio de Janeiro, e criei uma família de pessoas que também buscavam viver o Caminho Vermelho. Finalmente organizei um Centro Xamânico em 2013 com o objetivo de oferecer uma espiritualidade de equilíbrio na vida por meio da Roda da Medicina. (A Roda da Medicina representa a própria vida. É um sistema complexo de explicações sobre tudo que existe, e está presente na cosmovisão de diversos povos da América do Norte).

O Centro Xamânico foi abençoado pelo guerreiro e sábio Anishnaabe (Ojibway) Dennis Banks (EUA), que, quando jovem, foi co-fundador do Movimento Índio Americano nos Estados Unidos. Ao chegar no Brasil em 2013, ele me reconheceu Ojibway na forma que vivia minha espiritualidade, ajudando-me a formatar esse centro e o batizando

com seu próprio nome espiritual, ou seja, Nowa Cumig, que quer dizer em português, Centro do Universo.

Durante 4 anos ele acompanhou, encorajou e orientou esse centro e a minha espiritualidade. Infelizmente em 2017 Dennis voltou para a casa de seus antepassados, ou como costumamos dizer no Caminho Vermelho “fez a passagem”.

Nessa tradição que sigo, temos que ter um mentor vivo para nos acompanhar, e sentindo profundamente a falta do meu mentor rezei para que essa pessoa chegasse em minha vida. E assim foi! Em 2018 conheci Darlene Morrison, uma prima de segundo grau de Dennis. Desde então ela, com grande generosidade e didática, nos ensina sobre a espiritualidade Ojibway.

Nos encontros mensais que promovemos, fala dos ritos de passagem, da Roda da Medicina, dos Sete Ensinamentos e tantas outras coisas que são importantes para vivermos uma “boa vida”. Não basta seguir o Caminho Vermelho, como dizem os Ojibway. Esse caminho tem que ser um Bom Caminho Vermelho, pautado por diretrizes que nos mostram a maneira de viver em harmonia com a Mãe Terra e com tudo que existe.

A noção de parentesco com o todo (animais, árvores, pedras), visível e invisível, coloca os humanos em um lugar de igualdade, e não de superioridade em relação a tudo que existe.

Sou do povo Mura e vivo a espiritualidade Ojibway, pois honro quem me acolheu nos momentos mais difíceis de minha vida. Assim como alguém que é adotada e ama os pais adotivos, sigo honrando esse povo.

Não me preocupa ser reconhecida como Mura. No momento minha atuação é junto aos Guardiões da Floresta no Careiro da Várzea/ Amazonas. O Centro Nowa Cumig apoia financeiramente esse projeto há vários anos para que o território Mura siga vigiado e protegido dos constantes ataques criminosos de grileiros, latifundiários e mineradores. Nosso contato principal é através de Herton Mura, coordenador do núcleo de educação escolar indígena Mura na prefeitura municipal de Careiro da Várzea/ Amazonas.

Quando visitei a comunidade Mura em Novo Céu em Murutinga- Autazes no Amazonas, fui chamada pelo pajé Raimundo Monteiro Arcos para acompanhá-lo em atendimentos de cura. No momento que

contei minha história, ele, em transe, olhou fundo nos meus olhos disse: você é uma curandeira Mura!

A forma de curandeirismo que uso é baseada em duas fontes: a fitoterápica que aprendi em casa (mãe, tia e avó) “caboclas”, criadas na floresta que obrigatoriamente aprenderam a curar com o que tinham no seu entorno, e as visões; sonhos profundos ou sonhos acordados, as jornadas xamânicas que são expansões de consciência com o som do tambor de mão e ou do maracá.

Na cidade grande me chamam de xamã, entre os do povo Tukano e Dessano me chamam de parteira (não aquela que traz crianças à vida, mas a mulher que tem conhecimentos e pode participar de rituais só de homens), entre os Ojibway me chamam de Mulher Medicina. O título é sempre dado pelo outro, não costumamos nos apresentar como tal. Sou simplesmente Athamis, que vive a espiritualidade indígena (da Terra de Abya Yala) e vive com propósito de expandir os conhecimentos ancestrais e a manter viva a cultura de povos indígenas das Américas, para que a permanência da vida da Terra seja possível.

(Cláudia Helena Kenê Taotã) Olá, que bom estar aqui como redatora e colaboradora deste capítulo sobre o xamanismo. Agradeço a Athamis por ter me convidado.

Cláudia Helena foi desejo da minha irmã, nossa mãe diz que se não fosse por ela, eu nem estaria aqui. Fernandes Lobo e o povo Guaianá vem do meu pai, Yanary Dzu (Água Sagrada) dos Kariri Xocó, Aquela Que Se Veste Com Pele de Gente, da Athamis, e Kenê Taotã, do Luiz Canê Minguê, kenkê (chefe) do meu povo Dofurêm Guaianá.

A história desses nomes é a história da minha vida, e de como caminhei amparada pelos Dongrevê (ancestrais), para chegar até aqui.

Fui uma criança criada por avós disfarçadas de babás e empregadas. Como o universo não dá laço que não seja para presente, essas avós me ensinaram sobre a espiritualidade de matriz africana.

Ao brincar, criava meu mundo, a floresta. Adorava andar pela chácara da minha avó materna conversando com as árvores, seguindo o caminho com as formigas, colocando nome nas pedras. Com minha avó paterna, Filha de Maria, conheci o catolicismo, saia de anjo na procissão.

Me apaixonei pela dança, o teatro, a música e as artes plásticas com seis anos, e a partir dali direcionei minha vida para esses estudos.

Natural de Pindamonhangaba, com 16 anos, fiquei em cartaz pela primeira vez, em São Paulo. Conheci um grupo teatral de intelectuais e professores universitários, entendi a dimensão social do teatro e resolvi fazer História na USP. Eu queria entender o que dizer, antes de dizer.

Do lado externo, a busca, do lado interno, também. Ia sozinha à missa aos domingos antes dos 10 anos, nessa idade conheci a Umbanda, depois o espiritismo kardecista e o movimento Hare Krishna. Tive algumas manifestações mediúnicas, aos 11 e 15 anos. Nesse meio tempo, por duas vezes, por pessoas diferentes, vieram os povos das estrelas, espíritos de extraterrestres e com eles tive contato com a imposição de mãos e cores para curar.

Quando entrei na Universidade passei a acreditar que Deus era criação humana. O povo lá de casa riu. Ah, meu ateísmo durou pouco, engravidei, e quando meu corpo se abriu no parto, uma dimensão espiritual se expandiu. Escancarou o véu, a visão veio com força. Nessa época, incorporei entidades que me guiaram.

Me formei, me separei, e voltei pra Pindamonhangaba com minha filha. Por fora mil coisas, escola, teatro, maternidade, pintar para melhorar o orçamento. Por dentro, relações vazias me levavam a um lugar dolorido, que crescia.

Estava deprimida, a xamã pediu para tirar a roupa mais pesada e entrar debaixo de cobertores e peles. Queimou algo, me abanou, o som do leque e o vento, o som e o vento...de repente um círculo violeta se abriu, eu entrei ali, e o que vi direcionou minha vida, me trouxe até aqui. Havia experimentado minha primeira jornada xamânica.

Parti para o aprendizado das terapias holísticas, me converti ao Budismo de Nitiren Daishonin. Orava por um caminho de cura, comunguei ayahuasca, fui para Universidade Holística do Brasil (UHB) estudar para ser Terapeuta Clínica Xamânica.

Um ano e meio submergindo no inconsciente através das jornadas xamânicas e um amor dolorido, resultaram em duas pneumonias.

Fui apresentada ao Juliano, um mestre da Medicina Oriental que se tornou meu médico e professor. Compreendi que existiam dois caminhos, tanto para doença quanto para a cura. O caminho do corpo e o caminho do espírito (mente, psique, emoções). Decidi andar por esses dois caminhos e mais uma vez a espiritualidade agiu.

Na UHB vi o cartaz da oficina de construção de tambores, e no dia marcado estava em Maria da Fé esperando o início da mesma. Senti uma mão tocando meu ombro, olhei e era Athamis, ela me olhava também, e falou, “você é tão bonita”. Pronto, a mestra do caminho espiritual havia chegado.

Confeccionar o tambor, cantar na beira do fogo para o fogo, para terra, para água e para o ar ressoou com minha alma e conectou com o espírito dessa terra, seus encantados e os ancestrais.

Depois da formatura da UHB, em 2010, participei de torés e rituais com os Kariri Xocó em Pindamonhangaba, no mesmo ano conheci a aldeia e recebi o nome Yanary Dzu (Água Sagrada).

Em 2015 fui ao Rio aprender com Athamis, e depois de quase cinco anos de cursos e convivência, ela deu meu segundo nome, Aquela Que Se Veste Com Pele De Gente.

Durante a reza de um Huni Kuin, em 2020, entrei em transe e vi a mulher onça, ela me chamava e dizia, você tem que ir para a raiz, a raiz. Eram tão escassas as informações sobre os povos indígenas da minha região e dentro da minha família que acreditei jamais poder encontrar minha ancestralidade. Ela veio através de um site de genealogia três anos depois. Em uma sexta-feira encontrei minha antepassada Antônia Rodriguês, filha de Piquerobi, no domingo assisti um vídeo onde Luiz Canê Mingué chefe do povo Dofurêm Guainá dava entrevista sobre a história do povo. Na segunda entrei em contato com ele, na sexta, exatamente 7 dias depois, recebi o vídeo que comprova nossa ligação consanguínea.

Cheguei no meu povo, fui repatriada, me sinto inteira e animada com o muito a conhecer sobre a cultura, a língua, a cosmovisão, o Xamanismo, e a lutar por ele. Entendi que a dificuldade em encontrar minhas origens se devia ao fato de tentarem nos exterminar, de dizerem que fomos extintos. Estamos aqui, vivos, retomando nossa cultura. Em digrê, a língua Dofurêm Guaianá, sou Kenê Taotã, Pedra que Canta, e ser um pilar da ressurgência do povo é meu propósito.

Nesse momento, colocamos nosso foco para o Xamanismo praticado no Centro Nowa Cumigo, especialmente alguns rituais como a Jornada Xamânica e a A Tenda do Suor, e os métodos pessoas de cura, recebidos por Athamis Bárbara do mundo espiritual, e desenvolvido por ela durante a vida.

4. Xamanismo Nowa Cumig

4.1 Jornada Xamânica

(Athamis) “Ninguém nasce um xamã, mas despertamos a semente do xamã em nós. Desde cedo, a criança pode apresentar visão por meio de sonhos, clariaudiência e sensibilidade extra para as questões espirituais. De acordo com a cultura da pessoa, isso será potencializado ou escondido. Ao nascermos, todos nós temos várias sementes a serem regadas, e a conexão espiritual também é assim, precisa ser nutrida”.

No Xamanismo Nowa Cumig, as Jornadas Xamânicas são nosso principal meio de acesso ao inconsciente e através dele à espiritualidade. Para fazer esse acesso usamos o som do tambor, que expande nossa consciência levando o cérebro a frequências alfa ou theta. Nesse estado podemos vivenciar experiências como de um sonho, com a diferença de que estamos lúcidos e conseguimos agir, interferir. Durante a jornada recebemos auxílio de aliados de poder; animais ou mestres espirituais que nos acompanham.

Primeiro devemos ter em mente uma pergunta e a partir dela nos concentrarmos no som do tambor. Geralmente começamos andando por um lugar de natureza que gostamos, então escolhemos entre descer para o mundo interior que fica abaixo da terra, ou subir acima da Terra e isso vai depender do tipo de pergunta que fazemos. Às vezes, enquanto repetimos a pergunta, por exemplo “quem pode me ajudar a entender porque relacionamentos abusivos se repetem em minha vida”, somos levados para onde devemos ir. Nesse momento é comum aparecer um animal ou mestre que irá nos acompanhar naquela experiência. Algumas tradições chamam esses aliados de Animais de Poder, para nós eles são aliados daquela jornada específica, e só irão se configurar como nossos animais de poder, se nos acompanharem por muitos anos em nossas jornadas, tanto os pessoais, como as de cura.

O que acontece durante as jornadas pode ser realmente fantástico, sermos levados para dentro do mar, vermos através dos olhos de uma baleia, voar, sermos curados em rituais, conversarmos com entes queridos que já se foram, com mestres, e uma infinidade de possibilidades comparáveis somente aos sonhos. A duração é de aproximadamente 15 a 30 minutos e quando “acordamos” costumamos gravar ou escrever o que vimos (ou sentimos) para não correremos o risco de esquecermos

sobre essa experiência. Também podemos não entender de imediato a resposta que obtivemos, uma vez que a linguagem do nosso inconsciente é simbólica. Então, mesmo que façamos essas jornadas sozinhos, é bom ter um xamã ou terapeuta xamânico que nos ajude a interpretar.

Mas e a questão espiritual nisso tudo? Nosso Xamanismo é de ascensão, isso quer dizer que nós vamos até o mundo espiritual, e quem nos leva é nosso inconsciente. Para nós, as jornadas xamânicas são encontros com o mundo espiritual. Quanto mais praticamos, mais nítidas essas experiências ficam.

Podemos fazer jornadas para outra pessoa, direcionadas a partir de seus questionamentos. Quando a pessoa não sabe o que perguntar, nós usamos de início a frase “como posso ajudar (nome da pessoa) a (aquilo que ela precisa, por exemplo, entender as causas de sua doença) ...”

Ajudar pessoas à distância, encaminhar quem acaba de desencarnar, são possibilidades de jornadas que podemos também desenvolver.

4.2 A Tenda de Suor

(Athamis) “A Tenda de Suor é um local adequado para iniciar o processo de cura pessoal, pois simboliza nossa entrada no “ventre da mãe Terra” localizado no centro da Roda da Medicina. Essa prática é tradicional em diversas culturas nativas das Américas (do Norte, Central e Sul) e, portanto, conta com diferentes variações de como pode ser conduzida essa cerimônia.

Erguida com o propósito de realizar rituais, a Tenda de Suor é liderada por um mestre de cerimônias e adaptada às necessidades do grupo. São realizadas cerimônias de gratidão, cura e transição. Considerada a estrutura mais poderosa do mundo, a Tenda de Suor possui uma energia única e transformadora.

Dentro da cultura Anishinaabe, é comum encontrar tendas reservadas para crianças, guerreiros, preparação e após cerimônias importantes como o Jejum e a Dança do Sol, além da busca pelo nome espiritual de um indivíduo. Antigamente, essas tendas eram separadas por gênero, porém atualmente homens e mulheres participam juntos das cerimônias, exceto aquelas específicas para cada sexo, de acordo com a tradição.

De acordo com a tradição Anishnaabe, este ritual foi concedido a um jovem durante a sua jornada pessoal de Busca da Visão. Ele buscava

respostas para a escassez de alimentos que afetava a comunidade. Ele clamava por auxílio aos seres espirituais e por orientações.

O ritual é formado por um altar, uma grande fogueira e a própria tenda.

O altar é uma pequena parede de pedras com formato de lua crescente, colocada no Leste. Uma pedra, colocada no meio dessa parede, representa a cabeça do menino que recebeu esse ritual. Entre essa meia-lua de pedras e a tenda, acendemos um fogo para aquecer pedras vulcânicas, até que fiquem incandescentes. A quantidade varia conforme o objetivo da cerimônia. O “povo pedra”, é considerado nossos Avôs ou Avós, pois trazem consigo ensinamentos de tempos imemoriais. Em algumas tradições, representam os ossos da Mãe Terra.

A fogueira fica diante da porta leste da abertura da tenda. O fogo é um dos quatro fogos honrados pela tradição. O sol, o magma e o fogo que carregamos no coração seriam os outros três.

A tenda é construída por galhos flexíveis dispostos em círculo formando um domo, o útero da Mãe Terra. Os galhos são as costelas da Mãe Terra e devem ser escolhidos de árvores flexíveis, que dependem do local onde a cerimônia é realizada. Cada “irmã em pé” (árvore), traz sua medicina (característica) para a cerimônia. Originalmente a tenda era coberta por peles de animais ou cascas de árvores, hoje em dia usamos cobertores e lonas.

Cada direção honrada na Tenda é chamada “porta”. A primeira porta trabalha o Leste ou a criança e o universo; a segunda, o Sul ou os jovens e a Terra; a Terceira, o Oeste, os antepassados e a comunidade onde estamos. No Norte, os Velhos ou Sábios, e nós mesmos. Durante a cerimônia, a porta é aberta tanto de maneira física quanto espiritual. De forma física é sempre pela porta do Leste por onde entram as pedras que vão aumentando em número, a água que será respingada sobre as avós, e a água para os participantes beberem. De forma espiritual, são abertas as portas de cada direção, logo após a entrada das avós pedra. Começamos com 7 pedras; uma para cada direção (Leste, Sul, Oeste, Norte), uma para o Pai Céu, uma para a Mãe Terra e uma para o Centro, o nosso coração.

Vamos entrar na Tenda! Oferecemos tabaco às 7 direções e pedimos ajuda ao Criador e aos espíritos. Espíritos ou espíritos auxiliares no Xamanismo são as energias de tudo que existe, não apenas dos de-

sencarnados.

O líder espiritual, ocupando a porta leste (ou a porta oeste, de acordo com sua tradição), nos recepciona e nos aponta onde sentar.

O homem do fogo fica do lado de fora, mantendo acesa a fogueira, zelando pelo aquecimento das pedras e as conduzindo até a tenda. Ele é fundamental!

A cerimônia é iniciada; orações, cantos, tambores ou maracás chamam os espíritos auxiliares para a tenda. Um tambor, seja de mão ou de água, é um item importante porque seu som é como o batimento cardíaco da Mãe Terra.

Cada pessoa tem a oportunidade de falar ou orar dentro da tenda.

Abre-se a primeira porta, a água é trazida pelo homem do fogo e gentilmente derramada sobre os Avós e Avôs. Sobe um vapor purificador no seu interior, é a sabedoria imemorial que respiramos. E assim, cantando, orando, respirando a sabedoria, podemos encontrar respostas para nossas questões pessoais ou coletivas, entendimentos que nos levem à cura.

Ao final da cerimônia, agradecemos aos espíritos que nos ajudaram, eles voltam para o local de onde vieram.

Sair da tenda do suor é como renascer! Podemos nos sentir renovados, curados e mais conscientes da beleza que permeia toda Criação.

Para conduzir essa cerimônia, mulheres e homens estudam e passam por cerimônias para desenvolverem o que lhes foi dado por muitos anos. É necessário conhecer o protocolo e a história de sua tenda, por isso, são capazes de explicar concisamente quando solicitados. É importante que esteja ciente dos problemas de saúde que os participantes tenham antes de entrarem na tenda. Eles podem ajudar os participantes com seus processos durante a cerimônia.

Quando é solicitada a cerimônia, deve-se oferecer tabaco ao condutor. Ele ou ela orientará ao solicitante abster-se de álcool e/ou drogas ilícitas por pelo menos quatro ou sete dias antes da cerimônia’.

4.3 Métodos pessoais

(Athamis) “Foi através das jornadas, rituais e cerimônias xamânicas, que aumentei a minha visão interior. Em algumas ocasiões, recebi de mestres espirituais ensinamentos sobre métodos de cura que

poderiam ser úteis para as pessoas. Conversando com pajés, xamãs e curandeiros, todos afirmam desenvolver um método pessoal canalizado do mundo espiritual, ou não, além daquele aprendido diretamente dos anciãos. Falo aqui de dois em particular.”

4.4 Limpeza de Relações

(Athamis) “Relações é algo tão vasto para os indígenas quanto para os espíritos. Estamos todos relacionados com tudo. Então, quando um espírito me falou: vocês sempre pedem a nossa ajuda. Precisam nos ajudar também a lhes ajudar. Ensine a limpeza das relações para as pessoas. É a questão emocional que faz peso em tudo.

Então, com visão alterada, entendi o que deveria fazer e desenvolvi com clientes e alunos, por 16 anos, um método que hoje se chama Limpeza das Relações.

As pessoas são conduzidas a encontrarem uma árvore que as represente. Nessa árvore pedimos que venham aliados de poder. Um desses aliados acompanha a pessoa até uma caverna (lugar de poder da pessoa). Nessa caverna aparecerá um ser que representa com o que quer limpar.

Pode-se limpar um sentimento seu (medo, raiva, etc.), uma questão (falta de dinheiro, por exemplo), uma pessoa, seu trabalho. Na verdade, pode-se limpar em relação a qualquer coisa.

Xamânico nesse método é o uso do tambor como indutor de alteração leve de consciência e os elementos com os quais se encontra durante a experiência.

A árvore (seu duplo vegetal), o Aliado (que pode ser um animal, antepassado, seres do céu, etc.), a Caverna tem um Fogo onde você transmuta o que não é positivo ou criativo na relação, a Água que lhe purifica, e a Terra onde você se recarrega.

O “outro” que representa a relação com a qual quer limpar é uma parte de você, embora tenha aparência diferente da sua pessoa.

Essa prática traz informações importantes aos usuários desse método, pois amplia no inconsciente e consciente as imagens que tem sobre si mesmos, criadas pelas próprias pessoas”

4.5 O corpo de Cristal

(Athamis) “Em desenvolvimento há 18 anos, o Corpo de Cristal é um método de tratamento realizado durante uma jornada xamânica ao Mundo Superior. Trata-se de um sistema complexo sobre um estágio anterior àquele onde decidimos nos tornar humanos nesse momento na terra. Como este corpo está em outra noção de tempo, continua coexistindo com o corpo terrestre.

O mestre do mundo superior falou a respeito de 13 mundos em torno da terra com cores e qualidades específicas. Dependendo de onde passamos espiritualmente para chegar na terra, trazemos informações sobre nossa missão e como realizá-la.

O trabalho de corpo de cristal tornou-se uma técnica de cura xamânica utilizada e desenvolvida ao longo dos anos. Através dos atendimentos e dos cursos em vários países, vou tecendo, feito aranha, a teia de informação dos vários mundos e como acessar nossos corpos de cristal.

O cristal não é da mesma forma que os da terra. Os corpos na dimensão onde fazemos o tratamento, podem ser furta-cor, translúcidos ou opacos, brilhantes ou não.

Esses corpos contêm informações sobre as qualidades adquiridas por nossas almas nesse estágio anterior à vida na terra e acessar o motivo pelo qual decidimos descer à terra. Percebemo-nos parte de algo maior.

Também podemos tratar problemas físicos e emocionais.

Um terapeuta experiente faz uma jornada para a dimensão apropriada, lá encontra o corpo de cristal do paciente e trata esse corpo.

Segundo o mundo espiritual que trouxe o ensinamento, o corpo de cristal é a forma mais próxima da alma e mais distante do corpo físico.

Para entender melhor o que é o corpo de cristal, visualize um cacho de uva, esse cacho é o corpo de cristal, o ser encarnado é uma uva desse cacho. É uma terapia que tem sido aplicada em humanos e animais, com um desempenho satisfatório em muitos casos.

Um terapeuta que conhece bem esse sistema, deita-se ao lado do paciente e faz uma jornada xamânica.

É possível também realizar esse tratamento à distância.”

5. Xamanismo e Neoxamanismo: polêmicas éticas e identitárias

(Cláudia Helena Kenê Taotã) “Quando penso nas “polêmicas étnicas e identitárias”, me pergunto qual é a linha que define o que é ou não apropriação cultural e charlatanismo tratando de Neoxamanismo. Tento refletir além das questões mercadológicas. Até que ponto uma pessoa que não teve contato com as cosmovisões que produziram as substâncias utilizadas nos rituais, não passou pelas dietas e ritos iniciáticos, podem se auto denominar “xamãs”, abrir “casas de cura” e criar em torno de si uma rede de “consumidores “dessas medicinas?”

Um xamã é ao mesmo tempo médico e sacerdote. Alguém chega nesse lugar sem uma longa formação, sem um longo caminho?

Me preocupa o comércio indiscriminado das substâncias medicinais de diversos povos indígenas, principalmente a ayahuasca. Ayahuasca é um chá enteógeno usado para o autoconhecimento, e à cura.

O efeito do chá, basicamente, consiste em expandir conexões neurais. Exames de imagens mostram mais atividade em determinadas áreas do cérebro sob o efeito do chá. O local da expansão é o mesmo da criatividade e da religiosidade, o que possibilita acessar momentos e informações acerca da própria vida, e a uma infinidade de imagens que a memória pessoal e genética podem trazer.

Seu Ovídio, um xamã tukano, por exemplo, para quem essa medicina é ancestral, me contou que as pessoas da aldeia participam desse ritual em torno de três vezes na vida. Não pretendo aqui entrar em pormenores sobre os efeitos fisiológicos que as substâncias produzem, mas chamar a atenção que são composições químicas, e como os medicamentos, precisam da dose certa pelo tempo certo. Uma pessoa que não fez se especializou em uma área da medicina ou da etnomedicina, pode receitar remédios?

Quando falo de polêmicas éticas, quero chamar a atenção para o entendimento de que assim como os remédios estão disponíveis nas farmácias, as “medicinas da floresta” como são popularmente conhecidas, estão disponíveis na internet. Ingerir uma medicina da floresta é ainda mais complexo que um medicamento de farmácia, porque elas trazem consigo as entidades da bebida, e a necessidade do manejo dos portais espirituais que se abrem. Participar ou realizar um ritual sem esses

conhecimentos pode ser um risco, tanto para quem oferece, quanto para quem recebe.

Creio que seja ético respeitar as medicinas de um povo, seus cantos, rezos, adereços. Não realizar rituais sem passar pelo caminho de formação que o mesmo povo determina, ou sobre a “posologia” adequada para cada pessoa.

Quanto à questão identitária, o foco de minhas indagações são as identidades espirituais. Me encanta a possibilidade que cada pessoa tem de se ligar à religiosidade que mais se conecta com sua visão de mundo e sentimentos.

Essas identificações espirituais independem de qualquer outra; social, de gênero, de nacionalidade. Se tratando de Xamanismo no Brasil, elas podem ocorrer com as tradições de um povo.

O caso é que tal identificação cultural não faz a pessoa se tornar parte do povo. A constituição assegura o direito da autodeclaração, podemos nos autodeclarar, mas ser considerado Pataxó, Guarani, Ianomâmi, Puri, Guaianá, ou seja, parte da comunidade de determinado povo, vai depender da autodeterminação da coletividade do povo. Aí é que chegamos a outra questão. É ético adicionar ao próprio nome uma etnia da qual não pertence?

Nosso espaço é curto e essas polêmicas são atuais, pois somente nos últimos anos o Xamanismo Indígena brasileiro (com sua multiplicidade) se espalhou por grandes cidades do Brasil e do Mundo.

Isso é maravilhoso! Rituais xamânicos são sistemas complexos que podem trazer cura, alívio e esperança para muitos dos males físicos e espirituais, mas a etnomedicina exige conhecimento e ética.

Nem todos os rituais xamânicos usam medicinas enteógenas, e perguntam se nós, do Centro Nowa Cumig, usamos para expandir a consciência, e a resposta é não. Nós estamos ligados ao Xamanismo ancestral do povo Ojibway da América do Norte, e a expansão de consciência é trazida pelo som do tambor, retiros na natureza, jejuns, busca da visão e tendas do suor.

O contato com a Athamis me propiciou aprofundar nas jornadas e em uma tradição. Foi realmente o fio condutor do meu caminho enquanto terapeuta, pois ela mostrava a importância de termos raízes para nos sustentar. Era bem firme ao falar sobre a responsabilidade que temos para com as pessoas que procuram os nossos serviços de cura. “Como

pode ajudar a puxar uma pessoa da beira do abismo, se não estiver com as raízes bem firmes na terra?”

Conclusão

O caminho do Xamanismo é bonito e desafiador, nos faz olhar, acolher e curar o que temos dentro, para cuidar do que está fora. Como os círculos concêntricos de uma pedra lançada ao rio, que se expande. Assim são os círculos de nossos cuidados, a partir de nós passando para o entorno, para a comunidade e até onde o exercício do amor e da esperança possa alcançar.

Agradecemos a você que nos leu até aqui, esperamos ter contribuído para expandir seus conhecimentos acerca do Xamanismo. Buscamos a sabedoria do olhar da águia que a princípio observa de cima, o geral, e no momento seguinte é capaz de focar em um ponto específico. Assim, foi elucidando a princípio os conceitos e termos do xamanismo, para em seguida apresentar as autoras deste capítulo e seus caminhos dentro do Xamanismo, e finalmente aprofundar em um Xamanismo, o Nowa Cumig.

No Centro de Tradições Nativas Nowa Cumig, costumamos concluir nossos rituais com uma grande roda. De mãos dadas, a nossa mão direita se une com a esquerda da pessoa à direita, colocamos nossas mãos sobre o peito dela e olhamos em seus olhos dizendo: “o meu coração está em seu coração”. Esse gesto se repete, pessoa por pessoa, até chegar em quem iniciou. Nesse momento, os presentes se olham e se abaixam para tocar e honrar a Mãe Terra exclamando “e nosso coração está no coração da Mãe Terra”.

Meu Coração está em Seu Coração, e Nosso Coração está no Coração da Mãe Terra!

Referências bibliográficas

- ACHTERBERG, Jeanne. **A Imaginação na Cura: Xamanismo e Medicina Moderna**. São Paulo: Summus, 1996.
- ELIADE, Mircea. “Shamanism: Archaic Techniques of Ecstasy”. Nova York, Pantheon Books, Bollingen Foundation, 1964.
- FIGUEIREDO, William. Bezerra. **Teia Metafórica: A Poética da Narração e o Ethos Xamânico no Meio Urbano**. São Bernardo do Campo, 2018.

INGERMAN, Sandra, **Jornadas Xamânicas**: Um guia para principiantes. São Paulo, Vida e Consciência, 2009.

LA BARRE, Weston. “Shamanic Origins of Religion of Medicine”. **Journal of Psychedelic Drugs** II, 1-2:7-11, 1979.

MELLO, Marcelo Moura. “Tecendo Conexões: Fios de Flores no Culto à Deusa Hindu Kali na Guiana”. **Cadernos de Arte e Antropologia**, vol 8, no 2|-1, 50-56. 2019.

Indicações bibliográficas

FROTA, Wagner. **Xamanismo**: O Caminho do Coração. São Paulo, Editora Alfabeto, 2021.

HARNER, Michael. **O Caminho do Xamã**: Um guia de Poder e Cura. São Paulo. Goya, 2023.

Capítulo VI

A Wicca como resgate da bruxaria hoje

Og Sperler¹

Introdução

A Wicca, uma religião neopagã envolta em misticismo e incompreensões, emerge como um sistema de crenças singular, imersa na reverência à natureza, na dualidade cósmica e no Sagrado Feminino. Em contraposição ao monoteísmo dominante, a Wicca se destaca por sua multiplicidade divina, reconhecendo a existência de diversos deuses e deusas com individualidades marcantes. Essa característica, enraizada no politeísmo, convida seus adeptos a um relacionamento mais íntimo e multifacetado com o divino e com a natureza que nos cerca.

Alicerçada no animismo, a Wicca atribui espírito e vida a cada elemento do mundo natural, desde as árvores majestosas até os animais que povoam a Terra. Essa profunda conexão com a natureza permeia os rituais e práticas wiccanas, tecendo uma relação de respeito e harmonia com o meio ambiente. A imanência, outro pilar fundamental, dissolve a ideia de um Deus transcendente, substituindo-a pela crença de que o divino reside em tudo e em todos, manifestando-se nas forças da natureza, nos ciclos da vida e na essência de cada ser.

No panteão wiccano, a Deusa e o Deus assumem protagonismo, personificando as energias complementares e indissociáveis do universo. A Deusa, em sua sabedoria e compaixão, representa a fertilidade, a intuição e a força lunar, enquanto o Deus encarna o poder solar, a vitalidade e a ação. Essa dualidade, presente em toda a criação, é celebrada e reverenciada pelos wiccanos, que reconhecem a interdependência e a sacralidade de cada aspecto do divino.

A Wicca se distingue ainda por sua estrutura matrifocal, um resgate ancestral da organização sociorreligiosa que coloca as mulheres

¹ Presidente da União WICCA do Brasil e Presidente do Conselho Estadual de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa do Estado do Rio de Janeiro

em posição de destaque. Essa ênfase no feminino, associada à Deusa e à valorização de atributos como a intuição, a sensibilidade e a sabedoria, confere às mulheres wiccanas papéis de liderança, aconselhamento e cura. No entanto, é crucial salientar que a matrifocalidade não se configura como uma subjugação dos homens, mas sim como um reconhecimento da importância da energia feminina em harmonia com a masculina.

Apesar de suas raízes matriarcais, a Wicca enfrentou a ascensão do patriarcado, que relegou a mulher a um plano secundário e impôs estruturas hierárquicas nas religiões dominantes. No entanto, a chama da Wicca não se extinguiu, e seus ensinamentos continuam a ecoar, atraindo aqueles que anseiam por uma espiritualidade holística, que celebra a conexão com a natureza, o equilíbrio entre os gêneros e a sacralidade imanente em tudo.

Ao desvendar os mistérios da Wicca, este estudo convida a uma profunda reflexão sobre as origens da espiritualidade humana, a importância da harmonia com o meio ambiente e o papel crucial da energia feminina no tecido da existência. Além de uma religião, a Wicca se revela como uma forma de enxergar a vida, reverenciando a natureza através de seus ciclos e criando uma similaridade com o processo de transformação da Deusa e do Deus, vivenciado nos rituais da Roda do Ano, oferecendo um caminho alternativo para a busca por significado e plenitude.

Desenvolvimento

Para desvendar os segredos da Wicca como religião, suas crenças, bases filosóficas e práticas rituais, é necessário embarcar em uma jornada através das eras geológicas do planeta, com foco na Cenozoica, e mergulhar na história da humanidade. É preciso compreender os processos antropomórficos, filosóficos, civilizatórios, políticos e religiosos que moldaram nossa espécie e nos trouxeram até o presente momento. Ao nos aprofundarmos nesses processos e entendermos como eles influenciaram nosso desenvolvimento, abriremos as portas para compreender a Wicca em sua essência, suas crenças, filosofias e festivais sagrados.

Traçando as origens, a história da humanidade se inicia há milhões de anos, com o surgimento dos primeiros hominídeos, há cerca de 4

milhões de anos. Essa jornada evolutiva nos leva ao *Homo habili*, há 2,4 milhões de anos, a primeira espécie a criar ferramentas de pedra e desenvolver a comunicação verbal. Mais tarde, surge o *Homo erectus*, há 1,6 milhão de anos, que aprimorou o uso de ferramentas, migrou pelo mundo e dominou o fogo, há cerca de 250.000 anos. Essa era também marca a chegada do *Homo sapiens neanderthalensis* e do *Homo sapiens*, dando início à Pré-história, dividida em Paleolítico, Mesolítico e Neolítico.

O despertar da cultura se dá no entendimento do Paleolítico Superior, há cerca de 45.000 anos, a humanidade vivenciou uma grande revolução cultural. Ferramentas mais complexas foram criadas, utilizando materiais como marfim, ossos, madeira e pedra, dando origem a machados, arcos e flechas, lançadores de dardos, anzóis e linhas. A arte floresceu nas cavernas com pinturas rupestres, instrumentos musicais e esculturas, como as Vênus Esteatopigias, figuras femininas exuberantes, com nádegas e coxas volumosas, dando a entender como possíveis símbolos de fertilidade. Expressões mágicas, como adornos, amuletos e talismãs, também se destacaram nesse período. Nesse período, os *Homo sapiens neanderthalensis* e os *Homo sapiens* utilizavam roupas, viviam em cavernas, dominavam o fogo, cuidavam dos doentes, enterravam seus mortos (com flores) e em posição fetal, demonstrando algum tipo de culto primitivo de retorno à Terra. Há 35.000 anos, os *Neandertais* foram superados por nossa espécie. As ferramentas se aperfeiçoaram, as moradias se tornaram mais sofisticadas e as dificuldades naturais foram superadas com maior facilidade. O início desse período de progresso é conhecido como Mesolítico.

O homem era um caçador-coletor nômade, aproveitando a escuridão da noite para armar emboscadas nas caçadas. A lua, essencial para essas atividades, era profundamente venerada, assim como suas correlações com os ciclos menstruais e a feminilidade. Com o aumento populacional e o fim da última Era Glacial, o homem se tornou sedentário e fixou moradia, dando origem às primeiras cidades. A partir de 10.000 anos a.E.C., no período Neolítico, a agricultura, a domesticação de animais e a pecuária floresceram, marcando o início das primeiras civilizações humanas. Para sobreviver nesse novo contexto, o homem precisou reconhecer sua dependência e submissão às forças da natureza. Ele percebeu a importância do ciclo natural para o plantio e a colheita, e que a

desobediência a esse ritmo resultaria em escassez de alimentos e fome. Assim, o sol e as estações do ano, além da influência da lua, se tornaram elementos fundamentais para a sobrevivência.

Utilizando práticas “mágicas xamânicas” há milênios, o homem começou a desenvolver uma crença animista, formando as bases para diversos cultos pagãos politeístas, onde buscavam garantir boas colheitas através da adoração de deuses que personificavam as forças elementais e os fenômenos da natureza ainda não compreendidos, como a menstruação e a gravidez. Cada povo, em cada civilização, desenvolveu seu próprio sistema de crenças religiosas, geralmente cultos pagãos politeístas que reverenciavam divindades entrelaçadas à natureza. Com o tempo, a necessidade de intercâmbio comercial e controle da produção nas primeiras cidades impulsionou o desenvolvimento da linguagem.

A Inquisição

Durante os milênios seguintes ao surgimento da civilização humana, cada povo desenvolveu suas próprias religiões, algumas pagãs politeístas, outras monoteístas. Ao longo de mais de um milênio e meio, o cristianismo coexistiu com o paganismo europeu em um equilíbrio tênue. Com o passar do tempo, as diferenças entre as crenças se intensificaram, culminando em um conflito sangrento.

A inquisição foi um Tribunal da Igreja Católica instituído no século XIII para perseguir, julgar e punir os acusados de heresia, que além de exercer controle social via poder coercitivo, garantia aquisição de riquezas financeiras à Igreja. Foi fundada pelo Papa Gregório IX (1148-1241) em 1231 e.C. No início os hereges eram punidos com a excomunhão. Quando no século IV o cristianismo tornou-se a religião oficial do Império Romano e os heréticos passam a ser perseguidos como inimigos do Estado. Eram considerados hereges todos que questionassem ou se opusessem às doutrinas cristãs: pensadores, filósofos, cientistas, revolucionários, loucos, parteiras, curandeiras, seguidores de outras religiões ou seitas, aqueles que interpretassem diferentemente a bíblia.

As mulheres foram as maiores vítimas, geralmente acusadas de “bruxaria” e pactos com o “Demônio”. Historicamente, a Igreja Católica Romana sustentava a crença de que a mulher, por ser vista como “imperfeita” e responsável pelo “pecado original”, era mais propensa

à corrupção. Apenas dois anos após sua criação, a Inquisição teve uma mudança crucial: a responsabilidade pelos julgamentos foi transferida dos bispos para inquisidores sob o comando direto do Papa. Essa centralização do poder garantia a uniformidade e o rigor dos processos. As punições para os considerados hereges eram severas, variando de abjuração pública e peregrinações a confisco de bens, prisão perpétua e, em casos extremos, morte na fogueira ou na forca. As autoridades civis eram obrigadas a executar a pena capital, e o direito de asilo era negado aos acusados. Bastavam duas testemunhas para condenar um indivíduo.

Em 1252 e.C., o Papa Inocêncio IV sanciona o uso da tortura como método de obtenção da confissão de suspeitos. Ao término dos processos, as sentenças condenatórias são proferidas em cerimônia pública. Entre os condenados mais famosos da Inquisição estão *Joana D'Arc* (1412-1431) e *Giordano Bruno* (1548? -1600), ambos vítimas de morte na fogueira. Já *Galileu Galilei* (1564-1652), sob a ameaça de um destino similar, foi forçado a abjurar suas teorias e viver sob reclusão domiciliar. Uma forma ainda mais violenta da Inquisição surge em 1478 e.C., na Espanha, a pedido dos reis católicos *Fernando e Isabel*, contra os judeus e muçulmanos, que são convertidos pela força ao catolicismo. Em 1484 e.C., o Papa Inocêncio VII publicava uma bula condenando a excomunhão, interdição e outras penas e castigos “sem apelação” a todos os que se opusessem às atividades inquisitórias de *Heinrich Kramer* e *James Sprenger*, monges dominicanos alemães. Neste mesmo ano, os monges haviam escrito o *Malleus Maleficarum – O Martelo das Feiticeiras*, manual dedicado à prática da inquisição de mulheres possuídas. O manual da Inquisição oferecia um guia detalhado para identificar, julgar e punir feiticeiras. Desde a detecção de supostos sinais de maldade até os métodos de interrogatório e tortura, o manual revelava a crueldade e a manipulação do sistema inquisitorial. Mesmo após a confissão, a feiticeira era obrigada a implorar por perdão antes de ser executada.

Os horrores da Inquisição terminaram pouco depois de 1750 e.C., ou seja, mais de quinhentos anos de duração, e matou uma incalculável dezena de milhares de pessoas (em sua maioria inocentes), acusadas por rixas ou interesses pessoais muitas das vezes. A maior atrocidade da humanidade foi fomentada por séculos de perseguição e intolerância religiosa, ganância, medo, ignorância, e hipocrisia, que vão desde a fundação da Igreja Católica às Cruzadas.

Dias Atuais

Capítulo
VI

Devido às perseguições e o medo gerado pela Inquisição, muitos praticantes da bruxaria e seguidores de religiões neopagãs ainda hoje são vítimas de preconceito, pois foi o cristianismo que moldou a mente da sociedade e seus conceitos, inclusive os distorcidos e tendenciosos que estão firmemente arraigados em nossa sociedade. Em alguns países ainda é considerado crime à prática de outras religiões além da oficial do Estado.

Apesar das dificuldades sociais, alguns pesquisadores começaram a tentar resgatar os conhecimentos, crenças e práticas dos antigos cultos pagãos, há muito esquecido no tempo pelo medo da Inquisição. Em sua maioria eram antropólogos, historiadores, arqueólogos e escritores, como *Charles Leland* e *Margaret Murray*, cujos trabalhos inspiraram e se tornaram as bases para diversos estudiosos do meio ocultista. Um deles foi *Gerald Brosseau Gardner*, que após a revogação da última lei inglesa contra a bruxaria, em 1951, publicou seu primeiro livro sobre bruxaria “*Witchcraft Today*” (Bruxaria Hoje) e cunhou o termo “Wicca”, que é a prática da bruxaria resgatada de antigos cultos pagãos europeus, em conjunto com elementos cerimoniais da Alta Magia. Desde então vem crescendo o número de interessados e adeptos da Wicca pelo mundo. Esse fenômeno é consequência da busca por religiões mais místicas, que se devotam às forças da natureza, sobretudo numa época em que o meio ambiente é um dos principais focos da sociedade moderna.

Outra personalidade importante que se uniu a *Gardner* e foi a precursora do resgate ao culto do Divino Feminino é *Doreen Valiente*. Desse ponto em diante, houve o despertar do interesse das mulheres na bruxaria, já que seus conceitos contradiziam aos castradores dogmas cristãos de exclusão da mulher por sua “inferioridade” e tudo que lhe é relacionado: o prazer, a maternidade, a liberdade, a intuição e o sacerdócio; incentivando os direitos igualitários entre os sexos, sobretudo numa época em que o feminismo estava crescendo.

Posteriormente, diversas pessoas pesquisaram a ampla variedade de antigos cultos pagãos, tornando-se fundadores de algumas tradições diferentes dentro da religião Wicca. Atualmente a Wicca vai muito além do que *Gardner* propôs, sendo hoje uma religião que resgata cultos pagãos de vários povos diferentes, com panteões diferentes, ramificando-

-se em variadas tradições wiccanas, sem se distanciarem dos mesmos fundamentos básicos, sendo assim também entendidas como Bruxaria Moderna, A Arte ou Antiga Religião.

Magia: Origens e Conceitos

A palavra magia vem do grego “maguéia”, é a arte do mago; ideias e práticas que se baseiam na crença de que alguns objetos e operações sejam capazes de causar o efeito desejado sobre as pessoas e fenômenos naturais. A magia tem seu berço na era pré-histórica, nas práticas Xamânicas, que iam de curas a amuletos, surgindo simultaneamente em vários locais e algumas vezes se difundindo de uma tribo a outra, através das inter-relações entre elas, com o passar do tempo. Assim como a cultura geral e a tecnologia, a magia vai se sofisticando com o passar das eras, chegando ao que conhecemos como magia cerimonial, originária principalmente da civilização Sumério-Babilônica, e daí alcançando o Império Persa, a Grécia, o Egito e a África Ocidental, onde foi se diversificando de acordo com cada povo e de cada época. A magia transcende fronteiras culturais e religiosas, manifestando-se de diversas formas em todos os cantos do mundo.

Magia é a arte de alterar e moldar a realidade através do poder da sua vontade. Diferentemente do que se pensa, a magia não é um meio de burlar as leis naturais. Ao contrário, é o uso emprestado do poder da natureza e seus elementos, a compreensão de seus mecanismos e a escolha do momento propício para a realização dela, buscando o alinhamento de todas as forças possíveis que possam se somar para agilizar e aumentar a precisão do resultado. Em cerimônias e rituais ancorados em um sistema mágico, símbolos e instrumentos ganham vida, servindo como elementos essenciais para a realização da magia. Sistemas mágicos são conjuntos de dogmas e preceitos unidos de forma a auxiliar o operador a alcançar seus objetivos da maneira mais adequada. É necessária a afinidade e a intimidade do operador com o sistema e a energia que o cerca, cabendo a ele escolher o que lhe parece mais confiável. Não há um sistema mais forte ou mais fraco que outro, assim como não há um magista mais forte ou mais fraco. A força do magista está na qualidade de seu conhecimento e na sabedoria de como utilizá-lo.

Muito se fala em magia branca e magia negra, distinções ilusórias produzidas pelo maniqueísmo. A magia não tem cor, assim como não é boa nem má. Tais conceitos variam a partir do ponto de vista do observador. O que existe é a vontade de alcançar um objetivo e os meios utilizados para realizá-lo, com base na ética e no bom senso.

Assim como o fogo requer o equilíbrio entre combustível, comburente e centelha, a magia exige a harmonia entre os planos *Mental*, *Astral* e *Físico* para se concretizar. Por *Mental* compreende-se a intenção do objetivo; as ideias do que e como alcançá-lo; o conhecimento mágico teórico e prático; a visualização do resultado e a concentração disciplinada. Por *Astral* compreende-se o desejo pessoal que motiva a realização do objetivo e a energia emocional que serve de veículo e alimento para a concretização dele. Por *Físico* compreende-se a materialização do mental e do emocional através do uso de símbolos, instrumentos, objetos e ritos que correspondam aos arquétipos evocados para a realização da magia, do receptor do efeito desejado e do objetivo já concretizado. A soma desses fatores permite que a magia, inicialmente contida no mundo das ideias, seja canalizada e amplificada ao passar pelo mundo das emoções, se manifestando no mundo físico.

Outra relação importante se aplica ao próprio magista, que para ter êxito em suas operações deve dominar quatro elementos interiores e possuir seus atributos: *Saber*, *Querer*, *Ousar* e *Calar*. O *Saber* representa o elemento Terra, é a base: conhecer de tudo, aprender eternamente, ter mente e corpo disciplinados, saber refletir, ter discernimento e equilíbrio. O *Querer* representa o elemento Ar, é o que dirige o curso dos acontecimentos: a intenção, o direcionamento da mente, a vontade focada, satisfação pelo desejo concentrado e disciplinado. O *Ousar* representa o elemento Fogo, é a bravura: clareza na comunicação entre as ações e os desejos, libertar-se da hipocrisia e dos medos, arcar com as consequências, não abusar da habilidade de lidar com o imprevisto e não passar dos limites. O *Calar* representa o elemento Água, é ouvir a sabedoria interior: falar dos segredos dilui a magia, pois quem esbanja ou desperdiça, acaba ficando sem nada; não se compartilha mistérios nem tudo que se sabe, se a confiança não é plena; nunca se vangloriar, e nunca ameaçar.

Definindo a Wicca como Religião

Nos primórdios não havia o conceito de religião como vemos hoje. A espiritualidade e a magia faziam parte do dia a dia, através de hábitos e preceitos comumente aceitos e praticados por todos os povos antigos, objetivando a harmonia e a sobrevivência. Nessa época, a religião e a magia se fundiam em uma coisa só, e seus ensinamentos eram passados de pais para filhos. O sagrado era algo a ser venerado, mas não temido. Altares eram erguidos para Divindades e oferendas eram feitas, com o intuito de apaziguar os deuses, para que esses garantissem as boas colheitas, a saúde do gado e a sobrevivência aos rigorosos invernos.

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento das civilizações, surgem os conceitos de religião, que são os cultos prestados a uma ou mais divindades, fundamentados em determinadas doutrinas, sistemas de crenças e seus dogmas, observando-se certos códigos de ética e conduta, seguindo-se de um conjunto de liturgias e práticas ritualísticas.

A Wicca surgiu a partir da década de 50 do século XX da a.e.C. como um movimento de resgate a antigos cultos pagãos, numa época em que as pessoas já sentiam a necessidade de novas opções religiosas diferentes das contemporâneas. No início de sua história, era vista pela sociedade em geral apenas como uma mistura de bobagens, crendices e superstições folclóricas, ou como uma seita profana e maléfica, sem nenhum vínculo com o Sagrado ou Divino. Com o passar dos anos, vimos a necessidade de mudar a imagem da Wicca e da bruxaria, até então mergulhadas em conceitos distorcidos e pejorativos aos olhos da sociedade. Para tanto, nos aprofundamos ainda mais nos estudos e nos mistérios que cercavam a Velha Arte, fazendo com que viessem à tona algumas verdades acerca de como ela era professada no passado. Apesar de não ter sido encarada com a seriedade devida, a Wicca sobreviveu até os dias atuais, conquistando cada vez mais o seu espaço e sua importância junto à sociedade. Atualmente a Wicca já se encontra melhor estruturada e pronta para assumir seu papel de propiciar equilíbrio emocional, mental e espiritual às pessoas, buscando a melhoria da qualidade de vida da sociedade pela convivência pacífica e equilibrada entre as mesmas e o meio ambiente, através da preservação da cultura e de valores comuns às religiões.

Mais do que uma filosofia ou um sistema de autoajuda, a Wicca é uma Religião que estimula o desenvolvimento pessoal e coletivo, através do culto aos deuses antigos. Esse culto é a busca da percepção e do acompanhamento dos ciclos sazonais, sendo o processo de transformação da natureza como parte da própria existência dos deuses. Assim, na Wicca alcançamos uma relação íntima com os deuses, deusas e sua manifestação em nossa vida através desses ciclos sazonais.

O que a religião É

A Wicca é uma religião neopagã, animista, de imanência, matriloal, de culto dualista, de crença politeísta, iniciática e sacerdotal. A palavra Paganismo vem do termo latino “*paganni*”, que significa “do campo”, referindo-se aos camponeses. Portanto religiões pagãs são todas aquelas onde se cultuavam deuses da natureza e seus fenômenos, geralmente objetivando garantir boas colheitas. Politeísmo é a crença e culto a vários deuses com atributos e personalidades próprias, opondo-se ao conceito de Monoteísmo, que prega a existência de um único Deus todo-poderoso, a exemplo do cristianismo, do judaísmo e do islamismo. O conceito de Animismo é a antiga crença de que tudo na natureza tem um espírito, com energia e vida própria, ou seja: cada árvore, pedra, rio, animal, enfim, tudo é sagrado e deve ser respeitado. Imanência é a crença de que nossos deuses não são os criadores ou controladores da natureza, ao contrário, eles são as próprias forças da natureza. Podem se manifestar de variadas maneiras, e que estão o tempo todo em tudo, entre nós, ao nosso redor e em nós. O Dualismo na Wicca se reflete na focalização do culto de duas forças opostas e complementares que se manifestam em tudo: A Deusa e o Deus; feminino e masculino; lua e sol; noite e dia. A orientação Matrifocal é a mais antiga estrutura de organização sociorreligiosa do mundo, onde a mulher tem um papel de destaque e reverência. Essa primazia é fundamentada e fortalecida pelos atributos comuns à Deusa e à mulher, que é reconhecida por sua sensibilidade, intuição, sabedoria e compaixão. Essas qualidades fazem das mulheres melhores líderes comunitárias, juízas, médicas e conselheiras, e garantiam a elas os cargos de maior respeito e responsabilidade. Ao contrário do que parece, isso não quer dizer que os homens eram subjugados pelas mulheres: estes tinham também importantes papéis na

sociedade Matrifocal, com direitos iguais sendo apenas dada prioridade à palavra da mulher. O matriarcado foi substituído pelo patriarcado após a popularização do cristianismo, e se tornou a base da sociedade moderna.

Crenças

Com base nos acontecimentos relatados em nossos mitos, na ciência e no dinamismo presente em toda a natureza, os wiccans acreditam em outros mundos ou dimensões espirituais; na existência da vida após a morte e na reencarnação da alma. No mito, quando morremos voltamos para o útero da Deusa, que é a própria terra, e nossa alma vive entre mundos enquanto rejuvenesce e espera renascer. A física já provou a existência de várias dimensões e universos paralelos. E na natureza, quando morremos, nosso corpo se decompõe, nossa matéria se desagrega, tornando-se adubo e sendo absorvido por outros seres, com nossos átomos circulando na teia alimentar, em todos os reinos. Tais fatos justificam e fortalecem nossa crença.

Embora as tradições de Wicca tenham um livro chamado de “Livro das Sombras”, a Wicca não possui, propriamente dito, um livro sagrado como outras religiões, pois nossas tradições e ensinamentos eram e ainda são transmitidos em sua maioria, oralmente. O único dogma da fé wiccana é um provérbio conhecido como “Rede Wiccan” (Conselho Wiccano), que aconselha as pessoas a fazerem o que quiserem, desde que não prejudiquem ninguém, mas isto deve ser encarado de forma flexível, visto que é impossível viver sem causar um mínimo de dano a outrem, seja aos insetos, animais aos quais nos alimentamos, e mesmo em casos de auto-defesa. Outra advertência conhecida é a “Lei Tríplice”, uma lei espiritual simbolizando que tudo aquilo que fazemos retorna a nós multiplicado por três, e não deve ser confundida com as leis kármicas do hinduísmo, mas como uma lei de causa e efeito. Portanto nós somos os únicos responsáveis por nossas ações e plenamente cientes de suas consequências, cabendo a nós, fazermos o que quisermos, desde que usemos do bom senso e da ética. Esse fato tende a dificultar a permanência de pessoas comodistas na Wicca, pois a mente da sociedade, durante séculos, foi programada para tornar as pessoas, dependentes de intermediários para alcançar o Sagrado, criando instrumentos de controle das massas, como

a culpa, o conceito de pecados, a necessidade de confissão, e o medo de um “inferno” como castigo para os transgressores. Infelizmente essa programação foi tão eficaz que algumas pessoas simplesmente não conseguem se responsabilizar por suas próprias vidas e sentem a necessidade de recorrer a alguém para pedir desculpas e intermediar “Deus”. Não é fácil ser um Bruxo. É necessário conseguir romper com todos os paradigmas e conceitos cristãos que estão arraigados em nosso inconsciente, num processo de regressão a condição original do homem, de viver em harmonia com o meio ambiente e com o todo que faz parte dele, sem medo ou culpa. Esse processo pode ser difícil para algumas pessoas, até mesmo doloroso, pois é como superar traumas e quebrar barreiras que já fazem parte de nossa estrutura social e emocional.

Uma barreira que as pessoas costumam ter dificuldade em derrubar é sobre as relações que existem entre nossos deuses e deusas. Adoramos uma Deusa que se une sexualmente a seu próprio filho. A sociedade tende a, equivocadamente, julgar como incesto, graças à mentalidade imposta, mas devemos nos lembrar que nossos deuses são o reflexo da natureza com todos os seres vivos, esta é uma relação comum e necessária. Também não devemos nos esquecer que estamos falando de uma relação simbólica, coerentemente contextualizada dentro de um mito. Isso não quer dizer que wiccans pratiquem ou mesmo incentivem o “incesto”, até porque, sabemos que biologicamente não é uma relação das mais seguras, pois pode gerar descendentes com problemas genéticos. Outra dificuldade é a da aceitação de que adoramos um Deus que tem chifres. Em todas as antigas culturas, os chifres são símbolo de luz, sabedoria, força e virilidade. Na mitologia judaico-cristã, o Deus *Yhawéh* combate seu opositor *Shaitan*, “o mal pelo mal”, sem forma definida, que mais tarde foi retratado como um “anjo caído”. Na tentativa de suprimir o paganismo crescente, a Igreja conseguiu sincretizar com sucesso *Shaitan* com o Deus de Chifres pagão, inspirado especificamente no Deus grego *Pã* e no Deus indo-europeu *Cernunos*, criando assim a imagem do Diabo.

Estrutura e Organização

Como em qualquer religião, a Wicca também tem seu corpo sacerdotal com as funções de presidir os ritos religiosos; auxiliar e ensinar

as pessoas que estão sob sua tutela, além de preparar e treinar novos sacerdotes e sacerdotisas para o serviço religioso. Para se tornar um sacerdote ou uma sacerdotisa, além de vocação, o neófito deve estar apto, e para tanto, deve passar por um longo processo de preparação e treinamento, que inclui o estudo profundo de várias disciplinas teóricas e práticas, além de rituais de iniciação. Toda essa preparação é essencial, uma vez que o serviço sacerdotal é um ofício que necessita de uma dedicação diária aos deuses e às pessoas da comunidade wiccan e não wiccan. Um trabalho de grande responsabilidade que demanda sabedoria, equilíbrio emocional, imparcialidade, e, sobretudo disciplina, ética e caráter exemplares; o sacerdote é aquele que representa algo maior do que ele mesmo.

1. **Coven:** A palavra coven vem do termo britânico “covenant” que significa acordo, convênio, ou seja, uma congregação, assembleia ou grupo de bruxos que se reúnem frequentemente para comemorem os ritos sagrados e realizarem magias. O Coven é formado por no mínimo três ou quatro pessoas e no máximo treze, podendo se ramificar em novos Covens, de acordo com a necessidade e o crescimento do número de membros, visando a transmissão dos mistérios e a preservação dos conhecimentos da tradição. A criação de um novo Coven é um privilégio reservado exclusivamente aos Sumo Sacerdotes e Sumo Sacerdotisas, pois detêm o conhecimento e a experiência essenciais para guiar os novos membros em sua jornada sacerdotal. O Coven é a segunda família do bruxo, e deve ser fundamentado em perfeito amor e perfeita confiança. O relacionamento entre os membros deve ser de total amizade e fidelidade, sem segredos ou falsidade. Todos devem zelar pelo bem-estar de todos, ajudando-se mutuamente, convivendo e partilhando suas vidas, harmoniosamente e mantendo o sigilo acerca dos mistérios, mesmo para outras pessoas da Arte. Da mesma forma, deve haver harmonia entre os membros de Covens descendentes do Coven raiz. Covens da mesma tradição ou de diferentes tradições podem se reunir em grandes assembleias ou festivais eventualmente, para confraternizarem, trocarem receitas e informações.

2. **Hierarquia:** Uma das regras hierárquicas da religião Wicca é a iniciação formal com a passagem da carga de poder, onde, apenas um(a) bruxo(a) formalmente iniciado(a), pode iniciar outro(a) bruxo(a). Por isso a importância de se conhecer a própria linhagem iniciática, para que os membros se lembrem de onde vem o poder originalmente e consigam preservar a legitimidade de seu sacerdócio. Para que a iniciação seja válida, ela deve ser feita com gêneros cruzados, onde o Sumo Sacerdote inicia uma mulher, e a Suma Sacerdotisa inicia um homem sendo a presença de ambos os sacerdotes indispensável. Por se tratar de uma religião iniciática e sacerdotal, observa-se uma hierarquia rígida de três graus, onde, através do aprendizado num Coven são transmitidos, sigilosamente, os mistérios do culto, bem como o poder mágico e a sua ancestralidade. Cada grau possui suas atribuições, responsabilidades, deveres e funções próprias. A Wicca é uma religião vivencial, portanto, para avançar de grau o dedicado deve vivenciar os ofícios do Coven e a comemoração dos dias sagrados (Sabás), completando um ciclo ininterrupto por, pelo menos, um ano e um dia (Roda do Ano), ou seja, “rodar” com o Coven “uma Roda” para cada grau (no mínimo). Dentro de um Coven a autoridade máxima é a Suma Sacerdotisa e o Sumo Sacerdote, que são sacerdotes de terceiro grau, “os primeiros entre iguais”, num sentido de respeito como uma mãe e um pai. Abaixo dos Sumo Sacerdotes, encontram-se os sacerdotes de segundo e primeiro grau, respectivamente. Denomina-se dedicado aquele que está em processo de treinamento e aprendizado dentro do Coven e ainda não recebeu a primeira iniciação. Por fim, um neófito é aquele que ainda não está fazendo parte de um Coven, mas está em busca do conhecimento e mostra-se interessado em se iniciar. Cada iniciado na religião Wicca é um sacerdote ou sacerdotisa, que possui um elo pessoal e acesso direto com os deuses e deusas, intermediários, tampouco separação entre “ministros religiosos” e “fiéis”. O mais próximo de ministros, seria o corpo sacerdotal, que desempenham funções de conselheiros, professores, confidentes e mestres de cerimônias. Os Sumo Sacerdotes não necessariamente precisam ser os mais velhos, mas geralmente são os mais experientes no ofício, e quando um membro vem com algum problema

mundano ou espiritual, que não consiga resolver sozinho, é responsabilidade destes ajudar na solução. Dado o Coven ser uma família, uma unidade, os demais membros também podem ser confidentes e devem estar sempre prontos a se ajudarem mutuamente, em perfeito amor e perfeita confiança.

Normas de Conduta

Na religião Wicca, os(a) bruxos(as) possuem quatro pilares morais que os sustentam em equilíbrio:

1. O poder do conhecimento: vontade de aprender, discernimento, disciplina e reflexão (atributos do elemento terra);
2. O poder para ousar: coragem para agir e honra para assumir as consequências (atributos do elemento fogo);
3. A força de vontade: determinação, desejo e concentração (atributos do elemento ar);
4. A sabedoria para se calar: humildade, silêncio, respeito e saber guardar os segredos (atributos do elemento água).

Importante citar que não é permitido a um membro de qualquer Coven, a divulgação dos nomes dos integrantes de um Coven sem sua autorização expressa. O direito de privacidade e sigilo são invioláveis.

Na Wicca acredita-se que o mundo de um(a) bruxo(a) é um mundo mágico e que qualquer mau uso desse poder pode trazer graves consequências. Acredita-se que a palavra tem muito poder, dessa forma, toda palavra proferida por um(a) bruxo(a) é uma palavra mágica, devendo tomar cuidado com o que diz e pensar antes de falar. Três outros provérbios utilizados pelos wiccans são: *“Nunca prometa aquilo que não pode cumprir”*; *“Diga a verdade ou se recuse a falar”*; e *“Mantenha puro o vosso ideal mais elevado, esforçando-se para sempre atingi-lo”*.

Ancestralidade

A ancestralidade está diretamente ligada aos antepassados, mas dentro da Wicca, refere-se aos antecessores do clã, que com o passar dos tempos somaram-se à egrégora da tradição. Através da apresentação formal, o futuro iniciado conecta-se à egrégora, abrindo as portas

para sua proteção e o conhecimento dos antigos mistérios. Não reconhecemos a auto iniciação, assim como não é comum aceitar que pessoas que não tenham passado por um processo de iniciação formal, sejam consideradas legítimos Sacerdotes ou Sacerdotisas da Velha Arte. Não menosprezamos o conhecimento, nem a espiritualidade dessas pessoas, tampouco é vetado a possibilidade de cultuarem os deuses segundo a Arte.

A iniciação é um processo presencial onde ocorre a transmissão verbal ou escrita de fatos ou de doutrinas que dizem respeito à Religião, não nos referindo apenas ao conhecimento passado ou adquirido, e sim a uma apresentação formal e legítima a uma egrégora, que se faz devido à ancestralidade que acompanha cada tradição religiosa e os mistérios que a envolvem.

Pode parecer estranho aceitar a afirmação de que há algo por trás de todo este processo de busca, mas é bem mais fácil se entendermos que o que chamamos de “Despertar da Deusa” na realidade ocorreu há muito tempo, quando a teia matriz estava sendo formada. Neste momento, todas as energias se faziam presentes com suas funções bem definidas, tudo fazia parte de um Todo e havia o real sentido do que é ser holístico. O que hoje motiva e direciona o ser humano à busca dessa plenitude, é a atração que sente devido à afinidade com um determinado grupo que chamamos de ancestrais. Não necessariamente aos antecedentes familiares e sim aos que participaram da mesma egrégora na formação da teia matriz, e que criaram um elo com as forças supratemporais de conservação, àquilo que se encontra na fonte da existência. Portanto, não somos nós que escolhemos a qual panteão cultuar ou qual tradição seguir, mas é nossa própria ancestralidade que nos direciona ao reencontro: primeiramente a nível terreno, na busca por alguém que faça parte dela, e que possa transmitir os mistérios referentes à tradição. Assim começa a preparação do neófito que futuramente será apresentado formalmente à egrégora.

Todo este processo se faz necessário para que haja uma reconexão com a Natureza de forma mais natural e o encontro com a verdadeira harmonia seja alcançado. O resgate ao Sagrado em nossas vidas é assegurado e há, finalmente, o retorno as nossas origens e ao Todo que pertencemos.

Iniciação

A distinção entre mistérios e segredos, embora os termos sejam frequentemente utilizados de forma intercambiável, é crucial para compreendermos a natureza de cada um. Enquanto os segredos guardam algo oculto e inacessível à maioria, os mistérios convidam à investigação e à busca por soluções, abrindo um universo de possibilidades e questionamentos. Segredos são tudo aquilo cujo silêncio deve ser mantido, não podendo ser divulgado por qualquer razão. Mistérios são um conjunto de fatos e acontecimentos de cunho mitológico-religioso, muitas vezes não compreensíveis aos leigos, bem como práticas ritualísticas e procedimentos mágicos que devem ser mantidos em segredo, sendo acessíveis apenas aos iniciados. A compreensão de tais assuntos só pode ser alcançada através da vivência diária no caminho do Sagrado. Para que os mistérios sejam entendidos, faz-se necessário transcender a realidade, podendo utilizar analogias, parábolas e símbolos.

A iniciação consiste em apresentar o dedicado formal e legitimamente a uma egrégora e à ancestralidade que acompanha sua tradição, permitindo assim, que ele participe dos mistérios que cercam a religião e seus ritos. A partir daí o iniciado receberá uma carga de poder ancestral, passando a ser considerado apto a realizar algumas operações mágicas; terá acesso aos mistérios de sua tradição e acumulará novas responsabilidades e deveres para com os deuses, o Coven e a comunidade wiccana. A iniciação precede um tempo necessário de estudo e empenho e uma busca pessoal interior, preferencialmente supervisionada por um sacerdote ou uma sacerdotisa. A esse processo de pesquisa e amadurecimento chamamos de dedicação, e sua duração varia de acordo com o desenvolvimento de cada um, cabendo ao sacerdote responsável pelo dedicado avaliar se este já possui os requisitos necessários para começar o processo de iniciação. O processo de iniciação dura um período de treze luas, ou seja, um ano e um dia, onde o dedicado deverá passar pelos ritos sagrados dos ciclos sazonais, ininterruptamente, e será apresentado à egrégora em cada um dos oito *Sabás*, fechando-se o ciclo num nono *Sabás* que culmina com sua iniciação. Findo o rito, o iniciado recebe o título de sacerdote, e de acordo com sua tradição, o sacerdócio pode possuir uma hierarquia em graus. Nesse caso são necessárias outras iniciações para se atingir o segundo e terceiro graus que

delegam o Sumo Sacerdócio, precisando ele passar por outros dois períodos de treze luas para cada grau. Não é indicado que as iniciações se sigam automaticamente, devendo haver um período de intervalo entre elas, onde o sacerdote deve aprofundar seus conhecimentos, aprender os ritos referentes ao próximo grau, treinar sua mente e pôr em prática o que aprendeu, inclusive ensinando para novos dedicados.

Tradições

A tradição é um legado vivo, um mosaico de costumes, crenças e saberes herdados de nossos ancestrais e cuidadosamente preservados ao longo do tempo. Essa rica tapeçaria cultural conecta as gerações, tecendo um elo entre o passado e o presente, e nos convida a celebrar a identidade e a memória coletiva. Variam da cultura de cada povo e região e fazem parte de um contexto histórico-temporal, onde são aceitos e praticados pelo senso comum da sociedade. Legado vivo através das gerações: lendas, mitos, fé, danças, músicas, vestimentas, culinária, brincadeiras, jogos, artesanato, adornos, histórias, valores e comportamentos que perpetuam a identidade cultural. Tais conhecimentos são transmitidos de forma oral e/ou escrita. O número de tradições wiccanas é grande, mas dentre elas, as mais comuns são: a *Gardneriana*, *Alexandrina*, *Seax-Wicca*, *Celta*, *Nórdica*, *Grego* e *Heládica*.

- **Tradição dentro da Arte:** Uma tradição é um caminho que leva o praticante a uma vivência profunda dos mistérios. Dentro da Wicca, há muitas tradições e caminhos no que concerne à forma de cultuar os deuses, onde cada um desses é significativo e viável para seus praticantes. A seleção de uma tradição religiosa não se resume a uma mera decisão intelectual, mas sim a um processo de autoconhecimento e conexão profunda com a espiritualidade. É fundamental mergulhar na história, crenças e práticas de cada tradição, buscando ressonância com seus valores, ritos e mitos. A iniciação, quando presente, serve como um portal para um mergulho mais profundo na sabedoria e na cosmovisão da tradição escolhida.

Divindades e Seus Arquétipos

Por ser a Wicca uma religião politeísta, ela nos fornece uma gama de divindades a serem cultuadas, que variam de panteão para panteão, sendo que cada uma possui seus atributos ou arquétipos encontrados em todos os panteões. Mas para que possamos entender melhor como utilizá-las, devemos compreender o que são arquétipos. Arquétipos são sistemas de simbolismos e características estruturados que visam ilustrar algum padrão de significação e/ou comparação entre si ou em relação a outros ícones, representando um conjunto de características agrupadas de modo a simplificar e resumir as várias informações disponíveis sobre algo, que passa a ser caracterizado como um padrão específico de alguma natureza. São amplamente utilizados pelas ciências da psiquê humana, como a psicologia, a filosofia e as artes mágicas. Pode-se citar como arquétipos alguns estereótipos, síndromes, comportamentos e personalidades. Dentro das práticas mágicas das Artes Ocultas utilizam-se inúmeros arquétipos e suas correlações comparativas e sincréticas entre vários elementos, processos, instrumentos e divindades. É necessário que o operador compreenda e domine muitos deles para que os ofícios mágicos e operações realizadas surtam os efeitos desejados, sem erros e com precisão. A maestria da magia depende desse importante quesito.

A Deusa

No período Paleolítico, surgiram as primeiras expressões de arte do ser humano, sob a forma de Pinturas Rupestres de figuras femininas e as Vênus Esteatopigias. Essas estatuetas representavam a fertilidade e a abundância da mulher, características que o homem não tardou em relacionar à terra e à natureza, que tudo lhes provia e a todos nutria. Desta forma, começou o culto da natureza com uma Deusa: a Terra-Mãe. A natureza era uma força misteriosa, todo-poderosa que trazia a vida e a tirava. Mas se a vida significava desligar-se do ventre da terra, a morte era apenas um regresso ao útero, para que um novo nascimento pudesse acontecer. Tais atributos também foram associados à mulher que fascinava e amedrontava os homens, provocando respeito e admiração, mas também temor e inveja. Tais fatos contribuíram para que os homens não

medissem esforços para louvar e adorar as mulheres. Alguns dos cultos mais antigos de Deusas que se tem notícia são: A Deusa *Gaia*, grega; a Deusa *Nuit*, egípcia; dentre outras. Devido ao culto da Deusa, a mulher ganhou um papel de destaque na sociedade de então, denominada matriarcal, onde elas tomavam as decisões mais importantes e lideravam os clãs. Com o passar do tempo e o desenvolvimento da civilização, a figura da Deusa foi deixando de ser representada apenas como uma mulher grávida e fértil, adotando outras características que acompanhavam o progresso da mente humana, como Deusas da saúde, do amor, da sabedoria, da morte, dentre outras. Assim surgiram várias deusas locais, com a aparência de cada tribo, seus hábitos e atributos.

Com o surgimento do cristianismo e seu fortalecimento, o culto à Deusa foi considerado um obstáculo à sua hegemonia. Para suplantá-la, a Igreja tentou durante séculos várias maneiras de convencer os pagãos a abandonar sus crenças. Uma das primeiras tentativas foi a censura e a humilhação à mulher por ser a precursora do pecado original, embutindo-a de vários defeitos e de fraqueza de caráter. Outra técnica foi a depravação da mulher sob a forma de *Lilith* e da “Grande Prostituta” sentada sobre a “Besta do Apocalipse”. Apesar das tentativas, a Igreja não conseguia se livrar da fé que o povo tinha na Antiga Deusa. Com isso, a Igreja se rende à Ela, absorvendo-a sob a forma de *Maria*, “Mãe de Jesus”, onde seu culto, apesar de deturpado, continua forte até dias atuais.

- **O Arquétipo Dela:** A Deusa é a predecessora de tudo, Aquela que já era antes do princípio, sendo o próprio princípio, o caos anterior à criação é a própria criação. Ela é o princípio da vida e da morte, a própria natureza e seus fenômenos, o planeta vivo, a Grande Mãe Cósmica, geradora e nutridora, Aquela que origina tudo que é diverso e múltiplo. Ela é representada pela lua, a lanterna da noite, o farol que guia na escuridão; as águas do mundo são seu caldeirão da transformação; e é a terra o seu útero, de onde brota toda a vida, e para onde tudo retorna. Ela é tríplice, se manifesta em três aspectos: Donzela, Mãe e Anciã. Na lua crescente, Ela é jovem, bela, guerreira, cheia de promessas e possibilidades. Na lua cheia, Ela é a grávida, mãe, plena, completa, fértil e nutridora. Na lua minguante, Ela é a

velha sábia, madura, detentora dos conhecimentos e dos mistérios, guardiã do destino e da morte. Dentro do mito, a Deusa é eterna, nunca morrendo, mas sempre mutável como a lua, crescendo, envelhecendo e se regenerando, ciclicamente. Apesar de sua plenitude, a Deusa sentiu necessidade de criar um complemento, seu princípio ativo, sob a forma de um Deus, seu filho e consorte, para fecundá-la e auxiliá-la no processo de criação do Cosmos, dinamizando-o com sua força motriz.

O Deus

A partir do final do período Paleolítico, começaram a surgir em pinturas rupestres as primeiras representações de divindades masculinas com chifres, especialmente sob a forma de homens vestindo a pele e os chifres de cervo, insinuando serem sacerdotes incorporando a Divindade. Devido ao surgimento tardio de seu culto, em relação ao culto de divindades femininas, o Deus possui representações artísticas bem mais escassas que a Deusa. Com o passar do tempo, o culto das divindades masculinas foi sendo adotado por várias culturas, e em todos os panteões encontramos a figura de um Deus com chifres, exercendo papel de pai, filho e/ou consorte de Deusas mais antigas. Tal processo reflete o desenvolvimento da civilização humana e a percepção da participação do homem no mistério da gravidez e sua crescente importância na sociedade. Alguns dos cultos mais antigos de Deuses de chifres que se tem notícia são: O Deus grego *Pã*; o Deus egípcio *Amon*; o Deus indo-europeu *Cernunnos*; entre outros.

O politeísmo parece ter surgido com a amálgama de tribos, cada qual com a sua própria divindade. Quando uma tribo cuja Divindade era masculina fundia-se com outra cuja divindade era feminina, a união das tribos era simbolizada em sua religião pelo casamento de seus deuses. Quando por meio de uma infiltração pacífica, um novo deus tomava o lugar de outro mais antigo, diziam que era o filho de seu predecessor; Mas quando a invasão era através de cruzadas, a divindade vencedora era investida de todos os atributos positivos, enquanto o Deus dos vencidos assumia uma posição inferior e era considerado pelos conquistadores como o gerador do mal, e, por isso, costumava ser mais temido do que a própria divindade oficial. Nos cultos monoteístas mais primitivos,

uma divindade é sozinha a criadora e destruidora de tudo, refletindo os processos inevitáveis da natureza. A ideia de dividir o Poder Divino numa dicotomia bem e mal, surgiu bem posteriormente. O culto dos Deuses antigos foi mantido pelos camponeses durante muitos séculos. Com o progresso da sociedade e o surgimento das cidades e seu crescimento, foi inevitável o afastamento do campo. Foi nas cidades que a Igreja Cristã se estabeleceu na Europa, ao chegar do Oriente. Não obteve êxito em sua primeira tentativa de suplantar o paganismo, tentando atingir diretamente os camponeses; mas ao influenciar os governantes, numa segunda e mais elaborada incursão, conseguiu reprimi-los através de decretos-lei. Seu êxito só foi completo quando a Igreja sincretizou o Deus de Chifres dos pagãos com o “Princípio do Mal”, o inimigo do Deus dos cristãos, criando a figura do Diabo. Mas nenhuma religião morre com a dramática brusquidão alegada pelos defensores da Conversão Completa, sempre restando uma semente adormecida que mais cedo ou mais tarde volta a germinar.

- **O Arquétipo Dele:** Da mesma forma que toda luz nasce da escuridão, o Deus, símbolo solar da energia masculina, nasceu da Deusa, sendo seu complemento. O Deus é chamado de *Cernunnos*, Deus *Cornífero*, Deus de chifres, Deus galhudo, nomes que estão associados aos chifres que saem de sua cabeça e trazem em si os atributos da coragem, fertilidade, força e virilidade. Nosso Deus tem chifres, podendo também apresentar uma metade animal que se relaciona com os simbolismos acima. Ele também é o Deus dos animais selvagens, incorporando o instinto, características de tudo que é livre e natural. Ao mesmo tempo que Ele é o Verão e a Vida, também é o Inverno e a Morte. Enquanto a Deusa é representada pela lua, o Deus é representado pelo sol. Da mesma forma que o sol nasce e se põe todos os dias, o Deus nos mostra os mistérios da morte e do renascimento. Ele nasce do ventre escuro da Terra para trazer luz, alegria e novas esperanças para o mundo. O Deus é a força motriz que faz girar o Mundo, num processo de nascimento, morte e renascimento. Na Wicca, o Deus nasce da Grande Mãe, cresce e se torna adulto, apaixonou-se pela Deusa virgem; eles fazem amor e a Deusa engravida; então Ele morre para mais tarde renascer, recomeçando

o ciclo infundável, que coincide com o ciclo da Natureza e de nossas próprias vidas.

Comemorações Sagradas: O Mito dos Ciclos Sazonais

A fé wiccana, bem como suas cerimônias, rituais e dias religiosos, é baseada na compreensão de um mito que se reflete nos processos dinâmicos da natureza. Os movimentos do sol e da lua produzem fenômenos que influenciam o mundo. A partir do sol, a fonte primária e essencial de energia do mundo, temos os ciclos sazonais, que comumente chamamos de estações do ano, que determinam o ciclo de vida dos animais e das plantas. A lua exerce uma força gravitacional que regula a velocidade de rotação da Terra; é um escudo natural contra meteoros; o que a torna indispensável para o desenvolvimento e manutenção da vida no planeta. A partir dela temos as lunações, que influenciam diretamente os níveis das marés e os demais ciclos reprodutivos femininos, dentre outros. As consequências das mudanças que esses astros proporcionam criam condições para que a vida se desenvolva e siga seu curso natural.

A Deusa, completa em si mesma, era a fonte de toda a criação, transbordando fertilidade, prosperidade e um universo de possibilidades. Sozinha Ela estava, e em meio à escuridão Ela gerou um filho, a Criança da Luz e da Promessa, a Semente da Esperança. Ela cuidou Dele e o alimentou com seu leite, nutriu-o e o embalou. Conforme Ele ia crescendo, sua luz aumentava, mais Ele brilhava, e Ela rejuvenescia. Movido por seu instinto de liberdade, pelo mundo Ele vagou, e com Ela, a Deusa, agora jovem e bela, Ele se encontrou. Desde que se viram, ficaram encantados um pelo outro, e as flores brotavam e se rejubilavam, numa explosão de cores, inspiradas pela beleza dos dois. E tamanha era sua paixão, que Eles se entregaram e Ele a Amou, e a canção de seu êxtase vibrou por todo o Universo. Dessa união Ela fora fecundada, e carregava em seu ventre a semente da esperança. Lado a lado ficaram, plenos, majestosos, saboreando os frutos de seu amor, mas Ele já não brilhava como antes. Ele estava envelhecendo, e conforme o ventre dela crescia, Ele perdia as forças. Então, cansado Ele se entregou aos braços dela, rumo ao merecido descanso, navegando por águas calmas até a ilha da juventude. Na ausência Dele Ela chorou, e triste e frio ficou o

mundo. Mas movida pelo amor, Ela o seguiu, e o encontrou. Dele cuidou e mansamente o rejuvenesceu em seu caldeirão da transformação, pois Ela é a Sábia, conhecedora de todos os mistérios, a Senhora do Destino. E através da semente que Ela carregava, Ele renasceria, e dissiparia novamente as trevas com sua luz, trazendo de volta a alegria e a vida ao mundo. Assim o ciclo se repete, Ele eternamente Dela renasce e por amor eternamente à Ela procura. E a Roda gira.

Sabás: Os Festivais dos Ciclos Sazonais

Cada trecho do mito simboliza um momento específico dos ciclos sazonais e seus atributos, dando origem a oito festivais conhecidos como *Sabás*, que são comemorados em datas específicas, e marcam o processo de nascimento, plenitude, morte e renascimento do Deus, que se reflete na natureza. Solstícios e equinócios são os dias em que começam as estações do ano, e estas existem graças à inclinação do eixo da Terra e do movimento dela ao redor do sol. O solstício de verão é o dia mais longo do ano, quando temos um período de claridade muito maior do que de escuridão; o solstício de inverno é o dia mais curto do ano, quando temos um período de escuridão muito maior do que de claridade; e nos equinócios de outono e primavera, o dia e a noite têm a mesma duração, ambos com 12 horas exatas de claridade e escuridão. “*Essas datas variam um pouco a cada ano, e nelas comemoramos quatro festivais chamados de Sabbaths Menores, mas não por isso menos importantes*” (Extra, 2011). Os outros quatro festivais, chamados de *Sabbaths* Maiores, têm suas datas fixas, e marcam a metade do tempo entre uma estação e outra, possuindo características de ambas e já anunciando a estação vindoura.

Em *Yule*, o solstício de inverno, o início de um novo ano, de um novo ciclo é marcado. A Deusa está plena em seu aspecto de Grande Mãe e dá à luz ao Deus, que representa o próprio sol, trazendo a esperança da luz. Este é o ápice da escuridão, a noite mais longa do ano, mas também é o seu declínio: a partir de agora, as noites vão começar a se encurtar. Em *Imbolc*, a Deusa está amamentando o Deus já nascido, e este vai ficando pouco a pouco mais forte. A Terra começa seu lento despertar do inverno, podendo ser arada e semeada, e prenunciando a primavera. “*Em Ostara, o equinócio de primavera, o Deus já está*

mais crescido, e a Deusa também está jovem, estando ambos cheios de energia e promessas, e é quando se encontram e se apaixonam” (Extra, 2011). A natureza desabrocha e floresce, promovendo a fertilidade da terra. Agora os dias e as noites têm a mesma duração, e em seguida vão se tornando cada vez mais longos. Em *Beltane*, o Deus viril e a Deusa plena em fertilidade, se unem em amor e celebram seu Casamento Sagrado, quando Ela é fecundada por Ele. Essa alegre união abençoa a fertilidade da natureza, garante boas colheitas, e prenuncia o verão. Em *Litha*, o solstício de verão, a Deusa e o Deus são coroados Rei e Rainha do verão, e a natureza está em sua plenitude. Ela já está grávida e o espírito do Deus já permeia os grãos em desenvolvimento, as plantas que crescem viçosas, absorvendo a energia Dele e o enfraquecendo. Este é o ápice da luz, o dia mais longo do ano e o seu declínio, pois os dias vão começar a se encurtar. Em *Lughnasadh*, o Deus já está velho e cansado, e por já ter fecundado a Deusa e dado força aos grãos, não sendo mais necessário, se entrega à morte, sendo sacrificado para alimentar a humanidade: Ele é a espiga que é ceifada e é as sementes para um novo plantio. Esta é a data que marca o início das colheitas e o prenúncio do outono. Em *Mabon*, equinócio de outono, a Deusa continua amadurecendo em sua gestação e em sabedoria, enquanto o Deus é apenas uma presença sutil, percebido na colheita das últimas espigas. “São rendidas oferendas em ação de graças pelas boas colheitas” (Extra, 2011). O Deus, que já rumara para o submundo, é coroado Senhor da Morte e do Inverno. Mais uma vez dia e noite têm a mesma duração e em seguida as noites vão se tornando cada vez mais longas. Em *Samhain*, a Deusa entristecida desce ao submundo em busca do Deus, e por ser a detentora dos mistérios, começa a rejuvenescer o espírito Dele em seu caldeirão da transformação, preparando-o para seu renascimento vindouro. Nessa noite o véu que separa os mundos está mais tênue, possibilitando a comunicação com outros mundos, além de marcar o fim do ano velho. A terra está seca e estéril, esfriando cada vez mais, prenunciando o inverno. E mais uma vez, em *Yule*, o ciclo se completa, quando o Deus renasce do útero da Grande Mãe, garantindo a continuidade da vida e trazendo esperança ao mundo de novo.

Esbás

Capítulo
VI

Os *Esbás* são as celebrações da Lua, que representa a Deusa em todas as suas faces. O conceito de mês veio da observação do céu noturno, onde a Lua leva um período de 28 dias, chamado lunação, para completar seu ciclo: do surgir ao desaparecer e voltar a surgir, também simbolizando o ciclo de nascimento, morte e renascimento em menor escala. Durante o período de um ano ou um ciclo solar, ocorrem 13 lunações, o que nos leva a um ano de 364 dias com 13 meses de 28 dias. É nos *Esbás* que geralmente são realizados rituais e feitiços para diversos fins, reuniões entre bruxos(as) ou Covens onde se confraternizam e trocam informações. Na fase Quarto Crescente, evocamos a presença da Deusa em seu aspecto de Donzela; na fase Cheia, evocamos a presença da Deusa em seu aspecto de Mãe; na fase Quarto Minguante, evocamos a presença da Deusa em seu aspecto de Anciã; e na fase Nova, evocamos ainda os aspectos da Anciã em transição com a Donzela.

Outros Ritos – Renascimento, Vida e Morte

1. Wiccaning – A Apresentação da Criança: Sabe-se que o nascimento de uma criança sempre foi um acontecimento de muita alegria para todos os povos pagãos do mundo antigo, por significar continuidade ao clã. O recém-nascido era exibido com orgulho ao clã e este o recebia de braços abertos. No cristianismo, originalmente, o batismo era uma aliança com o Deus *Yhawéh*, praticada exclusivamente por homens na posição de chefes da família: pais ou primogênitos; e simbolizava o abandono dos Deuses antigos e a conversão para a nova fé. Com o passar do tempo, a Igreja percebeu que os homens não ensinavam bem os conceitos cristãos à família, e passaram a batizar as mulheres, que eram responsáveis pela espiritualidade e a educação no lar. Finalmente, não sobrando mais ninguém, a Igreja começou a batizar as crianças e recém-nascidos, já na intenção de assegurar a permanência deles na fé cristã quando crescessem. Um dos artificios utilizados pela Igreja para induzir ao batismo foram distorções dogmáticas e mentiras sob a forma de boatos que diziam que as crianças não-batizadas eram mais fracas, ficavam

doentes mais facilmente porque não tinham a proteção de Deus, e como garantia, inventaram que as crianças não-batizadas que morressem logo (algo comum devido às condições insalubres da época) iriam direto para o inferno. A Igreja conseguiu vitoriosamente instilar essa ideia nas pessoas, que ainda hoje, mesmo seguindo outras religiões, acabam batizando seus filhos no cristianismo, tornando-a uma prática do senso comum social indispensável.

Na Wicca, diferentemente do cristianismo, não há o comprometimento dos pais em encaminhar a criança em qualquer senda ou religião, visto que o direito de escolha e a liberdade são sagrados, e a iniciação só pode ser realizada em maiores de idade, de livre e espontânea vontade. Nesse espírito surgiram ritos variados. Mesmo os pais sendo sacerdotes wiccanos, não podem eles mesmos realizar o rito do(s) filho(s), havendo a necessidade de outros sacerdotes realizarem tal sacramento. Os Deuses são evocados para que derramem suas bênçãos e proteção sobre a criança, e toda comunidade se compromete em cercar de amor o recém-chegado. Há a escolha de uma madrinha e um padrinho, que devem possuir um mínimo de conhecimento da Arte e do rito; e que receberão uma responsabilidade ainda maior: de auxiliar no desenvolvimento e no bem-estar dela. À criança será dado um nome mágico secreto, de conhecimento somente dos pais, reservado à intimidade da família. Esse nome poderá ser mantido até a maior idade da criança, quando ela poderá optar por seguir ou não a Arte, e assim, manter ou escolher outro nome para sua iniciação.

- 2. Handfasting – A União do Casal:** O matrimônio é a cerimônia mais alegre e festiva da antiguidade e está presente em todos os povos. Os ritos variam de acordo com a cultura, mas a ideia é sempre a mesma: celebrar a vida e desejar fertilidade ao casal, que será unido perante os deuses e à comunidade. Existem várias formas de casamento pelo mundo: o casamento simbólico do rei com a terra; o casamento simbólico do Deus e da Deusa; o casamento entre crianças já prometidas; os pactos de sangue; o casamento com mais de uma pessoa em sociedades

poligâmicas; o casamento arranjado, para estreitar laços político-econômicos entre as famílias; casamentos fechados dentro do mesmo grupo, para assegurar a pureza das linhagens; casamentos entre pessoas de clãs diferentes, para assegurar alianças entre as tribos; dentre muitos, e cada qual com cerimônias e ritualística próprias. Dentro da Wicca, o casamento é realizado por um sacerdote e uma sacerdotisa, podendo ambos os noivos serem membros da Arte. O simbolismo mais comum é o atar das mãos e a troca de votos, presente em inúmeras culturas pagãs, seguido do compartilhamento de alimentos sagrados, no rito dos pães (ou bolos) e vinho (ou cerveja). Outros elementos variantes nas tradições: a vestimenta dos noivos geralmente é branca e o uso de guirlandas de flores, simbolizando a pureza da Donzela, é comum. Costuma-se realizar o casamento no *Sabá* de *Beltane*. Quando não, os noivos pulam uma fogueira de mãos dadas; da mesma forma que podem pular sobre uma vassoura deitada no chão, para garantir fertilidade. A troca de alianças de metal também é opcional. Originalmente, os casamentos pagãos tinham validade por um ano, onde nas noites de *Beltane* todos eram livres para se amar, sem preconceitos ou culpa, e se fosse de comum acordo dos noivos, os laços matrimoniais poderiam ser renovados. Atualmente, devido ao comodismo, a duração da união fica automaticamente prolongada até que os então casados desejem se separar.

- 3. Requiem – A Despedida Fúnebre:** Certamente, a morte é o assunto mais misterioso discutido por todos os povos. Ela despertou na mente da humanidade a busca pela espiritualidade, e todas as religiões surgiram a partir das especulações acerca do que acontece à alma após sua chegada. O rito mais antigo que se tem notícia e o indício do surgimento das primeiras proto-religiões data do período Paleolítico, onde o *Homem de Neandertal* já enterrava seus mortos, geralmente em posição fetal, numa cama de flores. Tal rito se popularizou e em cada cultura adotou formas diferentes. Na Wicca, a morte é encarada como um processo natural, sagrado e necessário. Acreditamos que o falecido volta ao ventre da Grande-Mãe, onde o corpo adormece na escuridão

de Seu útero, fundindo-se à terra; enquanto seu espírito viaja para a Terra das Bem-Aventuranças e da Juventude, navegando para a Ilha Sagrada do Verão Eterno, onde rejuvenescerá no Caldeirão da Transformação da Deusa até estar pronto para renascer através da reencarnação. No rito de despedida os entes queridos fazem homenagens ao falecido; realizam o pagamento simbólico com uma moeda de metal ao barqueiro, que conduzirá a alma até seu destino; com preces aos Deuses pela paz dele; e em seguida costuma-se encenar o mito da descida da Deusa ao Submundo. A cerimônia deve culminar com alegria, risos, fatos e lembranças do saudoso amigo e um banquete de despedida em sua honra. Quanto ao destino do corpo, varia de acordo com a tradição e/ou desejo pessoal do falecido, podendo ser enterrado nu, em posição fetal; ou cremado nu numa pira funerária, dentre outras formas. Atualmente, com o ressurgimento do paganismo pelo mundo, vêm se solicitando a existência de cemitérios pagãos, onde se possa dar caminhos aos ritos fúnebres pagãos, de acordo com as tradições, para que não sejamos obrigados a cuidar de nossos mortos da maneira imposta pelas religiões dominantes, sobretudo a cristã. Outra prática comum na Wicca é a confecção de um altar para o culto dos antepassados e dos entes queridos falecidos, onde são dispostas fotos e oferendas a estes, durante os dias de *Samhain*.

Ferramentas Mágicas - As Ferramentas da Arte

Desde tempos remotos, diversas culturas se muniram de instrumentos ou ferramentas para a realização de suas cerimônias, ritos e festivais. Uns possuem funções óbvias e práticas, enquanto outros são meramente simbólicos, mas não por isso, menos importantes. Tais instrumentos encarnam arquétipos que não podem ser esquecidos durante a operação “mágica” a ser realizada, simbolizando forças ou qualidades que devem ser mentalizadas ou simplesmente evocam o respeito e seriedade que uma cerimônia exige. Algumas dessas ferramentas funcionam como direcionadores da energia do operador, tornando-se uma extensão de seu corpo, amplificando seu poder e ancorando algum elemento específico. Mas para serem utilizados, esses aparatos passam por um

processo de purificação e consagração, e a partir disso, são utilizados estritamente para determinados fins na prática operatória a que foram destinados, tornando-se, portanto, objetos sacralizados. Assim sendo, cada instrumento vai mudando sua frequência energética, pois desde que deixa de ser um objeto mundano, seu manuseio fica limitado a uma ou poucas pessoas, que também estão na mesma frequência, ficando permanentemente carregado com as impressões áuricas dos usuários e das forças ou divindades a que foram consagrados. Assim, tornam-se vivos, pulsantes, e algumas vezes com “vontade própria”. De acordo com cada tradição, o número de instrumentos, seus atributos, materiais utilizados para sua confecção, disposição e até mesmo posicionamento variam. Tradicionalmente, estes eram confeccionados de elementos naturais, como madeiras, pedras, conchas, sementes e partes animais; com o avanço da civilização, passou-se a utilizar alguns metais forjados ou fundidos. Mas quase todas as culturas, apresentam algo em comum: a representatividade dos elementos da natureza, através de suas ferramentas de poder.

Conclusão

A Wicca é mais do que uma simples filosofia ou sistema de autoajuda. É uma religião que busca o desenvolvimento pessoal e coletivo por meio do culto aos Deuses antigos e do acompanhamento dos ciclos sazonais. Ao mergulharmos nos estudos e mistérios da Velha Arte, descobrimos as verdades acerca de como ela era professada no passado.

A religião Wicca tem como base a crença no politeísmo, no animismo e na imanência. A adoração dos Deuses da natureza, em seus atributos e personalidades próprias, resgata antigas tradições que objetivavam garantir boas colheitas e uma relação equilibrada com o meio ambiente. Nossa conexão com os Deuses se dá por meio dessas manifestações naturais.

O aspecto dualista da Wicca, que foca na interação entre a Deusa e o Deus, o feminino e o masculino, a lua e o sol, revela a complementaridade das forças opostas que permeiam a existência. Essa visão nos permite compreender e celebrar a diversidade e a interconexão de todas as coisas.

Além disso, a Wicca é uma religião matrifocal, que valoriza o papel das mulheres na sociedade. Reconhecemos a sensibilidade, intuição,

sabedoria e compaixão das mulheres, características que fazem delas líderes naturais em diversas áreas. A orientação matrifocal, embasada no monismo, outrora predominante, também é um aspecto importante da nossa religião, pois resgata essa antiga estrutura de organização socio religiosa.

É fundamental destacar, no entanto, o que a Wicca não é. Não defendemos a existência de forças absolutamente boas ou más em eterna disputa, como prega o Maniqueísmo. Entendemos que somos parte da natureza, sujeitos a instintos motivados pela necessidade e às leis da sobrevivência. Também não praticamos o proselitismo, respeitando o livre arbítrio de cada indivíduo para escolher sua própria fé e caminho espiritual.

Nossa religião não nutre quaisquer preconceitos e não exclui ninguém. Respeitamos todas as pessoas em suas características individuais e escolhas pessoais. Reconhecemos a diversidade como parte da natureza, e entendemos as diferenças como um valor fundamental.

Referências bibliográficas

- GARDNER, Gerald. *A Bruxaria Hoje*. São Paulo: Madras, 2021.
- GARDNER, Gerald. *O Significado da Bruxaria*. São Paulo: Madras, 2022.
- GARDNER, Gerald. *Com o Auxílio da Alta Magia*. São Paulo: Madras, 2009.
- VALIENTE, Doreen. *Enciclopédia da Bruxaria*. São Paulo: Madras, 2020.
- HESELTON, Philip. *Gerald Gardner and the Cauldron of Inspiration: An Investigation into the Sources of Gardnerian Witchcraft*. Washington: Holmes Publishing Group Llc, 2003.
- HESELTON, Philip. *WITCHFATHER Into the Witch Cult Volume 1: A Life of Gerald Gardner (WITCHFATHER: A Life of Gerald Gardner)*. Leicestershire: Thoth Publications, 2012.
- HESELTON, Philip. *WITCHFATHER From Witch Cult to Wicca Volume 2: A Life of Gerald Gardner (WITCHFATHER: A Life of Gerald Gardner)*. Leicestershire: Thoth Publications, 2012.
- HUTTON, Ronald. *The Triumph of the Moon: A History of Modern Pagan Witchcraft*. Northamptonshire: Oxford University Press, 2019.
- CROWTHER, Patricia. *O Mundo de uma Bruxa*. Lisboa: Bertrand, 2000.
- FARRAR, Janet & Stewart. *Oito Sabás para Bruxas*. São Paulo: Anubis, 2018.
- JONES, Evan John; VALIENTE, Doreen. *Feitiçaria: a Tradição Renovada*. Lisboa: Bertrand, 1994.

LAMOND, Frederic. *Fifty Years of Wicca*. Hawthorne: Green Magic, 2023.

GRAVES, Robert. *A Deusa Branca*. Lisboa: Bertrand, 2004.

BOURNE, Lois. *Autobiografia de uma Feiticeira*. Lisboa: Bertrand, 1992.

BOURNE, Lois. *Conversas com uma Feiticeira*. São Paulo: Record, 2001.

BOURNE, Lois. *Dançando com Feiticeiras*. Lisboa: Bertrand, 2000.

MICHELET, Jules. *A Feiticeira*. São Paulo: Ground, 2020.

GEORGE, Frazer. *O Ramo de Ouro*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

Wiccanos realizam festival em honra a seus deuses. Internet: EXTRA, 2011. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/wiccanos-realizam-festival-em-honra-seusdeuses-1351523.html>, acessado em 14/04/2024.

O QUE É PAGANISMO, NEOPAGANISMO, BRUXARIA E WICCA? QUAIS AS SEMELHANÇAS. Internet: WIKI, 2012. Disponível em <https://pt.wikiversity.org/wiki/Wicca>, acessado em 14/04/2024.

Capítulo VII

O Movimento Hare Krishna no Brasil e o Diálogo Inter-religioso

Maria Helena Oliveira Lemos (Kunti Devi Dasi)¹

Romero Bittencourt e Carvalho (Sri Krishna Murti Dasa)²

AISKCON – Sociedade Internacional Para a Consciência de Krishna foi fundada em 1966 por A.C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada (1896-1977), sendo hoje a maior instituição de origem hindu do mundo, com cerca de 850 projetos espalhados por todos os continentes, incluindo templos, comunidades rurais, escolas, editoras, centros culturais, hospitais, restaurantes etc. Os “Hare Krishnas”, como são conhecidos seus membros no ocidente, pertencem à tradição Vaishnava Gaudiya do que hoje chamamos de Hinduísmo, que não é uma religião unificada, mas um universo imenso de tradições, seitas, práticas, filosofias e teologias muito distintas, ancoradas em uma vasta tradição literária, a Literatura Védica, igualmente imensa e diversificada.

O Vaishnavismo Gaudiya foi sistematizado na região da Bengala, no século XVI, a partir dos ensinamentos de Sri Caitanya Mahaprabhu e seus discípulos. A tradição parte do conceito de que dentre as muitas deidades cultuadas no seio hindu, Krishna é o aspecto pessoal supremo e original do Divino, a Personalidade Suprema da Divindade, possuindo ainda muitas encarnações divinas como aspectos de Sua Suprema Realidade. O Vaishnavismo Gaudiya se ancora em textos clássicos e milenares da Literatura Védica, como as Upanishads, a Bhagavad-gita e o Bhagavata Purana, possuindo ainda uma base teológica nas obras e nas interpretações de discípulos de Caitanya Mahaprabhu, sobretudo os chamados Seis Goswamis, com destaque para Jiva Goswami e Rupa Goswami. Eles foram responsáveis por sistematizar a teologia e filosofia de *bhakti* (devoção), dando origem a uma extensa literatura medie-

¹ Doutora h.c. em Capelania pela OCB/FFBC, geógrafa e pedagoga, formada pela UERJ.

² Jornalista, Doutorando e mestre em Ciências da Religião pela PUC-MG, ambos com pesquisa de diálogo entre hinduísmo e cristianismo.

val sobre a tradição Vaishnava Gaudiya e seu culto centrado em Krishna e Sua consorte Radha.

Assim, o objetivo do Vaishnava é o despertar de sua consciência, enquanto alma eterna e parte integrante de Deus, e sua relação amorosa com a Divindade. O processo para este fim amoroso é o *bhakti-yoga*, o Yoga da Devoção. Neste *yoga*, o praticante tem como objetivo máximo desenvolver amor por Deus, vê-Lo em todos e em toda a criação, expandindo este sentimento amoroso ininterrupto para tudo à sua volta, em plena consciência divina. Assim, todas as atividades cotidianas se tornam oferendas a Deus. A prática de cantar o mantra *Hare Krishna Hare Krishna Krishna Krishna Hare Hare Hare Rama Hare Rama Rama Rama Hare Hare* como essência de *bhakti-yoga* foi preconizada por Caitanya Mahaprabhu, que propagou o *Maha-mantra* como veículo de evolução espiritual. Ele afirma veementemente a necessidade e a importância do canto deste mantra que, de acordo com a teologia Vaishnava, é a mais elevada meditação transcendental. Através do canto, o devoto (a) é introduzido gradualmente no conhecimento divino, e os primeiros sinais são a mudança de percepção da realidade, através de uma alteração no nível de consciência do praticante.

Sobre Caitanya Mahaprabhu, o teólogo, poeta e editor da revista jesuíta “America”, John Moffitt, escreveu:

Se tivermos de escolher um homem na história religiosa indiana que melhor representa o espírito puro de auto entrega devocional, eu escolheria o santo *vaiṣṇava* Caitanya, cujo nome inteiro era Kṛṣṇa Caitanya, ou ‘Consciência de Kṛṣṇa’. De todos os santos na história escrita, no Oriente ou Ocidente, ele me parece como o exemplo supremo de uma alma carregada pela maré de amor extático por Deus. Esse homem extraordinário, que pertence a um período rico que tem início no fim do século XIV, representa a culminação das escolas devocionais que cresceram em volta de Kṛṣṇa [...] em sua natureza, Caitanya deleitava-se intensamente. Afirma-se que, como São Francisco de Assis, ele tinha um poder milagroso sobre os animais selvagens. Sua vida na cidade de Purī é a história de um homem em um estado de intoxicação espiritual praticamente contínua. Discursos iluminantes, contemplação profunda, humores de comunhão amorosa com Deus, eram ocorrências diárias (Moffitt apud Valera, 2015, p. 54-55).

Porém, a tradição Vaishnava Gaudiya compreende que Caitanya Mahaprabhu é mais que um santo, sendo considerado o último *avatar* (“descida”, “encarnação”) de Krishna a se manifestar na Terra, aparecendo oculto, como um devoto, para ensinar na prática o caminho da devoção. Assim, tendo como base de sua prática o canto do *Maha-mantra Hare Krishna*, o praticante de *bhakti-yoga* busca devotar sua vida ao despertar de seu amor por Deus. Visando desenvolver quatro qualidades essenciais para esta caminhada – compaixão, veracidade, austeridade e pureza –, o devoto aproxima-se de atividades que estimulam estes quatro princípios e, conseqüentemente, afasta-se de hábitos que não favorecem o desenvolvendo destas qualidades.

No Brasil, a ISKCON iniciou suas atividades em 1973, sendo oficialmente estabelecida no ano seguinte. Além de centenas de livros publicados e milhões já impressos e distribuídos, possui diversos projetos pelo país, incluindo uma de suas principais atividades mundiais, o Alimentos para a Vida, maior cadeia de distribuição de refeições vegetarianas do mundo, com milhares de pratos distribuídos diariamente. Muitas foram as dificuldades para o estabelecimento da ISKCON no Brasil, que não contou com apoio financeiro internacional ou com membros influentes na vida política do país. Além disso, por conta da inexperiência de seus primeiros membros, que, com poucas exceções, sequer tiveram contato direto com o fundador Swami Prabhupada, sofreu abalos institucionais e dificuldades em se estabelecer em diversos locais do Brasil, além de episódios de preconceito e ataques da imprensa.

Hoje, o Movimento Hare Krishna encontra-se em uma fase congregacional, com a grande maioria dos seus membros morando em suas casas e poucos membros no monacato. Isso, seguramente, interfere na forma como os “Hare Krishnas” são vistos e percebidos na sociedade. Quando o monacato prevalecia, havia uma estrutura muito parecida com uma seita, com forte identificação dos monges e monjas como seres distintos e alheios da sociedade civil. Hoje, temos o cenário oposto, com os membros se esforçando para se inserirem profissionalmente na sociedade secular, mantendo suas práticas de *bhakti-yoga* e encontros comunitários, e uma minoria mantendo a vida cotidiana dos templos e comunidades ativa. Outros grupos Vaishnava Gaudiya provenientes de outras linhagens de mestres ou mesmo dissidências da ISKCON também estão presentes no Brasil há alguns anos. Neste cenário, o diálogo

inter-religioso entre o Movimento Hare Krishna e as demais tradições religiosas organizadas no Brasil se faz de forma muito mais natural (e necessária).

Interessante pontuarmos que o diálogo na tradição Vaishnava onde se insere o Movimento Hare Krishna sempre esteve presente desde o seu patrono, Caitanya Mahaprabhu³. O canto congregacional de mantras (Sankirtana) preconizado por ele era feito também nas ruas, o que era um ato revolucionário nos séculos XV-XVI, quando os mantras védicos eram entoados apenas pela casta sacerdotal em locais e horários específicos. Isso despertou a ira de parte da população muçulmana da região da cidade de Nadiya e mesmo de tradicionalistas hindus, que não aceitavam a quebra no sistema de castas feita por ele. Unidos, hindus e muçulmanos pediram o fim do canto congregacional de Mahaprabhu e seus seguidores ao Chand Kazi, muçulmano que governava o distrito. Em um gesto simbólico, o Kazi quebrou uma *mrdanga* de barro, o tambor tradicional da Bengala, que era o instrumento principal das procissões organizadas nas ruas por Caitanya Mahaprabhu e seus seguidores. Assim, proibiu o Sankirtana, apoiado pelos sacerdotes brâmanes, que viam o movimento do canto dos mantras como uma heresia e uma ameaça à sua hegemonia sacerdotal. Porém, o Sankirtana já era bastante popular, e Caitanya Mahaprabhu reuniu uma multidão em um primeiro gesto de desobediência civil registrado na Índia, séculos antes de Gandhi. As principais biografias e hagiografias de Caitanya Mahaprabhu, como o Sri Caitanya-caritamrta, o Caitanya Bhagavata e o Caitanya Mangala, descrevem que milhares de pessoas marcharam à noite até o palácio do Kazi, munidos de instrumentos e tochas. Assustado com a revolta, o Kazi se refugiou no terraço de seu palácio, até ser convencido de que o protesto era pacífico e que Caitanya Mahaprabhu queria apenas dialogar com ele.

A conversa dos dois é um exemplo de diálogo inter-religioso, com profundo respeito e alteridade. Caitanya Mahaprabhu não questionou a

³ “Diálogo, afirmaria, é claramente algo que atravessa todos os níveis de *bhakti*, e é da própria natureza de *bhakti*. Aqui eu argumentaria que, por causa da dimensão onto-existencial que emerge de uma profunda compreensão teológica de *bhakti*, o diálogo entre pessoas de outras religiões com praticantes de *bhakti* não é apenas plausível, ou mesmo mais desejável – é absolutamente imperativo e necessário para a própria prática de *bhakti* e uma vida plenamente vivida em *bhakti*. E, finalmente, está inserido em *bhakti* que o diálogo se torna a base de um verdadeiro pluralismo da fé. (Schweig, 2012, p. 51, tradução de Lara).

fê do Kazi e também não teve sua fé questionada. Além disso, Mahaprabhu, que começou sua fala discorrendo sobre não-violência, vegetarianismo e respeito, argumentou com o Kazi que não era possível proibir o canto dos nomes de Deus, pois esta prática não era apenas védica, mas corânica. O Kazi concordou com ele, deu plena liberdade religiosa aos seus seguidores e se tornou um admirador de Caitanya Mahaprabhu. Até hoje, o túmulo do Kazi é visitado tanto por muçulmanos quanto por *vaishnavas*, e os descendentes dele são sempre convidados a palestrar sobre tolerância religiosa e pontos de convergência entre o islã e o *vaishnavismo*.

Outro celebre diálogo ocorreu entre Caitanya Mahaprabhu e um santo muçulmano conhecido como Abdullah Pathan. No diálogo, descrito no Sri Caitanya-caritamrta (1987), Mahaprabhu fez sua própria hermenêutica do Corão, buscando mostrar as características de Deus como uma Pessoa Suprema que aparecem no livro. Ele não rejeitou a escritura, o seu conteúdo ou sua característica como *shastra* (escritura) revelado, mas buscou aproximações com o teísmo *vaishnava*, em contraposição ao monismo impersonalista, que estabelece que a Verdade Última é impessoal e sem qualidades. Caitanya Mahaprabhu citou que características pessoais, como beleza, clemência, sapiência, leveza, gentileza etc. são dadas a Allah e por isso Ele não pode ser considerado impessoal: “O Corão certamente estabeleceu a natureza impessoal de Deus, mas em última instância ele rejeita o impersonalismo e estabelece um Deus pessoal” (Sri Caitanya-caritamrita, Madhya Lila, Vol.7).

Ao final, Caitanya Mahaprabhu ainda declarou que Allah é a Personalidade Suprema e que Abdullah Pathan deveria adorá-lo com “harinama-sankirtana” (cantando Seus Santos Nomes). Ele disse: “cante os nomes de Rahman, ‘qulid-’ullaha ‘awid-’ur rahman ‘ayyama tad-’u fala-hul-’asma-’ul- husna’ (17.110), ‘invoque Allah, invoque Rahman, o mais misericordioso. Invoque-o através de qualquer um de seus nomes. A Ele pertencem os nomes mais bonitos’”. Mahaprabhu explicou que o objetivo do Corão é estabelecer dentro da sociedade humana que Allah (Krishna) é a Verdade Absoluta, o Ser Supremo, e desenvolver assim *esk*, ou puro amor, pois Allah é o objetivo final da vida.

Esta atitude de Caitanya Mahaprabhu, que ainda realizou vários diálogos teológicos respeitosos com representantes de outrass tradições hindus, deixou seu legado em sua escola filosófica, o que é evidenciado

nos ensinamentos de dois dos seus mestres mais importantes: Bhaktivinoda Thakura e Swami Prabhupada. Thakura foi o grande responsável pela modernização da tradição de Caitanya Mahaprabhu no final do século XIX, enquanto Prabhupada foi quem espalhou a proposta de Mahaprabhu em todos os continentes a partir do final dos anos 1960.

Bhaktivinoda Thakura publicou revistas, periódicos e cerca de 100 livros, inclusive em inglês, o que era inédito. Redescobriu os locais de atividades de Mahaprabhu, como seu local de nascimento, construiu templos que são referências até hoje e fez canções em bengali que passaram a integrar a liturgia *vaishnava*. Além disso, escreveu sobre diálogo inter-religioso e pluralismo ainda no século XIX, entendendo a multiplicidade religiosa como um processo histórico natural e prova da compaixão divina, que se manifesta em tempo, lugar e circunstâncias distintos de modo a ser compreendido e amado. Bhaktivinoda Thakura, inclusive, cita por várias vezes as orações diárias realizadas pelos muçulmanos como um caminho de devoção (*bhakti*) e o Corão como escritura revelada autêntica. (Thakura, 2007).

Quando Thakura nasceu em Birnagar, na Bengala Ocidental, em 1838, o Vaishnavismo Gaudiya estava dominado por seitas conhecidas como *sahajiyas*, que possuíam uma péssima reputação na sociedade indiana na época. Thakura nasceu numa família abastada, cresceu na mansão de seu avô materno e recebeu educação formal na escola primária fundada pela sua avó. Posteriormente, como era comum na época para o que poderíamos chamar de classe média indiana, ingressou em uma escola inglesa em Krishnanagar. Porém, aos onze anos, seu pai faleceu, o que fez sua família perder a casa e se empobrecer. Thakura, cujo nome de nascimento é Kedaranatha Datta, morando com a família materna, passou a ajudar o seu tio a publicar artigos em inglês no jornal *Hindu Intelligencer*. Com dezoito anos, começou o ensino superior em uma faculdade cristã em Calcutá, escrevendo proliferaamente em inglês e bengali, estudando literatura inglesa e oratória. Foi nesse período que Bhaktivinoda Thakura se interessou pela teologia cristã, considerando-a muito mais interessante que a filosofia monista Vedanta Advaita, que dominava a intelectualidade hindu da época. Os pais de Thakura eram *vaishnavas gaudiya*, com todo o ideal de devoção (*bhakti*) a Krishna, o que é diametralmente oposto à ideia de libertação monista proposta pelo Vedanta Advaita, que, em última análise, vai considerar a devoção

como algo inferior e Krishna como um produto da ilusão (*maya*). A proposta de *bhakti* é bastante semelhante ao cristianismo, como observou o luterano Rudolf Otto, que declarou: “As semelhanças que aqui se apresentam são tão importantes que é tentador considerar essa religião, vista de fora, como um tipo de cópia no solo indiano daquela religião que surgiu na Palestina e que chamamos de Cristianismo” (Otto, 1929, p. 11). Nathan Söderblom também declara que “Warren Hasting estava certo em escrever que, de todas as religiões conhecidas, essa é a que mais se aproxima do cristianismo” (Söderblom, 1931, p. 133). Assim como no cristianismo, no Vaishnavismo Gaudiya o amor e a devoção a Deus aparecem como meta salvífica e a graça divina (*prashada*) é o meio para se atingir este objetivo.

Thakura se tornou professor e, posteriormente diretor de uma escola no estado de Orissa, quando pôde estudar as práticas e peculiaridades das inúmeras religiões e seitas hindus. Foi quando Thakura redescobriu a importância do Vaishnavismo Gaudiya, e fez um intenso trabalho de resgate da vasta literatura da tradição. Como passou a ocupar cargos muito importantes no governo na época, dominando outras línguas, como o persa e o urdu, e chegando ao posto de Magistrado no Estado da Bengala, o cargo mais alto que um indiano poderia chegar no domínio inglês na região, a fervorosa defesa de Bhaktivinoda Thakura do Vaishnavismo Gaudiya mudou completamente o *status* dessa tradição na sociedade da época.

Em seu livro Sri Caitanya-Siksamrta, publicado em 1886 – antes dele enviar seus primeiros livros em inglês para o exterior –, Thakura diz que Deus é uma característica comum e constante na humanidade, e mesmo tribos nas florestas que sobrevivem de forma rudimentar adoram o sol, a lua, montanhas e rios. Para ele, as civilizações evoluem de estágios incivilizados a estágios civilizados, passando, progressivamente, ao estágio científico, ao estágio moral e, por fim, devocional. Se há uma concepção da essência de Deus neste estágio, Thakura acredita que o mesmo resultado pela adoração será obtido. Ele argumenta que, ainda que Caitanya Mahaprabhu tenha instruído seus devotos a adorar a forma mais pura de Deus, ele deixou claro que não deveria haver qualquer crítica a outros modos de adoração.

Thakura (2004, p. 8) categoriza as diferenças nas religiões em: (1) diferenças entre mestres e profetas; (2) distinções entre mentalidade e

expressão de reverência pelos devotos; (3) diferença entre procedimentos de adoração e rituais; (4) diferença entre a concepção sobre Deus; (5) distinção entre nomes e declarações de Deus, devido a variações da língua. Exemplificando, ele diz que as pessoas adoram na Índia os *rishis* (sábios) védicos, enquanto em outros países eles respeitam profetas como Mohammed, em outros lugares, Cristo, ou ainda sábios nativos. E declara:

É imperativo que o povo de um país específico dê o devido respeito aos seus santos locais, e ninguém, mesmo que carregue uma crença particular no seu processo espiritual, deve ir a outros lugares e pregar que os ensinamentos de seus próprios mestres são algo superior ao ensinamento de outros. Isso não gera nenhum tipo de benefício ao mundo (Thakura, 2004, p. 8-9, tradução nossa).

Ainda declarando sobre a validade da multiplicidade religiosa, Thakura equipara os processos e lista diferenças:

[...] na Índia, os devotos se sentam em um *āsana* e, após realizarem *nyāsa* e *prāṇāyāma*, começam sua adoração; o muçulmano se volta para a Mecca e realiza sua adoração cinco vezes por dia curvando-se; o cristão se ajoelha com as mãos postas e, com humildade, louva o Senhor, seja na igreja ou em sua casa. Cada país tem sua religião peculiar, com vestimenta, comida, pureza e impureza. [...] Algumas pessoas, preenchidas pela devoção em seu coração, estabelecem a forma do Senhor em sua alma, mente e, finalmente, no mundo externo. Entendendo que tal forma da Deidade não é diferente do próprio Senhor, eles adoram essa forma. Em algumas religiões, por conta de uma ênfase maior na lógica, os adoradores simplesmente formam uma concepção sobre Deus na mente e adoram-na; tais adoradores não aceitam uma forma externa de Deidade do Senhor. Na realidade, porém, todas essas concepções são formas do Senhor. Por conta de variações na língua, as religiões se dirigem a Deus por nomes distintos (Thakura, 2004, p. 9, tradução nossa).

Thakura afirma que essas distinções tornam natural o fato de as religiões parecerem diferentes, mas é, contudo, “impróprio e prejudicial” discutir sobre essas diferenças. Ao invés disso, ele recomenda uma atitude distinta, prescrevendo um humilde estado de espírito inter-religioso:

As pessoas aqui estão adorando o meu Senhor, mas de outra forma. Por conta da minha formação diferente, eu não posso compreender apropriadamente este sistema de adoração. Contudo, a partir dessa experiência, eu posso aprofundar a minha apreciação por meu próprio sistema de adoração. O Senhor é apenas um, não dois. Assim, eu ofereço respeito a esta forma que vejo aqui e oro para que o Senhor, nesta nova forma, possa aumentar o meu amor por Ele na forma que eu estou habituado (Thakura, 2004, p. 9-10, tradução nossa).

Bhaktivinoda Thakura ainda diz que aqueles que não seguem esse procedimento, mas criticam outros sistemas de adoração, mostram “inveja, ódio e violência”, tornando-se “tolos e desprezíveis”, e quanto mais se engajam em “disputas inúteis”, mais se afastam do verdadeiro objetivo de seu próprio sistema religioso. Ele afirma, contudo, que se uma falha real for detectada em uma situação particular com praticantes de um sistema religioso não se deve cegamente aceitar tal problema, mas, de forma apropriada e respeitosa, argumentar sobre a falha para o benefício de toda a comunidade. Com conhecimento, deve-se discernir entre os vários processos religiosos, afastando-se, inclusive, de falsas religiões e “processos pervertidos” por concepções enganosas e distantes das conclusões das escrituras, dos santos praticantes e dos mestres pregressos. Thakura ainda faz um apelo, dizendo que a única real religião é o amor puro, que é o objetivo final. “Dessa maneira, não vamos disputar sobre diferenças externas. Se o objetivo da religião é amor puro, então o resto pode ser ajustado” (Thakura, 2004, p. 11, tradução nossa). Tudo aquilo que rejeita o amor puro, para ele, não deve ser considerado religião verdadeira.

Em sua obra que é tida como o seu maior trabalho, o *Jaiva Dharma*, de 1896, Bhaktivinoda Thakura propõe uma espiritualidade acima das designações religiosas. Ele argumenta que a alma é eterna e, portanto, seu único *dharma* (ocupação, religião, natureza) real é em relação ao Real. Assim, a “natureza constitucional” da alma é ser uma eterna serva amorosa de Deus, seu *dharma* eterno, “inquebrável e imaculado” (Thakura, 2007, p. 15, tradução nossa). Quando consciente da sua natureza real e, conseqüentemente, de sua ocupação *dhármica*, a pessoa executa sua ocupação eterna, enxergando tudo como parte integrante de Deus. Bhaktivinoda Thakura classifica *dharma* enquanto processo

religioso em três categorias: *nitya-dharma*, ou religião eterna, que deseja apenas servir a Deus em amor puro; *anitya-dharma*, que não fala da existência de Deus; e *naimittika-dharma*, que reconhece a existência de Deus enquanto um Controlador Supremo, mas, com interesses pessoais, esforça-se para obter a misericórdia Dele a partir de métodos ritualísticos.

Entre os que tentam viver o *nitya-dharma*, há os que estão em um primeiro patamar (*kaniṣṭha-adhikārī*), que veem o sagrado apenas no altar e em objetos como livros e materiais de adoração; os que estão em um segundo nível (*madhyama-adhikārī*) e conseguem visualizar o sagrado no altar e nos santos e mestres; e os que estão no nível mais elevado (*uttama-adhikārī*), que podem ver Deus em tudo e todos, glorificando o nome divino constantemente, sempre permanecendo na companhia de outros devotos e servindo a toda criação como um serviço direto a Deus⁴. Desta forma, a única atividade eterna para as almas seria professar amor transcendental por Deus. Em termos ontológicos, diz-se que a atividade eterna [*nitya-karma*] verdadeira é a prática espiritual pura e constante ou as atividades direcionadas para o reestabelecimento da consciência transcendental pura.

As demais atividades ou designações religiosas, Bhaktivinoda Thakura classifica como ocupações (*dharma*) circunstanciais, que são ressignificados quando a pessoa se conscientiza do seu *dharma* eterno e dedica suas atividades ordinárias a este propósito superior. Nesta consciência, Thakura não via diferenças entre os processos religiosos que trabalhavam para ajudar a pessoa a desenvolver seu amor por Deus. Independente do caminho, o objetivo aconteceria, mesmo que em tempos distintos, já que os métodos variam.

⁴ Estas três categorias de devotos aparecem pela primeira vez no Bhāgavata Purāṇa (11.2.45-47): “Śrī Haviṛ disse: O devoto mais avançado vê em tudo a alma de todas as almas, a Personalidade Suprema da Divindade, Śrī Kṛṣṇa. Por conseguinte, vê tudo em relação com o Senhor Supremo e entende que tudo o que existe está situado eternamente dentro do Senhor. O devoto intermediário ou de segunda classe, chamado *madhyama-adhikārī*, oferece seu amor à Personalidade Suprema da Divindade, é um amigo sincero de todos os devotos do Senhor, mostra misericórdia às pessoas ignorantes que são inocentes e despreza aqueles que invejam a Suprema Personalidade de Deus. O devoto que fielmente se ocupa na adoração à Deidade no templo, mas que não se porta bem com os outros devotos nem com as pessoas em geral, chama-se *prākṛta-bhakta*, devoto materialista, e considera-se que ele está na posição mais baixa. (tradução de Prabhupada, 1995).

Neste nível, *uttama-adhikārī*, não há para Thakura qualquer traço de sectarismo, que seria bastante presente nos primeiros estágios do caminho espiritual, como ele afirma e condena em seu livro Sri Krishna-samhita, de 1880:

As diferentes formas dessas atividades espirituais criam divisões de sectarismo. As diferenças que surgem de locais, épocas, línguas, comportamento, alimentos, vestimentas e naturezas das diversas comunidades estão incorporados nas práticas espirituais das pessoas e vão fazendo com que gradualmente uma comunidade se torne completamente divergente da outra. Essa diferença é tão acentuada que até mesmo a consideração de que todos são seres humanos pode deixar de existir. Devido a essas distinções há desacordo, deixam de haver relacionamentos sociais e acabam ocorrendo as lutas, que chegam ao ponto da matança mútua. Quando uma mentalidade de asnos predomina entre os *kaniṣṭha-adhikārī*, eles fatalmente acabam assumindo esse tipo de conduta. Contudo, se eles desenvolvem uma mentalidade de cisnes⁵, então, eles não tomam partido nas disputas; ou seja, eles assumem um comportamento mais elevado. [...] se apresentarem uma mentalidade de cisnes e o desejo de alcançarem um nível mais elevado, devem respeitar as práticas dos outros e inquirir sobre temas mais elevados. Na verdade, as contradições só ocorrem devido à mentalidade de asnos. As pessoas de mentalidade de cisnes consideram a necessidade de diferentes práticas de acordo com a qualificação dos outros, e, portanto, estão naturalmente desapegadas das disputas sectárias (Thakura, 1998, p. 8, tradução nossa).

Já na introdução deste livro, Bhaktivinoda Thakura faz um audacioso resumo de toda a história das religiões védicas – buscando datar o período de cada escritura –, comenta o surgimento de outros processos religiosos na Índia, como Jainismo e Budismo, traça a origem da religião egípcia, judaica e exalta o surgimento do cristianismo e islamismo, enaltecendo Moisés, Mohammed e Jesus. Tudo para conclamar que todos devem entender a suprema importância de desenvolver amor e se relacionar com Deus e com todos a partir deste sentimento sublime.

⁵ É dito na Índia que se oferecido a um cisne um copo com leite e água, ele saberá sorver apenas o leite. Por isso, o exemplo do cisne é frequente na literatura védica, como uma analogia para identificar alguém que é capaz de identificar a essência espiritual em tudo e discernir sobre tópicos transcendentais.

Bhaktivinoda Thakura faleceu em 1914, mas permanece como a personalidade mais influente e reverenciada entre todas as correntes do Vaishnavismo Gaudiya. Seu trabalho literário segue sendo traduzido para inúmeras línguas ocidentais e sua importância o fez ser chamado de Sétimo Goswami, numa referência ao trabalho literário dos seis discípulos deixados por Caitanya Mahaprabhu. Sua visão de mundo é a meta *vaishnava* de bem-estar social.

Swami Prabhupada também fez este esforço pelo diálogo em seu trabalho de difusão do *bhakti-yoga* no ocidente. Prabhupada, que era discípulo de Bhaktisiddhanta Sarasvati, que, por sua vez, era filho de Bhaktivinoda Thakur, comentou:

O Senhor Jesus Cristo apareceu como o filho de Deus; Mohammad se apresentou como servo de Deus; e Chaitanya se apresentou como o devoto de Deus. Seja qual for a identidade deles, todos esses messias tinham a mesma opinião sobre uma coisa: Eles pregaram unanimemente que não há paz e prosperidade neste mundo mortal sem Deus”. (Prabhupada, 2014, p. 33).

Em diversas palestras, conversas e encontros com líderes religiosos, Prabhupada fez questão de ressaltar a importância e singularidade de Mohammad e Jesus, inclusive alçando-os ao posto de *shaktyavesha-avatara*, entidades vivas dotada de poder especial por Deus para realizar uma atividade extraordinária, como Buddha. Em uma conversa em Teerã, registrada em 14 de março de 1975, ele afirmou:

Mohammad nunca disse: “Você deve cantar o meu nome”. Temos que testar se ele é um homem santo ou não. Aqui está o homem santo perfeito. Ele nunca disse que “Você deve me glorificar”. Ele disse “cante os nomes de Allah”. Esse é um homem santo. Essa é a prova de um homem santo. Ele não se torna Deus, ele serve a Deus.

Reforçando essa aceitação da autenticidade dos caminhos cristãos e muçulmanos e suas similaridades com o *vaishnavismo*, Prabhupada comentou, em palestra registrada em 26 de junho de 1971:

A religião cristã ensina a consciência de Deus. Jesus Cristo pregou a consciência de Deus. Ele se apresentou como um filho de

Deus. Então, concordamos com esse princípio. Não há controvérsia. Quem ensina a consciência de Deus, concordamos com o princípio. Mohammad também pregou a consciência de Deus. Então, damos as boas-vindas. Pode haver alguma diferença no processo e isso não importa. Mas testamos uma religião pelo resultado, como as pessoas estão se tornando conscientes de Deus. Isso é tudo. De acordo com o Srimad-Bhagavatam, “Esse é o princípio religioso de primeira classe, que ensina a devoção ao Senhor Supremo sem motivação egoísta ou sem ser prejudicado por nenhuma condição material.” [...] E qualquer religião que ensina esse princípio, é de primeira classe.

Prabhupada ainda enfatizou em vários momentos a condição de escritura revelada autêntica do Corão e da Bíblia, equiparando-os à revelação védica como livros sobre conhecimento transcendental. E, simplificando sua visão sobre a multiplicidade religiosa, deixou claro que, em sua opinião, religião significa “render-se a Deus”, e não uma definição estereotipada como hindu, budista, cristão ou muçulmano para depois gerar conflitos.

Conclusão

No final do século XIX, quando Bhaktivinoda Thakura propôs suas bases para o entendimento da pluralidade religiosa e diálogo entre as tradições, o mundo ocidental se encontrava ainda fechado em paradigmas cristãos exclusivistas e etnocêntricos, fossem eles protestantes ou católicos, e não havia sequer um diálogo satisfatório entre as próprias tradições cristãs. Se este panorama só passou a mudar de fato com o Concílio Vaticano II, o cenário na Índia sempre se distinguiu do ocidente, pois a multiplicidade de processos religiosos do Hinduísmo está presente há milênios, tornando o diálogo uma necessidade antiga. A natureza da revelação védica também permitiu uma amplitude na percepção e concepção de Deus, com mestres intuindo hermenêuticas distintas e refazendo seus comentários escriturais a partir de novos diálogos com proponentes de outras tradições hindus.

Assim, Bhaktivinoda Thakura e Swami Prabhupada, por exemplo, carregam em si mesmos uma experiência que já seria plural e dialógica, ainda que não tivessem qualquer contato com tradições não-védi-

cas. Necessário destacar que eles trazem a pertença religiosa Vaishnava Gaudiya sem qualquer hesitação, em uma questão identitária essencial ao que concebemos como diálogo inter-religioso atualmente. Sobretudo Bhaktivinoda Thakur, que demarcava sua identidade e caminhava em busca do diálogo com a identidade alheia. Mesmo conhecendo profundamente sua tradição, não teve qualquer perplexidade em estudar outras religiões e propor até ajustes para facilitar o intercâmbio, sem jamais relativizar o Absoluto, o que, como disse João Batista Libânio em sua apresentação ao livro de Faustino Teixeira (2012), destrói “toda tradição religiosa”.

Em sua oração para a atitude correta de compreensão de outros processos religiosos, Thakura (2004, p. 9), como vimos, ora para que Deus, que “é apenas um, não dois”, em uma nova forma, que ele está sendo apresentado naquele momento, “possa aumentar o meu amor por Ele na forma que eu estou habituado”. Como pontuou Faustino Teixeira (2012, p. 21):

O autêntico diálogo inter-religioso requer esse exercício positivo de envolver-se, o quanto possível, na experiência religiosa do outro, de deixar-se habitar pelo seu enigma e enriquecer-se com sua novidade. [...] Há que levar a sério o pluralismo religioso. Se existem dificuldades de encontro no âmbito da “religião como sistema”, aberturas são favorecidas no âmbito da “experiência interior”. É nesse âmbito de maior profundidade, das experiências religiosas, que ocorre o clima mais propício para o diálogo inter-religioso.

Ou seja, ambos entendem, como o teólogo Paul Tillich, que é na profundidade que se ganha liberdade espiritual para poder perceber a “presença do divino em todas as expressões do sentido último da vida humana” (Tillich apud Teixeira, 2012, p. 63). Como assinala Henri Le Saux:

Deus está dentro, no mais profundo, no mais íntimo, no mais si de si. Não se trata de sair de si, de buscar para fora encontrar Deus, como uma pessoa viaja em direção ao Norte, percorrendo um grande círculo, para encontrar seu irmão no Sul, não se dando conta de que estão separados apenas por uma porta... Trata-se de sair de si mesmo através de um caminho interior, para atingir o Si (Le Saux apud Teixeira, 2012, p. 63).

Este caminho de libertação de nós do coração, *como diz o catalão Ramon Panikkar*, é a base para a chegada na categoria *uttama-adhikārī* descrita no Bhagavata Purana e trabalhada por Thakura como uma superação de todo o sectarismo. Nesta plataforma, em uma perspectiva inter-religiosa, a pessoa se encontra na descrição de Le Saux:

Deus não é mais aqui e menos Lá; essas são ideias do homem míope e suas distinções. Deus se faz presente tanto no voo do inseto como na contemplação do teólogo ou no ato de amor místico. Deus não estava menos em Yājñavalkya que em Isaías, não estava menos em Sākyamuni (o Buda) que em Paulo de Tarso (Le Saux apud Teixeira, 2012, p. 66).

Nesta categoria em que se vê o sagrado em tudo, a diversidade jamais seria um problema, mas uma expressão da infinitude divina, e o diálogo só enriqueceria a experiência. A dançarina e pesquisadora Karen Veloso Martins apresenta um paralelo com a arte, argumentando que o artista não tem problemas com a diversidade, e dificilmente encontraremos um dançarino, por exemplo, advogando que apenas sua expressão artística é válida ou autorizada como única maneira de se alcançar a perfeição estética.

Para o artista, a arte é seu objeto precioso, ao qual dedica seu esforço, seu amor e admiração. Do mesmo modo, para a pessoa verdadeiramente religiosa, espiritualista, o Transcendente é sua arte, o objeto de seu esforço, amor e admiração. [...] A beleza da diversidade artística é desejável porque pessoas diferentes precisam e desejam métodos, técnicas e estéticas diferentes. A partir do momento em que o objetivo está claro – produzir uma obra de arte – as diferentes técnicas são bem vindas se ajudarem a conduzir a ele. Da mesma maneira, se o objetivo é a elevação espiritual, a Transcendência, os diferentes sistemas compatíveis com a variedade de pessoas, é também desejável, tendo em vista o benefício delas (Martins, 2015, p. 5-6).

Raimon Panikkar estava em consonância com esse argumento, ao dizer que se o foco se der apenas em sua própria tradição religiosa, sem um diálogo externo e intercâmbio com outros, acontece um afo-

Capítulo VII

gamento e que dificilmente um indivíduo conseguirá entender profundamente sua religião sem “ter uma ideia de existência e legitimidade de outros universos religiosos”. (Panikkar apud Teixeira, 2012, p. 76). Como vimos, Thakura também se afasta do que Panikkar chama de “diálogo dialético”, de disputas intelectuais, e também propõe o que é chamado pelo teólogo catalão de “diálogo dialógico”, existencial, sem a intenção de convencer ou converter alguém, mas “compreender o outro e deixar-se enriquecer por ele”. O diálogo dialógico é um ato de amor, com a intenção de compartilhar as experiências. Esta partilha, como pontua Roberlei Panasiewicz, analisando a obra de Andrés Torres Queiruga, permite um mergulho transreligioso das tradições no mistério divino, e cada processo religioso tem a oportunidade falar e ouvir. “Na partilha das experiências, as religiões – e a partir delas, a humanidade como um todo – têm a ganhar com esse encontro, pois, juntas, conseguem reduzir os limites da percepção humana ante o absoluto da comunicação divina” (Panasiewicz, 2016, p. 63). Assim, vemos no pioneirismo de Bhaktivinoda Thakura sua proposta de um diálogo que favorecesse a compreensão real da universalidade divina e enfatizasse a busca do amor puro acima de qualquer sectarismo possível.

No diálogo inter-religioso, as pessoas de distintas tradições podem compreender, admirar e aprofundar sua própria experiência, rumando a uma compreensão mística e transcendental da criação, de Deus e da multiplicidade de caminhos. O diálogo, como afirmou Roberlei Panasiewicz (2003, p. 39-40), visa tanto a ampliação da concepção de Deus dentro da própria tradição religiosa, que poderá “elaborar ou contemplar com mais profundidade o mistério de Deus”, quanto a convivência e ação comunitária, que se enriquecem com as possibilidades de fortalecimento do respeito, alteridade, compreensão do diferente, vivência do amor. Neste diálogo, o “diferente deixa de ser sinônimo de ameaça e passa a ser companheiro em busca do Mistério transcendente” (Panasiewicz, 2003, p. 40).

Como afirmou Queiruga (2010, p. 446): “A história da revelação consiste justamente nisso: em Deus ir conseguindo que esse meio opaco e impotente para o infinito que é o espírito humano vá captando sua presença e se sensibilize para sua manifestação, entrando assim em diálogo com sua palavra de amor e acolhendo a força salvadora de sua graça”.

E Desmond Tutu, de certa forma, completa: “a leitura dos clássicos de diferentes religiões em matéria de oração, meditação e misticismo possibilita encontrar uma convergência substancial, o que é motivo de celebração. Muito existe que conspira para nos separar; portanto, celebremos aquilo que nos une, aquilo que temos em comum” (Tutu, 2012, p. 27). Por fim, Panikkar finaliza:

Não é que existam, simplesmente, diferentes caminhos que conduzem ao pico, mas que o próprio cume desmoronaria se todos os caminhos desaparecessem. O cume é, num certo sentido, o resultado dos muitos aclives que levam a ele... Não é que essa realidade (o Divino Mistério) tenha muitos nomes, como se houvesse uma realidade exterior aos nomes. Essa realidade é os muitos nomes e cada nome é um novo aspecto (Panikkar, 1981, p. 19).

Sendo assim, exercer plenamente o diálogo é simplesmente vivenciar a multiplicidade inerente ao Absoluto, contemplar a beleza inefável da Sua diversidade e saborear as várias facetas do Seu amor.

Referências bibliográficas

BHAGAVAD-GITA – Texto em sânscrito e tradução em inglês de PRABHUPADA, 2008.

BHAGAVATA-PURANA – texto em sânscrito e tradução em inglês de PRABHUPADA, 1995.

CARVALHO, Romero Bittencourt e. **Dharma e Libertação**. Correlações entre o conceito de Dharma na Teologia Vaiṣṇava Gauḍīya e Libertação na Teologia Latino-americana. Dissertação de mestrado apresentada na PUC-MG, sob orientação do Dr. Roberlei Panasiewicz. Belo Horizonte, 2020.

ELIADE, Mircea. **Yoga: imortalidade e liberdade**. São Paulo: Palas Athena, 1996.

GUERRIERO, Silas. *O Movimento Hare Krishna no Brasil: A Comunidade Religiosa de Nova Gokula*. São Paulo: PUC-SP, 1989 (Dissertação de Mestrado).

GUERRIERO, Silas. “O Movimento Hare Krishna no Brasil: uma interpretação da cultura védica na sociedade ocidental”. **REVER**: Revista de Estudos da Religião. N.1, 2001, p.44-56.

KERR, Ana Carolina; CARVALHO, Romero Bittencourt e. O fenômeno místico do sankīrtana enquanto singularidade da experiência religiosa de bhakti-yoga. **Sacrilégens**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. p. 83–107, 2022. DOI: 10.34019/2237-6151.2021.v18.36071. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilégens/article/view/36071>. Acesso em: 19 out. 2023.

KNAPP, Stephen. **O coração do Hinduísmo**: o caminho oriental para a liberdade, o autoconhecimento e a iluminação. Pindamonhangaba: Coletivo Editorial, 2019.

LARA, Marco Antônio de. **Karma-yoga como ação moral ideal na Bhagavad-gita à luz da criteriologia künghuiana**. Dissertação apresentada na PUC-MG sob a orientação do Prof. Dr. Márcio A. de Paiva. Belo Horizonte, 2016.

MARTINS, Karen Cristine Veloso. **A arte religiosa da Índia como instrumento de diálogo e apreciação da alteridade em um contexto intercultural**. Publicado no caderno de resumos do Simpósio Internacional PUC-MG/FAJE, em 2015. Disponível em <http://ptdocz.com/doc/1151877/simpósio-internacional-puc-minas----faje-caderno-de-resumos>. Acesso em 15 de julho de 2019.

OTTO, Rudolf. **Christianity and the Indian Religion of Grace**. Madras: Christian Literature Society, 1929.

PANASIEWICZ, Roberlei. Os níveis ou formas de diálogo inter-religioso: uma leitura a partir da teologia cristã. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 39-54, 2º sem. 2003.

PANASIEWICZ, Roberlei. **Pluralismo religioso contemporâneo**: Diálogo inter-religioso na teologia de Claude Geffré. São Paulo: Paulinas, 2010.

PANASIEWICZ, Roberlei. Criação, revelação e salvação: uma leitura da identidade cristã a partir da teologia de Andrés Torres Queiruga. In: **Revista Rever**, Ano 16, Nº01, p. 50-65, jan.-abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rever/article/view/28433>. Acesso em 17 de jul. 2019.

PANIKKAR, Raimon. **VI Culturas y religiones em diálogo**: 1. Diálogo intercultural e inter-religioso. Barcelona: Herder, 2017.

PANNIKAR, Raimon. **Espiritualidad hindu: Sanatana dharma**. Barcelona: Kairós, 2005.

PRABHUPADA, A.C. Bhaktivedanta Swami. **Bhagavad-gita como Ele é**. São Paulo: The Bhaktivedanta Book Trust, 2008.

PRABHUPADA, A.C. Bhaktivedanta Swami. **A Caminho de Krishna**. São Paulo: Bhaktivedanta Book Trust, 2014.

PRABHUPADA, A.C. Bhaktivedanta Swami. **Prabhupada on Islam and Vaishnavism**. Disponível em <http://www.harekrsna.de/artikel/islam.htm>. Acesso em 7 fevereiro de 2020.

PRABHUPADA, A.C. Bhaktivedanta Swami. Palestras e conversas completas. Disponíveis em <https://vedabase.io/en/>. Acesso em 7 de fevereiro de 2020.

QUEIRUGA, Andrés Torres. 2010. **Repensar a revelação**. A revelação divina na realização humana. São Paulo: Paulinas, 2010.

RAMKUMAR, N. **Spread of Islam in India**. Delhi: Heritage Publishers, 2017.

RIBEIRO, Carlos de Oliveira. **Pluralismo e libertação**. São Paulo: Paulinas, 2014.

SÖDERBLOM, Nathan. **The Living God: Basal forms of Personal Religion**. Londres: Oxford University Press, 1931.

SRI CAITANYA-CARITAMRTA – Texto em bengali com tradução para o inglês de PRABHUPADA, 1987.

SCHWEIG, G. M. Vaishnava Bhakti theology and interfaith dialogue. **Journal of vaishnava Studies**. Virginia, v. 20, n. 2, p. 51-66, spring 2012.

TEIXEIRA, Faustino. O desafio do pluralismo religioso para a teologia latino-americana. In: TOMITA, Luiza E. & VIGIL, José Maria & BARROS, Marcelo (Orgs.). **Pelos muitos caminhos de Deus**. Desafios do pluralismo religioso à Teologia da Libertação. Goiás: Editora Rede, 2003.

TEIXEIRA, Faustino. O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19-38, 2º sem. 2003.

TEIXEIRA, Faustino. **Buscadores do diálogo**: itinerários inter-religiosos. São Paulo: Paulinas, 2012.

TEIXEIRA, Faustino. **Cristianismos e Teologia da Libertação**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

THAKURA, Srila Bhaktivinoda. **Śrī Kṛṣṇa-saṁhitā**. Vrindavana: Vrajaraḥ Press, 1998.

THAKURA, Srila Bhaktivinoda. **Śrī Caitanya-Śikṣāmrta**. Tradução de Bhanu Swami. Vrindavana: Brhat Mrdanga Press, 2004.

THAKURA, Srila Bhaktivinoda. **Jaiva Dharma**: El libro del alma. Tradução de Bhaktivedanta Narayana Maharaja. Vrindavana: Gaudiya Vedanta, 2007.

THAKURA, Srila Bhaktivinoda. **Śaranagati: devocionário da rendição completa**. Pindamonhangaba: Coletivo Editorial, 2019.

TUTU, Desmond. **Deus não é cristão e outras provocações**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.

VALERA, Lucio. **Mística devocional (Bhakti) como experiência estética (Rasa)**: Um estudo do Bhakti-rasamrta-sindhu de Rupa Goswami. Tese de doutorado apresentada na UFJF sob a orientação do prof. Dr. Dilip Loundo. Juiz de Fora, 2015.

VIGIL, José Maria. **Teologia do pluralismo religioso** – Para uma releitura pluralista do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2006.

Capítulo VIII

Zen budismo e convivência interreligiosa: sabedoria, compaixão, interdependência

Monge Dōkan Sensei

Algumas lembranças de um monge zen que veio da umbanda

Antes de iniciarmos nossa conversa a respeito do zen budismo e de suas possíveis contribuições para o diálogo inter-religioso no Brasil, gostaria de dividir com o leitor ou a leitora um breve relato de uma história ocorrida comigo há alguns anos, em meio a um dos nossos retiros zen (*sesshin*). Naquele retiro, havia mais de cem participantes, vindos de todos os lugares do Brasil. Era um final de semana voltado para iniciantes e, dado que os retiros zen costumam exigir bastante do corpo físico (em razão dos muitos períodos de meditação *zazen* por dia), sempre procuramos ter o cuidado de enviar aos interessados uma série de orientações antes que confirmem suas inscrições. Dentre essas orientações, um lembrete: teríamos no evento rituais zen budistas, cerimônias diversas que entremeiam os períodos de meditação.

O aviso dado previamente infelizmente não surtiu efeito para algumas pessoas que, já durante o retiro, recusaram-se a participar de cerimônias, alegando que não se sentiam à vontade com nossas manifestações religiosas. Naquele contexto, participar das cerimônias consistia em simplesmente ler um texto curto em uníssono com os demais praticantes. Além disso, em dois momentos da cerimônia poríamos as mãos palma com palma, apenas inclinando o corpo para frente, em sinal de agradecimento aos ancestrais que nos permitiram ter acesso aos ensinamentos até os dias de hoje. Nada mais. Já havia cerca de dez anos que organizávamos retiros periodicamente no Rio e nunca havíamos nos deparado com essa situação. Com efeito, não é preciso ser budista para participar de um retiro zen. Mas seria tão difícil assim apenas ler um texto budista e pôr as mãos palma com palma em agradecimento? Era

realmente necessário procurar-nos para marcar sua indisposição com rituais budistas em – lembramos – um retiro budista?

Quantas vezes você que me lê não esteve em situações em que, diante da manifestação de fé de outra pessoa, respeitosamente comunga com ela, mesmo que professe um credo distinto do seu? Essas atitudes estão presentes no cotidiano de um país complexo como o Brasil. A um sincero “Fique com Deus” dirigido a nós que não somos teístas, podemos agradecer e ainda responder “Você também fique com Ele”. É gentil, compassivo, dialógico. Por que confrontar um gesto de acolhimento?

De volta ao retiro. Devo confessar que, diante do imprevisto, nosso primeiro impulso foi – erroneamente, hoje considero – suspender as cerimônias religiosas do retiro, mantendo apenas as práticas meditativas. No entanto, a notícia de que suspenderíamos as cerimônias não foi bem recebida por uma outra parte das pessoas inscritas. Embora essas outras pessoas também não fossem budistas, achavam que a atitude correta seria participar respeitosamente dos rituais. Impasse instalado. A tensão era palpável, mas era preciso seguir. Havia algumas palestras previstas na programação do retiro. Em uma delas, creio que a compaixão de Budas e Bodisatvas talvez tenha feito com que eu fosse invadido pela lembrança de um episódio ocorrido muitos anos antes. Decidi, então, dividi-lo com os presentes no retiro. Compartilho-o aqui também com os leitores.

O ano era 2014. Era um momento decisivo, daqueles que instituem um “antes” e um “depois”. Após alguns anos de prática zen, iria oficializar em breve meus votos monásticos. Na ordem *Sōtō-shū*, a que pertenço, esse compromisso é ritualizado em uma cerimônia denominada *Shukke Tokudo* (出家得度), que sinaliza tanto à comunidade budista (Sanga) como também à família do postulante e à sociedade em geral que o candidato a monge irá “deixar o lar” e se tornar um noviço, um *unsui*, que em japonês significa nuvem-água. Ao se tornar monge, o noviço apenas assume o compromisso de que procurará viver como essa nuvem que seguirá o movimento do vento dos ensinamentos de Buda. Eu estava prestes a firmar o compromisso mais importante da minha vida, e gostaria de prestar reverências a tudo aquilo que havia contribuído para que chegasse até ali. Isso incluía manifestar meus agradecimentos à umbanda, religião de família de cujos ensinamentos aprendi o

respeito ao sagrado, à ética compassiva e a importância da humildade, dentre tantas outras coisas.

Quando nasci, minha mãe já trabalhava havia mais de dez anos como médium no pequeno centro de umbanda regido por minha tia-avó Elza no bairro de Engenho de Dentro, na zona norte do Rio de Janeiro. Embora sempre tenha ouvido relatos de que, no passado, o centro costumava abrigar muitos médiuns, quando o frequentei tratava-se de uma comunidade pequena, mas muito dedicada a suas reuniões semanais. Eram apenas tia Elza e as outras médiuns, todas mulheres, incluindo minha mãe. Alguém que fora criado no ambiente de um terreiro pode certificar a riqueza de uma infância vivida ali. Quando criança, pais, primos, colegas de escola, celebridades de tv tinham para mim a mesma concretude que as entidades do centro. Tia Elza morreu em 1997, quando eu tinha quinze anos. Apesar de naturalmente ter sofrido com a ausência repentina da figura magnética de tia Elza, o centro teve continuidade com sua filha, Marlene (Lena), ainda por algum tempo.

Anos depois, já profundamente imerso nas práticas zen e não mais frequentador do centro, entendi ser importante comunicar às entidades que eu faria votos monásticos dali a alguns meses no Templo Taikozan Tenzuizenji, em São Paulo, em frente a Buda, representado por minha mestra, a Monja Coen Rōshi. Lembro-me de que, diante da notícia, manifestou-se o preto velho Pai João de Congo. Ele sempre fora capaz de aconselhar os médiuns e convidados do terreiro com grande sabedoria e simplicidade. Ajoelhado em frente ao preto velho, chorei quando ele me saudou como quem encontra um amigo que não via há tempos. Falou muitas coisas das quais não guardo recordação, até que, olhando em meus olhos, disse algo como: “Você sempre vai ter a proteção deste velho, mas seu caminho agora é diferente”. Foi então que fez um dos gestos mais marcantes que pude experienciar: juntou com cuidado suas mãos palma com palma (o que no zen chamamos de *gasshō*) e abençoou minha ordenação monástica. Um preto velho, para abençoar meu novo rumo, expressou sua compaixão com um gesto budista. Que ensinamento... Depois desse dia, nunca mais “vi” Pai João de Congo, que da Aruanda reina em sabedoria e piedade, como um *bodisatva*, os seres de luz do Budismo. Eu, um monge zen brasileiro, posso afirmar que a bênção para que eu me tornasse um discípulo de Buda havia me sido dada por um Preto Velho em um centro de umbanda no Engenho de Dentro.

Contei essa história aos praticantes durante o difícil retiro. Felizmente, creio que a imagem de um preto velho fazendo *gasshō* foi capaz de encher de compreensão os corações dos participantes. Em meio à celeuma dos que se recusavam a entoar nossos sutras budistas em um retiro zen, acredito que aquela minha lembrança foi inspirada por Budas, Bodisatvas e seres despertos como um todo para que os corações e mentes das pessoas presentes fossem sensibilizados. Após a palestra, tivemos um período de meditação e, em seguida, haveria mais uma cerimônia. Como as pessoas se comportariam?

Então, uma surpresa. Durante a cerimônia, budistas e não budistas em uníssono entoaram respeitosamente os sutras, juntando em seguida suas mãos palma com palma em *gasshō*. Foi assim que, finalmente, pudemos retomar os rituais durante o retiro, agora com a participação daqueles que antes haviam se recusado a ler os ensinamentos de Buda conosco. Apropriadamente, um dos ensinamentos que lemos em comumhão naquela ocasião – o *Sutra do Coração da Grande Sabedoria Completa* – nos recordava que o medo pode ser fruto de uma ilusão primordial: a de que estamos separados uns dos outros. Tratava-se, então, de ultrapassar esses obstáculos e integrar-se com corpo-mente à interdependência de tudo o que existe. Dizia o sutra: “Coração-mente sem obstáculos: sem obstáculos, logo sem medo. Distante de todas as delusões: isto é Nirvana”. Sem obstáculos que nos separassem, unidos em nossas diferenças, celebramos naquele final de semana a convivência respeitosa em direção à sabedoria perfeita.

Convido você – agora – a conhecer um pouco mais do Zen Budismo nas próximas páginas.

Zen budismo em linhas gerais

O Budismo é uma das religiões mais antigas de que se tem registro. Sua origem remonta à Índia Antiga, há cerca de 2600 anos. Considera-se como marco de sua fundação a iluminação do chamado Buda histórico, Shakyamuni Buda. Buda é como passou a ser conhecido o príncipe Sidarta Gautama após ter tido sua experiência mística, fruto de anos de uma busca profunda por respostas para suas questões existenciais mais íntimas. Sidarta fora um jovem que vivera repleto de privilégios em razão de sua origem social, reforçados pela superproteção

da família. Contudo, a vida de luxos e honrarias e o excesso de zelo por parte de seu pai não foram suficientes para impedir que as angústias aflorassem no coração do jovem príncipe. Por que há sofrimento no mundo? Como lidar com as dores e insatisfações de uma existência desde o nascimento, passando por doenças, velhice e, finalmente, morte? Essas eram as principais perguntas que se fazia Sidarta. Notemos que essas são também as indagações essenciais de qualquer ser humano – minhas, suas – que inicia uma jornada de busca de sentido para a vida.

Incentivado pelos exemplos dos inúmeros renunciantes que viviam na Índia Antiga, Sidarta constatou a incompatibilidade entre uma vida de regalias e a procura pela realização espiritual. Abandonando o que é muito difícil de abdicar – seu reino e sua vida privilegiada, mas também seu pai, sua mulher e seu filho – secretamente deixa o conforto do castelo e passa a experimentar uma série de práticas rigorosas diferentes. Ao longo dos anos, diversos mentores tiveram seu papel no processo de amadurecimento de Sidarta em busca do Caminho. Tendo se tornado um renunciante, então, empenhou-se arduamente na procura pela sabedoria perfeita.

Finalmente, após perceber que práticas de mortificação não surtiam efeito, observou que o exercício do equilíbrio – o caminho do meio – seria a bússola a apontar o norte de sua trajetória a ser traçada. Depois de ter sentado em meditação por sete dias e sete noites, o jovem alcançou a iluminação (ou, preferencialmente, o *despertar*, tradução aproximada da palavra *bodhi*, de onde se origina o vocábulo *Buda*). Em seu despertar, Sidarta (agora Buda) teria exclamado, admirado: “Eu, a grande Terra e todos os seres *juntos* nos tornamos o Caminho”. Constatou em sua própria experiência que a percepção clara e direta da interdependência de todas as formas de vida é o próprio despertar: em outras palavras, *intersomos*.

O princípio da interdependência de todas as coisas é comum às inúmeras linhagens budistas que surgiriam posteriormente; todas elas, a despeito de suas diferenças, derivam desse gesto inaugural de nosso fundador. O Budismo reverencia aquilo que denominamos de *Os Três Tesouros* ou *Três Joias*: Buda, Darma e Sanga. Os três são interdependentes e, de certa forma, são expressões diferentes de uma mesma realidade, um círculo sem começo nem fim que engloba toda a vida da Terra. Se *Buda* é a concretização da capacidade de despertar de que todo ser

humano dispõe, é praticando o *Darma* que esse despertar se materializa. Mas o que seria o *Darma*? *Darma* (grafado com letra maiúscula) é a denominação dos ensinamentos de Buda, a lei maior da existência.

Para identificar se um ensinamento é o *Darma* de Buda, três aspectos devem estar necessariamente presentes, independentemente da escola a que se pertença: (1) a constatação da *impermanência* de todos os fenômenos – tudo o que surge necessariamente acaba, tudo o que se junta forçosamente se separa: não há nada fixo ou permanente neste mundo; (2) a percepção de que tudo o que existe é *vazio* de identidade própria, sendo interdependente de todos os outros fenômenos. Por exemplo, para a existência de uma simples folha de papel, houve a participação de inúmeros seres, tais como árvores, sol, chuva, trabalhadores, em suma: toda a vida da Terra; (3) ao nos esforçarmos para viver uma vida ética com base nos ensinamentos de Buda, podemos cultivar um estado de paz e tranquilidade chamado *Nirvana*, em que apegos e aversões não serão mais capazes de fazer oscilar nossas mentes a ponto de causar sofrimentos e insatisfações para nós mesmos e para os outros.

O terceiro dos *Três Tesouros*, além de Buda e *Darma*, é a *Sanga*, a comunidade de praticantes convivendo em harmonia. Ao longo dos séculos, inúmeras escolas budistas desenvolveram-se por toda a Ásia, engrandecendo a *Sanga* de Buda. Do final do século XIX até especialmente o século XX, as escolas disseminaram-se pelo chamado mundo ocidental, com destaque para a Europa e os Estados Unidos. Houve também crescimento notável do Budismo na América do Sul, no começo sobretudo em razão dos esforços de imigrantes japoneses. No segmento zen, a escola japonesa *Sōtō-shū* é a maior em número de adeptos atualmente. Essa escola surgiu no século XIII no Japão medieval, a partir de dois fundadores da ordem – Mestre Eihei Dōgen Zenji Sama – e, no século XIV, Mestre Keizan Jōkin Zenji Sama. A principal prática do zen budismo da escola *Sōtō* é o *zazen*: *za* significa *sentar* e *zen* é a leitura japonesa do ideograma chinês lido neste país como *chan*, que por sua vez configura uma versão do original em sânscrito *dhyana*, que pode ser traduzido aproximadamente por *meditar*. Segundo nossa escola, para nos tornarmos o Caminho de Buda, é necessário fazer aquilo que todos os Budas fizeram, fazem, farão: sentar-se em zen.

Zazen e o despertar

Nesse “sentar-se em zen” – *zazen* – não há objeto a respeito do qual meditamos. Simplesmente nos sentamos aqui e agora com todas as formas de vida e, em prática contínua e orientada, nos percebemos interligados, interconectados a essa rede complexa que constitui o universo. Sentados em quietude, observamos com atenção cada inspiração e cada exalação, assim como ouvimos todos os sons, sentimos as batidas do coração, sentimos as partes do corpo que tocam a almofada de sentar (chamada *zafu*), ouvimos o som dos carros que passam na rua, o canto dos pássaros e, também, vemos surgir e desaparecer em nossa mente pensamentos de todos os tipos: sem pensar no bem ou no mal, no certo ou no errado, apenas observamos que tudo é o cosmos se manifestando em pura diferenciação constante aqui e agora. Sentar-se em *zazen*, portanto, é adentrar o portal principal para a compreensão direta da realidade, assim repetindo e vivenciando em nossos próprios corpos – mente a experiência do fundador original e de todos/as os/as Budas do passado, do presente e do futuro.

Embora o primeiro Buda histórico seja aquele que outrora era conhecido como príncipe Sidarta, ele não foi o único que despertou. É dito que tantos são os Budas no mundo quanto são os grãos de areia da margem do Rio Ganges. Em uma imagem carioca, pensemos nos inúmeros grãos de areia de nossa bela costa marítima, assim como nos Corcovados e Pães de Açúcar fustigados pelo eterno vento, descritos na sábia canção de Gilberto Gil, *Tempo Rei*. Todos já somos Budas, mas é preciso agir, praticar, autenticar essa natureza de modo que ela aflore e desenvolva-se plenamente ao longo de nossa brevíssima existência. Mestre Eihei Dōgen Zenji Sama sintetiza: não praticamos *zazen* para nos tornar Budas; pelo contrário: é porque somos Budas que praticamos *zazen*. Em *zazen*, nossa verdadeira natureza se manifesta.

Prática é despertar. De uma só vez, nesta frase, caem por terra todas as intenções, todas as finalidades, todas as projeções metafísicas em relação a outro mundo que não este mesmo, com todas as suas “imperfeições”. Não nos sentamos em *zazen* para despertar em outro momento, talvez no futuro e com muito esforço. Não há tempo a perder, pois a vida é aqui e agora. Seremos capazes de perceber? Impermanência, uma das qualidades do Darma, não é um conceito frio, mas uma reali-

dade da experiência. O esforço correto de prática é o próprio despertar. Nirvana é *aqui*, na medida em que somos capazes de reduzir as oscilações da mente, nos perceber interdependentes das diversas forças da vida em movimento e, sobretudo, se formos capazes de agir de acordo com a impermanência e o vazio de identidade própria.

Claro está que não podemos negligenciar o fato de que nossos processos de subjetivação são experienciados histórica, social, cultural e politicamente. Uma vez que o zen budismo insiste a respeito da presença consciente no aqui-agora como meio hábil de uma vida desperta, haverá indubitavelmente circunstâncias singulares de nossa vivência histórica que serão objeto e fruto de nossa ação-Buda (em japonês, *gyōbutsu*). É preciso estar ciente de que a vida humana pode ser desperdiçada se não for efetivamente desperta. Seria lamentável dispensarmos a chance única de termos nascidos humanos, com suas dores e delícias. Em *zazen*, criamos as condições para materializar nosso direito e nosso dever ético de despertar. Dever ético, pois acordar de um estado delusivo implica, sobretudo, engajar-se no mundo com *sabedoria* e *compaixão*, dois princípios básicos do Budismo.

O que são, porém, sabedoria e compaixão quando se experiencia o eu como interdependente de todas as forças vitais? Sabedoria não se restringe, seguramente, a um conhecimento meramente intelectual, espécie de repositório acumulado em um arquivo. A sabedoria, quando presente, está disponível em todo o corpo, para além do eu, da consciência. É pura processualidade vital. Um Buda sequer precisa saber que é um Buda. Aliás, a perspectiva do não-saber é, no zen, campo aberto para o legítimo exercício da sabedoria. É porque nada sabemos que estamos de fato abertos para interagir sabiamente com os efeitos do mundo em nós e com nossos efeitos sobre o mundo. Aqui, mais uma vez, não basta afirmar “nada sei” conscientemente. Se essa frase se origina de um *eu* que somente performa humildade, sem de fato vivenciá-la, ela para nada servirá. É do *não-eu* que a constatação do não-saber reorienta nossa relação com a verdadeira sabedoria da vida.

Compaixão, por sua vez, é tão somente outro aspecto dessa sabedoria da interconexão com todos os seres. Longe estamos do sentimento de um eu que, do alto de sua separatividade arrogante, tem compaixão pelos outros. Não há eu, não há outros. É preciso rapidamente despertar e pôr esse despertar disponível a todos os seres. É preciso ter urgência

sem pressa. A vida é curta. Diariamente, nos mosteiros e centros zen, ao final do último período de *zazen* da noite, um monge brada em voz forte: “Vida-morte é de suprema importância. Tempo rapidamente se esvai. Oportunidade se perde. Cada um de nós deve esforçar-se por despertar. Cuidado! Não desperdice esta vida!”.

Enfrentando um preconceito: seria o Budismo individualista?

Capítulo
VIII

Visões estereotipadas do Budismo (e, em especial, do zen budismo) costumam rotulá-lo como uma prática individualista, dada sua ênfase no trabalho que cada um/a deve direcionar a si mesmo/a para atingir sua realização espiritual. Eis aqui mais uma (dentre tantas) manifestações de preconceito de que as diversas perspectivas religiosas são vítimas: a rotulação apressada, fruto da má vontade para ouvir o diferente e, assim, conviver com visões e práticas distintas daquelas que nos constituem. No que diz respeito à acusação preconceituosa de que o budismo é uma religião individualista, é preciso esclarecer os fatos, a partir da iniciativa louvável do presente livro, que contribui para mitigar males entendidos e visões deturpadas das práticas religiosas.

Em parte, esse preconceito surge do fato de que, em nossa prática, é preciso que nos sentemos em uma almofada sozinhos e regularmente. Quando finalmente nos sentamos, agradecemos por termos ultrapassado as barreiras que nós mesmos havíamos criado antes de nos sentarmos. Em *zazen*, treinamos nossa percepção, sensibilidade e atenção para experienciar as singularidades que passam despercebidas, sobretudo em razão de um aparelho perceptivo habituado a pensamentos, palavras e ações autocentros. Dada a singularidade insubstituível de cada existência, em sua variação diferenciante, contínua e impermanente, apenas cada um e cada uma pode fazer *zazen* por si só. Ocorre que esse *zazen* por si só, esse *zazen* que se faz sozinho, é apenas um aspecto do sentar-se em zen.

Em primeiro lugar, o que é mais evidente: a prática zen exige a convivência em Sanga, ou seja, uma comunidade em que haja outros praticantes. Budismo é comunitário. De fato, é provável que a Sanga de Buda seja uma das associações humanas que mais tempo perduram até os dias correntes. Em nossas comunidades e templos, o exercício coletivo do *zazen* e de outras práticas (*samu* – trabalho comunitário;

rituais para leituras de sutras – ensinamentos canônicos, e outros) estimula nossa atenção periférica, nossa sensibilidade ao que está agora acontecendo e àquilo que, no tempo de duração de uma inspiração, já se transformou. A presença de outros praticantes na Sanga nos conduz a continuar o nem sempre fácil exercício de produzir uma experiência subjetiva além daquela alicerçada no confortável *eu*. Compreendemos – *na prática* – que a persistência de um eu encapsulado em si mesmo não será atenuada unicamente pela compreensão intelectual de seu caráter ilusório. Formulações de linguagem são importantes, mas não suficientes.

Finalmente, mesmo quando nos sentamos sozinhos, praticamos coletivamente. O ensinamento budista da co-originação interdependente (*Pratitya-samutpada*) é a chave para a compreensão da afirmação anterior. Uma das formulações mais conhecidas do princípio da co-originação interdependente encontra-se em uma fala atribuída ao Buda histórico, Shakyamuni Buda: “isto é porque aquilo é. Isto não é porque aquilo não é. Isto acontece porque aquilo acontece. Isto deixa de existir porque aquilo deixa de existir.” Trata-se, assim, de uma compreensão acerca do caráter condicionado de todos os fenômenos. Os dedos que digitam as palavras que você está lendo dependem do pó das estrelas que constitui seus olhos, bem como da árvore que produziu a folha de papel deste livro, assim como do esforço (e, numa perspectiva política, também da exploração) de trabalhadores assalariados nas diversas partes do planeta – para apenas evocarmos algumas imagens.

O caráter condicionado dos fenômenos expresso pelo ensinamento da co-originação interdependente adquiriu elaboração mais detalhada com a ascensão do Budismo Mahāyāna no início da chamada era cristã. Antes da reformulação Mahāyāna, ainda no primeiro Budismo, as relações de causas e efeitos eram compreendidas em um único sentido temporal, do passado para o futuro, como a imagem de uma suposta linha reta poderia evocar. Por exemplo, o ensinamento conhecido como *A cadeia de doze elos* estabelece que a velhice e a morte são dependentes do nascimento, embora o nascimento não seja dependente da velhice e da morte. A partir do Budismo Mahāyāna, a originação dependente torna-se *co-originação interdependente*: não apenas os fenômenos surgem temporalmente por causas e condições que estilham uma linearidade temporal unívoca, como também surgem em interdependência espacial,

como registrados nos trabalhos do ancestral do Darma Nagyaharajuna Daioshō: as partes e o todo dos fenômenos interdependem, assim como as partes entre si. (Okumura, 2022)

Mas essa é apenas uma discussão teórica. Um praticante sentado em *zazen* não deve pensar na co-originação interdependente ou em qualquer outro ensinamento budista. Não se pensa intencionalmente em nada em *zazen*: apenas estamos presentes, ouvindo os sons, sentindo os odores, acompanhando o ir e vir de pensamentos, intervalos de pensamentos e o que vai além de pensamentos e não-pensamentos. No entanto, a co-originação interdependente é indissociável do *zazen*, pois estrutura os ensinamentos e a prática budista. Em *zazen*, não é preciso pensar a respeito da interdependência de tudo o que existe. Basta vivenciá-la, percebendo a inconsistência de um eu fixo, separado de todos os outros fenômenos que percebemos durante *zazen*. O ar entra, o ar sai: como poderíamos crer que somos independentes? Uma bela imagem budista da co-originação interdependente está presente no *Avatamsaka Sūtra* - trata-se da *Rede de Indra*: todos os fenômenos expressam uma rede que percorre todas as direções. Cada nó dessa rede é um ser singular, único. No entanto, as redes são invisíveis, e os nós visíveis. Em cada nó há uma joia. Como a rede é infinita, as joias são infinitas. E cada joia, vista de perto, reflete as demais. Quando se apanha qualquer um dos nós, toda a rede acompanha o movimento.

O princípio da interdependência é um caminho do meio possível de ser traçado entre as experiências de um eu independente e do não-eu, o vazio. É importante salientar que *eu*, *interdependência* e *não-eu* não são três realidades em si mesmas, mas somente três formas de perceber a experiência humana (Okumura, 2022). Logo, a experiência da interdependência esboça um território intermediário. Se há *inter*, ainda há algo como um eu, embora aqui já estejamos bem afastados de uma experiência subjetiva apartada das outras formas de vida, visto que reforçamos o caráter *dependente* deste eu. Não pode ser chamado de praticante zen alguém que, apesar de se sentar em *zazen*, não reflete e vivencia eticamente a co-originação interdependente em suas ações cotidianas. Sentar-se egoisticamente não é *zazen*, pois *zazen* é, sobretudo, prática coletiva.

Neste ponto do texto, após salientar a importância que o sentido de interdependência tem para o Budismo, proponho adentrarmos

a discussão propriamente dita acerca da convivência interreligiosa no âmbito dos princípios e práticas zen budistas. O interreligioso poderia ser, portanto, um aspecto do próprio *interser*, segundo uma perspectiva budista.

A ação ética e a convivência interreligiosa

Como vimos, se o núcleo da prática budista é o despertar – assim como fizeram o fundador original na Índia Antiga e todos e todas Budas do passado – essa iluminação não se restringe à experiência meditativa. De fato, ela só será genuína se se materializar em pensamentos, palavras e ações cujo efeito seja a atenuação de dores e sofrimentos do mundo. Com sabedoria e compaixão, podemos transmutar as raízes do que consideramos os três venenos da mente humana: a *ganância*, a *raiva* e a *ignorância*. A ignorância primordial é a ilusão quanto à individualidade: se tudo o que existe interdepende de tudo o que existe, não existe nada ou ninguém com uma existência independente. A falsa noção de que estamos separados uns dos outros nos conduz diretamente à ganância e à raiva. Iludidos, queremos mais daquilo que nos dá prazer e menos daquilo que não nos dá prazer. Não haveria nada de errado com isso, se estivéssemos cientes de que não há nada fixo ou permanente neste mundo, e todas as coisas que começam inevitavelmente terminam. No entanto, presos em uma rede de concepções errôneas, nos enraivecemos com as adversidades da vida e, gananciosamente, buscamos atenuar essa grande angústia com coisas externas a nós: riquezas, fama, relacionamentos etc. Produz-se, então, um círculo vicioso de sofrimentos.

Podemos compreender o desrespeito a outras formas de religiosidade nessa chave também. Posso erroneamente me apegar a minha religião, privando-me assim de apreciar a beleza das demais expressões de fé. Fechado em meus próprios apegos, torno-me incapaz de me encantar com a diversidade de linguagens, com a multiplicidade de símbolos, imagens e rituais que atendem a diferentes sensibilidades de diferentes pessoas, em manifestações culturais diversas. É preciso treinar nosso olhar em outra direção que não a do apego. Somos semelhantes, mas não iguais. O diálogo interreligioso nos orienta no sentido da equanimidade, e não da igualdade.

Essa seria um modo possível de vivenciar e pensar iniciativas de convivência entre as religiões e a promoção do diálogo interreligioso. No Brasil, diversos monges e monjas, leigos e leigas dedicam-se a essa causa, participando de encontros interreligiosos, palestras, visitas a outros espaços de prática, realização de retiros conjuntos etc. Seria difícil listá-los todos, sob o risco de cometer grandes injustiças. Como símbolo do exercício tenaz da interreligiosidade, cito o exemplo da primaz fundadora da comunidade Zendo Brasil e abadessa do templo Taikozan Tenzuizenji – Monja Coen Rōshi. A mestra tem um amplo histórico de atividades nesse sentido, transmitindo o espírito da ação interreligiosa a seus discípulos diretamente, por meio de sua própria conduta.

Praticando zen no convívio interreligioso

Podemos encontrar no arcabouço de práticas zen uma série de exercícios que, se praticados adequadamente, contribuiriam para o fortalecimento da convivência interreligiosa. Gostaria de mencionar abaixo o exercício da *plena presença*, que pode ser experimentado por qualquer pessoa, independentemente de sua orientação religiosa.

Sendo a raiz da intolerância a ilusão da separatividade, apenas a convivência verdadeiramente respeitosa é capaz de derreter o gelo do preconceito religioso. É preciso, contudo, agir concretamente, e nesse sentido o cultivo da presença plena diante do outro é um poderoso instrumento para a construção efetiva de uma cultura de paz e respeito. Como presença plena, entende-se estar absolutamente integrado ao aqui-agora no momento presente, coincidindo com o ir e vir de todos os fenômenos que compõem a teia impermanente de nossa existência. Em outras palavras, é estar consciente de onde se está a cada instante, como se está, com todos os nossos sentidos em alerta: ouvir todos os sons, sentir todos os cheiros, atentar a cada palavra dita, a cada expressão manifestada no rosto do outro. É ser capaz de ouvir e ver manifestações diferentes do sagrado sem atribuir a elas o filtro de nossas próprias concepções de mundo. É ser afetado pelas forças do mundo e simultaneamente afetá-las.

No zen budismo, entendemos que a sabedoria não pode ser adquirida intelectualmente, por exemplo, por meio da leitura de livros e estudo de textos sagrados. Os textos, estudos e elementos da tradição

são “dedos apontados para a lua”, ou seja, apenas orientam a direção de nossa prática. No entanto, nada substituirá o trabalho que cada um, cada uma deverá fazer em si mesmo para ser capaz, de fato, de “olhar para a lua” diretamente. É nesse sentido que as palavras aqui escritas devem servir como estímulo para uma ação autenticamente eficaz para a construção de uma cultura de paz. Retornando à presença plena, podemos afirmar que apenas a boa intenção não basta para sua materialização. É preciso um treino contínuo, um esforço correto que se inicia em nós mesmos. A prática regular do *zazen* é um hábito poderoso e sutil para a produção dessa atenção plena que se espraia por todas as atividades de nosso cotidiano. Assim, estimula-se a produção de uma vida em harmonia com as diferenças: estando completamente disponível ao outro, a ser tocado, modificado pelo outro. Embora cada manifestação religiosa tenha sua singularidade, a convivência entre diversos modos de expressão do sagrado manifesta e atualiza a interdependência de todos nós.

Em plena presença, podemos praticar a convivência interreligiosa com base em um dos primeiros ensinamentos de Buda, proferido logo após sua experiência mística sob a árvore Bodhi. Trata-se do chamado *Nobre caminho óctuplo*, o quarto item das *Quatro nobres verdades*. O nobre caminho de oito aspectos é um conjunto de orientações éticas que, se praticado corretamente, é capaz de atenuar dor e sofrimento. O que podemos fazer para diminuir os impactos negativos da intolerância religiosa, do racismo religioso e de todas as formas de violência tão presentes na sociedade carioca e brasileira em geral? Podemos praticar (1) a *compreensão correta*, percebendo que somos um só organismo no planeta, apesar de nossas diferenças; (2) o *pensamento correto*, cultivando imagens mentais de comunhão religiosa e afastando-nos das ideias danosas de separação e de radicalismos; (3) a *atenção plena correta*, ao perceber a riqueza de cada diferente manifestação do sagrado; (4) a *fala correta*, atentando às expressões que promovem bem-estar, união e mitigação de sofrimentos; (5) a *ação correta*, engajando-nos efetivamente na construção de pontes entre as religiões diversas; (6) o *esforço correto*, direcionando energia necessária para promover uma cultura de paz; (7) a *concentração correta*, meditando profundamente a respeito de nossa riqueza e nossa complexidade de expressões de fé; (8) o *meio de vida correto*, tornando o diálogo interreligioso parte concreta e cotidiana de nossas vidas.

Pode-se começar agora mesmo, ao ler este livro: cada frase proferida por um representante de uma fé diferente da minha deve ser lida com toda a atenção, buscando o significado e as forças não naquilo que confirma minhas pressuposições a respeito desta fé, mas em suas próprias linhas de força. Observo meu corpo, meus batimentos cardíacos, minha respiração e meus pensamentos ao ler o que escrevem meus irmãos e irmãs. Que maravilha a diversidade do mundo. Que bom estarmos vivos e vivas para experienciar esse milagre que é a vida humana.

Referências bibliográficas

DŌGEN, Eihei. *Shōbōgenzō*. Traduzido por Gudo Wafu Nishijima e Chodo Cross. Londres/Tóquio: Windbell Publications, 1994.

HARVEY, Peter. *A tradição do Budismo: história, filosofia, literatura, ensinamentos e práticas*. Tradução de Claudia Gerpe Duarte, Eduardo Gerpe Duarte. São Paulo: Cultrix, 2019.

NANH, Thich Nhat. *A essência dos ensinamentos de Buda*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

OKUMURA, Shohaku. *The structure of the self in Mahayana Buddhism: self, no-self, universal self*. Bloomington: Dogen Institute, 2022.

Capítulo IX

Exemplos bíblicos de ecumenismo e diálogo inter-religioso.

Leonardo Agostini Fernandes¹

Introdução

Ecumenismo e o diálogo inter-religioso são atitudes fundamentais para a percepção e a devida compreensão da necessária relação que pode existir entre as diferentes tradições religiosas. A palavra *oikouménē*, provinda do grego, inicialmente designava a “terra habitada”, mas, com o tempo, evoluiu para um significado de unidade entre os povos, refletindo a busca por uma vivência harmoniosa da fé.

O presente texto verifica essa noção no contexto bíblico, analisando episódios significativos do Antigo e do Novo Testamento, pelos quais se evidencia como o respeito às diferenças e a busca da verdade contribuíram para a construção da identidade religiosa do antigo Israel e do cristianismo.

Com base nessa perspectiva, este estudo² se propõe a analisar quatro exemplos bíblicos que podem contribuir para a prática do ecumenismo e do diálogo inter-religioso, enfatizando seu papel na promoção da justiça, da paz, da unidade e da fraternidade entre diferentes tradições de fé.

1.1 Reflexão sobre os conceitos

1.1.1. Ecumenismo³

A palavra ecumenismo vem do grego *oikouménē*. O historiador Heródoto (século V a.C.) usou essa palavra no sentido de “terra habitada”. Na concepção inicial, não se pensava a *oikouménē* com a co-

¹ Pós-doutorado e doutorado em Teologia Bíblica pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma. Docente de disciplinas bíblicas nos programas de Graduação e Pós-graduação do Departamento de Teologia da PUC-Rio. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6431968963433274> ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2060-8307>

² Artigo já publicado, porém, este foi revisado com exclusões e novos acréscimos (DOI: <https://doi.org/10.23925/rct.i90.35778>).

³ Para uma visão mais ampla, veja-se: WOLFF, E. “Ecumenismo”, p. 323-335.

notação de unidade, mas a partir das conquistas de Alexandre Magno (333-323 a.C.), em seu projeto de unificar toda a “terra habitada” e de expandir a “cultura helênica”, pela propagação do pensamento aristotélico, a palavra passou a conotar a relação entre “terra habitada” e a unidade de seus habitantes.

Com a difusão do império romano, *oikouménē* passou para o latim, *oecumene*, e os romanos, conquistados pela cultura grega, ampliaram a noção da unidade de toda a “terra habitada”. Esta passou a ser sinônimo de império romano, pela política baseada na implantação de uma “ordem jurídica” válida para o mundo dominado. A *pax romana* se tornou a grande insígnia dessa “unidade” imperial.

No que diz respeito ao âmbito cristão, a palavra *oikouménē* aparece citada, pela primeira vez, em Mt 24,14, significando exatamente o “mundo inteiro” ou “toda a terra” habitada.⁴ Nesse sentido, *oikouménē* e *katholikós* se equivalem, pois indicam o espaço geográfico universal sobre o qual a Boa Nova de Jesus Cristo deve ser anunciada segundo a ordem dada em Mt 28,18-20.

Com a liberdade dada ao cristianismo pelo imperador Constantino, pelo Édito de Milão em 313 d.C., os Padres da Igreja reuniram e congregaram as igrejas apostólicas e definiram a base da fé comum, o Credo, a ser professado pelos cristãos no mundo inteiro em sinal de unidade. Neste símbolo da fé universal, foram reunidas as declarações e definições dos Concílios de Niceia (325 d.C.), Constantinopla (381 d.C.), Éfeso (431 d.C.) e Calcedônia (451 d.C.).

Assim, a palavra *oikouménē* passou a ter um profundo sentido teológico e, a partir desses Concílios, considera-se ecumênico o que congrega os cristãos na unidade: a caridade vivida na verdade que liberta de todas as formas de erro bíblico-doutrinal (Jo 8,32). Desta concepção deriva o sentido de ortodoxia, passando a equivaler à noção de verdade de fé crida e professada pelos cristãos.

⁴ Na *Septuaginta*, *oikouménē* possui o sentido habitual de “terra habitada” (Ex 16,35) e ocorre cerca de cinquenta vezes, a maioria no livro dos Salmos, significando o “mundo” (Sl 9,9; 19,5) e no livro do profeta Isaías assume o sentido de “toda a terra” (Is 10,14; 13,5,9; 62,4). No Novo Testamento ocorre quinze vezes, e o sentido usual é de “mundo habitado” que, de certa forma, corresponde ao império romano (Lc 2,1). O uso de *oikouménē* pode equivaler a *kosmos* (Lc 4,5-6). Por isso, Paulo foi acusado de perturbar e causar desordem em toda a *oikouménē* (FLENDER, O. “*oikouménē*”, p. 1856-57).

No final do século XVIII, por iniciativa protestante, *oikouménē* tornou-se um movimento religioso com a missão de enfrentar as revoluções sociais e culturais desencadeadas pelo iluminismo e pela revolução francesa.⁵ O objetivo desse movimento era alcançar a união das diversas igrejas cristãs protestantes, a fim de preparar o surgimento de uma grande igreja ecumênica, capaz de superar todas as divisões doutrinárias e disciplinares. Sem essa unidade, os precursores do movimento ecumênico já haviam percebido as dificuldades sócio-políticas que viariam a afetar o cristianismo no mundo.⁶

Nos dias atuais, o ecumenismo passa por muitas interrogações e crises.⁷ Contudo, na perspectiva do Papa Francisco, seguindo os passos dados no Decreto *Unitatis Redintegratio*, do Concílio Vaticano II, e a Encíclica *Ut Unum Sint*, de São João Paulo II, o ecumenismo foi inserido na dimensão social da Igreja Católica e que deve acompanhar a evangelização dos povos.

Essa ação da Igreja, marcada por uma hierarquia de verdades e virtudes, prioriza o essencial e promove o bem comum, objetivando a unidade que aceita a diversidade e é capaz de reconhecer o bom e o belo multifacetados, como um poliedro, onde todas as “faces” (denominações religiosas) preservam o que é próprio e original de cada uma. É a beleza de Jesus de Nazaré, imagem do Deus invisível (Cl 1,15), refletida na face de cada ser humano, independente da sua cor, raça, condição social ou religião.⁸

⁵ John Mott e Nathan Söderblom, através das Uniãoes Cristãs de jovens e da Federação universal dos estudantes cristãos estão na origem do movimento ecumênico. Pela parte católica, considera-se o importante protagonismo do Cardeal John Henry Newmann (nasceu em 21/02/1801, tornou-se sacerdote anglicano, mas se converteu ao catolicismo em 1845, foi ordenado sacerdote na Igreja Católica em 1847, foi nomeado Cardeal pelo Papa Leão XIII em 1879 e faleceu em 11/08/1890), beatificado por Bento XVI em 19/09/2010.

⁶ “Por mais de quarenta anos que o Concílio Vaticano II reconheceu a ação do Espírito Santo no movimento pela unidade dos cristãos. Desde então, temos colhido muitos frutos... Também é oportuno estudar o *Diretório ecumênico* e suas indicações em relação à catequese, à liturgia, à formação presbiteral e à pastoral” (*DAp* 231).

⁷ CARDOSO, M. T. F. “Aspectos ecumênicos da *Evangelii Gaudium*”, p. 251-262.

⁸ No V centenário da Reforma, várias publicações abordam o tema do Ecumenismo: *Estudos Teológicos*, vol. 57, n. 1 (jan./jun.) 2017; *Perspectiva Teológica*, vol. 49, n. 1 (jan./abr.) 2017; *REB*, vol. 77, n. 305 (Jan./Marc.) 2017; *Rassegna di Teologia*, Anno LVIII, n. 1 (Gennaio-Marzo) 2017.

1.2. Diálogo inter-religioso

Não se encontra nos dicionários a voz “diálogo inter-religioso”, tampouco a palavra diálogo foi usada na Sagrada Escritura⁹, não obstante alguns textos possam ser classificados como diálogos em tom de disputa ou discursos (Jó 3,1–42,6; Jo 3,1-21; 4,7-38).

Um grande e árduo caminho, na promoção do diálogo inter-religioso, vem sendo percorrido pelos líderes de diferentes seguimentos religiosos. O Concílio Vaticano II fez do diálogo um tema importante e reconheceu a sua necessidade, como uma atitude pedagógica, capaz de favorecer “a busca de consenso e que conduz dialeticamente à verdade que se quer afirmar e comunicar”.¹⁰ Este diálogo, desde então, vem sendo promovido pela Igreja Católica junto às grandes religiões mundiais, em particular com o judaísmo, o “budismo” e, nos últimos vinte anos, também com o islamismo.

A palavra diálogo vem do grego, *diá* + *lógos*, e significa algo que acontece “através do discurso”, ou “através de um raciocínio”. Para que haja um diálogo, são necessários, no mínimo, dois interlocutores que transmitam o próprio raciocínio através do discurso. A finalidade do diálogo é chegar a um denominador que, pelo menos, acomune as partes. Assim, o diálogo permite estabelecer a comunicação interpessoal, unindo os sujeitos do processo comunicativo, possibilitando falar de tudo o que é capaz e pode favorecer a busca do bem de cada pessoa e da sociedade como um todo.¹¹ Para produzir os frutos desejados, o diálogo não deve ser superficial, mas precisa ocorrer num nível profundo tanto do conteúdo como das palavras articuladas, pelas quais cada parte expõe o seu raciocínio.

Na dinâmica da vocação e missão, derivantes da Boa Nova anunciada por Jesus de Nazaré, o diálogo é uma exigência, uma condição indispensável que qualifica as ações e denotam a *oikouménē* da verdade anunciada e tutelada pela Igreja. Através do diálogo inter-religioso, demonstra-se, validamente, o elemento positivo das diferenças e da capacidade do respeito, reconhecendo que Deus age para muito além dos limites visíveis da sua Igreja (*Lumen Gentium*, n. 16).

⁹ O mais próximo é o verbo *διαλέγομαι* que indica muito mais o sentido de disputa ou discussão sobre algo ou alguém (cf. Mc 9,34; At 17,2.17; 18,4.19; 19,8-9; 20,7.9; 24,12.25; Hb 12,5; Jd 1,9).

¹⁰ PASSOS, J. D. “Diálogo”, p. 266.

¹¹ CARDOSO, M. T. F. “Ter em vista o ser humano...”, p. 137-150.

O diálogo inter-religioso aflora pela aceitação do pluralismo das pessoas e comunidades que professam uma fé distinta. Conhecimento e boa vontade são ingredientes indispensáveis no diálogo. Se as partes desejam e objetivam a busca da verdade pelo diálogo, este precisa acontecer na caridade e no respeito pela liberdade que é dom de Deus em Jesus Cristo (Jo 8,32; Gl 5,1).¹²

Um dado essencial no diálogo é a aceitação respeitosa da diferença, que não impede que a unidade conviva com a pluralidade (*DAp* 238). Sem isso, não é possível acontecer a principal proposta do diálogo: a audição amorosa da alteridade. Por meio desta, se revela o que é próprio das partes em diálogo: a cultura, como condição humana inalienável. Em cada cultura existe um dado comum, a natureza humana, e um dado diverso, a pessoa humana (*DAp* 239).

Graças à dimensão religiosa do ser humano, isto é, da sua propensão para *religar, reler e reeleger* o outro de si, o diálogo, pelo altruísmo e alteridade, é um elemento que vincula as partes, protege as diferenças e permite a partilha e a participação na história das pessoas. O diálogo é a mais nobre ação simbólica, porque une pessoas e histórias distintas, proporcionando a experiência que fundamenta e dá sentido à vida: o amor e o conhecimento recíprocos.

A aceitação do acima dito permite dizer que cada interlocutor é portador de valores que devem ser não apenas expostos, mas defendidos e tutelados. Nesse sentido, o verdadeiro diálogo não se apropria ou desapropria os interlocutores de seus valores, mas torna-se o meio eficaz para que, antes de tudo, sejam respeitados e possam ser compreendidos.

Portanto, não se dialoga para anular diferenças ou criar meras convergências, mas para fazer viver diferenças e convergências com respeito recíproco em cada um dos interlocutores. O consenso, então, não é o principal objetivo do diálogo, mas o interesse pelo progresso na busca da verdade que cria o bem comum na pluralidade dos saberes, salvaguardando as diferenças culturais e religiosas. Isto é o que permite falar e fazer com que o diálogo inter-religioso seja proveitoso e frutuoso.

A fim de exemplificar os conceitos ecumenismo e diálogo inter-religioso, o presente estudo prossegue com uma análise de quatro casos

¹² GIOIA, F. (org.), *Diálogo interreligioso*, p. 1496, n. 9.

bíblicos, respectivamente dois do Antigo Testamento e dois do Novo Testamento, verificando como conflitos internos e externos foram ou não superados.

2. Análise de casos bíblicos no Antigo Testamento

No AT, é possível perceber a perícia de muitos escribas e sábios experientes em diferentes matérias teológicas e antropológicas. A trajetória histórica do antigo Israel foi elaborada por eles com base nas diversas experiências de libertação de inimigos e opressores. O principal critério usado foi o de transformar essas experiências em memória litúrgica: a Páscoa de libertação do Egito (Ex 12,1-28), emoldurada pela morte dos primogênitos (Ex 11,1-9 e 12,29-34). Sb 10,1-19,22 é um exemplo de interpretação sapiencial dessa memória e os Sl 78, 105 e 106 a transformaram em oração.

De geração em geração, essa experiência fundadora se tornou o fundamento da religião do antigo Israel; por ela formou a sua identidade e encorajou a sua missão: revelar aos povos o verdadeiro Deus, YHWH, originando o *jahwismo*. Esta religião, associada a Moisés, primeiramente buscou suplantar o *elohismo* cananeu, particularmente na vitória sobre a sedução aos *baalim* do panteão cananeu (Jz 3,7; 1Sm 7,4; Os 2,19). A evolução do *jahwismo* ocorreu pela ação profética, sofreu reformas e se tornou, pouco a pouco, a constituição do antigo Israel codificada na Torá/Pentateuco, “promulgada” por Esdras e Neemias (século V-IV a.C.), considerados os “fundadores” do judaísmo.¹³

Os libertos do Egito, antes de entrar na terra de Canaã, percorreram diversas etapas e passaram, segundo a narrativa contida nos livros de Êxodo ao Deuteronômio, por várias provações no deserto, no qual receberam as leis capazes de garantir a sua liberdade. A promessa-conquista da terra de Canaã, terra que corre leite e mel, está marcada por conflitos internos e externos. Nm 32, lido ao lado de Js 22, serve de exemplo para o conflito religioso interno. Já 1Rs 18,16-40, lido ao lado de 2Rs 22,1-23,30, serve de exemplo para o conflito religioso externo.

¹³ GALVAGNO, G.; GIUNTOLI, F. Dai framenti alla storia, p. 207-211.

2.1. Conflito interno (Nm 32 e Js 22)

No livro de Números narra-se que os rubenitas, os gaditas e a meia tribo de Manassés foram os primeiros a receber as suas terras na Transjordânia, mediante um pedido expresso que Rúben e Gad fizeram a Moisés, declarando que não desejavam atravessar o Jordão, divisor natural da terra de Canaã, e habitar com seus irmãos do outro lado (Nm 32,1-5). Seria uma quebra da fraternidade?

O pedido não foi bem recebido por Moisés, que recapitulou o descontentamento de YHWH pela obstinação do povo em obedecer a ordem de entrar e conquistar Canaã (Nm 13,1-14,45), razão pela qual os fez vagar por quarenta anos no deserto (Nm 32,6-15). Diante da objeção, os rubenitas e os gaditas insistiram com firmeza no seu pedido e juraram que, após instalarem suas mulheres, filhos e rebanhos na Transjordânia, ajudariam seus irmãos a conquistar a terra além do Jordão (Cisjordânia).¹⁴ Ao que acrescentaram: “porque não herdaremos com eles do outro lado do Jordão e além dele, pois nossa herança adentra aquém do Jordão, a oriente” (Nm 32,19).

Moisés cedeu ao pedido, mas sob condição de grave pecado se viessem a faltar com a palavra. Os filhos de Rúben e Gad ratificaram o pedido sob juramento (Nm 32,20-27). Moisés determinou a Josué, a Eleazar e aos líderes das tribos de Israel que os territórios conquistados fossem dados aos gaditas e aos rubenitas, desde que cumprissem com a palavra dada. Além disso, deu Galaad para a meia tribo de Manassés (Nm 32,28-42).

As terras recebidas, tinham sido conquistadas de Og, rei de Basã, e de Seon, rei dos amorreus (Nm 21,21-35). Houve conquista dessas terras, porque não houve diálogo frente à solicitação que Moisés dirigiu a esses reis: um pedido de passagem (Nm 21,21-25). O feito foi tão importante ao ponto de ser lembrado com detalhes em Dt 1,4; 2,24-3,29 e em Js 12,1-13,33. Esse episódio fez de Moisés o primeiro responsável tanto pela conquista como pela divisão do território entre os filhos de Israel.¹⁵

¹⁴ Atitude completamente insólita, pois deixariam mulheres e filhos sem qualquer proteção, expostos aos perigos. Nada impede, porém, de se pensar que alguns varões ficaram para tomar conta das famílias instaladas, razão pela qual se pode pensar que esses sejam os sujeitos de direito ao botim de guerra aludido em Js 22,8 (SICRE, J. L. Josue, p. 443).

¹⁵ O episódio serve para explicar porque parte do antigo Israel também ocupou ter-

A promessa dos rubenitas e dos gaditas, de fato, se concretizou no livro de Josué, que lhes recordou o juramento feito a Moisés (Js 1,12-18; 22,1-8). Como jurado, assim foi feito! Essas tribos, porém, ao regressarem julgaram necessário erguer um altar com pedras tiradas do Jordão, a fim de que as futuras gerações, que ficaram e nasceriam na Transjordânia, não fossem esquecidas pelas futuras gerações dos que atravessaram o Jordão, entraram e se instalaram em Canaã. Esse feito, contudo, quase desencadeou uma guerra fratricida (Js 22,9-12).¹⁶

Js 22,13-20 narra a interpretação que as dez tribos, que passaram o Jordão, deram para o feito. Sob a autoridade de Finéias (protagonista de uma purificação que afastou a ira do YHWH dos filhos de Israel, mas que desencadeou a guerra contra os madianitas, cf. Nm 25,1-18), e de dez delegados das tribos de Canaã, o ato, digno de punição, foi considerado rebelião e infidelidade a YHWH. Uma solução foi apresentada: Gad, Rúben e a meia tribo de Manassés deviam renunciar às terras da Transjordânia, passar o Jordão e se estabelecer junto dos seus irmãos. Nota-se que devia prevalecer a ortodoxia dos que estraram em Canaã, representados pelo sumo sacerdote Eleazar e pelos chefes das dez tribos. Em outras palavras, pelo poder religioso e político dos que atravessaram o rio Jordão.

O desfecho, porém, foi favorável. Js 22,21-29 narra a justificação das tribos da Transjordânia e a aceitação por parte de Fineias e dos dez chefes de que não houve má intenção por parte dos gaditas, dos rubenitas. Houve diálogo! A comunidade, que atravessou o Jordão e entrou em Canaã, respeitou a decisão dos delegados e não atacaram seus irmãos. O último versículo possui um valor explicativo ulterior e relevante: “Os filhos de Rúben e os filhos de Gad denominaram o altar ‘de testemunho’, pois disseram: ‘é um testemunho entre nós de que YHWH é Deus’” (Js 22,34). Nisto reside o ponto de unidade que o rio Jordão não foi capaz de dividir ou anular: A fé no mesmo Deus: YHWH.

Esse episódio retrata a vontade de uma parte do antigo Israel, que ficou na Transjordânia, de ter um testemunho de YHWH que o identifi-

ritórios fora dos confins de Canaã, dividida pelo rio Jordão. Além disso, graças ao seu protagonismo, Moisés não ficou em desvantagem em relação a Josué e figura como conquistador e o primeiro a dividir o território entre os filhos de Israel.

¹⁶ Nota-se a diferença de linguagem deuteronomista em Js 22,1-8 e a linguagem sacerdotal em Js 22,9-34. Nesse sentido, o ato de rebeldia foi apontado pela classe sacerdotal. Contudo, nem o Nilo ou o Jordão foram capazes de dividir os que acreditam e adoram a YHWH (SICRE, J. L. Josue, p. 458).

casasse com as tribos que entraram em Canaã. Seria possível chamar isso de *oikouménē* não territorial, mas relacional e cultural. Não se tratou, porém, do direito de fundar a sua própria religião, mas de possuir um altar para evocar a memória do evento exodal, cujo argumento principal recaiu sobre as futuras relações entre os descendentes da Transjordânia e os de Cisjordânia. Chama a atenção a presença da meia tribo de Manassés que também recebeu de Moisés uma parte desse território e não é citada como alvo do ataque. Um sinal de unidade? A divisão e a disputa entre irmãos foram superadas pelo diálogo e pela compreensão de que era necessário favorecer a unidade das futuras gerações separadas não pela fé em YHWH, mas pelo divisor natural: o rio Jordão.

2.2. Conflito externo (1Rs 18,16-40; 2Rs 22,1-23,30)

No AT existem numerosos relatos de conflitos de Israel com outros povos, dentro e fora da terra de Canaã, cuja base, predominantemente, é de cunho religioso: o *jahwismo* versus o *elohismo cananeu*. Nota-se que *Ba'al* e sua consorte *'Asherá/'Astarte* são duas divindades cananeias muito citadas (Jz 2,13; 3,7; 1Sm 7,14; 31,10; 2Rs 17,16; 23,4).¹⁷ Pela união desses deuses (em hebraico *'elōhīm*), buscava-se garantir a fecundidade da terra, dos animais e, por conseguinte a do ser humano.

Curiosamente, a grande tentação para os filhos de Israel, que atravessaram o rio Jordão e entraram na terra de Canaã (Cisjordânia), foi a de cultuar e servir aos *ba'alim* e as *astartes* (Jz 3,7), a fim de obter a fertilidade do solo. Onde está o problema?

Os filhos de Israel, pelo relato deuteronomista, vieram do deserto, cultuando YHWH, mas, ao entrarem na terra de Canaã, encontraram os cultos cananeus já estabelecidos. Pela mentalidade da época, era preciso cultuar as divindades locais e, em hipótese alguma, causar-lhes algum tipo de ofensa, do contrário, a ira desencadeada dessas divindades traria destruição e morte (2Rs 17,24-41).¹⁸

¹⁷ A deusa *Astarte* era cultuada em particular em Ascalon e Sidônia (1Rs 11,5,33; 2Rs 23,13). Já *Baal* tinha vários lugares de culto: *Baal Peor* (Dt 4,3; Sl 106,28), *Baal Gad* (Js 11,17; 12,7), *Baal Perazim* (cf. 2Sm 5,20; 1Cro 14,11), *Baal Sefon* (Ex 14,2,9; Nm 33,7), *Baal Meon* (Nm 32,38; Js 13,17), *Baal Hermon* (Jz 3,3).

¹⁸ YHWH, o Deus encontrado por Moisés no Horeb/Sinai, não sofre restrição territorial. Por sua mão forte e braço estendido, atuando através de Moisés e Aarão, agiu portentosamente no Egito e venceu as forças e as resistências do faraó, provocando a libertação dos filhos de Israel.

Para os profetas, como no caso de Elias, não havia compatibilidade entre o culto a YHWH e o culto aos *ba'alim* (1Rs 18,16-40). A disputa serve para demonstrar que YHWH é o verdadeiro Deus de Israel e, portanto, Aquele que é capaz de garantir as chuvas e a fertilidade do solo (1Rs 18,41-46). A disputa não se trata de intolerância religiosa, mas de demonstração da verdade do *jahwismo* sobre o *ba'alismo* praticado pelos israelitas, seduzidos pelos cultos cananeus.¹⁹

Contudo, acaso YHWH, que se manifestou no deserto a Moisés, que libertou o povo do Egito, que o conduziu pelo deserto e o fez entrar na terra de Canaã, não poderia ser a mesma divindade que o povo encontrou cultuado pelos cananeus sob o nome de *ba'al*, já que os ídolos não existem? (1Cor 8,1-6). Estas não são perguntas marginais para os exegetas, mas são fundamentais para se obter respostas para outras perguntas também nada marginais: Quem é YHWH? Por que é o Deus único? Como YHWH tornou-se o Deus do antigo Israel? Por que YHWH podia ser *'el 'elion* (“Deus Altíssimo”), *'el roi* (“Deus que me vê”), *'el 'olam* (“Deus Eterno”) e *'el shaddai* (“Deus Onipotente”), mas não podia ser *ba'al* (esposo, dono ou senhor) dos filhos de Israel?²⁰

Sabe-se pela arqueologia hodierna que, em Judá, existiram imagens de YHWH ao lado de *'Asherá*, tida como a sua consorte.²¹ Estas representações datam dos séculos VIII-VII a.C. Isso permite pensar que o *jahwismo* pré-exílico ainda não estava totalmente purificado e definido como a religião oficial de um Deus único como se encontra formulado no *shemá Israel* e que obriga os filhos de Israel ao amor incondicional ao Deus Uno e Único (Dt 6,4-9).

Nos santuários do Israel Norte (Dã, Betel e lugares altos) cultuava-se tanto YHWH como outras divindades e os sacrifícios podiam ser oferecidos pelas mãos dos mesmos sacerdotes. *Jahwismo* e *ba'alismo* conviviam lado a lado e, inclusive, partilhavam os mesmos santuários.²²

¹⁹ KAEFER, J. A. A Bíblia, a Arqueologia, p. 61-63.

²⁰ FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. La Biblia, tra storia e mito, p. 252-254; MURILO, C. Aquele que manda a chuva, p. 261-264.

²¹ Apenas após a reforma empreendida por Josias é que YHWH aparecerá só e sem a sua consorte (RÖMER, T. A Origem de Javé, p. 157-168); PUECH, E. “Yahvé et son Ashérah dans les inscriptions de l'époque du fer II”, p. 141-155; GIENINI, O. “YAHWH Y SUS MUJERES, p. 157-164.

²² KAEFER, J. A. A Bíblia, a Arqueologia, p. 61-63.

Em Judá, nos tempos de Ezequias, houve o culto a *nehustan* ligado à serpente de bronze do deserto (1Rs 18,4 alusão a Nm 21,4-9; Sb 16,5-7). Um episódio que aponta e confirma o dado acima: o *jahwismo* mosaico no século VIII a.C. não estava depurado de imagens que buscavam representar YHWH.²³ O rei Ezequias, ao que tudo indica, empreendeu uma reforma religiosa²⁴, mas a mudança, de fato, só ocorreu depois que Josias subiu ao trono e com base no conteúdo do livro da lei, “descoberto” durante as reformas do templo de Jerusalém (2Rs 22,1–23,30).²⁵

Desse momento em diante, segundo a narrativa, Josias decidiu empreender uma reforma, na linha de seu avô Ezequias, procurando eliminar todas as formas de culto não só do tipo sincrético, mas, inclusive, proibiu o culto a YHWH em um grande santuário construído no Negeb. Este funcionou, provavelmente, como alternativa para a demanda religiosa dos que migraram do Israel norte para Judá, antes da destruição da Samaria pelos Assírios em 722/21 a.C. Contudo, pela ação de Josias teve início a centralização do culto em Jerusalém, eliminando toda a forma de sincretismo e que recebeu críticas, em particular após a sua morte trágica em Meggido, no ano 609 a.C., sob o faraó Necao II.²⁶

O conturbado período, que se iniciou a partir de 609 a.C. e que se estendeu até 520 a.C., lançou as bases para as reformas religiosas do antigo Israel sob a forte disputa das correntes deuteronomista e sacerdotal. Cada uma, a seu modo, organizou o material provindo de várias tradições religiosas, breves relatos e ciclos narrativos independentes, fazendo surgir literaturas religiosas que confluíram em uma grande obra historiográfica (de Gn a 2Rs) e que, nos tempos de Esdras e Neemias, foram separadas, dando origem à Torá/Pentateuco e aos Profetas Anteriores (Js–2Rs). Com isso, pode-se dizer que o surgimento do judaísmo, nova feitura do *jahwismo*, coincide com as reformas sociais, políticas e religiosas que teriam sido empreendidas por Esdras e Neemias.²⁷

²³ Na mesma linha, está a representação de YHWH pelo bezerro de ouro, presente em duas tradições (Ex 32,1-20; 1Rs 12,26-33).

²⁴ I. FINKELSTEIN – N. A. SILBERMAN, *La Bibbia, tra storia e mito*, p. 262-287.

²⁵ Sobre essa descoberta, veja-se: RÖMER, T. “A atual discussão sobre a chamada História Deuteronomista...”, p. 109-133.

²⁶ FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. *La Bibbia, tra storia e mito*, p. 289-309; LIVERANI, M. *Oltre la Bibbia*, p. 195-198.

²⁷ Sobre a relação entre a Torá/Pentateuco e Esdras, veja-se: CRÜSEMANN, F.

Estas reformas oficializaram a religião judaica e excluíram todas as outras formas praticadas. Houve marginalização e segregação religiosa. O caso mais típico dessa época foi a ruptura entre judeus e samaritanos (Esd 4,1-23; Eclo 40,26), que deixou fortes marcas de separação e discriminação. Estas são apresentadas como “superadas” pelo encontro de Jesus com os samaritanos junto ao poço de Sicar, a antiga Siquém (Jo 4,1-42), não obstante Lc 9,51-55 tenha preservado um episódio hostil de samaritanos, pois Jesus e seus discípulos estavam a caminho de Jerusalém.

3. A religião do Novo Testamento e as religiões circunvizinhas

Nos livros do NT também se encontra a perícia de evangelistas e varões apostólicos, tão sábios e experientes como os escribas que escreveram o AT. A trajetória de Jesus de Nazaré com seus discípulos foi elaborada, igualmente, com base na experiência exodal, mas com a finalidade de levar a libertação de forma inclusiva, estendendo-a, não apenas aos adeptos, mas também aos inimigos, perseguidores e opressores (Lc 6,27-38).²⁸ Nesse sentido, se compreende o anúncio da Boa Nova para toda a “terra habitada” (*oikouménē*) e “universal” (*katholikos*). Esse anúncio devia se expandir, indo de Jerusalém até alcançar os confins da terra (Lc 24,47; At 19,21; 23,11). Nesse percurso, pela visão lucana, a Samaria foi evangelizada pelo diácono Filipe e confirmada na fé por Pedro e João (At 8,4-25).²⁹

O principal critério literário usado foi o de descrever a experiência salvífica realizada em Jesus também em chave e memória litúrgica: a narrativa do Mistério Pascal, qual êxodo e libertação não das mãos de um faraó e do Egito, mas de Satanás e do seu “reino” opressor. Isto permitiu que as futuras gerações de cristãos fossem formadas não a partir da experiência de uma religião, como no *jahwismo* e no judaísmo, mas pela identidade, missão e discipulado de Jesus de Nazaré, aceito como Messias e Filho de Deus (Mc 1,1; 8,29; 15,39).

A Torá, p. 456-463; ZENGER, E. (org.), Introdução all’Antico Testamento, p. 155-164.

²⁸ FERNANDES, L. F. “A base veterotestamentária da imitação de Deus em Lc 6,36-38”, p. 35-43.

²⁹ Segundo Jo 4,1-42 a origem da comunidade cristã de Samaria resultou do encontro com o próprio Jesus e não de uma ação evangelizadora como se depreende de At 8,4-25.

Um olhar atento para cada um dos livros do NT, em particular para os Evangelhos, permite reconhecer neles um processo de formação que buscou evidenciar a “continuidade descontínua” da revelação e da fé em Deus, como dito pelo autor de Hebreus:

“¹Deus, depois de ter falado outrora, em muitas ocasiões e de diferentes modos, aos pais por meio dos profetas; ²nestes dias que são os últimos, nos falou pelo Filho, ao qual constituiu herdeiro do universo, por quem fez os tempos duradouros. ³Sendo ele o esplendor de sua glória e impressão do seu ser; governa o universo com sua palavra potente; e depois de ter expiado os pecados, sentou-se à direita da Majestade nas alturas, ⁴tornando-se superior aos anjos quanto excede sobre o deles o nome que herdou.” (Hb 1,1-4)

Com base nessa “continuidade descontínua”, entre o passado e os últimos dias inaugurados pelo ministério público de Jesus de Nazaré, teve início a edificação da identidade do “novo Israel”, isto é, do povo liberto, eleito e consagrado a Deus não mais pelo sangue de animais (Ex 19,5-6; 24,4-8), mas pelo sangue do seu Filho Único e Unigênito (Hb 9,13-14). Essa identidade se firma na medida em que se promove a unidade do povo cristão pela prática do bem, da justiça e da caridade na verdade que liberta (Ef 4,15) de todas as formas de hipocrisia e de intolerância religiosa, devolvendo a paz interna e externa às comunidades de fé por uma sadia apologia como faziam os Padres da Igreja (*Dap* 229).

Contudo, essa identidade também corre o risco de se enfraquecer, na medida em que a divisão ocorre pela ânsia de poder, sucesso e vida fácil, respectivamente, as três tentações que Jesus venceu na experiência do seu deserto (Mt 4,1-11; Lc 4,1-13). Estas, por sua vez, recapitulam o período dos quarenta anos no deserto do antigo Israel, antes de que entrasse e tomasse posse da terra de Canaã. A realização da vontade de Deus pela obediência é o modo como Jesus concretiza o amor de Deus pela humanidade.³⁰

Não demorou muito para o cristianismo primitivo perceber que a principal ameaça à unidade não era externa, mas interna e atestada pelos conflitos religiosos que marcaram as diferentes formas de segui-

³⁰ FERNANDES, L. A. “A dinâmica do discipulado (Mc 3,13-19)”, p. 83.

mento cristão: “petrinismo”, “tiaguismo”, “joanismo”, “paulinismo”, etc (1Cor 1,11-13; Gl 2,12)³¹.

Os libertos da raiz de toda escravidão, isto é, do pecado, antes de entrar na Jerusalém do alto, precisam percorrer diversas etapas, passar por várias provações na sua caminhada pelo deserto da própria existência rumo à conformação da vida ao Senhor Jesus, aprendendo a colocar em prática, pela força do amor, o que Ele ensinou, praticou e que resume toda a lei e os profetas:

³⁴Quando os fariseus ouviram que havia fechado a boca aos saduceus, reuniram-se como um só ³⁵e um deles, esperto na lei, perguntou para prová-lo: ³⁶“Mestre, qual é o maior mandamento da Lei?” ³⁷Ele respondeu: “*Amarás ao Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com todo o teu entendimento.* ³⁸Este é o maior e o primeiro mandamento. ³⁹O segundo é semelhante a ele: *Amarás o teu próximo como a ti mesmo.* ⁴⁰Nestes dois mandamentos apóiam-se toda a Lei e os Profetas.” (Mt 22,34-40)

A grandeza desse mandamento era conhecida pelo esperto na lei que fez a pergunta.³² Mas não a sua novidade: Jesus, que deu a resposta, colocando-se diante de todos como digno de ser amado, como estava prescrito na Lei dada por meio de Moisés (Dt 6,5; 11,1; Lv 19,18-24). Assim, dava aos seus seguidores a capacidade de colocar em prática esse mandamento como sinal e testemunho de liberdade.

Quando os cristãos lançam um olhar para a Jerusalém do alto, ponto de chegada dos que lavaram as suas vestes no sangue do Cordeiro Imolado (Ap 7,14), descobrem que “o véu que envolvia todos os povos e a cortina que se estendia sobre todas as nações” (Is 25,8), separando os fiéis, já não divide mais. Apesar disso, parece que ainda há um “rio Jordão” separando os cristãos marcados por conflitos internos e externos a esta linha divisória: “o rio da intolerância e da intransigência”.

³¹ As controvérsias e disputas na carismática comunidade de Corinto levaram São Clemente, bispo de Roma e sucessor de Pedro, a escrever uma carta (considerado o documento cristão mais antigo da fé cristã), buscando restabelecer a ordem interna em prol da unidade (JAÉGER, W. Cristianismo Primitivo e Paideia Grega, p. 23-37).

³² Para a compreensão do episódio segundo Marcos, veja-se M. GRENZER, “Primeiro e segundo mandamentos (Mc 12,28-34)”, p. 129-155.

Mc 10,35-45 é um exemplo de conflito religioso interno, ainda muito vivo e presente nos dias atuais, e Jo 4,1-42 permite entrever, a exemplo de Jesus, que caminho a comunidade deve percorrer para vencer as barreiras da divisão e discriminação que ainda são praticadas por alguns dos seus seguidores.

3.1. Conflito interno (Mc 10,35-45)

À diferença de como foi feito com o exemplo do AT, proponho a leitura de um episódio que retrata bem o que acima chamei de “tiaguismo e joanismo”. Na verdade, são expressões de conflitos internos, não apenas, no momento do seguimento de Jesus, mas indicam uma forma de divisão eclesial no cristianismo primitivo, pois cada apóstolo, de certo modo, representava uma comunidade de fé.

Os filhos de Zebedeu, Tiago e João, se sentiram na liberdade de pedir a Jesus algo que poderia ser classificado como privilégio: sentarem-se, respectivamente, um à sua direita e o outro à sua esquerda.³³ Em outras palavras: seriam detentores de poder – ou o que simbolizariam: igrejas cristãs tidas por mais importantes que as outras. O dado curioso surge na interlocução de Jesus que responde positivamente à proposta: “Que quereis que eu vos faça?” (Mc 10,36).

O desejo dos dois discípulos parece ter fundamento pelo contexto próximo anterior, visto que Jesus prometeu recompensar os que se colocam no seu seguimento (Mc 10,17-31). Contudo, denota, igualmente, incompreensão, pois além de falar de perseguições, anunciou a sua paixão pela terceira vez (Mc 10,32-34). É, exatamente a partir desse ponto, que Jesus responde ao desejo de Tiago e João. Embora tenham se demonstrado capazes de passar pelo martírio, simbolizado no cálice e no batismo, os lugares por eles desejados serão “para aqueles a quem está preparado” (Mc 10,40).

Visto que a pergunta não foi feita em segredo e tampouco a resposta foi dada em segredo, a reação dos outros dez apóstolos foi imediata: “Quando ouviram, os dez começaram a indignar-se contra Tiago e João” (Mc 10,40). Se, por um lado, houve busca de privilégio por parte de Tiago e João, houve indignação por parte dos outros dez apóstolos. A quebra da unidade, de certa forma, instaurou-se no seio

³³ No relato mateano, o pedido foi feito pela mãe de Tiago e João (cf. Mt 20,20-23).

da comunidade dos seguidores de Jesus, que, imediatamente, restaura a comunhão.

Esse episódio, como dito, está precedido pelo terceiro anúncio que Jesus fez da sua paixão. Tais anúncios denotam a perspectiva messiânica de Jesus Cristo na direção oposta da que era esperada e alimentada na época. Não só pelos discípulos (Mc 8,27-33; Lc 24,21), mas pelos que aguardavam uma prodigiosa ação de Deus na história, a exemplo do que fez com os antepassados do antigo Israel no Egito, libertando das mãos do faraó opressor. Assim como Deus fez com o Egito, esperava-se que fizesse com Roma (At 5,34-39).³⁴

Se, por um lado, Tiago e João apresentam-se diante do Mestre com uma liberdade singular, por outro lado, eles atestam, pelo pedido feito, que não entenderam Jesus e o sentido do seu ensinamento. A realidade que buscam está diametralmente oposta à assumida por Jesus. A visão que possuem do reino anunciado não é eclesial, mas exclusivista e pautada no direito ao domínio, significado no estar sentado à direita e à esquerda. É um domínio que brota do servir-se de Jesus e não da autoridade que brota do Mistério Pascal, serviço-doação que precisa continuar nos seguidores de Jesus.

A resposta de Jesus ao pedido, evocando as imagens do cálice e do batismo, atesta a realização do seu Mistério Pascal, mas provoca a capacidade de ambos irem além do pedido. Jesus não pode conceder os lugares pretendidos, mas pode conceder que sejam capazes de segui-lo no martírio. Se a resposta afirmativa de Tiago e João não fosse autêntica, a mentira teria sido declarada por Jesus. De fato, os dois irmãos beberão do cálice e serão batizados com o mesmo batismo. É uma atestação de que quando esse evangelho foi escrito, Tiago e João, provavelmente, já estariam mortos, mas permanecia a memória do pedido e da resposta que se tornaram um dado pedagógico para as futuras gerações de discípulos. At 12,2 atesta a morte de Tiago e Jo 21,19-25 pode, igualmente, conter a notícia da morte de João.

A reação que se segue, dos outros dez apóstolos, aproxima-se do conflito presente em Nm 32 e aponta para duas direções. Pode ser uma reação de Jesus, novo Moisés, ao pedido do poder e uma reação à in-

³⁴ São relevantes as conclusões do estudo de SCARDELAI, D. Movimentos messiânicos no tempo de Jesus, p. 359-268.

capacidade de seguimento por parte de Tiago e João (suas respectivas comunidades de fé).

O que interessa não é tanto a reação, mas a distinção que Jesus quer como identidade para os seus seguidores. As relações entre eles, e deles para com os demais, supõem a liderança, mas os princípios determinadores não serão os mesmos em uso e praticado pelos dominadores dos povos e nações. Nota-se o eco da clara referência à sua opção messiânica (Lc 4,18-19).

Assim, o critério decisivo na comunidade dos seguidores de Jesus não é o poder ou o domínio como acontece com os chefes das nações, mas o serviço como a via que deve ser seguida. Jesus não ignora ou nega a possibilidade de que haverá um líder entre os discípulos, mas indica a forma pela qual essa liderança deve ser exercida: o maior seja o menor; o primeiro seja o servo de todos, pois haverá, também, uma justa retribuição para quem não colocou em prática o ensinamento de Jesus (Mt 24,45-51; Lc 12,42-48).

O desfecho do episódio evoca, mais uma vez o Mistério Pascal; a sua chave de leitura eclesial é a recondução da comunidade ao vínculo da unidade, cujo caminho exige a correção fraterna (Mt 18,15-19). Todos os apóstolos serão líderes de comunidades e terão o poder das chaves (Mt 16,19; 18,19), mas o que for o primeiro dentre eles deverá ser o servo de todos (Mc 9,35; 10,43-44), para confirmar a comunidade na fé (Lc 22,32). Eis o papel do Bispo de Roma ao qual chamamos Papa.

3.2. Conflito externo (Jo 4,1-42)

Judeus e samaritanos não mantinham relações interpessoais, basicamente por dois motivos. Em primeiro lugar, devido à impureza racial: miscigenação entre “israelitas/cananeus” e as gentes que o rei da Assíria fez vir de Babilônia para Samaria (2Rs 17,24-41). Em segundo lugar, devido às questões políticas que surgiram após o retorno dos exilados para Jerusalém, visto que a Judeia estava sob a satrapia persa de Samaria (Esd 4,1-23).³⁵ Trezentos e vinte anos separam esses dois motivos,

³⁵ O segundo templo também servia para os samaritanos cultuarem YHWH. Com Esdras e Neemias, porém, deu-se a proibição (KESSLER, R. História Social do Antigo Israel, p. 192-205).

e mais quatrocentos e trinta anos até os tempos de Jesus, totalizando cerca de setecentos e cinquenta anos.

O episódio do encontro de Jesus com a mulher samaritana ocorreu junto a um poço situado na cidade de Sicar, talvez a antiga Siquém. Este poço liga-se ao patriarca Jacó e, segundo o relato, havia sido dado ao seu filho José. Estranha afirmação, pois José morreu no Egito (Gn 50,26). Contudo, Gn 48,21-22 e Js 24,32 aludem ao campo comprado por Jacó dos filhos de Hemor (Gn 33,18-19) e, de certa forma, ligam o território à pessoa de José. É provável que nesse terreno existisse uma fonte d'água.

Jesus e a samaritana representam, respectivamente, dois grupos adoradores de Deus, mas em histórico litígio religioso. Havia algo em comum entre eles: a tradição patriarcal atestada pelo poço de Jacó. Esta tradição aludia ao patriarca sobre o qual recaíam lembranças de ruptura e diversos conflitos familiares (Gn 27; 30,25-43). Além disso, havia algo ainda mais comum e pertinente entre os grupos: a Torá/Pentateuco, que, porém, há quase quatro séculos não os unia, mas os separava ainda mais pelas leituras e interpretações diferentes que judeus e samaritanos faziam desse *corpus* legislativo.

Na iniciativa dialógica de Jesus tem início a busca pela superação do histórico litígio. O ponto de partida encontra-se em Jesus que apresenta, mais do que a sua necessidade, a sua íntima identificação com a humanidade sofrida: “Dá-me de beber!” (Jo 4,7; necessidade que, na cruz (Jo 19,28), se repetirá: “Tenho sede”). A samaritana não ficou insensível, mas mostrou que conhecia a diferença existente entre eles: “Como tu, sendo um judeu, pedes de beber a mim, que sou uma samaritana?” (Jo 4,9). A índole da pergunta é intencional e soa como: Que há entre nós? Jesus entendeu bem a questão e não recuou, mas retomou a fala, invertendo a necessidade: “se tu conhecesses o dom de Deus e quem te diz: “dá-me de beber”, tu é que a ele pedirias e ele a ti daria água viva” (Jo 4,10). Da necessidade pessoal, Jesus buscou despertar o interesse da samaritana, sem recua diante das provocações.

Se Jacó foi capaz de dar um poço, Jesus diz que possui uma água que sacia não apenas a sede nessa vida, mas que, em quem a bebe, se torna uma fonte para a vida eterna. Com isso, Jesus desloca o eixo do diálogo e direciona a conversa para a esfera sapiencial (Pr 18,4) e profética (Is 58,11). Nesse diálogo, a mulher samaritana já está bebendo

da fonte viva da Palavra de Deus e do ensinamento que dela deriva. O desejo foi despertado: “dá-me dessa água” (Jo 4,15). O que começou com um pedido de água por Jesus (Jo 4,7) foi além da mera necessidade humana: a sede da fé dessa mulher.

A solução para a mulher está na água oferecida por Jesus, símbolo do Espírito Santo; agente divino que convence do erro e faz aderir à verdade (Jo 16,8-11).³⁶ Por isso, Jesus muda de assunto e revela o íntimo da mulher, gerando o reconhecimento que está no primeiro nível da resposta obtida dos discípulos a caminho de Cesareia de Filipe (Mc 8,27-28): “Senhor, vejo que és profeta” (Jo 4,16). Esse reconhecimento não está só no nível humano, mas da verdade anunciada pelos profetas. Verdade que Moisés havia indicado que deveria ser seguida quando o Profeta surgisse (Dt 18,18).

Jesus, pela provocação que fez: “vai, chama o teu marido e volta aqui” (Jo 4,19), obteve uma resposta segura da mulher, com base na história do seu povo (2Rs 17,24-41): “Não tenho marido”; ao que Jesus acrescenta: “e o que agora tens não é teu marido; falaste, nisso, a verdade” (Jo 4,18). Nota-se que o Espírito Santo já estava agindo na mulher, direcionando o diálogo para o âmbito do lugar cultural (Esd 4,1-5) e para o motivo que intensificou a divisão entre judeus, que adoram em Jerusalém, e samaritanos, que passaram a adorar no monte Garizim, considerado local de bênção (Dt 11,29- 27,12).

Se a perspectiva teológica afastou do mesmo local de culto, judeus e samaritanos, Jesus pede que a mulher tenha fé nele e aceite a verdade que rompe a divisão e devolve a unidade: Deus é Pai e procura verdadeiros adoradores, que o adorem em espírito e em verdade, porque Deus é espírito (Jo 4,21-25). Diante dessa revelação feita por Jesus, a mulher dá um salto de qualidade na fé e, como Pedro (Mc 8,29), manifesta a esperança na vinda do Messias (Jo 4,25), Mestre da sabedoria e da verdade, provocando a inédita e pessoal revelação de Jesus: “Sou eu que falo contigo” (Jo 4,26).

Nesse ponto há um corte e um duplo movimento: os discípulos voltam com comida e a mulher volta apressadamente para a cidade sem o cântaro e, pela palavra e testemunho, narra o seu encontro com o

³⁶ De forma lúcida, a V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, recorda que: “As vezes esquecemos que a unidade é, antes de tudo, um dom do Espírito Santo, e oramos pouco por essa intenção” (*DAP* 230).

“homem que disse tudo o que fez”, pondo a pergunta instigadora: “Não seria ele o Cristo?”. Com isso, provoca nos seus coetâneos o desejo de encontrar Jesus (Jo 4,27-30).

Da sede inicial, passou-se à fome. Por um lado, os discípulos querem que Jesus coma do que trouxeram. Por outro lado, Jesus afirma possuir o desejo de outro alimento: “fazer a vontade daquele que me enviou e consumir a sua obra” (Jo 4,34). Isto serve de motivação para Jesus revelar a real razão para estarem naquele local: ceifar em um campo que eles não semearam (Jo 4,35-38).

O episódio encerra-se com a acolhida de Jesus por parte dos samaritanos. Creram por causa do testemunho da mulher, e não pela presença dos discípulos na cidade: “Já não cremos pelo que disseste, pois nós mesmos ouvimos e sabemos que esse é, verdadeiramente, o salvador do mundo” (Jo 4,42).

A conversão dos samaritanos aconteceu em etapas. Nota-se que na acolhida de Jesus não se retornou ao tema da divisão entre judeus e samaritanos. Graças ao diálogo de Jesus com a mulher samaritana as portas e o coração dos habitantes da cidade se abriram. A divisão deixou de ser um obstáculo. A unidade entre judeus e samaritanos voltou por Jesus Cristo, que é o Messias.

Para além da história dos fatos e das personagens, pode-se admitir que a mulher samaritana, de forma simbólica, representa a sabedoria atuante numa comunidade cristã desunida e em conflito com o grupo apostólico: “Eu vos enviei a segar o campo que outros trabalharam e vós entrastes no trabalho deles” (Jo 4,38). Em sua pessoa, sensibilidade e doutrina, Jesus aparece como reconciliador e provocador da renovação da fé tanto da comunidade dos discípulos como da comunidade cristã de Samaria. De certa forma, At 8,4-25 complementa Jo 4,1-42 e supera o litígio presente em Lc 9,51-55.

Considerações finais

Ao longo da reflexão apresentada, fica evidente que o ecumenismo e o diálogo inter-religioso não se reduzem a meros conceitos teológicos, mas são passos essenciais para a construção de uma convivência pacífica entre os povos e em suas práticas religiosas. A abordagem bíblica do tema revela que a unidade na diversidade é um

princípio que sempre esteve presente na história religiosa, sendo continuamente reafirmado por eventos e personagens que buscavam o entendimento mútuo.

Isso se confirma na análise dos conflitos externos e internos tanto do antigo Israel como do cristianismo primitivo, e demonstra que o caminho para a unidade e a comunhão não está na imposição de dogmas, mas na escuta respeitosa e na aceitação das verdades contidas também nas diferenças.

No mundo contemporâneo, essa reflexão se torna relevante, pois os desafios socioculturais e socioeclesiais exigem um compromisso maior pelo diálogo na busca pela promoção da paz e da unidade. A valorização do ecumenismo e do diálogo inter-religioso não só preserva as identidades religiosas, mas também amplia a compreensão coletiva sobre a eficácia da espiritualidade capaz de promover a consciência de que a convivência harmoniosa é possível de acontecer e de tornar a sociedade mais justa, solidária e fraterna.

Referências bibliográficas

V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. **Documento de Aparecida**. Brasília/São Paulo: Edições CNBB/Paulinas/Paulus, 2008.

CARDOSO, Maria Teresa de Freitas. “Aspectos ecumênicos da *Evangelii Gaudium*”. In: J. P. AMADO – L. A. FERNANDES (orgs.), **Evangelii Gaudium em questão. Aspectos bíblicos, teológicos e pastorais**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora PUC-Rio/Paulinas, 2014, p. 251-262.

CARDOSO, Maria Teresa de Freitas. “Ter em vista o ser humano: A *Gaudium et Spesi e o diálogo ecumênico*”. In: L. A. FERNANDES (org.), **Gaudium et Spes em questão. Reflexões bíblicas, teológicas e pastorais**. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 137-150.

CARDOSO, Maria Teresa de Freitas. “No respeito e no amor. Ensino de Bento XVI e Francisco sobre a solicitude ecumênica”. In: **Perspectiva Teológica**, vol. 48, n. 2 (2016) p. 357-387.

CAZELLES, Henri. “Baal e Astarte”. In: P. POUPARD (org), *Grande Dizionario delle Religioni. Dalla preistoria ad oggi*. Casale Monferrato: Piemme, 2000, p. 203-204.

CRÜSEMANN, Frank. **A Torá. Teologia e história social da lei do Antigo Israel**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

FERNANDES, Leonardo Agostini. “A base veterotestamentária da imitação de Deus em Lc 6,36-38”. In: L. A. FERNANDES (org.), **Traços da misericórdia de Deus segundo Lucas**. Santo André/Rio de Janeiro: Academia Cristã/Editora PUC-Rio, 2016, p. 11-49.

FERNANDES, Leonardo Agostini. “A dinâmica do discipulado (Mc 3,13-19)”. In: L. A. FERNANDES – M. GRENZER, **Evangelho segundo Marcos. Eleição, partilha e amor**. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 43-106.

FINKELSTEIN, Israel – SILBERMAN, Neil Asher. **La Bibbia, tra storia e mito**. Roma: Carocci, 2002.

FLENDER, O. “*oikouménē*”. In: L. COENEN – E. BEYREUTHER – R. BIETENHARD (coord), **Dizionario dei concetti biblici del Nuovo Testamento**. Bologna: EDB, 1986, p. 1856-57.

FRANCISCO, PP. “Audiência Geral Inter-Religiosa. Por ocasião do cinquentenário da promulgação da Declaração Conciliar ‘*Nostrae Aetate*’. Praça de São Pedro, quarta-feira, 28 de outubro de 2015.

GALVAGNO, Germano. – GIUNTOLI, Federico. **Dai framenti alla storia. Introduzione al Pentateuco**. Torino: ELLEDICI, 2014.

GIENINI, Olga. “YAHWH Y SUS MUJERES: Un divorcio no deseable”. In: J. L. D’AMICO – C. MENDOZA (orgs.), **La Palabra está muy cerca de ti, en tu boca y en tu corazón... Dt 30,14**, p. 157-164.

GIOIA, F. (org.), **Diálogo interreligioso nell’insegnamento ufficiale della chiesa cattolica dal Concilio Vaticano II a Giovanni Paolo II (1963-2005)**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2006.

GRENZER, Matthias. “Primeiro e segundo mandamentos (Mc 12,28-34)”. In: L. A. FERNANDES – M. GRENZER, **Evangelho segundo Marcos. Eleição, partilha e amor**, p. 129-155.

JAEGER, Werner. **Cristianismo Primitivo e Paideia Grega**. Santo André: Academia Cristã, 2014.

KAEFER, José Ademar. **A Bíblia, a Arqueologia e a História de Israel e Judá**. São Paulo: Paulus, 2015.

KESSLER, Rainer. **História Social do Antigo Israel**. São Paulo: Paulinas, 2009.

LIVERANI, Mario. **Oltre la Bibbia. Storia antica di Israel**. Roma-bari: Laterza, 2003.

MURILO, Cássio. **Aquele que manda a chuva sobre a face da terra**. São Paulo: Loyola, 2006.

PASSOS, João Décio. “Diálogo”. In: J. D. PASSOS e W. L. SANCHEZ (coord). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2015, p. 266-273.

PUECH, Emile. “Yahvé et son Ashérah dans les inscriptions de l’époque du fer II”. In: J. L. D’AMICO – C. MENDOZA (orgs), **La Palabra está muy cerca de ti, en tu boca y en tu corazón... Dt 30,14** (Homenaje a Fray Gabriel Nápole, OP 1959-2013). Buenos Aires: PCP [Revista Bíblica Suplementos], 2015, p. 141-155.

RÖMER, Thomas. “A atual discussão sobre a chamada História Deuteronomista. Crítica literária e consequências teológicas”. In: M. S. CARNEIRO – M. OTTERMANN – T. J. A. FIGUEIREDO (orgs), **Pentateuco – da formação à recepção**. São Paulo: Paulinas/Abib, 2016, p. 109-133.

RÖMER, Thomas. **A Origem de Javé. O Deus de Israel e seu nome.** São Paulo: Paulus, 2016.

SCARDELAI, Donizete. **Movimentos messiânicos no tempo de Jesus. Jesus e os outros messias.** São Paulo: Paulus, 1998.

SICRE, José Luis. **Josue.** Estella [Navarra]: Editorial Verbo Divino, 2002, p. 443.

WOLFF, Elias. “Ecumenismo”. In: J. D. PASSOS; W. LOPES SANCHEZ (coord.). **Dicionário do Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulus, Paulinas, 2015, p. 323-335.

ZENGER, Erich (org.). **Introduzione all’Antico Testamento.** Brescia: Queriniana, 2005.

Capítulo X

O Diálogo Ecumênico e Inter-religioso na perspectiva católica, uma abordagem

Claudio Jacinto da Silva¹

Introdução

O diálogo inter-religioso constitui um alicerce indispensável para a promoção da paz e da convivência respeitosa entre diferentes povos e tradições espirituais. Desde a Antiguidade, especialmente no contexto do Império Romano, a relação entre religião e sociedade era compreendida como essencial para a ordem pública, sintetizada na máxima *Pax Deorum* - “paz entre os deuses, paz entre os homens”. Embora enraizada em um universo politeísta, essa experiência permanece atual e pertinente em sua dimensão sociológica e geopolítica: a harmonia entre crenças pode favorecer a harmonia entre os povos.

O termo “diálogo”, do grego *diá-lógos* (“através da palavra”), adquire um sentido bem interessante, no contexto religioso. Ele evoca a mediação entre o divino e o humano. No cristianismo, esse aspecto é central. A comunicação de Deus com a humanidade por meio do *Lógos* encarnado (Jo 1,14) faz com que a fé cristã tenha uma dimensão dialógica na sua essência. Em especial, a tradição católica compreende a própria missão eclesial como fundamentalmente marcada pelo encontro, pela escuta e pela disposição para o diálogo com Deus, com os fiéis e com a diversidade religiosa.

Apesar dessa vocação à abertura, a história das religiões é atravessada por episódios de intolerância, exclusão e violência. Conflitos confessionais, instrumentalização da fé por interesses políticos, bem como o envolvimento direto do cristianismo - especialmente em sua versão europeia - na complexidade da brutal colonização de povos ori-

¹ Mestre em Teologia Sistemático Pastoral pela PUC-Rio. Docente e Supervisor Acadêmico do Setor de Cultura Religiosa do Departamento de Teologia da PUC-Rio. E-mail: <claudio_jacinto@puc-rio.br>, Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0403105904702746> e ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7912-5030>.

ginários na América e na África revelam que o relacionamento entre o cristianismo e as demais tradições religiosas nem sempre refletiu os princípios do Evangelho. No presente, novas formas de intolerância, associadas ao fundamentalismo, à secularização agressiva e à desinformação, continuam a desafiar a construção de uma cultura de paz, justiça e reconhecimento mútuo das religiões.

Mesmo neste cenário, sempre houve esforços consistentes de aproximação. Exemplos históricos e iniciativas contemporâneas indicam que é possível superar os muros da desconfiança e cultivar pontes de fraternidade. O século XX, em especial, inaugura uma nova fase, na qual o diálogo ecumênico e inter-religioso é assumido como tarefa urgente pelas instituições cristãs. A Igreja Católica se coaduna a estes novos tempos, de modo contundente, sobretudo, a partir do Concílio Vaticano II.

É nesse horizonte que este capítulo se insere. Busca-se aqui analisar os caminhos trilhados pelo cristianismo católico, no campo do diálogo inter-religioso, identificando avanços, impasses e possibilidades. A metodologia adotada baseia-se em documentos do magistério católico e em experiências concretas de cooperação entre diferentes tradições de fé. O objetivo é compreender como a espiritualidade cristã, em sua diversidade de expressões (existencial, teológica, ética e mística), pode contribuir para a superação da intolerância religiosa e para a construção de uma sociedade, cuja cultura religiosa seja mais inclusiva.

1. Um Breve Histórico do Tema

O termo *ecumenismo* tem origem no grego *oikouménē*, participípio do verbo *oikein* (habitar). Ele foi usado por Heródoto no século V a.C. para designar o mundo habitado e ordenado pelos seres humanos. No contexto cristão, o mesmo termo passou a ser empregado a partir da época de Constantino (306–337 d.C.), associando-se à ideia de uma unidade religiosa imperial. Contudo, o sentido teológico moderno só se consolida no século XX.

Esse novo entendimento é atribuído ao teólogo e arcebispo luterano sueco, conhecido por sua dedicação à promoção da unidade cristã e do diálogo inter-religioso, Nathan Söderblom (1866–1931). Esse compreendia o ecumenismo como esforço pela unidade, aproximação

e reconciliação das igrejas cristãs.² O termo foi incorporado ao vocabulário católico por Yves Congar, em 1937, sendo depois assumido oficialmente pelo Concílio Vaticano II no número 4 do decreto *Unitatis Redintegratio*. O teólogo protestante holandês Willem Visser't Hooft, primeiro secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), destacou sete sentidos históricos para o adjetivo “ecumênico”. São eles: o mundo habitado, o império romano, o universalismo eclesial, a missão, a relação entre igrejas, a consciência de comunhão e o engajamento pela unidade.³

Nesta perspectiva, já se faz importante a distinção entre o ecumenismo - diálogo entre igrejas cristãs - e o diálogo inter-religioso, que diz respeito à convivência e cooperação entre cristãos e seguidores de outras religiões. Ambos compartilham princípios comuns, como o respeito, a escuta e a colaboração, mas respondem a desafios distintos.⁴

Historicamente, ainda que as brigas e perseguições religiosas recaiam, em muito, sobre os cristãos, tal situação nem sempre foi aceita sem a firme contestação de alguns deles. As tentativas de reconciliação “dos Concílios de Lion (1274) e Florença (1439), no tocante às igrejas orientais; a influência de Erasmo de Roterdã sobre os colóquios religiosos na Alemanha e na França, na época da Reforma protestante”;⁵ os monumentos da cidade espanhola de Toledo, conhecida como “a cidade das três culturas”, na qual viveram cristãos, judeus e muçulmanos, num contundente exemplo medieval de tolerância religiosa, são exemplos fatídicos que demonstram a indignação de pessoas com o contexto bélico, gerado pelas disputas religiosas. Na “Carta acerca da Tolerância”, escrita em 1689, John Locke defende que a convivência respeitosa entre os cristãos é fundamental para identificar uma igreja autêntica. Ele critica os critérios exteriores frequentemente usados para justificar superioridade religiosa - como a antiguidade dos templos, a imponência dos rituais ou a suposta pureza doutrinária. Para Locke, esses elementos refletem mais a busca por poder do que sinais da verdadeira fé cristã. A verdadeira marca do cristianismo, segundo ele, está na atitude de

² BIRMILÉ, A., *Ecumenismo*, p. 598.

³ BIRMILÉ, A., *Ecumenismo*, p. 598.

⁴ WEBTV REDENTOR. *Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso*. [vídeo]. Publicado em: 30 de ago. de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F3_H9MXZF_g. Acesso em: 5 jun. 2024.

⁵ VERCRUYSSÉ, J., *Ecumenismo*, p. 248-249.

acolhimento e no espírito de caridade, inclusive para com os que não compartilham a mesma fé: “Se um homem possui todas aquelas coisas, mas se lhe faltar caridade, brandura e boa vontade para com todos os homens, mesmo para com os que não forem cristãos, ele não corresponde ao que é um cristão”.⁶

Apesar desses precedentes, foi apenas no século XX que a divisão entre os cristãos passou a ser assumida como escândalo teológico e pastoral.⁷ O marco desta tomada de consciência se deve à Conferência Internacional de Missões, realizada na cidade escocesa de Edimburgo, em 1910. Este evento teve seus trabalhos dirigidos por John Raleigh Mott, um dos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz de 1946, e por Joseph Houldsworth. Tal iniciativa, de acordo com Couto,⁸ foi o ponto de chegada de ações como os movimentos filantrópicos internacionais do século XIX, os movimentos interconfessionais de estudantes e de jovens e a propagação da ideia missionária no mundo cristão protestante. Desta Conferência de Edimburgo, surgem alguns outros movimentos, nos quais é proposta a primeira Assembleia Geral do Conselho Mundial das Igrejas (CMI). O início da II Guerra mundial fez com que este evento, que deveria ter sido realizado em 1941, só ocorresse em 22 de agosto de 1948, em Amsterdã, na Holanda, com o tema “A desordem humana e o desígnio de Deus”.

Esse movimento ecumênico moderno teve uma ilustre ausência dos cristãos católicos romanos, até a década de 60. Referindo-se às iniciativas ecumênicas de sua época, o Papa Pio XI afirmou, na encíclica *Mortalium Animos* de 1928, que “nestas condições, é claro que a Sé Apostólica não pode de modo algum participar nas suas reuniões e que de modo algum os católicos podem unir-se ou prestar assistência a tais tentativas”, já que se o fizessem, estariam dando “autoridade a uma falsa religião cristã, muito distante da única Igreja de Cristo”.⁹ Ainda neste mesmo ano, o Santo Ofício reafirmou essa posição, proibindo a participação católica em conferências com cristãos não católicos.¹⁰ Esse

⁶ LOCKE, J., Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano, p. 3.

⁷ VERCROYSSSE, J., Introdução à Teologia Ecumênica, p. 48.

⁸ COUTO, C. A. R., Ecumenismo: perspectivas católicas e desafios contemporâneos, p. 401-426.

⁹ Pio XI, Carta Encíclica *Mortalium animos*, n.10.

¹⁰ WOLFF, E., Divisões na Igreja: desafios para o ecumenismo hoje, p. 381-407.

entendimento segue até o início dos preparativos do Concílio Vaticano II (1962-1965).¹¹

A mudança ocorreu na década de 1960. A criação do Secretariado para a União dos Cristãos, o envio de observadores à terceira Assembleia do CMI (Nova Délhi, 1961) e a presença de representantes não católicos no Concílio Vaticano II marcam o início da nova postura católica. Essa transição deve-se, em parte, à atuação de teólogos e agentes pastorais como Yves Congar, Karl Rahner, Jean Daniélou, Paul Couturier, Lambert Beauduin e às diversas iniciativas ecumênicas católicas.¹²

Considerado como maior evento da história da Igreja católica, no século XX, o Concílio Vaticano II foi realizado, no período de 1962 a 1965. Ele se caracterizou, sobretudo, pela atitude de diálogo com o mundo de seu tempo.¹³ É neste sentido que se pode afirmar que este Concílio foi a consolidação da mudança católica, frente aos outros cristãos e “não-cristãos”. Tratou-se de em ambiente marcado pelo diálogo fecundo com os cristãos de outras igrejas e com as religiões diferentes do cristianismo, tais como: hinduísmo, budismo, islamismo e judaísmo. Mas, não parou por aí. Buscou interagir, com uma intensidade nunca vista na história, com ateus e os indiferentes à religião, sempre levando em consideração os desafios do mundo secularizado, no qual os católicos se encontravam.

No entanto, lamentavelmente, é necessário observar que o Concílio não tratou explicita e diretamente, como nos demais casos, das religiões de matrizes africana e indígena, refletindo as graves (e preconceituosas?) limitações culturais e teológicas da época.

A teóloga Ngalula¹⁴ ajuda a entender, pela ótica das religiões tradicionais da África, a existência de tal resistência, no contexto do Concílio Vaticano II. Segundo sua análise, este concílio está inserido numa época estranha das ciências humanas e sociais. Entre elas, havia o debate sobre o tipo de abordagem que se deveria ter, em relação às tradições religiosas da África, herdadas dos ancestrais. Até a metade do século

¹¹ VERCRUYSSÉ, J., Introdução à Teologia Ecumênica, p. 68.

¹² WOLFF, Elias., O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II, p. 408.

¹³ SANCHEZ, W. L., Vaticano II e o diálogo inter-religioso, p. 20-23.

¹⁴ JOSÉE NGALULA é a primeira teóloga africana (República Democrática do Congo) a ser nomeada para a Comissão Teológica Internacional. Ela foi nomeada em 29 de setembro de 2021. Seu mandato começou em 1º de janeiro de 2022 e terminará em 31 de dezembro de 2025.

XX, os trabalhos sobre tais tradições eram marcados, sobretudo, por termos negativos: “elas eram taxadas de ‘superstição’, de ‘paganismo’, de ‘fetichismo’ e, por vezes, até mesmo de culto ao diabo”.¹⁵ Neste aspecto, é possível perceber como o ambiente do Concílio Vaticano II não se livrou totalmente desta visão distorcida, em relação às tradições religiosas de matrizes africanas. Mesmo o texto conciliar mais contundente para o diálogo com os denominados “não-cristãos”, a Declaração *Nostra Aetate* (NA) não faz qualquer menção direta a tais tradições religiosas da África. Ao ser publicado, em 1965, o texto fala, tão somente, nas “outras religiões que existem no mundo”.¹⁶

Apesar desta digressão étnico-religiosa, a entrada da Igreja Católica, no contexto ecumênico e inter-religioso, altera o panorama sobre o assunto, significativamente. Neste contexto, a busca católica pelo diálogo não ficou restrita ao plano institucional ou doutrinal, mas passou a integrar também práticas comunitárias e relações cotidianas. A criação do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos e do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, em 1988, institucionalizou essa disposição.

Após o Concílio, diversos papas protagonizaram gestos significativos. Paulo VI encontrou-se com o Patriarca de Constantinopla Atenágoras I em 1964. João Paulo II, além de publicar em 1995 a encíclica *Ut Unum Sint* (UUS), convocou o Encontro de Assis (1986), com a participação de representantes de várias religiões, visitou a sinagoga de Roma (1993) e reconheceu o Estado de Israel. Francisco, por sua vez, firmou o “Documento sobre a Fraternidade Humana” (2019), em Abu Dhabi, com o Imã Ahmad Al-Tayyeb, e declarou na ocasião desta viagem que as religiões não podem renunciar à tarefa urgente de construir pontes entre povos e culturas.¹⁷ Dando continuidade a essa trajetória, o Papa Leão XIV reafirmou, em seu discurso inaugural como Bispo de Roma, a centralidade do diálogo inter-religioso na missão da Igreja. Ele destacou que a fraternidade universal deve se manifestar em gestos concretos de cooperação entre as tradições de fé. Valorizando a herança deixada por seus predecessores, especialmente pelo Papa Francisco, ele

¹⁵ NGALULA, J., Les religions traditionnelles africaines d’hier et d’aujourd’hui à la lumière de *Nostra Aetate*, p. 6.

¹⁶ NA 2.

¹⁷ FRANCISCO; AL-TAYYEB., Documento sobre a Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e da Convivência Comum, p. 3.

ênfatiçou a urgência de promover o encontro entre religiões por meio da escuta recíproca, da colaboração ética e do compromisso com a paz, a justiça e o cuidado da criação. Por fim, destacou que o testemunho comum das diversas tradições religiosas pode contribuir decisivamente para uma convivência mais solidária e reconciliada entre os povos.¹⁸

No Brasil, a criação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), em 1982, marcou a consolidação do ecumenismo no país.¹⁹ Composto por seis igrejas-membro - entre elas, a Igreja Católica -, o CONIC vem atuando em diversas frentes. Dentre essas, segundo seu estatuto, encontram-se o fortalecimento do testemunho comum, o diálogo inter-religioso e a busca da interlocução com organizações da sociedade civil e governo para a incidência pública em favor de políticas que construam a justiça e a paz.²⁰ Suas iniciativas mais conhecidas são a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos e a Campanha da Fraternidade Ecumênica.

Essa breve reconstrução histórica permite reconhecer que o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, especialmente no século XX, não se limitam a um mero “bom desejo do coração”. Eles são processos marcados por resistência, conversão institucional e compromisso com a construção de uma convivência baseada no respeito e na cooperação entre as tradições de fé. A participação de múltiplas expressões religiosas, nesse processo, permitiu a criação de oportunidades concretas para que a consciência coletiva fosse mobilizada de modo sensível. Isto favoreceu um ambiente onde os fiéis puderam construir, unidos, aquilo que não seriam obrigados a edificar separadamente. Esse contexto foi consolidando uma convivência plural baseada no reconhecimento mútuo, sem que as identidades religiosas fossem anuladas. Essa dinâmica revelou que a busca pela unidade e pelo respeito entre diferentes credos não surgiu de forma espontânea, mas sim como um resultado da evolução das relações inter-religiosas e do esforço contínuo de comunidades e indivíduos em superar divisões e promover uma cultura de paz.

¹⁸ LEÃO XIV., Discurso do Santo Padre aos representantes de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais e de outras religiões, p. 3-4.

¹⁹ WOLFF, E., Caminhos do Ecumenismo no Brasil, p. 128-129.

²⁰ CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. Estatuto do CONIC, Art. 1º.

1 – O Ecumenismo

Para os cristãos, a oração de Jesus, registrada no Evangelho de João 17,21 - “que todos sejam um” - é a motivação mais fundamental para o compromisso ecumênico. Trata-se de um chamado à unidade, que, neste caso, faz parte da integralidade do cristianismo. Para os católicos, é um dever de consciência, iluminado pela fé e guiado pela caridade. Na consciência conciliar existe um “imperativo ecumênico”,²¹ isto é, um apelo permanente à unidade. Essa, para além dos aspectos místico e teológico, é detentora de força social. A união entre os cristãos fortalece ações em favor da justiça, da solidariedade e da promoção humana.

Visto que nos nossos tempos largamente se estabelece a cooperação no campo social, todos os homens são chamados a uma obra comum, mas com maior razão os que creem em Deus, sobretudo todos os cristãos assinalados com o nome de Cristo. [...]Esta cooperação, que já se realiza em não poucas nações, deve [...] contribuir para apreciar devidamente a dignidade da pessoa humana, promover o bem da paz, aplicar ainda mais o Evangelho na vida social, [...] e aplicar toda a espécie de remédios aos males da nossa época, tais como a fome e as calamidades, o analfabetismo e a pobreza, a falta de habitações e a inadequada distribuição dos bens.²²

Cheia de esperança, a Igreja Católica assume o empenho ecumênico como um imperativo da consciência cristã, iluminada pela fé e guiada pela caridade. Também aqui se podem aplicar as palavras de S. Paulo aos primeiros cristãos de Roma: « O amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos foi concedido »; assim a nossa « esperança não nos deixa confundidos » (*Rm* 5, 5). Esta é a esperança da unidade dos cristãos, que encontra a sua fonte divina na unidade trinitária do Pai e do Filho e do Espírito Santo.²³

O ecumenismo se expressa por meio de ações doutrinárias, espirituais, pastorais e litúrgicas. Essas iniciativas buscam reconstruir a unidade entre os cristãos, tendo como base a fidelidade ao Evangelho e a comunhão com Jesus Cristo. A Sagrada Escritura orienta esse caminho,

²¹ WOLFF, E. O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II, p. 411.

²² UR 12.

²³ JOÃO PAULO II., Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, n. 8.

sempre em diálogo com os desafios atuais da sociedade. O objetivo do movimento ecumênico não é criar uma única igreja uniforme, nem apagar os ritos, práticas ou tradições distintas. Ao contrário, reconhece que a diversidade fortalece a identidade das igrejas e amplia sua contribuição para o bem comum.

Essa compreensão ampliada do ecumenismo tem ganhado força nas últimas décadas. Experiências locais de cooperação pastoral mostram que o diálogo não se limita a encontros entre cúpulas eclesiais. Projetos conjuntos em periferias urbanas, ações entre as denominações cristãs de defesa de direitos e campanhas solidárias são sinais concretos de uma unidade que se constrói na prática. Essas vivências superam barreiras históricas e contribuem para um cristianismo mais encarnado nas realidades sociais mais vulneráveis.

A tradição recente da Igreja Católica consolidou diversos documentos que orientam e organizam a prática ecumênica. Esses textos têm como finalidade despertar, entre os fiéis católicos, um compromisso mais consciente e consistente com o diálogo entre os cristãos. Destacam-se, nesse percurso, três contribuições centrais: o decreto *Unitatis Redintegratio* (UR), o Diretório Ecumênico e a encíclica *Ut Unum Sint* (UUS).

O decreto UR, promulgado pelo Concílio Vaticano II em 21 de novembro de 1964, representou um marco na reformulação da postura católica diante das outras tradições cristãs. No número 4 deste documento, são estabelecidas três diretrizes fundamentais: em primeiro lugar, o esforço para que os católicos evitem “palavras, juízos e ações que, segundo a equidade e a verdade, não correspondem à condição” dos outros cristãos, pois isso “torna difíceis as relações entre eles”. Em segundo lugar, incentiva-se o “diálogo” entre os cristãos, no qual cada tradição possa apresentar com clareza suas características, superando os preconceitos e favorecendo a colaboração “em certas obrigações que a consciência cristã exige em vista do bem comum”. Por fim, destaca-se a importância de criar ocasiões em que os cristãos possam unir-se em oração, fortalecendo laços espirituais que precedem a plena unidade visível.

O *Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*, publicado pelo Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos em 25 de janeiro de 1993, aprofunda essas diretrizes e

propõe aplicações concretas. No número 23, reforça-se que os católicos têm a obrigação de promover o ecumenismo, inclusive em contextos em que ele não existe. Reconhecendo as dificuldades, o texto recomenda que, diante de “oposições ou impedimentos por atitudes sectárias ou atividades que levam a divisões ainda maiores entre os que confessam o nome de Cristo”, os católicos permaneçam “pacientes e perseverantes” e “nunca desistam”. Já nos números 46 e 47, o documento propõe que cada Conferência Nacional de Bispos crie uma comissão de Bispos para o ecumenismo. Essa comissão deve contar com especialistas leigos e religiosos e atuar em parceria com organizações diocesanas e representantes de outras confissões cristãs, promovendo “um testemunho comum da fé” e ações conjuntas em áreas como “educação, moralidade pública e privada, justiça social, questões relacionadas à cultura, ciência e artes”. O número 204 reconhece a relevância da colaboração ecumênica em âmbitos específicos, como hospitais, prisões, universidades, forças armadas e meios de comunicação, reforçando a dimensão pastoral do diálogo.

A Encíclica UUS, publicada pelo Papa João Paulo II, em 25 de maio de 1995, representou um marco significativo no compromisso da Igreja Católica com o ecumenismo. Este documento reafirma, de maneira inequívoca, que o empenho pela unidade dos cristãos “é uma exigência da fé” e não constitui um ato opcional ou circunstancial, “mas brota do próprio ser da comunidade cristã”.²⁴ De acordo com o pontífice, “trata-se de uma exigência que nasce do próprio ser da comunidade cristã”.²⁵

De fato, a preocupação com a restauração da unidade dos cristãos já estava presente no pontificado de João XXIII e se expressou de maneira emblemática no Concílio Vaticano II. Não por acaso, o anúncio do Concílio foi realizado precisamente na celebração de encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, no dia 25 de janeiro de 1959. Para além de um gesto simbólico, João XXIII adotou medidas concretas que garantiram que a questão ecumênica não se perdesse em declarações de boas intenções. Entre essas iniciativas destacam-se: a criação do Secretariado para a União dos Cristãos (em 5 de junho de 1960); o convite a observadores ortodoxos, anglicanos e protestantes

²⁴ JOÃO PAULO II., Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, n. 9.

²⁵ JOÃO PAULO II., Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, n. 49.

para participarem do Concílio; a presença de uma delegação católico-romana na Assembleia do Conselho Mundial de Igrejas, em Nova Déli, no mesmo ano; e, ainda, a exclusão de expressões antissemitas da liturgia da Sexta-feira Santa.²⁶

Outro dado altamente expressivo é o fato de que o Decreto UR, sobre o ecumenismo, e a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a natureza da Igreja, foram promulgados no mesmo dia, 21 de novembro de 1964. Esse gesto não foi meramente accidental. Conforme afirmou o Papa Paulo VI,²⁷ no discurso que acompanhou essa promulgação, a doutrina sobre a Igreja deveria ser interpretada à luz do decreto sobre o ecumenismo. Essa inter-relação doutrinária reflete a compreensão, cada vez mais consolidada, de que o ecumenismo não é uma atividade periférica, mas central na missão e na própria identidade eclesial.

No mesmo horizonte, João Paulo II retoma essa perspectiva na UUS, quando declara explicitamente que “a Constituição dogmática *Lumen Gentium* liga a doutrina sobre a Igreja Católica ao reconhecimento dos elementos salvíficos que se encontram nas outras Igrejas e comunidades eclesiais”.²⁸ E complementa afirmando, de forma categórica, que “a busca da unidade dos cristãos é um imperativo que brota da fidelidade à vontade de Cristo e da necessidade de ser coerente com a missão evangelizadora da Igreja”.²⁹

Ao refletir sobre os frutos do movimento ecumênico, João Paulo II reconhece que “o caminho ecumênico permitiu um aprofundamento na comunhão real, embora ainda imperfeita, existente entre os cristãos”, uma comunhão que tem como fundamento comum “a fé em Jesus Cristo e no Batismo”.³⁰ Por isso, o Papa reafirma que “o compromisso ecumênico é uma das prioridades pastorais da Igreja de hoje”, uma tarefa que deve envolver “não apenas os responsáveis, mas todos os fiéis”, pois “nenhum cristão está dispensado desta preocupação”.³¹

Na perspectiva do Papa polonês, o ecumenismo não se limita ao âmbito institucional ou doutrinário, mas exige uma verdadeira “conversão

²⁶ WOLFF, E. O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II, p. 409.

²⁷ PAULO VI., Discurso de encerramento da terceira sessão do Concílio Vaticano II, p. 4-5.

²⁸ JOÃO PAULO II., Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, n. 49.

²⁹ JOÃO PAULO II., Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, n. 3.

³⁰ JOÃO PAULO II., Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, n. 42.

³¹ JOÃO PAULO II., Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, n. 5.

interior, que é o alicerce de toda busca pela unidade”.³² E tal conversão passa pela purificação da memória e pelo reconhecimento das culpas históricas, conforme afirma: “Pede-se aos católicos que, com lucidez e valentia, façam um exame de consciência sobre tudo aquilo que, de algum modo, tenha sido contrário à unidade desejada por Deus”.³³

Por fim, um dos pontos mais ousados da UUS se encontra no apelo que João Paulo II dirige às demais igrejas cristãs, especialmente no que se refere ao papel do “ministério petrino”.³⁴ O Papa manifesta, com clareza, sua disposição em dialogar sobre formas de exercício do primado que não sejam obstáculo, mas sim serviço à unidade, quando afirma: “Faça um convite a todos os responsáveis da Igreja e aos teólogos para que me ajudem a encontrar uma forma de exercício do primado que, sem renunciar de modo algum à sua essência, se abre a uma situação nova”.³⁵

Esta afirmação sintetiza o amadurecimento do entendimento eclesiológico que se desenvolveu ao longo do século XX, especialmente após o Concílio Vaticano II, e que passa a orientar de forma inequívoca a prática ecumênica da Igreja Católica.

2 – O Diálogo Inter-religioso:

O diálogo inter-religioso é um encontro respeitoso, positivo e construtivo entre cristãos e pessoas de outras tradições religiosas. Trata-se de um processo de aproximação. Ele promove o conhecimento mútuo e o enriquecimento recíprocos. Fundamenta-se na busca sincera da verdade e no reconhecimento da liberdade religiosa. O documento “Diálogo e Anúncio” (1991), ao citar literalmente o número 3 de “Diálogo e Missão” (1984), publicado pelo Secretariado para os Não-cristãos, afirma que o diálogo inter-religioso deve ser compreendido como o “conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outros credos, para um conhecimento mútuo

³² JOÃO PAULO II., Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, n. 15.

³³ JOÃO PAULO II., Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, n. 34.

³⁴ O “ministério petrino” é a função de liderança e serviço à unidade de toda a Igreja Católica, exercida pelo Bispo de Roma, o Papa, como sucessor do Apóstolo Pedro. Caracteriza-se como um primado de honra e jurisdição, visando a comunhão e a fé entre os cristãos.

³⁵ JOÃO PAULO II., Carta Encíclica *Ut Unum Sint*, n. 95.

e um recíproco enriquecimento, na obediência à verdade e no respeito à liberdade”.³⁶

Publicada em 28 de outubro de 1965, a Declaração NA constitui um divisor de águas na história das relações da Igreja Católica com as religiões do mundo. No número 1, o documento reconhece os laços que unem todos os seres humanos e evidencia as questões existenciais comuns à humanidade. A Igreja se declara solidária, com as demais tradições religiosas, na busca das respostas fundamentais da condição humana, tais como: “Quem somos? Qual o sentido da vida? Por que existe o mal? Qual o caminho para alcançar a felicidade? O que é a morte? E o que há além dela?”.³⁷

Nos números 2 a 4, o documento adota uma postura surpreendentemente positiva para sua época, no que diz respeito à diversidade das tradições religiosas. Nomeadamente, o texto conciliar vai dizer que Hinduísmo, Budismo, Islamismo e Judaísmo, embora distintas em crenças, práticas e expressões possuem elementos de verdade, sabedoria e valores espirituais. Essa perspectiva vai alcançar também as religiões que não foram tratadas, declaradamente. Isso será possível no contexto da generalização feita no número 5 do texto, quando aborda a “fraternidade universal e a reprovação de toda discriminação racial ou religiosa”.

Em todo caso, o que há de mais contundente nesta Declaração é o fato de que, doravante, a alteridade religiosa deverá ser percebida, no âmbito da ortodoxia católica, a partir de uma nova perspectiva, a saber:

Exorta, por isso, os seus filhos a que, com prudência e caridade, pelo diálogo e colaboração com os sequazes de outras religiões, dando testemunho da vida e fé cristãs, **reconheçam, conservem e promovam** os bens espirituais e morais e os valores socioculturais que entre eles se encontram.³⁸ (grifo meu)

Essa abertura da Igreja ao diálogo sinaliza um deslocamento teológico bem relevante. Ao reconhecer que essas tradições não apenas con-

³⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS., Diálogo e anúncio: reflexões e orientações sobre o diálogo inter-religioso e o anúncio do Evangelho de Jesus Cristo, n. 9.

³⁷ NA 1.

³⁸ NA 2

têm “sementes de verdade” (*semina Verbi*), mas expressam autênticas buscas espirituais, o catolicismo assume o imperativo ético e pastoral de reconhecer, preservar e promover o que há de nobre e verdadeiro nelas. Sem dúvida, trata-se de uma virada sem precedentes para uma instituição religiosa, historicamente marcada por uma visão hostil do outro religioso. Por isso, vale fazer uma análise um pouco mais demorada sobre esta nova postura.

Nesse horizonte, é crucial compreender que esses três verbos não operam apenas no plano do discurso. Eles exigem uma práxis concreta, relacional e comprometida com a justiça, a paz e a dignidade da cultura religiosa de todos os povos. Deste modo, por uma opção metodológica, o *Documento sobre a Fraternidade Humana*, assinado em Abu Dhabi, em 2019, pelo Papa Francisco e pelo Imã Al-Tayyeb, é uma alternativa bem adequada a ser utilizada como chave hermenêutica para a compreensão, um pouco mais eclesiologicamente atual, do que quer dizer “reconheçam, conservem e promovam” a diversidade religiosa.³⁹

Ao propor a construção de uma cultura da convivência e da paz, o documento reforça que o **reconhecimento** da alteridade religiosa não é uma concessão, mas uma exigência da própria fé: “A fé leva o crente a ver no outro um irmão que deve apoiar e amar”.⁴⁰ Este reconhecimento, portanto, é simultaneamente um ato espiritual, ético e político, pois convoca as religiões a romperem com qualquer lógica de supremacia, exclusão ou violência simbólica.

Preservar, por sua vez, implica proteger as tradições religiosas da corrosão provocada pelos fundamentalismos, pela mercantilização da espiritualidade e pela homogeneização cultural imposta pelas dinâmicas do neoliberalismo globalizado. O documento de Abu Dhabi alerta que “o pluralismo e as diversidades de religião, cor, sexo, raça e língua são uma sábia vontade divina”.⁴¹ Portanto, preservar essas diversida-

³⁹ Em SILVA, C.J., Educar para a diversidade religiosa na eclesiologia da *Lumen Gentium*, p. 10, pontua-se que esse Documento biconfessional e coautorial sobre a *Fraternidade Humana* se tornou um marco para o diálogo inter-religioso e a diplomacia internacional. Seu alcance extrapolou o campo eclesial, influenciando espaços políticos globais. Em 20 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral da ONU reconheceu sua importância com a Resolução 74/275, instituindo, a partir de tal reconhecimento, o Dia Internacional da Fraternidade Humana em 4 de fevereiro.

⁴⁰ FRANCISCO; AL-TAYYEB., Documento sobre a Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e da Convivência Comum, p. 1.

⁴¹ FRANCISCO; AL-TAYYEB., Documento sobre a Fraternidade Humana em

des não é apenas um dever ético, mas uma resposta fiel ao desígnio do próprio Criador. Esse princípio se impõe, especialmente, quando se observa que muitas tradições - como as espiritualidades afrodescendentes e dos povos indígenas - têm sido historicamente alvo de processos sistemáticos de silenciamento, demonização e violação simbólica e física. O verbo **promover**, enfim, desdobra-se como uma convocação ativa para que as tradições religiosas se tornem agentes de transformação social, lutando contra todas as formas de discriminação, intolerância e opressão. O documento é categórico ao afirmar:

Nós – crentes em Deus, no encontro final com Ele e no Seu Julgamento –, a partir da nossa responsabilidade religiosa e moral e através deste Documento, rogamos a nós mesmos e aos líderes do mundo inteiro, aos artífices da política internacional e da economia mundial, para se comprometer seriamente na difusão da tolerância, da convivência e da paz.⁴²

Promover, portanto, não é apenas proteger o outro na sua diferença, mas é também colaborar na criação de estruturas sociais, culturais e políticas que garantam os direitos, a liberdade e a dignidade de todas as expressões religiosas e espirituais.

Entre os marcos contemporâneos mais significativos no campo do diálogo inter-religioso, destaca-se também o documento intitulado “O testemunho cristão em um mundo multi-religioso: recomendações de conduta”, publicado em 28 de junho de 2011, fruto de uma elaboração conjunta do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso (PCDI) — representando oficialmente a Igreja Católica — e da Aliança Evangélica Mundial (WEA). Apresenta-se, portanto, de modo ecumenicamente estruturado. Trata-se de um texto de profundo valor ético, pastoral e teológico, que busca oferecer critérios comuns às diversas tradições cristãs para a vivência do testemunho em sociedades marcadas pela pluralidade religiosa e cultural.

A primeira seção do documento estabeleceu sete princípios fundamentais para a ação das igrejas cristãs, ressaltando que a proclamação

Prol da Paz Mundial e da Convivência Comum, p.5.

⁴² FRANCISCO; AL-TAYYEB., Documento sobre a Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e da Convivência Comum, p. 3.

da fé deve ocorrer dentro do respeito e da delicadeza. Afirma-se que “para os Cristãos é um privilégio e uma alegria dar razões da própria esperança e fazê-lo com delicadeza e respeito”.⁴³

O testemunho cristão, nesse contexto, não é apenas verbal, mas inclui a disposição ao diálogo e à solidariedade entre os seguidores de diferentes tradições religiosas. Como enfatiza o documento, “Ser uma testemunha Cristã em um mundo pluralístico inclui o envolvimento em um diálogo com pessoas de diferentes religiões e culturas”.⁴⁴

Outro ponto crucial é a rejeição de qualquer forma de coerção no processo evangelizador. Qualquer tentativa de conversão por métodos enganosos, manipulação psicológica ou benefícios materiais contradiz o próprio Evangelho. Assim, o texto estabelece que “se os Cristãos se envolvem em métodos inapropriados no exercício da missão, recorrendo a meios enganosos e coercivos, eles estão traindo o evangelho”.⁴⁵

Na segunda seção, são apresentados doze princípios para nortear o comportamento dos cristãos em contextos inter-religiosos. Destacam-se a vivência do amor e da humildade, sobretudo diante da tentação da arrogância e do desprezo por outras tradições. Os cristãos são chamados a superar tais atitudes e a agir com compaixão: “Os Cristãos são chamados para viver com integridade, caridade, compaixão e humildade, e a superar toda arrogância, condescendência e desprezo”.⁴⁶ Continuando nesta mesma referência de princípios, o texto será enfático em dizer que: o serviço gratuito ao próximo, especialmente por meio da educação, saúde e justiça, é reafirmado como essencial para a missão cristã; os Cristãos, no seu testemunho, são chamados a rejeitar toda forma de violência, seja ela psicológica ou social; e, no que diz mais de perto sobre a questão humanitária da diversidade religiosa, vai afirmar que a

⁴³ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS; ALIANÇA EVANGÉLICA MUNDIAL., O testemunho cristão em um mundo multi-religioso: recomendações de conduta, p. 3.

⁴⁴ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS; ALIANÇA EVANGÉLICA MUNDIAL., O testemunho cristão em um mundo multi-religioso: recomendações de conduta, p. 3.

⁴⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS; ALIANÇA EVANGÉLICA MUNDIAL., O testemunho cristão em um mundo multi-religioso: recomendações de conduta, p. 3.

⁴⁶ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS; ALIANÇA EVANGÉLICA MUNDIAL., O testemunho cristão em um mundo multi-religioso: recomendações de conduta, p. 4.

“liberdade religiosa, incluindo o direito de professar publicamente, de praticar, de propagar e de mudar de religião, parte da própria dignidade do ser humano”.⁴⁷

Esse último aspecto será reforçado no texto, quando este trata sobre as recomendações. Estas, no seu quarto parágrafo, são firmes em orientar que os cristãos “*cooperem* com outras comunidades religiosas envolvendo-se na promoção inter-religiosa em busca da justiça e do bem comum e, quando for possível, estar lado a lado em solidariedade com pessoas que estão em situações de conflito”.⁴⁸

Considerações finais

A partir dos elementos apresentados, torna-se evidente que o caminho do ecumenismo e do diálogo inter-religioso é uma exigência ética e teológica. No entanto, ela é humanitária também. São crescentes os desafios impostos pela intolerância, pela discriminação e pelas hostilidades motivadas por crenças religiosas. Isso, tanto em nível local quanto global. Haja vista, os contundentes dados,⁴⁹ que justificaram a criação da Comissão Parlamentar de Inquéritos, destinada a apurar as causas e consequências dos casos de intolerância religiosa no Estado do Rio de Janeiro.

Os dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, todavia, indicam um pequeno, mas significativo avanço na diversidade religiosa no Brasil.⁵⁰ Houve redução no número de católicos e crescimento de evangélicos, pessoas sem religião e praticantes de religiões afro-brasileiras – essas mais que triplicaram - e indígenas. Esse pluralismo crescente está ligado, certamente, às hercúleas ações sociais que desembocaram em políticas públicas um pouco mais eficientes no combate à intolerância e de promoção da liberdade religiosa.

⁴⁷ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS; ALIANÇA EVANGÉLICA MUNDIAL., O testemunho cristão em um mundo multi-religioso: recomendações de conduta, p. 4.

⁴⁸ PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS; ALIANÇA EVANGÉLICA MUNDIAL., O testemunho cristão em um mundo multi-religioso: recomendações de conduta, p. 6.

⁴⁹ RIO DE JANEIRO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Comissão Parlamentar de Inquérito., Relatório final e conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 382/2021, p. 23-24.

⁵⁰ MAC CORD, L.; BERNARDES, A. A fé brasileira está mais diversa, aponta IBGE.

Por outro lado, O relatório do *Pew Research Center* (2024)⁵¹ mostra que, infelizmente, as restrições à liberdade religiosa permanecem em níveis alarmantes em todo o mundo. Sejam elas impostas por governos ou por grupos sociais, os dados apontam para um cenário muito desafiador. Em 2022, 59 países apresentaram níveis altos ou muito altos de restrições governamentais à religião e 45 outros registraram altos índices de hostilidade social motivada por questões religiosas.⁵² Isso revela que a liberdade de crença continua severamente ameaçada em grande parte da humanidade. O Brasil aparece com níveis governamentais moderados, mas com alto grau de tensões sociais relacionadas à fé.

Isso revela que, apesar de alguns avanços, a aceitação da pluralidade ainda enfrenta resistências. Nesse sentido, é fundamental que religiões, igrejas, universidades confessionais e seus agentes se envolvam na defesa da liberdade religiosa como um direito universal. Esse deve subsidiar não só as majorias, mas, sobretudo, as minorias e as tradições mais vulnerabilizadas.

A Declaração NA, do Concílio Vaticano II, apesar de representar um avanço notável na abertura da Igreja Católica ao diálogo com outras religiões, revelou também limites significativos. Dentre eles, ela não considerou mencionar explicitamente as religiões de matrizes africanas e indígenas. Esse silêncio, como bem denuncia a teóloga Josée Ngalula (2015), ainda reflete um viés colonial presente nas matrizes teológicas ocidentais, que, há muito, precisa ser superado. O caminho do diálogo e da fraternidade só será pleno quando incluir de forma efetiva e respei-

⁵¹ MAJUMDAR, S., *Government Restrictions on Religion Stayed at Peak Levels Globally in 2022*.

⁵² MAJUMDAR, S., *Government Restrictions on Religion Stayed at Peak Levels Globally in 2022*:

O Índice de Restrições Governamentais (GRI) avalia leis, políticas e ações estatais que impõem limitações às crenças e práticas religiosas. Esse índice é composto por 20 categorias de restrições, que incluem iniciativas governamentais voltadas à proibição de determinadas tradições religiosas, à restrição de conversões, à limitação da pregação ou à concessão de tratamento preferencial a uma ou mais confissões religiosas.

Por sua vez, o Índice de Hostilidades Sociais (SHI) mede atos de hostilidade religiosa praticados por indivíduos, organizações ou grupos da sociedade civil. Abrange conflitos armados ou ações terroristas motivadas por religião, violência de massa ou setária, perseguições relacionadas ao uso de vestimentas religiosas, entre outras formas de intimidação ou abuso vinculadas à fé. O SHI contempla 13 categorias de hostilidades sociais.

tosa as espiritualidades afrodescendentes, indígenas e de outros povos originários. Isso, reconhecendo nelas não apenas sujeitos culturais, mas realidades portadoras de epistemologias, de espiritualidades e de experiências salvíficas.

Por tudo isso, ao concluir este percurso reflexivo, é possível perceber que a tarefa das religiões é eminentemente humanitária e civilizatória. Cabe-lhes a missão de aproximar os seres humanos, sejam eles religiosos ou não, em torno de valores como a dignidade, a paz, a justiça e o reconhecimento das diferenças. A partir de uma fé que se deixa interpelar pelo outro e que se abre ao diálogo, cada pessoa pode se fortalecer em suas convicções e, ao mesmo tempo, colaborar na erradicação de qualquer forma de violência, intolerância ou exclusão praticada em nome de Deus ou da religião. “Com efeito, Deus, o Todo-Poderoso, não precisa de ser defendido por ninguém e não quer que o Seu nome seja usado para aterrorizar as pessoas”,⁵³ já afirmaram o Papa Francisco e o Imã AL- Tayyeb

Que este caminho, iluminado pelos princípios do ecumenismo, do diálogo inter-religioso e da fraternidade universal, possa contribuir, efetivamente, para a construção de uma cultura religiosa mais inclusiva, plural, justa e promotora da paz.

Referências bibliográficas

- BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. 2. impr. São Paulo: Paulus, 2003.
- BIRMILÉ, André. Ecumenismo. In: LACOSTE, Jean-Yves (Org.). **Dicionário Crítico de Teologia**. Paulinas: São Paulo. Edições Loyola: São Paulo, 2004, p. 597-601.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Constituição pastoral *Gaudium et Spes***. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Declaração *Nostra Aetate***. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CONCÍLIO VATICANO II. **Decreto *Unitatis Redintegratio***. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Estudos núm. 21. Guia Ecumênico**. 3ª Edição. São Paulo: Paulus, 2003.
- CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL (CONIC). **Estatuto do CONIC**. Brasília, 11 de abr. 2015. Disponível em: http://www.conic.org.br/portal/files/Estatuto_22A.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2024.

⁵³ FRANCISCO; AL-TAYYEB., Documento sobre a Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e da Convivência Comum, p.5.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS (CPPUC). **Diretório para a Aplicação dos Princípios e Normas sobre o Ecumenismo**. 3ª Edição. São Paulo: Edições Paulinas, 2004.

COUTO, Carlos Alberto Ribeiro do. Ecumenismo: perspectivas católicas e desafios contemporâneos. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 74, n. 294, p. 401-426, 2014.

FRANCISCO. Íntegra do discurso do Papa do **Founder's Memorial, em Abu Dhabi**. VaticanNews, Vaticano, 4 de fev. 2019. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-02/papa-francisco-abu-dhabi-discurso-encontro-inter-religioso.print.html>. Acesso em: 2 de jun. 2020.

FRANCISCO (Papa); AL-TAYYEB, Ahmad. **Documento sobre a Fraternidade Humana em Prol da Paz Mundial e da Convivência Comum**. [PDF]. Abu Dhabi: Santa Sé; Al-Azhar, 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/documents/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html. Acesso em: 3 mai. 2025.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica *Ut Unum Sint***. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

LACOSTE, J-Y. **Dicionário Crítico de Teologia**. São Paulo: Ed. Paulinas e Edições Loyola, 2004.

LATOURRELLE, René; FISICHELLA, Rino. **Dicionário de Teologia Fundamental**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. Aparecida, São Paulo: Editora Santuário, 1994.

LEÃO XIV. **Discurso do Santo Padre aos representantes de outras Igrejas e Comunidades Eclesiais e de outras religiões**, 19 maio 2025. Vaticano: Santa Sé, 2025. Disponível em: <https://www.vatican.va>. Acesso em: 7 de junho de 2025.

LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano**. Tradução de Anor Aiex e E. Jacy Monteiro. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

MAC CORD, Iago; BERNARDES, Alícia. A fé brasileira está mais diversa, aponta IBGE. *Correio Braziliense*, Brasília, 7 jun. 2025. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2025/06/7167264-a-fe-brasileira-esta-mais-diversa-aponta-ibge.html>. Acesso em: 8 jun. 2025.

MAJUMDAR, Samirah. Government Restrictions on Religion Stayed at Peak Levels Globally in 2022. **Pew Research Center**, Washington, DC, 18 dez. 2024. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2024/12/18/government-restrictions-on-religion-stayed-at-peak-levels-globally-in-2022/>. Acesso em: 8 jun. 2025.

NGALULA, Josée. Les religions traditionnelles africaines d'hier et d'aujourd'hui à la lumière de *Nostra Aetate*. In: KIM, Agnès (Dir.). 50 ans après *Nostra Aetate*: l'ouverture aux autres religions, quel apport à la théologie et à la vie de l'Église? **Médiasèvres**, n. 182. Paris: Éditions Facultés Jésumes de Paris, 2015.

PAULO VI. **Discurso de encerramento da terceira sessão do Concílio Vaticano II**. [PDF]. Cidade do Vaticano: Santa Sé, 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/speeches/1964/documents/hf_p-vi_spe_19641121_chiusura-iii-sess.html. Acesso em: 8 jun. 2025.

PIO XI. **Carta Encíclica Mortalium animos**. Vaticano: Santa Sé, 1928. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html. Acesso em: 4 de junho de 2025.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS. **Diálogo e anúncio: reflexões e orientações sobre o diálogo inter-religioso e o anúncio do Evangelho de Jesus Cristo**. Vaticano, 1991. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_19051991_dialogue-and-proclamatio_po.html. Acesso em: 8 jun. 2025.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO; CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS; ALIANÇA EVANGÉLICA MUNDIAL. **O testemunho cristão em um mundo multi-religioso: recomendações de conduta**. [PDF]. Cidade do Vaticano: Santa Sé, 10 nov. 2011. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/interelg/documents/rc_pc_interelg_doc_20111110_testimonianza-cristiana_po.html. Acesso em: 8 jun. 2025.

RIO DE JANEIRO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Comissão Parlamentar de Inquérito. **Relatório final e conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pela Resolução nº 382/2021**, destinada a apurar as causas e consequências dos casos de intolerância religiosa no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2021.

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Vaticano II e o diálogo inter-religioso**. São Paulo: Paulus, 2015.

SILVA, Claudio Jacinto da. Educar para a diversidade religiosa na eclesiologia da Lumen Gentium. **Revista Pesquisas em Teologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 1-19, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br/pesquisasemteologia/article/view/2061>. Acesso em: 28 maio 2025.

VERCRUYSSSE, Jos. Ecumenismo. In: LATOURRELLE, René; FISICHELLA, Rino. **Dicionário de Teologia Fundamental**. Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Santuário: Aparecida, São Paulo, 1994, p. 248-255.

VERCRUYSSSE, Jos. **Introdução à Teologia Ecumênica**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

WEBTV REDENTOR. **Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso**. [vídeo]. Publicado em: 30 de ago. de 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F3_H9MXZF_g. Acesso em: 5 jun. 2024.

WOLFF, E. **Caminhos do Ecumenismo no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2002.

WOLFF, Elias. Divisões na Igreja: desafios para o ecumenismo hoje. **Theologica Xaveriana**, Bogotá, v. 65, n. 180, p. 381-407, 2015.

WOLFF, Elias. O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, Ano XV, n. 39, p. 403-428, set./dez. 2011.

Capítulo XI

Os Batistas e a Liberdade Religiosa: subsídio para o diálogo ecumênico no atual contexto brasileiro

Chrystiano G. Ferraz¹

Introdução

“Não é culpa minha nem do meu discreto ateísmo se em Múnter, no século XVI, como em tantos outros tempos e lugares, católicos e protestantes andaram a trucidar-se uns aos outros em nome do mesmo Deus – *In Nomine Dei* – para virem a alcançar, na eternidade, o mesmo Paraíso”.² Essas duras palavras – porém verdadeiras – fazem parte da introdução à peça *In Nomine Dei*, de José Saramago. Infelizmente, além deste triste episódio, a história vai contar muitos outros casos de violência religiosa até chegar aos nossos dias.

Atualmente, como nunca na história, os *pluralismos* – nos seus mais variados âmbitos, inclusive no religioso – emergem como desafios às relações humanas na sociedade. O estabelecido processo de “mundialização”³ tem colocado fiéis das mais diversas religiões frente a frente, sempre interpelados por outras experiências de fé inseridas no cotidiano. O mundo está ficando cada vez mais urbano, temos em vista aqui o aspecto amplo desta afirmação: a cultura urbana impregnou o mundo.⁴ Não

¹ Chrystiano G. Ferraz é doutor e mestre em Teologia pelo Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em cotutela com a Universidade Católica Portuguesa (Lisboa). Atualmente é pastor da Segunda Igreja Batista do Recreio dos Bandeirantes – RJ, vinculado à Ordem dos Pastores Batistas do Brasil. E-mail: chrysferraz@hotmail.com

² SARAMAGO, José. *In Nomine Dei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

³ José Maria Vigil define o termo da seguinte maneira: “Mudialização significa que o mundo está se fazendo uno, que todos os elementos e dimensões das sociedades dos planetas estão se inter-relacionando e se fazendo mutuamente dependentes.”. VIGIL, José Maria. *Teologia do Pluralismo Religioso: para uma releitura pluralista do cristianismo*. [tradução de Maria Paula Rodrigues]. – São Paulo: Paulus, 2006. p. 26.

⁴ AMADO, J. P. *Igreja e grandes cidades: estado atual da questão*. 2017.

somente as cidades, mas também o “campo” é influenciado pelo estilo de vida urbano, veloz, voltado para o consumo, individualista e heterogêneo.

A pluralidade de experiências religiosas está presente no mesmo espaço de convivência. Nossa tripla raiz – indígena, africana e europeia – dão conta de uma riqueza de experiências de fé bem diversa e plural. O cristianismo, igualmente plural, no contexto brasileiro, é hoje composto primordialmente – e aqui de forma simplificada – por fiéis: católicos, protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais.

Para darmos fim às tristes histórias marcadas pela violência, intolerância e pelas guerras em nome da religião – *In Nomine Dei* – precisamos buscar novas respostas a esta questão. A experiência ecumênica e o diálogo inter-religioso poderiam contribuir para uma convivência pacífica no solo brasileiro? Esta pergunta carrega a esperança do aspecto mais básico da convivência saudável: o respeito. Para pensarmos nos frutos de uma relação de cooperação, é preciso firmar o primeiro passo – que ainda nos parece vacilante.

O presente texto tem por objetivo apresentar de maneira sintética a tradição Cristã Batista e uma possível contribuição para a questão antes levantada, sublinhando um dos princípios fundamentais *primeirado* por esta tradição nos seus primórdios: a liberdade religiosa.

Primeiramente, traçaremos um panorama da questão da diversidade religiosa no Brasil e a preponderância do estilo de vida urbano, os desafios que esta configuração provoca à convivência. Em seguida, apresentaremos os Batistas brasileiros e sua origem no contexto inglês, para propor uma contribuição para o diálogo ecumênico e inter-religioso a partir da sua história.

1. Os desafios urbanos e as dificuldades da ação ecumênica e inter-religiosa.

O mundo urbano é o mundo da pluralidade. No Ocidente Cristão, não temos mais uma conceituação hegemônica sobre Deus. O Brasil, outrora de preponderância católica, vem apresentando mudanças no seu mapa das religiões, com crescimento numérico significativo de adeptos das ditas religiões evangélicas, e conseqüente queda do número de fiéis católicos.⁵

⁵ NERI, M. C. Novo mapa das religiões. Horizonte, Vol 9, Iss 23, Pp 637-673. 2011.

Diante deste novo panorama religioso, brotam desafios oriundos da nossa maneira de viver na sociedade urbana. Os grandes problemas ligados à vida nas grandes cidades são pelo menos de duas ordens: “os problemas sociais propriamente ditos e os desafios ecológicos.”⁶ É certo que não podemos dissociar uma questão da outra, mas nesta breve explanação, escolhemos um problema de ordem social para provocar o debate em torno da responsabilidade religiosa, e da questão do ecumenismo como possibilidade de resposta eficaz a estes desafios.

1.1. O problema da violência e da intolerância.

Dos problemas do campo social, destacamos a questão da violência (conflitos e agressividade).⁷ Estamos todos envolvidos pela desigualdade social. Grande parte da população do nosso país vive em situação de pobreza. A luta pela sobrevivência nas grandes cidades exacerba a competitividade, que por muitas vezes ganha contornos violentos e conflituosos. Este ambiente não é propício para a relação pacífica com o outro, que passa a ser um adversário na corrida pelo sustento de cada dia. Rompe-se o elo com a coletividade, em vista da satisfação das necessidades básicas individuais. A estrutura por si só cria dificuldades, atenta contra a dignidade humana.

A violência se apresenta em diversas modalidades no mundo urbano: violência física, institucional, moral, intrafamiliar, psicológica, sexual, patrimonial e etc. No âmbito social religioso podemos apontar como faceta desta violência, a intolerância religiosa, muito presente na vida das grandes cidades, como negação da alteridade e desrespeito à diversidade tão marcante nos contextos atuais.

Em obra lançada pelo Ministério dos Direitos Humanos, resultado das pesquisas, reflexões e debates apresentados por especialistas durante o “Seminário sobre Estado Laico, Intolerância e Diversidade Religiosa” realizado em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, foram verificados dados alarmantes. Alexandre Brasil Fonseca, sociólogo e organizador da obra, analisando os dados do RIVIR (2011-2015) – Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil – concluiu que a intolerância religiosa atinge a nossa população como um todo,

⁶ AMADO, J. P. Igreja e grandes cidades: estado atual da questão. 2017, p. 9.

⁷ AMADO, J. P. Igreja e grandes cidades: estado atual da questão. 2017, p. 9.

sendo as religiões de matriz africanas as “que mais sofrem violações de seus direitos em relação à sua religiosidade.”⁸

Utilizando a definição de religião do sociólogo Peter Berger⁹, Monique Augras aponta uma dificuldade à tolerância mútua, já que a religião oferece a leitura da realidade ao ser humano, e como cada uma oferece sua estrutura como modelo de “construção do mundo que garante ser o único possível”¹⁰, a existência do “outro religioso” é comumente vista como uma ameaça à visão da realidade. Paulo Menezes, destrinchando a palavra “tolerância” no seu contexto de nascimento em meio às lutas religiosas, observa seu caráter de “negação da negação”, como defesa do direito humano à diferença.¹¹ Portanto, como atitude-resposta, como inconformidade à intolerância que violenta os direitos dos seres humanos – especialmente dos mais fragilizados da história, os mais pobres – se faz necessária a salvaguarda da alteridade, do direito de ser.

1.2. Nossa formação como obstáculo ao espírito ecumênico.

Para compreendermos em parte o caráter anti-ecumênico¹² de grande parte das religiões existentes no solo brasileiro atualmente, se faz necessário destacar o emaranhado de relações inter-religiosas que fizeram parte da gênese da construção identitária de nossas tradições. Martin Dreher descreve a relação do catolicismo com as religiões existentes na América Latina, espelhando a relação já existente na Europa entre o cristianismo e as outras religiões:

A intolerância contra o diferente tem sua origem na história da Península Ibérica que, desde os inícios do século VIII, foi marcada pela presença muçulmana, além da judaica. A reconquista, conclu-

⁸ MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS “SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA”. Estado Laico, intolerância e diversidade religiosa no Brasil: Pesquisas, reflexões e debates, 2018. P.p. 44 – 45.

⁹ “Conjunto de regras e representações que nos garantem a realidade e a permanência das condições de plausibilidade do mundo.” BERGER, P. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985. In: TEIXEIRA, F. (org.). O Diálogo Inter-religioso como afirmação da vida. São Paulo: Paulinas, 1997.p. 85.

¹⁰ TEIXEIRA, F. (org.). O Diálogo Inter-religioso como afirmação da vida, 1997.p. 86.

¹¹ TEIXEIRA, F. (org.). O Diálogo Inter-religioso como afirmação da vida, 1997.p. 42.

¹² WACHHOLZ, W. Identidades religiosas brasileiras e seus exclusivismos. Horizonte, Belo Horizonte, v. 9, n. 23, 2011. P.p.791 - 794.

ída em 1492 – ano da invasão das Américas! – veio marcada pelas cruzadas e pela Inquisição. Enquanto cristianismo, judaísmo e islamismo representavam forças relativamente equivalentes, o espírito era de certa tolerância. A coexistência pacífica, contudo, deixou de existir à medida que o cristianismo se tornou hegemônico. Mouros e judeus acabaram expulsos. Esse espírito de intolerância foi estendido sobre a América.¹³

A realidade do Brasil desde a vinda dos conquistadores europeus é de um certo pluralismo religioso, já que a partir daquele momento passa a coexistir uma “tríplice matriz cultural: portuguesa, indígena e africana”¹⁴ Esta aproximação foi deveras traumática, principalmente para o lado dominado, que se viu obrigado a receber um cristianismo dos colonizadores portugueses por imposição, afirmando-se em oposição as suas religiões, o que “evidenciou marcas de exclusivismo, intolerância, estigmatização. Com estas marcas o cristianismo buscou reduzir a si indígenas, cristãos novos e negros, negando-lhes em sua alteridade¹⁵.”

Um fato agravante da ação colonizadora cristã foi a legitimação através do discurso religioso da perpetuação da indignidade humana, experimentada por meio da escravidão. Antônio Vieira, missionário que atuou na Bahia, declarou aos escravos africanos; “Vossa escravidão não é uma desgraça, mas sim um grande milagre, porque vossos pais estão no inferno para toda a eternidade. Vós, pelo contrário, vos salvastes graças à escravidão.”¹⁶ É certo que alguns poucos se posicionaram contra o mau uso do poder, e denunciaram tais práticas. Foram os casos de Antônio de Montesinos e Bartolomé de Las Casas, destacados por Maria Clara Bingemer, mas a maioria convivia com aquela realidade de forma pacífica¹⁷.

Além desta realidade, uma outra problemática surgiu no território brasileiro com a chegada dos protestantes no século XIX, e posteriormente com o surgimento dos pentecostais e neopentecostais no século

¹³ DREHER, M. N. *A Igreja Latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999. p. 25.

¹⁴ BINGEMER, M. C. *Teologia latino-americana: raízes e ramos*. [Tradução de Suzana Regina Moreira]. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2017. p. 105.

¹⁵ WACHHOLZ, W. *Identidades religiosas brasileiras e seus exclusivismos*, 2011. p.782.

¹⁶ VIEIRA, A. *Sermões*, Vol. 4, Tomo XI, Leilo e Irmão: Porto, 1999. p. 301. In: VIGIL, José Maria. *Teologia do Pluralismo Religioso*, p. 45.

¹⁷ BINGEMER, M. C. *Teologia latino-americana: raízes e ramos*. 2017. p. 102.

XX, marcando mais uma vez semelhantes episódios de “exclusivismo e negação mútua no âmbito intra-cristão”¹⁸, como constata Wilhelm Wachholz; “uma análise da história das religiões no Brasil evidencia que as identidades religiosas foram construídas na tensão dinâmica da negação mútua.”¹⁹ Um exemplo disso foi a reconstrução das religiões africanas em face as ameaças dos colonizadores. Para a manutenção de sua religião e cultura, escravos africanos obrigados a aceitarem a religião dos europeus, encontraram no sincretismo um caminho, “dando a suas divindades nomes de santos católicos”.²⁰

Não é difícil concluir, que os ruídos desta má relação entre as religiões no início da construção desta nação podem ser ouvidos até os dias atuais. Apesar de estarmos distantes temporalmente dos acontecimentos dos séculos supracitados, somos atingidos diariamente pelo ranço por eles deixado. Sofremos até hoje com a intolerância – em vários aspectos e níveis -, também não implementamos por completo o respeito à alteridade, logo, nos falta o diálogo inter-religioso autêntico, que não despreza os valores da própria tradição religiosa no contato com os demais, mas concede ao diferente o seu direito de ser “outro” e não uma extensão do “eu”, e uma atitude ecumênica de união de forças em prol do bem comum.

A convivência no espaço social hoje foi diretamente afetada pela negação do outro, e no caso do Brasil, como demonstramos anteriormente, as raízes históricas desse *apartheid* vivido neste espaço físico e social, pode ser facilmente observada pela desigualdade socioeconômica bem definida nas nossas grandes metrópoles, com locais de acesso apenas aos que possuem certo status social e são pertencentes às classes financeiramente dominantes. É neste espaço social, hoje dividido, marcado pela violência, intolerância e dominação que deve habitar a esperança de dias melhores se o transformarmos em campos de diálogo.

Dentro deste panorama brasileiro estão os Batistas, detentores de uma riqueza doutrinária que pode servir de contributo para a (re) construção de relações de respeito entre as tradições religiosas, já que carregam em sua história as marcas da perseguição e da promoção da liberdade religiosa – fato que parece esquecido por grande parte da denominação.

¹⁸ WACHHOLZ, W. Identidades religiosas brasileiras e seus exclusivismos. p. 782.

¹⁹ WACHHOLZ, W. Identidades religiosas brasileiras e seus exclusivismos. p. 782.

²⁰ BINGEMER, M. C. Teologia latino-americana: raízes e ramos. 2017. p. 102.

2. Os Batistas e o princípio da liberdade religiosa

Apesar das obras propagandistas que tentaram vincular a origem dos batistas a João Batista, nos primórdios do seguimento de Cristo,²¹ sabe-se que esta tradição nasceu na Inglaterra do séc. XVII, depois migrou para os Estados Unidos da América, chegando ao Brasil por meio dos missionários norte-americanos, somente no século XIX.

Os batistas, portanto, nasceram após os desdobramentos da Reforma do século XVI. Sua história foi marcada por muita perseverança em meio à perseguições, uma trajetória que pode ser revisitada como fonte de inspiração para os nossos dias. Como afirmou o pastor batista estadunidense George Washington Truett: “eles têm sido os firmes campeões da liberdade, tanto religiosa como civil”.²²

2.1 Os Batistas Ingleses e sua contribuição para a liberdade religiosa.

As primeiras igrejas batistas surgem do trabalho de John Smyth e Thomas Helwys, aproximadamente no ano de 1609. São identificados como os pioneiros do grupo batista denominado “Batistas Gerais” – voltaremos nestes dois importantes personagens mais adiante. Importante mencionar que os batistas do início do século XVII estavam divididos em dois grupos: Os Batistas Gerais e os Batistas Particulares. Esta divisão se deu por uma compreensão doutrinária diferente em relação à salvação em Cristo. Enquanto os Batistas Gerais entendiam que a salvação era para todos os que aceitassem o feito de Jesus Cristo, pois tinham maior influência da teologia Arminiana, os Batistas Particulares, por influência da teologia de João Calvino, entendiam que a salvação era para os “eleitos de Deus”, os escolhidos.²³

A Inglaterra do início do século XVII contava com o Anglicanismo como religião oficial, após o rompimento com a Igreja Católica Apostólica Romana, promovido pelo rei Henrique VIII no século XVI. Já no ano de 1603, a Igreja Anglicana experimentava algumas divisões: Puritanos, grupos Não-conformistas, considerados dissidentes, demonstravam discordâncias e descontentamentos com a religião oficial.

²¹ Ver: CARROL, J.M. O rasto de sangue, 1931.

²² TRUETT, G. W. Baptist and Religious Liberty, p.7.

²³ McBETH, H. L. The Baptist Heritage, p. 64.

Naquele momento, os reis gozavam de amplo poder, muito por conta do chamado “direito divino”, ou seja, eram detentores – segundo a mentalidade da sociedade em geral – do poder concedido por Deus de governar sobre os demais. Ainda assim, os grupos dissidentes se opunham à conduta da Igreja Oficial daquele tempo, o que naturalmente gerou desconforto e reações.

O rei Tiago I, que assumiu o trono em 1603, impôs uniformidade religiosa, perseguindo ou não dando assistência e socorro aos grupos dissidentes. Desta forma, o rei queria estabelecer ordem social, defendendo como necessária a uniformidade entre Igreja e Estado – poder divino e temporal, respectivamente.²⁴ Esta realidade não se alterou quando Carlos I subiu ao poder em 1625. Na verdade, Carlos I foi mais violento na perseguição aos Puritanos. O auge do conflito entre o rei e o Parlamento – do qual fazia parte o partido Puritano – se deu em 1642, quando Carlos I apelou para um conflito armado, já que o Parlamento se recusou a ser demitido.²⁵

Para a surpresa e decepção dos separatistas, o Partido Puritano, que eram representado pelo Presbiterianismo, não defendeu a liberdade religiosa após o triunfo de resistência contra as investidas do rei.²⁶ Neste contexto aparece a luta por liberdade religiosa daqueles que serão identificados como Batistas: “Enquanto o parlamento estava erigindo um presbiterianismo intolerante, o exército, crescendo diariamente em poder e prestígio, alimentou sentimentos que garantiriam aos batistas serem ouvidos em sua luta através de panfletos, em favor da liberdade religiosa.”²⁷

Devido o limite de nosso intento e apesar das muitas outras contribuições em favor da liberdade religiosa, destacaremos o trabalho e influência de dois homens antes mencionados: John Smyth (1554-1612) e Thomas Helwys (1575-1616).

John Smyth foi o pastor da primeira igreja batista na Inglaterra. Antes de se tornar um líder batista, Smyth fez uma trajetória religiosa que lhe conferiu a possibilidade de amplitude de pensamento: “do Anglicanismo para o Puritanismo Conformista, para o Puritanismo Sepa-

²⁴ OLIVEIRA, Z. M. Liberdade e exclusivismo, 1997. p. 75.

²⁵ OLIVEIRA, Z. M. Liberdade e exclusivismo, 1997. p. 76.

²⁶ OLIVEIRA, Z. M. Liberdade e exclusivismo, 1997. p. 76.

²⁷ MCBETH, H. L. The Baptist Heritage, p. 21 e 22.

ratista, para o Congregacionalismo, para o Batismo de Crentes, e para as ideias Menonitas”.²⁸

A liberdade religiosa ganhou espaço gradativo nos escritos de John Smyth, até ganhar uma forma amadurecida, por influencia de seu contato com os menonitas²⁹ holandeses, na Confissão de 1612, apontado como o primeiro texto sobre “liberdade absoluta de consciência, escrito em inglês”³⁰:

Que o magistrado, por virtude de seu ofício, não deve se intrometer com religião ou assuntos de consciência, nem compelir homens a esta ou aquela forma de religião ou doutrina, mas permitir a religião Cristã conforme a livre consciência de cada um, e ter ingerência apenas em assuntos políticos (Rom. xiii.3.4), a saber, injustiça e males de alguém contra outrem, tais como assassinato, adultério, furto e semelhantes; porque somente Cristo é o Rei e Legislador da igreja e da consciência. (Tiago iv. 12).³¹

É importante destacar que os batistas liderados por Smyth precisaram fugir para os Países Baixos, especificamente para a cidade de Amsterdã, por conta da perseguição que sofriam em solo inglês. Foi assim que se deu o contato com os menonitas holandeses, que influenciaram o pensamento de Smyth e, conseqüentemente, do seu grupo.

Em um dos escritos mais belos de Smyth em defesa da liberdade religiosa, ele declara: “Eu professo que a diferença de julgamento em assuntos circunstanciais, como são todas as coisas da igreja externa, não me causarão recusar a fraternidade de qualquer penitente e fiel cristão, seja qual for”.³²

Thomas Helwys, advogado inglês e líder da primeira igreja batista inglesa, fora preso e morto por defender as ideias de separação entre Igreja e Estado, liberdade religiosa e direito a julgamento privado. Começamos cotando sua história de trás para frente para enfatizar que Helwys se entregou por inteiro à defesa do princípio da liberdade re-

²⁸ OLIVEIRA, Z. M. Liberdade e exclusivismo, 1997. p. 79.

²⁹ Grupo anabatista que após a Revolta de Münster do século XVI não ofereceu resistência e optou por meios pacíficos, seguindo Menno Simons.

³⁰ OLIVEIRA, Z. M. Liberdade e exclusivismo, 1997. p. 83.

³¹ SMYTH, J. (et all). A short Confession of Faith, 1612.

³² SMYTH, J. Last Book. Apud. WHITLEY, (Ed.). John Smyth, II, p. 755.

ligiosa. Este fato carrega uma importância inestimável para todos, não somente para os batistas daquele tempo. É certo que o advogado inglês buscou defender os seus interesses e de seu grupo naquele momento, mas sua coragem e intrepidez trouxe novo vigor à convicção sobre as liberdades individuais como um todo.

Uma das obras mais famosas de Helwys se chama *A Short Declaration of the The Mistery of Iniquity* (Uma Breve Declaração sobre o Mistério da Iniquidade), de 1612. Este foi um dos primeiros textos a defender a liberdade de consciência e religiosa. Sua missão era ousada, fazer com que a declaração chegasse ao rei Tiago I. Thomas Helwys obteve sucesso, por isso foi preso e acabou morrendo na prisão por volta do ano 1616. Helwys declara: “Que sejam hereges, Turcos, Judeus, ou o que quer que sejam, não cabe ao poder terreno puni-los”.³³

Os primeiros batistas foram pioneiros na defesa das liberdades individuais e dos grupos. Os muitos episódios desta luta não caberiam em um artigo. Porém, não podemos esquecer a memória dos Batistas Particulares, que floresceram por volta de 1630. Nomes como John Spilsbury, Henry Jessey e William Kiffin, lideraram este grupo diante do mesmo cenário de perseguição. Por volta da metade do séc. XVII na Inglaterra, os Batistas Gerais somavam aproximadamente quarenta e sete igrejas e os Batistas Particulares, algo em torno de sete igrejas.

Apesar de terem sido denominados “Batistas”, em referência ao anti-pedobatismo – não batizavam infantes, pois acreditavam que o batismo só poderia ser realizado por livre e consciente decisão do indivíduo – e o batismo por imersão – começaram batizando por aspersão, mas depois entenderam que o batismo bíblico praticado por João Batista por imersão deveria ser aplicado –, este grupo tem muito mais em sua história para oferecer além de um método batismal.

Após espalhar-se pelos países próximos a Inglaterra, tais como Irlanda, Escócia e País de Gales, grande parte dos batistas migrou para as novas colônias americanas, em busca de liberdade para viverem a sua fé. Detentores de uma sofisticada estrutura organizacional que garante a autonomia das igrejas locais, os batistas deixaram suas marcas na educação e continuaram se expandindo pelo impulso de sua forte veia

³³ HELWYS, T. *A Short Declaration of the The Mistery of Iniquity*, 1612.

missionária. Foi através da missão evangelizadora que os batistas norte-americanos chegaram ao Brasil no século XIX.

2.2 Os Batistas brasileiros e o princípio da liberdade religiosa.

Sobre a gênese do trabalho missionário dos batistas no Brasil, temos dois acontecimentos que são apresentados como marco inicial: A plantação da Primeira Igreja Batista em Santa Bárbara do Oeste, em 1871³⁴ e a Primeira Igreja Batista de Salvador, na Bahia, em 1882.³⁵ O marco inicial mais aceito é o de 1871, pela continuidade do trabalho missionário implantado naquela igreja.

O protestantismo de missão foi o grande responsável pela vinda dos cristão não-católicos para o Brasil. No caso dos batistas, após a derrota na Guerra de Secessão – Guerra Civil Americana encerrada em 1865 – muitos batistas sulistas migraram para o Brasil, que foi um dos últimos países a abolir a escravatura.

Infelizmente, o espírito anti-ecumênico comum aos primeiros missionários norte-americanos que vieram ao Brasil continua aceso no meio batista. Evangelizar em oposição ao catolicismo era um dos objetivos naquele primeiro momento. Do campo missionário temos alguns relatos histórico de confrontos e violência mútua que nem precisam ser mencionados. Talvez, este cenário possa ter ajudado a embaçar o passado inglês, de tolerância e busca por diálogo.

Já no início do séc. XX, os batistas conquistaram certo crescimento, contando com mais de quatro mil membros e oitenta igrejas.³⁶ Atualmente os batistas brasileiros continuam carregando a diversidade como característica, tornando impossível falar deste grupo sem uma clara delimitação. O pastor batista e teólogo, Alonso S. Gonçalves, observa:

No Brasil, por exemplo, há pelo menos cinco grupos identificados como batistas. Os batistas identificados com a Convenção Batista Brasileira (CBB) que continua sendo a maior representação denominacional dos batistas no Brasil, os batistas independentes (Con-

³⁴ Cf.: OLIVEIRA, Betty Antunes de. *Centelha em restolho seco: uma contribuição para a história dos primórdios do trabalho Batista no Brasil*. Rio de Janeiro: ERCA Editora e Gráfica Ltda, 1985.

³⁵ Cf.: PEREIRA, J. Reis. *Breve história dos batistas*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: JUERP. 1994. 118 páginas.

³⁶ LÉONARD, O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social, p.86-89.

venção das Igrejas Batistas Independentes), os batistas regulares (Associação das Igrejas Batistas Regulares do Brasil), os batistas bíblicos (Comunhão Batista Bíblica Nacional) e os batistas renovados (Convenção Batista Renovada).³⁷

Apesar da diversidade no meio batista, alguns princípios foram sempre defendidos ao longo da sua trajetória, sendo amplamente aceitos por todos os grupos batistas – ainda que nem todos bem praticados. São eles:

- 1º) A aceitação das Escrituras Sagradas como única regra de fé e conduta.
- 2º) O conceito de igreja como sendo uma comunidade local democrática e autônoma, formada de pessoas regeneradas e biblicamente batizadas.
- 3º) A separação entre igreja e Estado.
- 4º) A absoluta liberdade de consciência.
- 5º) A responsabilidade individual diante de Deus.
- 6º) A autenticidade e Apostolicidade das igrejas.

Caracterizam-se também os batistas pela intensa e ativa cooperação entre suas igrejas. Não havendo nenhum poder que possa constranger a igreja local, a não ser a vontade de Deus, manifestada através de seu Santo Espírito, os batistas, baseados nesse princípio da cooperação voluntária das igrejas, realizam uma obra geral de missões, em que foram pioneiros entre os evangélicos nos tempos modernos; de evangelização, de educação teológica, religiosa e secular; de ação social e de beneficência. Para a execução desses fins, organizam associações regionais e convenções estaduais e nacionais, não tendo estas, no entanto, autoridade sobre as igrejas; devendo suas resoluções ser entendidas como sugestões ou apelos.³⁸

Hoje, os batistas representam o maior número de fiéis entre as religiões cristãs protestantes no Brasil. A Convenção Batista Brasileira, formada em 1907, é a maior da América Latina, com aproximadamente 8.753 igrejas filiadas e 4.944 congregações, além de mais de 1.700.000 fiéis, representando um grande esforço cooperativo de suporte orga-

³⁷ GONÇALVES, A. S. Os batistas e o pluralismo religioso, p. 168.

³⁸ CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira, 2017.

nizacional. Não vemos, entretanto, um esforço em relação ao tema da liberdade religiosa. As ações ficam mais por conta de mobilizações individuais/locais.

Sobre esta carência, Alonso S. Gonçalves faz uma observação importante:

É sabido que, no âmbito mundial, a Aliança Batista Mundial (BWA) procura fazer um trabalho - em muitas ocasiões em parceria com a ONU em torno desse tema da liberdade religiosa e contra a intolerância religiosa. É salutar que a CBB integre a Aliança Batista Mundial, o mesmo não acontece com a Convenção Batista do Sul dos EUA que se recusa a fazer parte da BWA. Como há batistas engajados nesse processo, os batistas brasileiros são resistentes e nem mesmo possuem um fórum de debate sobre o tema em suas instâncias denominacionais.³⁹

3. Um breve panorama do movimento ecumênico atual.

A Conferência Internacional de Missão, em Edimburgo (1910), segundo Paulo Homero Gozzi, padre e teólogo especialista em ecumenismo, foi um marco para a ação ecumênica, pois “das isoladas e esporádicas iniciativas do século XIX, passou-se a um diálogo permanente entre membros de diferentes confissões cristãs envolvidos com a tarefa missionária.”⁴⁰ Do campo missionário despertou a necessidade da unidade para a pregação do evangelho de Jesus Cristo, dando início ao movimento ecumênico moderno.

Depois de pouco mais de cem anos de caminhada, alguns avanços foram atingidos. A consciência da necessidade de uma nova ação missionária se tornou cada vez mais latente: “Hoje em dia a missiologia católica está profundamente comprometida na reflexão sobre a relação específica entre evangelização e inculturação do Evangelho, sobre a influência que o Evangelho tem sobre a justiça, a paz e a salvaguarda da criação, e sobre a necessidade de uma nova evangelização.”⁴¹

³⁹ GONÇALVES, A. S. Os batistas e o pluralismo religioso, p. 174.

⁴⁰ GOZZI, P. H. Unidade, liberdade, caridade: o desafio de superar a “ignorância” em torno do ecumenismo. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, nº 370, São Leopoldo, p.38.

⁴¹ FARRELL, B. Ecumenismo e Missão. O secretário do Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos na conferência de Edimburgo. 2011.

Dom Brian Farrell entende que “as nossas divisões constituem um escândalo e prejudicam aquela causa extremamente santa, que é a proclamação convincente do Evangelho.”⁴² A própria concepção católica de possibilidade de transformação do mundo através da pregação do Evangelho, encontra-se prejudicada por tais divisões. Observa também que o mundo se encontra “ferido e fragmentado em uma infinidade de modos”⁴³, mas o poder reconciliador e purificador do Espírito Santo já foi concedido a todos os cristãos. Portanto, o movimento ecumênico em vista da unidade em Cristo não pode ser propriedade de nenhuma denominação cristã, é movido pelo Espírito.

Além dos bloqueios externos, há também os bloqueios internos e as dificuldades em superarmos particularismos denominacionais, em aprofundarmos as implicações daquilo que fundamentalmente nos une. Como fruto ecumênico mais significativo, Brian Farrell destaca a fraternidade reencontrada: “A nascente desta fraternidade não é a boa vontade subjetiva, mas o vínculo objetivo do nosso batismo comum.”⁴⁴

Nossa intuição é de que o buscado consenso ecumênico pode ser construído a partir da ação concreta diante de uma sociedade que clama por justiça e paz. A salvaguarda da liberdade religiosa é fundamental para isso. Estamos falando hoje de um direito que deve ser amplamente defendido. O que fora um princípio batista, hoje é um direito humano fundamental: “Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.”⁴⁵

Enquanto se trabalha, não há lugar para se discutir semântica”⁴⁶ As divergências teológicas podem não ser solucionadas *a priori*, e mesmo assim não serem mais um impeditivo para a ação cristã conjunta na sociedade. Walter Altmann foi muito feliz na sua definição do papel do ecumenismo atualmente ao afirmar:

⁴² FARRELL, B. Ecumenismo e Missão. O secretário do Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos na conferência de Edimburgo. 2011.

⁴³ FARRELL, B. Ecumenismo e Missão. O secretário do Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos na conferência de Edimburgo. 2011.

⁴⁴ FARRELL, B. Ecumenismo e Missão. O secretário do Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos na conferência de Edimburgo. 2011.

⁴⁵ ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 18.

⁴⁶ SILVA, F. A. Ser Ecumênico é abrir-se à alteridade. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, nº 370, São Leopoldo, p. 5.

Ser ecumênico significa construir pontes, pontes que conduzam a encontro e crescimento, a intercâmbio, compreensão mútua e cooperação. Trata-se de viver uma identidade cristã centrada na graça divina e na liberdade evangélica, contribuindo para superar tanto esquemas rígidos e intolerantes quanto posturas de liberalismo sem responsabilidades. [...] Em suma, fomenta o encontro de pessoas livres e maduras, e assim se empenha pela unidade à qual Deus convoca a Igreja.⁴⁷

Apresentaremos agora um caso que contém todos os elementos trabalhados até agora: o uso da violência como consequência da intolerância religiosa dos nossos dias, problema recorrente no contexto urbano, e a ação ecumênica em defesa da liberdade religiosa como instrumento da paz e testemunho do amor de Cristo.

A matéria jornalística, apresenta de forma perplexa: “Terreiro de Candomblé será reconstruído com doação de igreja evangélica no Rio”.⁴⁸ Depois de um incêndio criminoso, motivado pela intolerância religiosa, que destruiu o barracão Kwe Cejá Gbé de Nação Djeje Mahin, em 2014, o Conselho de Igrejas Cristãs do Estado do Rio de Janeiro (CONIC-Rio)⁴⁹, por iniciativa da pastora luterana Lusmarina Campos Garcia, e doação realizada pela Igreja Cristã de Ipanema – igreja evangélica situada na zona sul do Rio de Janeiro –, resolveram reformar o terreiro de candomblé da mãe de santo Conceição d’Lissá, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

A ação conjunta entre as igrejas cristãs em solidariedade a uma religião não cristã, que por muitos é demonizada, dividiu opiniões, mas despertou cidadãos – religiosos e não religiosos – para o debate em torno da intolerância religiosa e o papel das religiões diante de tais violências, muitas vezes praticadas por elas próprias. Mais forte do que a violência é a manifestação do espírito ecumênico, promotor da paz, justiça e liberdade. No espaço onde tem abundado violência, pode superabundar o amor ao próximo.

⁴⁷ ALTMAN, W. 500 anos depois: Recordar a Reforma, olhando para os desafios comuns da cristandade. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, nº 370, São Leopoldo, p. 8-9.

⁴⁸ JORNAL EXTRA. Edição online. 2017. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/rio/terreiro-de-candomble-sera-reconstruido-com-doacao-de-igreja-evangelica-no-rio-22064417.html> > . Acesso em: 02 de maio de 2024.

⁴⁹ O CONIC nasceu no ano de 1982, em Porto Alegre (RS). Sua criação é fruto de um longo processo de articulação entre as igrejas Católica Apostólica Romana, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil e Metodista.

O sociólogo Alexandre Brasil considera vital este espaço de encontro para promovermos uma reviravolta nas nossas relações – até mesmo nas inter-religiosas. Para o sociólogo, “os espaços de participação social, espaços de diálogo, são fundamentais para se romper preconceitos para se estabelecer um ambiente de respeito à diversidade religiosa.”⁵⁰

Para Faustino Teixeira, acolhida do pluralismo religioso não significa uma violação da perspectiva cristã, na medida em que, há no coração do cristianismo uma convocação à hospitalidade, cortesia e aceitação da alteridade. Nos faz lembrar então, finalmente, de Schillebeeckx: “A aceitação da diversidade das religiões está implicada na essência do cristianismo. [...] A mensagem de Jesus não foi auto implicativa, mas uma mensagem aberta para o horizonte inusitado e mais amplo do mistério maior de Deus”.⁵¹

As grandes cidades e o ambiente urbano, são hoje o palco da violência contra o outro e suas convicções. E é neste mesmo espaço onde acontece a história humana, que a manifestação do amor cristão pelos outros também deve se tornar visível através da Igreja de Cristo. O anúncio do Evangelho não deve se limitar ao discurso, mas também deve encarnar-se na vida das comunidades que compõe o corpo do Cristo ressuscitado.

Conclusão

Ninguém está alheio às consequências do atual estilo de vida da sociedade urbana. As diferentes confissões cristãs precisam assumir suas responsabilidades, juntas, diante do caos generalizado que a humanidade se colocou. Neste cenário, a ação ecumênica e o diálogo Inter-religioso se apresentam como possibilidades do encontro de todos, para a busca e manutenção do bem-estar comum; da promoção da paz, do cuidado da Casa Comum e da libertação humana. A Religião não pode ser um empecilho à caridade. Através do diálogo e da ação con-

⁵⁰ MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS “SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA”. Estado Laico, intolerância e diversidade religiosa no Brasil: Pesquisas, reflexões e debates, 2018. p. 46.

⁵¹ SCHILLEBEECKX, Umanità. 218. 152. In: TEIXEIRA, F. Teologia do Pluralismo Religioso, 2012. p.165.

junta, podemos nos distanciar das guerras promovidas por intermédio das religiões, nos aproximando pelo mesmo Espírito de Vida que sopra onde quer.

Pedro Casaldáliga destaca os traços mais importantes de uma espiritualidade *macroecumênica*, que podem servir de alvo a ser atingido conjuntamente nas nossas relações internas e inter-religiosas:

Primeiro lugar a maturidade e a liberdade, uma afirmação da identidade própria a partir do gênero, cultura, fé religiosa e condição social. Uma maturidade e liberdade simultaneamente. Em segundo, a escuta contemplativa do Deus da Vida que continua se revelando, e a paixão por seu Projeto de Libertação Plena. Em terceiro, a abertura fraterno-sororal a todas as pessoas, às suas culturas e religiões e o diálogo sincero, autocrítico e crítico, em pé de igualdade. Esse diálogo inter-religioso deve ser autocritico e crítico. Nós dialogamos com as religiões da vida, e não com as religiões da morte. Em quarto, a sensibilidade misericordiosa e a solidariedade eficaz diante de toda situação de marginalização e morte. Em quinto, a celebração gratuita e esperançosa do Deus da Vida, da vida da humanidade, da beleza da terra e do cosmos, hoje dramaticamente ameaçada.⁵²

Cremos, verdadeiramente, que cada tradição religiosa presente no solo brasileiro pode contribuir positivamente para a construção de um ambiente livre das intolerâncias. Se faz necessário buscar na essência de nossas tradições religiosas os subsídios para a construção deste empreendimento. Com isso, fica expresso os limites de nossa contribuição. Não seremos efetivos em ações solos, contribuições estanques. Somente o diálogo poderá nos congregar em torno das questões que tocam as nossas experiências concretas.

⁵² CASALDÁLIGA, P. O macroecumenismo e a proclamação do Deus da vida. In: TEIXEIRA, Faustino(org.). O Diálogo Inter-religioso como afirmação da vida, p.38.

Referências bibliográficas

- ALTMAN, W. 500 anos depois: Recordar a Reforma, olhando para os desafios comuns da cristandade. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, nº 370, São Leopoldo, 2017.
- ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, (217[III] A). Paris, 1948.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. [Tradução de Silvia Mazza]. São Paulo: Perspectiva, 1983. 729 p.
- BERGER, P. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BINGEMER, Maria Clara. **Teologia latino-americana**: raízes e ramos. [Tradução de Suzana Regina Moreira]. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2017.
- CARROL, J.M. **O rasto de sangue**. 1931.
- CASALDÁLIGA, P. O macroecumenismo e a proclamação do Deus da vida. In: TEIXEIRA, Faustino(org.). **O Diálogo Inter-religioso como afirmação da vida**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- DREHER, Martin Norberto. **A Igreja Latino-americana no contexto mundial**. São Leopoldo: Sinodal, 1999. 256 p
- FARRELL, Brian. **Ecumenismo e Missão**. O secretário do Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos na conferência de Edimburgo. 2011.
- GONÇALVES, Alonso S. Os batistas e o pluralismo religioso: O princípio da liberdade religiosa como abertura dialógica. **Reflexus** - Ano IX, n. 15, 2016/1. p. 167-182.
- LÉONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro**: estudo de eclesiologia e história social. 3 ed. Rev. São Paulo: ASTE, 2002.
- McBETH, H. L. **The Baptist Heritage**. Nashville, Tennessee: Broadman Press, 1987.
- MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS “SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA”. **Estado Laico, intolerância e diversidade religiosa no Brasil**: Pesquisas, reflexões e debates, 2018.
- OLIVEIRA, Betty Antunes de. **Centelha em restolho seco**: uma contribuição para a história dos primórdios do trabalho Batista no Brasil. Rio de Janeiro: ERCA Editora e Gráfica Ltda, 1985.
- OLIVEIRA, Z. M. **Liberdade e exclusivismo**: ensaio sobre os batistas ingleses. Rio de Janeiro/Recife: Horizontal/STBNB, 1997.
- OLIVEIRA, Zaqueu Moreira. **Princípios e práticas Batistas**: uma abordagem histórica. Recife: Kairós Editora, 2003.
- PEREIRA, J. Reis. **Breve história dos batistas**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: JUERP. 1994. 118 páginas.
- SILVA, F. A. Ser Ecumênico é abrir-se à alteridade. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, nº 370, São Leopoldo, p.5.

TEIXEIRA, Faustino(org.). **O Diálogo Inter-religioso como afirmação da vida.** São Paulo: Paulinas, 1997.

TEIXEIRA, Faustino. **Teologia e pluralismo religioso.** São Bernardo do Campo: Nhanduti, 2012.

TRUETT, G. W. **Baptist and Religious Liberty.** Nashville, Tennessee: Sunday School, S. B. C., 1920

VIGIL, José Maria. **Teologia do Pluralismo Religioso:** para uma releitura pluralista do cristianismo. [tradução de Maria Paula Rodrigues]. – São Paulo: Paulus, 2006.

WACHHOLZ, Wilhelm. **Identidades religiosas brasileiras e seus exclusivismos.** Horizonte, Belo Horizonte, v. 9, n. 23, 2011. p.p. 782-798.

Capítulo XII

Espiritismo

Alexandre Pereira da Silva¹

O que é o Espiritismo

O Espiritismo é uma filosofia espiritualista, que vem a lume no século XIX, através da manifestação dos Espíritos Superiores, cujos ensinamentos, passados pela via mediúnica, formaram os princípios da Doutrina Espírita, registrados pela magnífica obra de codificação do Sr. Allan Kardec², nos seguintes livros: O Livro dos Espíritos, O Livro dos Médiuns, O Evangelho segundo o Espiritismo, O Céu e o Inferno e A Gênese. Essa Doutrina apresenta três aspectos, o primeiro, especificamente relacionado aos fenômenos, de ordem natural, chamado científico:

O Espiritismo é uma ciência que trata da natureza, origem e destino dos Espíritos, bem como de suas relações com o mundo corporal.
Allan Kardec (O que é o Espiritismo – Preâmbulo)

Também assume um segundo aspecto, relacionado ao corpo filosófico-doutrinário que a compõe, elucidando questões que há muito estão presentes nas consciências humanas - de onde viemos, para onde vamos, qual o objetivo da nossa existência e qual a razão das intemperes da vida. Por conseguinte, faculta a humanidade grande manancial de conceitos a respeito de Deus, do Universo, dos Homens, dos Espíritos e das Leis que regem a vida. Além disso, faz reviver ensinamentos morais que suportarão a aplicabilidade desses conteúdos:

¹ 2º Secretário no Conselho Estadual de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa, 1º Secretário no Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa, Diretor de Relações Externas do Conselho Espírita do Estado do RJ e Membro da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa da Ordem dos Advogados do Brasil / Rio de Janeiro.

² Hippolyte Léon Denizard Rivail, nascido em Lyon, a 3 de outubro de 1804, de uma família antiga que se distinguiu na magistratura e na advocacia, foi educador, discípulo de Pestalozzi, autor de livros para educação formal e especialista em linguística. Sob o pseudônimo de Allan Kardec, tornou-se o insigne codificador do Espiritismo.

O Espiritismo é, ao mesmo tempo, uma ciência de observação e uma doutrina filosófica. Como ciência prática ele consiste nas relações que se estabelecem entre nós e os Espíritos; como filosofia, compreende todas as consequências morais que dimanam dessas mesmas relações. Allan Kardec (O livro dos espíritos. Conclusão, item 6)

Como um selo restaurador, está o terceiro aspecto, que oferece a Humanidade a possibilidade, ampla e irrestrita, da religação com o divino, por meio da restauração do Evangelho de Jesus, exercendo o papel do Paraclete prometido, tirando o véu da letra e garantindo ao Homem que está em suas mãos a possibilidade de construção de um futuro feliz, espiritualmente rico e próspero:

O Espiritismo realiza o que Jesus disse do Consolador prometido: conhecimento das coisas, fazendo que o homem saiba donde vem, para onde vai e por que está na Terra; atrai para os verdadeiros princípios da lei de Deus e consola pela fé e pela esperança. Allan Kardec (O Evangelho segundo o Espiritismo – cap. VI – 4)

Quais os fundamentos do Espiritismo?

Há alguns postulados inamovíveis, que constituem espécie de conjunto de pilares, para que se façam claros e precisos todos os ensinamentos apresentados pela Doutrina Espírita, tais como:

- a) A existência de Deus, inteligência suprema, causa primeira de todas as coisas. É eterno, imutável, imaterial, único, onipotente, soberanamente justo e bom. Compõe o universo trino com a criação – espírito e matéria;
- b) A realidade de um mundo espiritual, além do mundo corporal, que serve de habitação para os Espíritos desencarnados, que nada mais são que os Homens após a morte do corpo físico, almas liberas, imortais;
- c) A comunicação constante dos Espíritos desencarnados com os encarnados, num intercâmbio natural entre os dois mundos, normalmente efetivado pela atuação mediúnica;

- d) Os infinitos mundos habitados que formam o Universo, que servem de morada a seres em diferentes graus de evolução;
- e) A reencarnação, veículo da justiça divina, que permite aos Espíritos reencarnarem tantas vezes quantas forem necessárias ao seu próprio aprimoramento, em conformidade com as demais leis divinas que permitem objetivar o progresso incessante da criatura, respeitadas a suas condições de aprendizado e evolução.

Inclusivamente, apresenta a visão espiritualista de que o Homem é um espírito encarnado em um corpo material, localizando a motriz da vida no princípio inteligente que rege as relações, as ideias, no exercício constante do livre-arbítrio, das escolhas, conforme estabelecido pelo Criador. Os Espíritos são os seres inteligentes da criação. É o indivíduo responsável por todos os pensamentos e atos, e onde estiver, encarnado ou desencarnado, será herdeiro de si mesmo.

A matéria existente no Universo, visível e invisível, ponderável e imponderável, tem origem no fluido cósmico universal ou matéria cósmica básica, primitiva. O espírito atua em todos os estágios da matéria, densa ou fluídica, e interage necessariamente para usá-la como instrumento, exercendo sobre ela a ação inteligente.

Matéria é o agente, o intermediário com o auxílio do qual e sobre o qual atua o espírito. Allan Kardec (O livro dos Espíritos, questão 22-a-comentário).

Para reencarnar em um orbe, das muitas moradas que Deus colocou no Universo para servir de moradia, o Espírito forma um corpo semimaterial que o une ao corpo material, e que recebe o nome de perispírito.

Antes de reencarnar, os Espíritos, que são os seres inteligentes da criação, ocupam o Mundo Espiritual ou Mundo dos Espíritos, que preexiste e sobrevive a tudo, pois é origem de tudo que há na matéria.

Entre idas e vindas entre o Mundo Espiritual e o Mundo Material, os espíritos, criados simples e ignorantes, vivem experiências e convivem entre si, seguindo um processo de evolução gradativa nos campos do intelecto e da moralidade, desde uma ordem inferior até a perfeição,

num progresso incessante e irrefreável, nunca retrogradando, mas podendo estacionar.

Os espíritos, enquanto individualidades, aprimoram-se nessas diversas encarnações. Quando alcançam um grau de adiantamento maior, dependendo de seus esforços pessoais, num tempo maior ou menor, atuam como obreiros do bem, da vontade de Deus e alcançam categorias como de Bons Espíritos, Puros Espíritos.

As vidas serão sempre de relação contante entre os dois mundos. Os Bons Espíritos vão atuar junto aos Homens para lhes estimular a prática do bem, desestimulando a mal, as imperfeições que possuam, ajudando a suportar as provas e expiações que venham lhes visitar. Já os Espíritos Imperfeitos encorajam o erro, se satisfazem com os fracassos e divertem-se por lhes impor medo e insegurança.

Jesus é o guia e modelo para a Humanidade. A moral cristã, contida no Evangelho é roteiro seguro para o aperfeiçoamento de todos os Homens. A cristianização da humanidade é tarefa que está como ação primordial do Espíritos, da Doutrina Espírita, pois só assim as causas que originam os problemas humanos encontrarão solução. Com os ensinamentos espíritas retira-se o véu da letra e a proposta do Cristo é revelada em toda a sua simplicidade, o cristianismo redivivo passa a ter morada no coração daqueles que desejem conhecer a proposta apresentada.

Podem dividir-se em cinco partes as matérias contidas nos Evangelhos: os atos comuns da vida do Cristo; os milagres; as predições; as palavras que foram tomadas pela Igreja para fundamento de seus dogmas; e o ensino moral. As quatro primeiras têm sido objeto de controvérsias; a última, porém, conservou-se constantemente inatacável. Allan Kardec (*O evangelho segundo o Espiritismo, Introdução – I. Objetivo desta obra*).

O exercício do livre-arbítrio, concedido a criatura pelo Pai Celestial, permite que sejam feitas escolhas, algumas acertadas, outras não, que escrevem as estradas individuais para a felicidade futura ou para a ruína, uma vez que carregam em si a responsabilidade inerente a cada ação, gerando consequências imediatas ou diluídas nas sucessivas vidas.

O ato natural de adoração a Deus é a prece. Permite ao Homem ligar-se, através da fé, da confiança e da esperança ao socorro que jamais

lhe será negado, relativizado às suas reais necessidades e merecimento. Sempre ajudará na construção do homem novo, alcançando coragem para combater em si as tentações que dormitam no passado de faltas e mais aproxima dos Bons Espíritos, que servirão de assistência e força.

Como acontece a prática do Espiritismo?

Quando o Espiritismo chega à humanidade, em meados do século XIX, vem trazer uma proposta nova, descaracterizada da maioria das religiões vigentes, especialmente as dominantes, pretendendo afastar-se dos escolhos que mancharam a revelação divina nelas contidas. Interesses pessoais, lideranças corrompidas, tempos suntuosos, a relação de superioridade entre os chamados “escolhidos” e os “fiéis”.

A prática do Espiritismo, enquanto doutrina naturalista, é simples, sem nenhum tipo de exterioridade é realizada com simplicidade, sem nenhum culto exterior, dentro do postulado de que Deus deve ser adorado em espírito e verdade.

O Espiritismo não tem sacerdotes e não adota e nem usa em suas reuniões e em suas práticas: altares, imagens, andores, velas, procissões, sacramentos, concessões de indulgência, paramentos, bebidas alcoólicas ou alucinógenas, incenso, fumo, talismãs, amuletos, horóscopos, cartomancia, pirâmides, cristais ou quaisquer outros objetos, rituais ou formas de culto exterior. Federação Espírita Brasileira (Folheto -Conheça o Espiritismo)

Como o Espiritismo tem a crença na reencarnação como princípio basilar, sempre irá considerar que as almas reencarnadas guardam em si propensões, tendências, de seu passado recente e distante. Assim, poderemos encontrar na prática espírita espécie de enxertia de gostos e jeitos, oriundos dos indivíduos que a professam, o que pode acontecer em qualquer religião. O nobre filósofo espírita Léon Denis nos lembra: “O Espiritismo será o que dele fizerem os homens” Léon Denis (No Invisível – Introdução).

Com os desenvolvimentos das experiências dos grupos de espíritas, as sedes, os locais físicos para as reuniões foram sendo formados. O primeiro Centro Espírita é dito como a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas foi fundada em Paris no dia 1º de abril de 1858.

A partir de meados do século XX o Movimento Espírita no Brasil finalmente conquista, pelo esforço e dedicação de abnegados tarefeiros, a formação de organismos que congregariam os Centros Espíritas. No nível estadual, através de órgãos federativos, e nacionalmente no Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira³. Essa união dos espíritas e a unificação, como proposta de manter vivos e preservados os princípios da Doutrina Espírita, estabelecem orientações para que uma instituição seja reconhecida como Centro Espírita, a saber:

- » São núcleos de estudo, de fraternidade, de oração e de trabalho, praticados dentro dos princípios espíritas;
- » São escolas de formação espiritual e moral, que trabalham à luz da Doutrina Espírita;
- » São postos de atendimento fraternal para todos os que os buscam com o propósito de obter orientação, esclarecimento, ajuda ou consolação;
- » São oficinas de trabalho que proporcionam aos seus frequentadores oportunidades de exercitarem o próprio aprimoramento íntimo pela prática do Evangelho em suas atividades;
- » São casas onde as crianças, os jovens, os adultos e os idosos têm oportunidade de conviver, estudar e trabalhar, unindo a família sob a orientação do Espiritismo;
- » São recantos de paz construtiva, que oferecem aos seus frequentadores oportunidades para o refazimento espiritual e a união fraternal pela prática do “amai-vos uns aos outros”;
- » São núcleos que se caracterizam pela simplicidade própria das primeiras casas do Cristianismo nascente, pela prática da caridade

Federação Espírita Brasileira (Orientação ao centro espírita / [elaborado pela Comissão de trabalho do Conselho Federativo Nacional]).

A prática mediúnica espírita é o intercâmbio entre o Mundo Espiritual e o Material realizada em conformidade com os roteiros estabelecidos nas obras básicas da Codificação Espírita, tendo “O livro dos

³ O Conselho Federativo Nacional, CFN, criado em consequência do Pacto Áureo (assinado em 5 de outubro de 1949) é o órgão de Unificação e da Organização Federativa da Federação Espírita Brasileira.

médiuns” como principal fonte, além das obras subsidiárias de renomados autores, encarnados e desencarnados. A mediunidade espírita, com Jesus, distingue-se do exercício comum do fenômeno desordenado, que sempre existiu e sempre existirá na relação humana com os Espíritos. Com o Espiritismo, são estabelecidos princípios norteadores claros, tais como:

- a) O seu exercício segue rigorosamente a moral cristã;
- b) O produto do fenômeno, que é a materialização do pensamento do Espírito, é repassado sempre de forma gratuita, sem gerar quaisquer ganhos financeiros, emocionais, de favores, para o médium ou para a instituição;
- c) É uma faculdade programada no organismo espiritual e físico do indivíduo, em benefício do médium como opção da prática da caridade, mas ninguém tem obrigação de vivenciá-la.
- d) Deve ser exercida, preferencialmente, no coletivo do Centro Espírita;
- e) Necessitará de altas doses de dedicação, trabalho e sacrifício; e
- f) Estudo constante e incessante, para libertar-se da ignorância e manter-se no exercício seguro do mandato mediúnico.

As atividades básicas do Centro Espírita são relacionadas a levar a criatura, que busca pelo Espiritismo, acolhimento, esclarecimento, consolo e orientação. Para isso, realiza reuniões de estudo da Doutrina Espírita, organizadas de modo a alcançar todas às pessoas, de todas as idades e de níveis culturais e intelectuais.

O conteúdo das explicações feitas nessas reuniões, tem base no Evangelho e nos ensinamentos da Doutrina Espírita, e visam apresentar ferramentas para que a pessoa se aperfeiçoe moralmente e intelectualmente, transformando-se no homem novo, livre das amarras dos vícios, das máis tendências e das inclinações.

Além disso, existem reuniões de estudo sistematizado, de educação e prática da mediunidade, de evangelização espírita para crianças e jovens, e outras específicas.

Os Centros Espíritas também oferecem fluidoterapia complementar, através dos Passes e de Água Magnetizada. O Passe é uma transmissão conjunta, ou mista, de fluidos magnéticos (provenientes

do encarnado) e de fluidos espirituais (oriundos dos benfeitores espirituais).

Emmanuel, Espírito, nos diz: “Um Centro Espírita é uma escola onde podemos aprender e ensinar, plantar o bem e recolher-lhe as graças, aprimorar-nos e aperfeiçoar os outros, na senda eterna.”

Como atua o Espiritismo no diálogo inter-religioso?

O Espiritismo, em função dos seus aspectos já apresentados, não se propõe a conversão de ninguém, pois o conteúdo filosófico doutrinário é ofertado para que cada pessoa o utilize conforme suas potências pessoais. Não é uma doutrina salvacionista, oferecendo aos interessados em conhecê-lo muitos ensinamentos, sujeitos ao crivo da razão, para estabelecer fé robusta e inabalável.

Nos conceitos espíritas não há o estabelecimento de uma religião dos eleitos, pois reconhece o valor dos caminhos construídos por tradições e povos e os esforços pessoais e coletivos para a prática do bem, independentemente de sua raça, cor, nacionalidade, crença, nível cultural ou social. O verdadeiro religioso é o homem no mundo, sem ser do mundo, em constante esforço de aperfeiçoamento, o homem de bem:

O verdadeiro homem de bem é o que cumpre a lei de justiça, de amor e de caridade, na sua maior pureza. Se ele interroga a consciência sobre seus próprios atos, a si mesmo perguntará se violou essa lei, se não praticou o mal, se fez todo o bem que podia, se despezou voluntariamente alguma ocasião de ser útil, se ninguém tem qualquer queixa dele; enfim, se fez a outrem tudo o que desejara lhe fizessem. Allan Kardec (O Evangelho segundo o Espiritismo, Cap. XVII – Sede Perfeitos, Item 3).

A partir dessas colocações, a visão sobre todas as religiões está envolta em profundo respeito, pelo entendimento inicial de que atendem as vontades, quereres, dos indivíduos que lá congregam, assim como, são expressões legítimas de acolhimento, de solução das necessidades que se apresentem.

Outrossim, entende que a ocorrência de falhas, de equívocos, de ilegalidades, de desumanidades, evidenciadas e provadas, que acontecem na vivência das religiões, estão na conta dos homens que as dirigem, ain-

da em processo de construção do homem novo, presos as torpezas e vícios, originados essencialmente no egoísmo, pai de todos os erros morais.

Todos esses conhecimentos, cadenciados, por óbvio, por representantes que dignifiquem o Espiritismo, com raras exceções de procedimentos de indivíduos sectaristas e proselitistas, portanto, equivocados, faz com que os espíritas vivam naturalmente o diálogo inter-religioso.

A busca do conhecimento e a ampliação de um comportamento pluralista em relação as religiões, que se encontram disponíveis em abundância quando há convivência com saberes, com manifestações de fé, com estruturas de fidelidade as ancestralidades, enriquecem os ensinamentos espíritas, formando espíritas-cristãos, cheios de aceitação e do trabalho de desconstrução de posições cristalizadas ou deformadas a respeito do que são verdadeiramente as religiões.

No diálogo inter-religioso o Espiritismo atua, principalmente, através do Movimento Espírita Federativo, e seus prepostos, fazendo-se representar nos atos, nos organismos, nas comunidades, que promovam a convivência fraterna e exaltação de valores comuns, para o bem geral, tais como a paz, o respeito, a liberdade de culto, etc.

Além disso, num exercício da solidariedade, vem construindo um processo de esclarecimento, não só entre os espíritas, mas para toda a sociedade, através da ampla divulgação de atividades, encontros, comemorações, feiras, com participação inter-religiosa ou exclusivas de outros segmentos, levando a todos o material com referências do acontecimento, através das mídias à disposição do Movimento Espírita.

Sempre que convidado, o Movimento Espírita Federativo, se faz representar nos eventos inter-religiosos promovidos por instituições públicas e privadas, com o propósito central de trazer aos que assistem uma clara demonstração de convívio sadio. Mesmo que se mantenham os conceitos espíritas preservados nessas ocasiões, persiste o devido cuidado para não ferir o sagrado alheio e a vontade de transmitir bem-estar e conforto a quem até duvide que é possível conviver harmoniosamente entre as pessoas, segmentos religiosos, com diferentes crenças.

Há um princípio que os espíritas preservam nestes convívios, de que a solução para que tudo siga em harmonia entre os religiosos é o conhecimento, o entendimento aprofundado de como acontece a prática dos outros segmentos, os fundamentos, os ritos, os cultos, que apresentados com clareza, quebram os preconceitos e reavivam a certeza de

que ser diferente não é motivo para condenação e perseguição. Por tudo já dito, a Doutrina dos Espíritos, facilita esta posição, por não pretender fazer prosélitos e abolir ações fundamentalistas.

O que para muitos pode parecer uma quimera, devido ao radicalismo religioso em voga no mundo atual, para os espíritas a convivência inter-religiosa é campo para formar amizades, ampliar convivência, eleger parcerias, pois acontece naturalmente, num grupamento que, embora contenha diversidade de saberes, de conteúdo religioso, é o lugar de construção de uma nova e grande família, a família humanidade.

Na visão espírita, o diálogo inter-religioso, nesta convivência familiar, deve representar uma igualdade plena de participação, de lugar de fala, de posicionamentos, de cuidados estabelecidos, embora seja evidente a necessidade de manifestação dos segmentos religiosos, minorias, que mais sofrem perseguições, não se pode estabelecer pesos diferentes na participação, pois isso seria esquecer que todos devem e podem contribuir, e que a equidade de hoje pode ser a preservação de futuros preconceitos.

Por fim, a manutenção da visão espiritualista, pelo aumento da coragem de defesa dos postulados, do sagrado, nos religiosos em diálogo, é a garantia de combate ao pernicioso materialismo:

(...) o Espiritismo repousa sobre as bases fundamentais da Religião e respeita todas as crenças; (...) um de seus efeitos é incutir sentimentos religiosos nos que os não possuem, fortalece-os nos que os tenham vacilantes. Allan Kardec (O livro dos médiuns”, Primeira Parte, Capítulo III, item 24)

O diálogo inter-religioso é fortalecimento dos caminhos próprios e lugar de geração de resistência e resiliência coletiva.

Parte II: As religiões em diálogo nos setores sociais.

O espiritismo e a sociedade

Qual as ações do Espiritismo na sociedade?

A prática espírita está pautada em máximas evangélicas, sendo o princípio moral em excelsitude a vivência da Lei do Amor:

Não podendo amar a Deus sem praticar a caridade para com o próximo, todos os deveres do homem se encontram resumidos neste ensinamento moral: Fora da caridade não há salvação. Allan Kardec (O Evangelho segundo o Espiritismo, Cap. XVII – Sede Perfeitos, Item 3).

Todas as ações do Espiritismo na sociedade serão assim regidas. Nenhuma atitude poderá divergir desta máxima, pois se assim for, descharacteriza-se na essência e deixa de ter parte com a proposta filosófica-doutrinária que a rege. Estabelece, a todo momento, um padrão de responsabilidade no ato de caridade. Os espíritas sempre irão ponderar se a ajuda está orientada conforme os ensinamentos da Moral Cristã e sobre os reais benefícios que trará ao beneficiário. Quando os espíritas são questionados sobre a questão do assistencialismo, tendo consciência de que lhe cabe a si o serviço, “misericórdia quero, e não sacrifício”⁴, saberá distinguir que nem sempre será possível ofertar ao assistido a clareza sobre a responsabilidade individual com a vida, o esclarecimento:

Quando estiveres à beira do desalento pergunta a ti mesmo se estás num mundo em construção ou se estás numa colônia de férias. (...) Não sofras pensando nos defeitos alheios; os outros são espíritos, quais nós mesmos, em preparação ou tratamento para a Vida Maior. Emmanuel/Francisco Cândido Xavier (Companheiro; Cap. 12 – Temas de Esperança)

O serviço de assistência e promoção social, promovido pelas instituições espíritas, tem como objeto as pessoas necessitadas de auxílio material, muitas vezes imediatos, outras vezes em regularidade mais prolongada. Também, oferecem meios de formação profissional, de modo que os indivíduos alcancem, por si, meios de subsistência, caminho para fortalecimento da dignidade, pela autovalorização.

A promoção pessoal, especialmente no contexto das famílias em vulnerabilidade e risco social, vem repercutindo em ações de atendimento a todos os membros do núcleo, levando em consideração as individualidades e todas as variedades de necessidades apresentadas, desde carências e ajustes emocionais, até aquelas oriundas das deficiências físicas e mentais.

⁴ Jesus (Mateus 9:13)

A família recebe esse olhar integrativo, inclusivo, e a cada dia as instituições espíritas mais se adaptam às questões sociais da atualidade, sem renunciar aos princípios básicos do Espiritismo, buscam caminhos de acertos, pautados no respeito às decisões individuais, mas deixando evidenciado que para toda ação a uma reação equivalente, resultado da responsabilidade das escolhas pessoais feitas.

O movimento federativo, nacionalmente e mundialmente, constrói documentos orientadores para o exercício das atividades nos órgãos e instituições espíritas. No campo de ações junto à sociedade se destaca o livreto “Orientação à assistência e promoção social espírita”, onde há um compêndio de normas e procedimentos visando o desempenho seguro, legal, compatível com os princípios da Doutrina Espírita, que serve de rumo para aqueles que desejem vivenciar atividades nesse sentido.

A força das ações sociais espíritas, hoje consolidadas em práticas uniformes, agregam o socorro espiritual e a orientação moral-doutrinária, no entendimento que o ser completará seu crescimento como um todo quando for atendido de forma ampla, holística.

A variedade das atividades sociais realizadas pelas Instituições Espíritas é ampla, devido, especialmente a própria diversidade de necessidades que se apresentam, conforme as regionalidades e questões econômicas das localidades onde se encontrem instaladas. Desde as pequenas comunidades ribeirinhas do Amazonas até as grandes metrópoles brasileiras o Espiritismo se mostra em auxílio, representado nas ações sociais específicas. Como exemplos⁵ seguem alguns campos de atuação:

Educação e acompanhamento social das famílias (crianças, jovens, adultos e idosos):

Elaboração e execução de planos para melhorar as condições das famílias a partir de estudo da realidade do beneficiário; Acompanhamento individual; Visitas à família ou visitas domiciliares; Atividades recreativas e ocupacionais; Atividades de convivência, socialização e fortalecimento de vínculos Educação para a saúde; Sensibilização para o meio ambiente; Campanhas de caráter epidêmico;

⁵ MANUAL DE APOIO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL ESPÍRITA - Federação Espírita Brasileira/Conselho Federativo Nacional -3ª edição

Apoio às necessidades básicas:

Auxílio-habitação; Auxílio financeiro; Doação de medicamentos; Doação de vestuário; Apoio à gestante; Distribuição de alimentos (sopa, lanche etc.); Distribuição de gêneros e utilidades (doação de cesta básica); Encaminhamento para consultas e exames médicos e odontológicos;

Integração social:

Orientação e apoio jurídico; Encaminhamento para o trabalho; Orientação para acesso aos direitos sociais; Educação para o trabalho; Alfabetização e leitura continuada para adultos;

Desenvolvimento criativo, apoio escolar e profissionalizante:

Reforço escolar; Encaminhamento escolar; Acompanhamento escolar; Cultura e lazer; Cursos em geral, diretamente ou em parceria; Estágios; Encaminhamento para serviços especializados;

Cada ato espírita no campo social, atendendo às especificações de realização institucional, aos normativos legais, aos padrões de uso e carências da sociedade, conforme as épocas, não prescinde dos ensinamentos:

Não pode a alma elevar-se às altas regiões espirituais, senão pelo devotamento ao próximo; somente nos arroubos da caridade encontra ela ventura e consolação. Sede bons, amparai os vossos irmãos, deixai de lado a horrenda chaga do egoísmo. Cumprido esse dever, abrir-se-vos-á o caminho da felicidade eterna. Allan Kardec (O evangelho segundo o espiritismo, cap. XIII, item 12.)

Ainda, deve reger o respeito pela personalidade atual de cada pessoa, deixando que se exercite o livre-arbítrio, o que constitui oportunidade para crescimento da criatura, sem nenhum tipo de julgamento, mesmo que não concorde com as atitudes, entenderá o momento de ignorância, dando a oportunidade para a mudança, para melhoria. Resta como princípio das ações, nunca renunciar ao sigilo e discrição, sem comentários sobre as particularidades dos beneficiários.

Além do trato direto com os semelhantes, no cumprimento das máximas evangélicas, uma vez que o Espiritismo não traz moral nova, segue a do Cristo, os espíritas têm volumosa dedicação na ampliação

do conhecimento da Doutrina Espírita, entendendo ser esse saber para todos e agindo na missão de oferecer a Humanidade os conceitos suficientes para que cada um possa fazer a sua reforma íntima, no caminho do progresso em direção a felicidade futura.

O trabalho de divulgação da Doutrina Espírita acompanha os meios de comunicação social /coletiva oferecidos conforme as possibilidades das épocas. Já no século XIX eram oferecidos à sociedade os jornais, as revistas, os boletins, os folhetos, com mensagens e temáticas relacionadas ao Espiritismo, especialmente com destaque para as atividades realizadas nos grupos, centros, onde se dava a prática espírita. Alguns desses alcançavam público em nível nacional, outros locais, mas tinham tiragem expressiva, a considerar a posição de marginalidade imposto a religião, a nova filosofia.

O século XX chegou com muitas perspectivas no campo literário. No primeiro terço começaram a crescer a publicação de livros subsidiários, complementares. Após criterioso acompanhamento sobre a fonte das mensagens e o conteúdo que as envolvia, a Federação Espírita Brasileira, e outras editoras, trouxeram muitas obras a lume. Neste momento o fenômeno literário do médium Francisco Cândido Xavier – nosso Chico Xavier – expandiu-se e alcançou várias camadas da sociedade, deixando mais conhecido o Espiritismo, seus ensinamentos e especialmente a realidade espiritual, com a respectiva relação entre os dois mundos, o mundo material e o além.

Avançado o tempo, a tecnologia permitiu novas fontes de divulgação, propagação, e chegaram aos rádios, TVs, fitas de vídeo e áudio, já permitindo algo mais ágil, além de atender com velocidade maior aos atuais questionamentos da sociedade.

O veículo da Internet, considerando a diversidade de ferramentas, mídias, que foram se formando, abriu novo mundo de atuação, onde a construção do conhecimento se dá pelas vias da interatividade, onde os questionamentos são *postos à mesa*, alguns antes inacessíveis, agora trazendo o esclarecimento imediato, ponderados atrasos pelos níveis de espaço temporal razoáveis a esse tipo de vivência.

Finalmente podemos dizer que, nas ações em sociedade, uma poderosa forma com que o espírita pode propagar o Espiritismo é o seu exemplo pessoal, de vida, enquanto comportamento humano reto:

Para isso, estudemos Allan Kardec, ao clarão da mensagem de Jesus Cristo, e, seja no exemplo ou na atitude, na ação ou na palavra, recordemos que o Espiritismo nos solicita uma espécie permanente de caridade – a caridade da sua própria divulgação. Emmanuel e André Luiz / Chico Xavier e Waldo Vieira (Estude e Viva; Cap. 40 – Socorro Oportuno)

Quais são as principais iniciativas promovidas pelo Espiritismo no combate à intolerância religiosa e promoção da liberdade religiosa?

Desde o século XIX, quando o Espiritismo sofreu perseguições atroz, sendo a liberdade de sua prática ameaçada, numerosos e valerosos trabalhadores espíritas agiram para que fossem aperfeiçoados os textos das leis, libertando-se o Estado das ideias de uma ou mais religiões dominantes, muitas vezes estatais, para a ampla visão de liberdade de culto, de expressão.

A Doutrina Espírita, que deixa bem orientada a questão das posições diversas dos espíritos em seu caminho evolutivo, com suas decisões, gostos, querer livres, permite que entendamos com bastante facilidade as diferentes formas de manifestação da religiosidade. Portanto, o espírita não carrega em si quaisquer tipos de preconceito ou oposição as religiões existentes. Reconhece a necessidade de respeito ao sagrado de cada um, em suas manifestações particulares ou coletivas. Para isso, muitos esclarecimentos são ofertados no meio espírita, através de palestras, reuniões, falas coletivas, interação com outros religiosos, de modo a desmistificar posições, esclarecer pensamentos, desfazer atavismos de superioridade em comparação as outras religiões.

O Movimento Espírita Federativo também entende necessário levar o conhecimento do que é o Espiritismo às lideranças religiosas, para que assim de lá não surjam incompreensões e colocações que sejam contrárias ao que de fato é Espiritismo. Ainda hoje, vemos lideranças religiosas falarem em “Kardecismo”, uma forma errada, pois sabemos que o sufixo “ismo” remeterá a interpretação de que a doutrina é um conjunto de ideias de Allan Kardec, e na verdade sendo Espiritismo é um conjunto de ideias dos Espíritos.

Logo nas primeiras iniciativas, no nível Estadual e Nacional, já passados alguns anos, de formação de comissões, grupos, conselhos, para combate à intolerância religiosa e para defesa e promoção da liberdade religiosa, o Movimento Espírita se fez representar. Atualmente está presente dos Conselhos Municipal e Estadual, e em inúmeros outras iniciativas.

Sempre que os órgãos representativos do Espiritismo são convidados, participam de cerimônias, cursos, honorarias, em atos do Poder Público ou da Iniciativa Privada, sempre coerentes com os princípios da Doutrina Espírita, sem ideias partidaristas, sem anátemas, sem hostilidades, somente sob a inspiração dos Bons Espíritos e do Embaixador Celeste, Nosso Senhor Jesus-Cristo.

Também entende como muito bem-vinda a divulgação por colóquios, rodas de conversa, cartilhas, para a qual dispõe de dedicada atenção, no entendimento que é o esclarecimento que minimiza o preconceito e faz reformar cristalizações mentais, cuja origem nem mesmo o indivíduo sabe de onde vem. Além disso, estes espaços são favoráveis a formação de amizades entre os religiosos, que se vendo como iguais, pelo respeito mútuo, criam admiráveis empatias, e se solidarizando, lutam pelo sagrado do outro, com seu fosse.

A unidade, gerada pelo diálogo, é a força de preservação do espaço de cada um, da manifestação da religiosidade com se queira, não como os dominantes queiram que seja feito. Todos conhecem todos, todos compreendem todos, todos amam todos.

Jesus: “Um novo mandamento dou a vocês: Amem-se uns aos outros. Como eu os amei, vocês devem amar-se uns aos outros. (João 13:34).

Referências bibliográficas

- KARDEC, Allan. Obras póstumas. Trad. Guillon Ribeiro. 41. ed. 1. imp. Brasília: FEB, 2019, “Projeto 1868 – Viagens”.
- KARDEC, Allan. O livro dos médiuns. Trad. Guillon Ribeiro. 81. ed. (ed. hist.). 9. imp. Brasília: FEB, 2020, cap. 29, it. 334.
- KARDEC, Allan. O evangelho segundo o espiritismo. Trad. Guillon Ribeiro. 131. ed. 13. Imp. Brasília: FEB, 2019, “Os Obreiros do Senhor”
- XAVIER, Francisco Cândido. O Centro Espírita. Revista Reformador, Brasília, jan. 1951; Ed. FEB

XAVIER, Francisco Cândido. Caminho, verdade e vida. Pelo Espírito Emmanuel. 1 ed. 17. imp. Brasília: FEB, 2020, cap. 51.

Folheto “Conheça o Espiritismo, uma Nova Era para a Humanidade”, editado pela FEB – Campanha de Divulgação do Espiritismo, aprovada pelo Conselho Federativo Nacional da FEB na Reunião de 1996.

Capítulo
XII

XAVIER, Francisco Cândido; Companheiro; Pelo Espírito Emmanuel. 35 ed. Imp. São Paulo: IDE, 2016, cap. 12.

XAVIER, Francisco Cândido e VIEIRA, Waldo; Estude e Viva; Pelos Espíritos Emmanuel e André Luiz. 7 ed. Imp. Brasília: FEB, 1993, cap. 40.

Capítulo XIII

Mulher, negra e docente: Quebrando estereótipos para a produção de debates inter-religiosos harmônicos

Evelyn da Silva Costa Alves¹

Resumo

Este presente artigo vem discutir as nuances que atravessam a vivência da mulher negra, assim como a particularidade da legitimidade de fala dessas mulheres em diálogos inter-religiosos. A escrita vai se desenhando por um caminho da historicidade dessa mulher, o pensamento que ela produz e as contribuições acerca de religiões fomentadas por meio de debates em sala de aula. O objetivo deste artigo é apresentar propostas que possam ser inseridas nas classes da educação básica para fomentar o debate inter-religioso a partir do reconhecimento da mulher negra como intelectual e docente, assim como verificar os possíveis direcionamentos para as questões religiosas que surgirem nesse espaço escolar. Com isso foi realizado um estudo qualitativo com levantamento bibliográfico buscando trazer estudos de pesquisadores que pensam as mulheres negras e as relações raciais (Gonzalez, 2020; Souza, 1983; Hooks, 2021) e também os diálogos inter-religiosos nas salas de aula. Apresenta também movimentos que podem ser realizados para desconstruir possíveis preconceitos que iniciam na vida escolar dos estudantes.

Palavras-chaves: Mulher Negra, Docência, Religião

¹ Pedagoga, Dra. Honoris Causa, Educadora Socioemocional, Professora, Palestrante, Escritora & Poeta, Promotora Legal Popular, Podcaster. Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional pela Anhanguera; Pós-graduanda em Direito das Mulheres e Direitos Humanos. Consultora Pedagógica na Comissão OAB Vai à Escola - Méier, Secretária Adjunta da ABA Nacional Crianças e Adolescentes, Colaboradora do IBDFAM – Família e Relações Raciais.

Introdução

No primeiro momento é discutido sobre a historicidade da mulher negra e como a percepção social que atravessa esse corpo acaba desintegrando a produção da legitimidade do pensamento científico realizado por esta mulher. As discussões com Souza (1983) entremeiam o ato de pensar o corpo negro como digno de humanidade, alguém que também deve ser ouvido, lido socialmente como fundamental importância na construção social. Já em Truth (2014) e Hooks (2021) observamos um marcador da humanidade dessa mulher com um discurso questionando gênero, pois observa-se que os homens dispensavam um tratamento afetuoso para as mulheres brancas, assim como percebemos a objetificação de seu corpo e o questionamento da intelectualidade de uma mulher que é vista nesses moldes.

Os dados apresentados, neste primeiro momento, demonstram como estamos defasados pensando mulheres negras na docência, sobretudo no ensino superior, produzindo ciência. Para um país que tem mais de 50% da população negra, é importante discutir em que lugar essas mulheres se encontram na construção do pensamento científico. Ao decorrer do discurso é observado o quanto essas mulheres encontram-se no lugar dos estereótipos sociais impostos desde a época da escravização dos corpos negros. Contudo, a importância do Movimento Negro para a exaltação da mulher negra nos espaços é preciso ser pontuada, pois toda construção da população negra em qualquer lugar se dá por meio da coletividade.

Pensar a docência de uma mulher negra num lugar também disputado por homens é exercer o magistério desconstrutor com muita resistência e abertura de caminhos para que outras consigam fazer novas desconstruções. Mulher, negra e docente traduz significâncias que norteiam a caminhada coletiva e individual dentro do ambiente escolar que desfazem pensamentos embrutecidos acerca de pensar religiões e o ensino para pessoas plurais. A sala de aula é o campo mais fértil para produzir uma educação de qualidade, de diálogo e de conceitos sociais que caminham em conjunto. Por isso, ter mulheres negras movimentando essa estrutura, conforme a fala de Davis, é contar com o apoio coletivo para construir novos caminhos de harmonia e paz entre as religiões.

Mulheres e Negras: Historicidade

No cenário histórico e social brasileiro, para se perceber o contexto e o lugar das mulheres, já existe uma tensão que atravessa um movimento político de opressão e dominação de gênero, onde acontece a desclassificação de mulheres nos espaços de fala e de poder. Se pensarmos no contexto interseccional, lendo raça, gênero e religião das mulheres negras, sobretudo, observaremos o quanto esse espaço é mais embrutecido e inferioriza o papel que ela exerce na sociedade. Neusa Santos Souza (1983) vai dizer que o marcador para a leitura de um corpo negro começa em casa, no seio familiar, espaço que ainda não se descobriu completo diante da pessoa branca, lida como sujeito universal, que dita as regras sociais e posiciona a negritude no papel da subalternidade e, muitas vezes, da desumanização de seus corpos. O branco acaba sendo o referencial social, o referencial intelectual, o referencial com liberdade de expressão artística, social e religiosa, pois o seu corpo é aceitável, enquanto o corpo negro é visto como o outro, mencionado por Fanon, que não possui um lugar, é visto no “não-ser”.

A docência é um espaço social de reprodução desses estereótipos que fundamentam a nossa sociedade, nela é possível perceber que homens e mulheres ganham notoriedade, autoridade e engajamento não somente de rede, mas enquanto articulação de apoio a projetos e movimentos aos quais esses sujeitos estão inseridos. Pensar mulheres, docentes e negras é uma situação bem atual, pois num contexto anterior, as mulheres serviam aos homens, não tinham acesso a formação acadêmica, seu objetivo para existir estava direcionado aos afazeres domésticos, assim como para o cuidado com as suas famílias. Importante pontuar que estamos falando de mulheres brancas, mulheres que lutavam para conquistar seus espaços de trabalho, enquanto a mulher negra já estava nessa seara em tempos anteriores lutando para ser vista, reconhecida, lida como um ser humano e não como um objeto de dominação do homem branco. Se esta mulher não era vista como humana, imagina ter lugar à mesa para dialogar em pé de igualdade com outras mulheres ou homens?

Nesse sentido se instaura uma problemática acerca da produção de intelectualidade, de legitimidade na fala de uma mulher, já que em alguns espaços o mesmo respeito ofertado a mulher branca, não era

igual para a mulher negra. É possível recordar, com isso, o discurso de Sojourner Truth quando observou que as outras mulheres recebiam um tratamento impecável dos homens, mas as mulheres negras não o recebiam, eis que imperativa declarou: “E eu não sou uma mulher?”. A professora e ativista antirracista estadunidense bell hooks (2021) vai dizer que a imagem produzida para o corpo de uma mulher negra decorre da objetificação do seu corpo, assim como da manutenção de um pensamento que percebe a mulher negra como permissiva nos atos produzidos por ela e tudo isso surge no sistema escravocrata que lia a mulher negra como uma “selvagem sexual não humana”. Ora, se eu percebo uma mulher negra como não humana, será possível ela produzir algum tipo de diálogo que fomente a intelectualidade de quem a escuta? Merece ela ser ouvida, ser lida? Ela pode ser vista como uma mulher? Conseguirá discutir religião como possibilidade de quebra de conflitos, já que ela vivencia conflitos que a impedem de ser humana dentro dos espaços sociais aos quais circula?

E na educação, como campo de disputa, espaço de poder, observar uma mulher negra professora é uma vitória e referência para a população negra, mas também é um ato de resistência contínua para permanecer e continuar lutando por igualdade de gênero e raça, para além disso, equidade nas relações sociais. Segundo uma pesquisa feita pela UERJ, veiculada no site Agência Brasil (2023), é observado que o número de mulheres pretas, pardas e indígenas nos campos das ciências é de 2,5% pensando em todo os docentes da casa, ou seja, a desigualdade racial é evidente neste campo do pensamento, sobretudo nas Ciências Exatas, da Terra e Biológicas. Existe um crescimento evidente da população negra em nossa sociedade, verificamos mulheres nesse contexto, contudo, ainda não conseguimos perceber a equidade racial nos espaços onde há produção de reflexões críticas ou formação intelectual e de opinião.

Ainda não conseguimos compreender a humanidade das mulheres negras nem a sua significância para o saber científico social, como a sua contribuição também de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade, não acreditamos em mulheres negras na construção do saber científico e a resposta está no número de docentes negras que representa uma parcela ínfima nos cursos de pós-graduação das universidades. Se hoje encontramos mulheres nos postos de docência, foi por conta do grande movimento de luta iniciado pelo movimento

negro, assim como o debate de gênero fomentado dentro desse espaço. Mulheres negras produzem saberes, não são apenas corpos que servem como objetos, são pensadoras, filósofas, professoras, profissionais aptas a articular políticas públicas e sujeitas capazes de produzir científicidade em qualquer espaço!

Lélia Gonzalez (2020), importante intelectual, professora, filósofa e antropóloga que marca seu lugar social, por meio dos estudos debruçados em gênero, raça e classe no contexto brasileiro, traz contribuições importantíssimas para despertar a desconstrução crítica do imaginário social sobre a mulher negra, na perspectiva do racismo e do sexismo em nossa sociedade, sendo essas condições impostas a elas desde o período da escravatura: a mulata, a doméstica e a mãe preta. Nossa sociedade reduz a existência dessas mulheres esses três movimentos de maneira muito simbólica, por vezes até expostas. A autora demonstra que ser vista como rainha, parte dos holofotes, a adorada, a desejada, parte do contexto da mulata na avenida, onde todo o brilho está sobre ela, é o seu momento de glória, mas também de exposição do seu corpo, da objetificação do ser mulher. Em seguida, Lélia retrata sobre a transfiguração dessa mulher na avenida para as suas obrigações diárias, a empregada doméstica, alguém que é quase da família, aquela que facilita a vida da mulher branca para que ela conquiste seu espaço social, enquanto ela está lutando pela sua sobrevivência na posição subserviente. E essa ideia é conectada pela escravização das mulheres negras juntamente a figura da mucama, pois é lida como a mulata sob os faróis do carnaval e a doméstica servindo aos seus senhores, a mesma mulher que tinha o seu corpo disputado tanto pelo homem branco quanto pela mulher branca nos atos do servir. E, por último, a autora traça o momento que as mulheres negras, enfim, são vistas como boas, mas também como aquelas que substituem a maternidade branca, cuidando, amamentando e sendo a bondade e a ternura do berço da criança, sendo a mãe preta, a babá, o afago, a demonstração imensa de afeto e acolhimento.

Toda essa discussão retrata a maneira como a mulher negra é vista, contudo não podemos deixar de mencionar que essa mesma mulher produz intelectualidade em sua sala de aula, promovendo discussões pertinentes a sociedade e formando sujeitos capazes de se articular politicamente a partir da perspectiva da inclusão de temáticas relevantes, tais como, os aspectos religiosos vivenciados na educação básica. Con-

tudo, chamar mulheres negras para dialogar, implica pensar em quantas nuances atravessam este falar, essa mulher traz com ela uma série de implicações sociais que muitas vezes não enxergamos, por isso essa explanação inicial a fim de compreender que há dificuldades outras para expressar o pensamento de diálogos inter-religiosos e a carga cultura da negritude atravessando a vida dessa mulher desde o período da escravidão dos corpos negros.

A docência como um campo de desconstrução

É importante iniciar pensando o contexto social feminino para depois chegar ao lugar da docência como o campo da disputa da fala, o espaço de poder que antes era habitado por homens, espaço de ruídos e reprodução de preconceitos que permeiam o senso comum. A manutenção de privilégios que abarca este campo, muitas vezes não permite diálogos que promovam a inclusão de debates que estão postos socialmente, tais como os diálogos inter-religiosos, sobretudo pensando nas diversas religiões que compõem a nossa sociedade. Por isso pensar mulheres negras e docentes é também um disparador para desconstrução dos estereótipos determinados a estes corpos que entram na sala de aula com a finalidade pedagógica, mas que tem seu corpo atravessado por uma série de questões a serem desconstruídas.

Pensar, inicialmente, mulher é pensar a exclusão dessa mesma mulher do espaço social, dos espaços religiosos que são dominados pelo patriarcado, é pensar em mulheres que são atravessadas no meio do seu discurso religioso por um fiel do sexo masculino, é pensar na potência dessa mulher na sala de aula para combater esse movimento da dominação masculina, pensar mulher antes mesmo de embarcar no que ocorre essencialmente no ambiente escolar é compreender de que lugar ela parte e por quais motivos muitas vezes a sua voz não é ouvida. E tudo isso ocorre, na maioria das vezes, por violências simbólicas, brincadeiras fora de hora e de mau gosto, os assédios que essa mulher passa através de atos e falas e até mesmo pela intolerância religiosa sofrida por ser mulher em determinado espaço religioso. Outras questões sociais transpõem os diálogos inter-religiosos e a mulher negra tem uma série de implicações que perpassam o seu corpo e o seu discurso, por isso a produção da in-

telectualidade e das discussões aprofundadas podem representar um perigo social advindo deste corpo outro.

Atravessamos uma série de implicações que colocam uma religião acima da outra e não permitem que as escolhas realizadas pelas pessoas produzam o respeito e o diálogo necessários para conviver harmonicamente entre si. A escola precisa ser o celeiro que oportuniza o debate plural, inclusivo e desmistificador das demandas sociais enraizadas e compulsórias a aceitação de todos. Fazer esse movimento através do feminino é representar as diversas interseccionalidades que fazem com que esse corpo abra caminhos para um diálogo mais genuíno e legítimo, pois já é um corpo estereotipado.

Essas questões de divergências religiosas aparecem, comumente, como um marcador que tensiona as diversas histórias e culturas existentes na sala de aula. O docente precisa ser um facilitador para promover um diálogo aberto e amplo que aceite as diferentes questões que surgem no contexto escolar, sempre impulsionando ao respeito como um mobilizador das demandas apresentadas pelos estudantes. Encontraremos diversos discursos que atravessam identidade, disputas históricas, contextos políticos e tudo isso pode vir à tona por meio da violência, como o caso da estudante do candomblé que foi violentada, recebendo uma pedrada na cabeça, dentro da escola, por estar paramentada; a discriminação por não compactuar da mesma doutrina que o colega também surge como uma demanda a ser dirimida; e, conseqüentemente, a exclusão dos possíveis grupos, pois o estudante pode não atender as expectativas dos mesmos.

Existem diversos pontos que podem se tornar um agravante na sala de aula, dentre eles as diferentes interpretações de fé do outro, essa intromissão na profissão da fé diferente da minha, questões de doutrina, de hostilidade e de uma separação de pessoas. O estudante passa a não querer partilhar da vida com um outro que professa uma fé diferente, a exclusão apresentada no parágrafo anterior, pura e simplesmente por não querer aceitar a profissão religiosa do colega. A religião é como se fosse a identidade do sujeito, significa o pertencimento àquela comunidade, o que ocorre, também, é a não aceitação da própria comunidade por ter um viés diferente, isso acaba funcionando como um marcador para que a intolerância aconteça entre diferentes grupos religiosos e dentro da mesma comunidade.

Podemos observar algumas tratativas para superar tais dilemas:

- **Incluir todas as religiões:** é importante que os diferentes grupos se integrem, se acolham e se desenvolvam na perspectiva comunitária, promovendo resoluções de conflitos e facilitando a cooperação mútua;
- **Fomentar os Direitos Humanos:** promover ações que dignifiquem e manifestem a liberdade de expressão, de crença, de religião como princípio basilar do bem comum e harmonia entre os povos;
- **Facilitar o diálogo inter-religioso:** fazê-lo não tão somente entre seus pares, mas gerar diversos saberes religiosos, a fim de que todos partilhem desta prática;
- **Promover Educação:** só a educação pode ser um mecanismo eficaz para implementação de novas articulações com a finalidade da transformação de pessoas para modificar os espaços sociais.

Para que superemos as questões de intolerância religiosa se faz necessário também atrelar a todas as questões estereotipadas que vêm junto a ela. Não é possível pensar nas causas sociais de maneira dissociada, pensar religião traz uma série de preconceitos e discriminações que envolvem o senso comum e pouca formação para construir um debate legítimo, por este motivo vemos tamanhas barbaridades e violências acontecendo entre os sujeitos sociais. Pensar raça, classe e gênero também agregam a este debate, assim conseguimos ver de maneira mais ampla como esses preconceitos e intolerâncias acontecem.

Comprometimento, colaboração, cooperação, irmandade entre sociedade civil, organizações religiosas, instituições educacionais precisam fazer parte deste corpo para auxiliar os processos de desconstruções sociais acerca dos preconceitos que acometem os sujeitos.

Considerações finais

A existência de mulheres negras na docência já representa um perigo social que movimenta a maior parcela da população brasileira para pensar na desconstrução de estereótipos e preconceitos por meio da educação. A escola é um grande aparelho de reprodução de ideologias,

contudo pode ser um grande instrumento de construção e desconstrução de reflexões críticas. Atualmente, vivenciamos dias de melhoria no tocante a escuta de mulheres em diversas produções de debates, mas ainda assim enfrentamos uma resistência do patriarcado para a continuidade de nossos corpos nos espaços sociais, sobretudo discutindo.

Para que possamos combater as intolerâncias, além de fazer valer as leis que abarcam esse movimento, tais como a Lei nº 9459/1997 que versa sobre “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, necessitamos:

- **Promover** uma educação que converse com todas as religiões;
- **Organizar** movimentos e a própria advocacia a fim de defender os direitos humanos pela liberdade religiosa;
- **Buscar** mediar os conflitos de maneira pacífica e harmônica, e, pensando em sala de aula, promover debates entre os estudantes a fim de conhecerem um pouco mais as religiões;
- **Capacitar** líderes religiosos, profissionais de saúde, educadores, a fim de compreender os debates religiosos.

Precisamos promover uma cultura conjunta, dialogar, reunir, acolher as diversas formas religiosas a fim de disseminar essas boas práticas entre todos aqueles que ainda não tem dimensão do quanto esse trabalho é importante para a promoção do bem comum. Quebrar estereótipos sociais através da docência de uma mulher negra é enriquecer o debate com as diferentes culturas, assim como compreender um pouco mais do contexto histórico aparente em nossa sociedade e sala de aula.

Importante observar que ter uma mulher negra na sala de aula é quebrar paradigmas, além de promover o maior acolhimento entre os diferentes pares. Contudo, é importante que esta mulher não se sinta sozinha, que ela tenha amparo da instituição a qual faça parte a fim de promover um trabalho inclusivo e seguro. Ter uma mulher negra docente é romper com as barreiras sociais coloniais, além de trazer vivências evidentes das diversas formas de opressão e preconceito, dando margem para promover um discurso mais abrangente e que promova diversas formas de ruptura com a sociedade discriminatória existente e a manutenção do *status quo*.

Referências bibliográficas

ANISZEWSKI, Ellen; MALACHIAS, Rosângela. Diálogos pedagógicos sobre liderança feminina negra: entre o terreiro e a escola. Disponível em: < <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4601/3920> > Acesso em: 05 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. Dispõe sobre os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Disponível em: < [L9459](#)>.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador. EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2020.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Tradução Bhuvi Libanio. 9ª ed. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 2021.

MELO, Edelamare Barbosa. As barreiras do acesso para a mulher negra e afro-religiosa. Disponível em: < <https://www.awure.com.br/as-barreiras-de-acesso-ao-universo-do-trabalho-para-a-mulher-negra-e-afro-religiosa/> > Acesso em: 05 mai. 2024.

RIBEIRO, Cristiane. Mulheres negras e indígenas são 2,5% dos professores de pós-graduação. 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-11/mulheres-negras-e-indigenas-sao-25-dos-professores-de-pos-graduacao>> Acesso em: 05 mai. 2024.

SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1983.

Traduzido por Osmundo Pinho, do Scribd. *E não sou uma mulher?* 2014. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> > Acesso em: 05 mai. 2024.

Capítulo XIV

O capelão militar em diálogo com as religiões

Israel Thiago Trota¹

Introdução

O capelão militar no Brasil tem a missão de prestar assistência religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas. A Lei 6.923/1981 normatiza o Serviço de Assistência Religiosa às Forças Armadas e estabelece que a atividade de capelão militar será exercida por sacerdotes, ministros religiosos ou pastores, pertencentes a qualquer religião que não atente contra a disciplina, a moral e as leis em vigor. Embora a lei abra a possibilidade de representação a “qualquer religião”, atualmente, a função de capelão militar nas Forças Armadas tem sido ocupada por padres católicos e pastores protestantes. As vagas são disponibilizadas seguindo critérios de representatividade das religiões professadas pelos militares em cada Força, mediante dados obtidos em censos religiosos internos.

Historicamente, tem sido demonstrado o valor da religião no empréstimo de sentidos mais elevados para a missão que circunda a vida militar, por isso, a religião não deve ser vista como um estorvo dentro da realidade militar, mas como ferramenta que otimiza e ressignifica o “ser militar”. Durante muito tempo nas Forças Armadas do Brasil existiu o predomínio de uma religião, tida como oficial, enquanto as outras

¹ O autor é Capitão-Tenente da Marinha do Brasil exercendo a função de Capelão. Em 2018 participou da Comissão na África do Sul e Moçambique prestando assistência religiosa aos militares envolvidos em uma missão operativa. Em 2020/2021 atuou como Capelão em missão na Antártica. É doutor em Teologia Sistemático-Pastoral pela PUC-Rio. É pesquisador na área da capelania militar. É professor de Teologia Sistemática na Faculdade Vitória em Cristo (FVC). Possui 14 livros publicados. Além da graduação em teologia pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil (FACETEN), possui licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Ciências Humanas de Vitória (FAVIX). É pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Mário Schenberg e pós-graduado em Teologia pela Universidade Estácio de Sá. É pastor da Assembleia de Deus.

eram marginalizadas, contudo, na visão atual, essa fotografia histórica se anacronizou, tornou-se desatualizada, descabida. No Estado laico, se aspira pela liberdade religiosa e pelo ideal igualitário do direito de todos praticarem ou não suas crenças. O capelão é o bastião desse ideal no ambiente militar e possui a missão social de proliferar esse valor na caserna. Ele deve zelar para conscientizar a todos os militares sobre o respeito a fé alheia.

Desde a descoberta do Brasil pelos portugueses, o serviço de capelania militar tem sido praticado nesse país, marcando presença nas fases do Brasil Colônia, Império e República, portanto, são mais de cinco séculos de atuação. A história militar e o sentimento religioso caminham paralelamente, logo, não há como negar o papel importante desses dois valores na formação do Brasil. Há quem diga que a espada (o elemento militar) e a cruz (o elemento religioso) representam os dois grandes alicerces da formação do povo brasileiro (Barroso, 2019, p.99).

Nesse capítulo, avaliar-se-á o presente à luz da historiografia brasileira para identificar como a capelania militar se posicionou diante da questão do diálogo religioso. Três tópicos basilares estruturam esse capítulo, em primeiro lugar, será pontuado a fase da capelania militar marcada pela ausência do diálogo religioso, logo após será apresentado o início do diálogo religioso nas Forças Armadas e, por último, será avaliado a necessidade de aprofundar esse diálogo religioso na atualidade.

I. A ausência do diálogo religioso nos primeiros séculos da capelania militar no Brasil.

A prática de representantes religiosos acompanharem expedições militares é uma atividade ancestral exercitada por povos de tradições religiosas diversas, portanto, não se trata de uma tradição exclusivamente cristã, por isso, na atualidade, há no mundo capelães militares representantes de muitas religiões como o judaísmo, o hinduísmo, o budismo, o islamismo e muitas outras. A presença de representantes religiosos em campanhas militares egípcias, sumérias, babilônicas e assírias está documentada em registros antigos. (Mello, 2011, p.72). Desde tempos remotos, nas mais variadas tradições e culturas, representantes religiosos acompanhavam expedições militares no fito de prover assistência religiosa.

Após a conversão do imperador romano Constantino ao cristianismo, no século IV d.C, o Império Romano fez uso constante da presença de representantes religiosos em suas campanhas militares. Nesse período, o discurso cristão sobre a atividade militar foi remodelado e deixou a posição pacifista (até então unânime) para sancionar (pelo menos em parte) a “guerra justa”. Nesse período o cristianismo foi descriminalizado e passou a gozar dos mesmos direitos das demais crenças. Por meio de políticas públicas, o Império Romano passou a favorecer cristãos com a concessão de terras, construção de templos, isenções fiscais e funções públicas (Mamedes, 2019, p.65.). Pouco a pouco o poder estatal passou a ser canalizado para promover a religião cristã (Veyne, 2010, p.138).

O historiador Sozomenus registra que no afã de acostumar os soldados a adorarem ao Deus cristão, o Imperador Constantino marcou as armas com o símbolo da cruz e nas campanhas militares provia uma igreja funcional na estrutura de uma tenda para acompanhar as tropas. 1803 padres e diáconos foram utilizados para prestar apoio as tropas, assim, cada legião romana havia uma própria tenda-igreja (Sozomenus, [s/d], p.400). O exército romano era acompanhado por representantes religiosos em todas as expedições. (Helgeland; Daly; Burns; 1985, p.48). O próprio Imperador Constantino fazia uso de um oratório em suas marchas militares (Blainey, 2011, p.57).

Mais tarde, o imperador romano Teodósio, promulgou - em 380 d.C. - o Edito de Tessalônica, que transformava o cristianismo na religião oficial do império, desde então, a religião e o militarismo passaram a caminhar ladeados. Nessa fusão, de um lado, religiosos assumiram o papel de executores da vontade imperial (Silva, 2006, p.263), do outro lado, o poder estatal utilizou-se dos cofres públicos para patrocinar os projetos de expansão do catolicismo. A fusão entre religião e Estado parecia favorecer ambos os lados, contudo, nesse período, fatidicamente, a fé cristã era imposta aos outros e não se tinha o entendimento moderno da tolerância religiosa e do respeito pela fé alheia. O olhar de hoje sobre essa realidade leva-nos a constatação da absurdidade cometida, contudo, naquela época, a interpretação sobre esse fato era comum e normativa.

Valer-se do Estado para promover uma religião não foi uma prática exclusiva do cristianismo, mas um método recorrente e comum nas

mais diversas religiões e culturas. Como o Brasil foi um país colonizado por cristãos, torna-se oportuno relembrar que o cristianismo foi historicamente promovido pela via estatal, de modo oficial, como um tipo de religião que se impunha sobre as outras. É a partir desse contexto que os primeiros modelos de assistência religiosa ao militar são aplicados no Brasil, em outras palavras, não havia diálogo com outras religiões, nem tolerância religiosa, mas ferrenha promoção da religião oficial pelos instrumentos, instituições e cargos tutelados, mantidos e aprovacionados pelo Estado.

A historicidade da capelania militar no Brasil começou antes mesmo de sua descoberta pelos portugueses, nos episódios que antecederam e pavimentaram o movimento da expansão marítima europeia. O papa Alexandre IV, em 4 de maio de 1493, por meio da *Bula Inter Coetera* tornou viável e factível a assistência religiosa militar nas prováveis terras que seriam descobertas e exploradas pelas nações ibéricas. Nesse documento oficial, o sumo pontífice da Igreja Católica oficiou o ato de doação das terras ultramarinas encontradas pelos reis de Espanha e Portugal. Vejamos a reprodução de parte desse documento explicitando que só terras de outro senhor cristão seriam respeitadas, mas se fosse de povos não cristãos, estava autorizado a tomada e vindicação do direito àquela terra, endossado pela Igreja.

(...) E para que – dotados com a liberdade da graça apostólica, assumais mais livre e audazmente uma atividade tão importante, por própria decisão, não por instância vossa, nem por nenhum outro em favor vosso, senão por nossa mera liberdade e com pleno conhecimento e fazendo uso da plenitude do poder apostólico e com a autoridade de Deus onipotente que detemos na terra e que foi concedido ao bem-aventurado Pedro como vigário de Jesus Cristo, ao teor das presentes, doamos, concedemos e assinamos perpetuamente a vós e a vossos herdeiros e sucessores nos reinos de Castela e Leão, todas e cada uma das ilhas e terras pré-ditas que até o momento foram achadas por vossos enviados e as que se encontrarem no futuro e que na atualidade não se encontrem sob o domínio de nenhum outro senhor cristão (...). Além disso, vos mandamos em virtude de santa obediência que, fazendo toda as devidas diligências do caso, destinai às ditas terras e ilhas, varões probos e temerosos de Deus, peritos e especialistas para instruir na fé católica e imbuir nos bons

costumes seus povoadores, qual não nós desejamos e não duvidamos que fareis, à causa de vossa máxima devoção e de vossa régia magnanimidade. (Seitenfus, 2009, p.1361, sic).

O “reconhecimento papal” foi o caminho para a oficialização de um acordo tácito entre as Coroas Ibéricas e a Igreja Católica, assim, as nações beneficiárias das terras descobertas assumiam diante da Igreja o compromisso apostólico da evangelização dos novos povos. Naquela época, de acordo com o entendimento medieval, cria-se na doutrina do poder indireto do papa sobre as coisas temporais, o que colocava os reis em submissão direta a Santa Sé. Os reis de Portugal e Espanha eram católicos e concebiam os avanços políticos de suas respectivas nações pela perspectiva da fé emoldurada aos ideais católicos (Azzi, 1987, p.19). Esse poder “*potestas directiva*” impunha limites ao absolutismo, uma vez que colocava reis católicos em posição de subordinação ao Papa. Do ponto de vista político, havia limites, do ponto de vista religioso, não, assim, em nome da fé oficial, praticava-se a violência contra a fé divergente-heterodoxa.

Quando a Santa Sé legitimou a expansão colonial dos povos peninsulares outorgando a essas nações o direito de posse das novas terras, a estrutura estatal se fundiu com o poder religioso e ambos buscavam o mesmo fim: sua própria expansão. Vale lembrar que para Portugal, a fé católica foi um elemento constitutivo na formação de sua nacionalidade. O Reino luso nasce a partir das lutas que resultaram na expulsão dos mouros da Península Ibérica, a partir do século X. O catolicismo estava entretido na história portuguesa e tal realidade reverberou-se no Brasil, a nova colônia lusa descoberta no período das expansões marítimas.

Definitivamente, o Papa Alexandre VI influenciou os soberanos de Portugal e Espanha para introduzirem a figura dos representantes religiosos nas expedições militares (Daniel-Rops, 1999, p. 276). Todas as embarcações portuguesas utilizadas na Carreira da Índia eram obrigadas a embarcar capelães (Lopes, Frutuoso, 2003, p.3). Por esta razão, nos navios que pertenciam a frota de Cabral, além de militares, havia também representantes religiosos denominados capelães, entre os quais, destaca-se a figura do frei Henrique de Soares Coimbra, o capelão da Armada Portuguesa naquela missão, estando ali em conformidade a ordem papal (Amorim, 2000, p. 75). Coimbra celebrou

no domingo de páscoa a primeira missa em solo brasileiro, no dia 26 de abril de 1500, no litoral sul da Bahia (A carta de pero, 1999, p.65). Essa primeira missa tem sido considerada como a primeira atividade de assistência religiosa militar no Brasil (Almeida, 2006, p. 21).

Desde então, a figura do capelão marcou presença no Brasil Colônia, Império e República. Em todos os movimentos militares, havia a presença de capelães. Quando o Brasil foi descoberto pelos portugueses, em Portugal havia o “Padroado Português”, um acordo entre a Igreja e o Estado por meio do qual o monarca luso recebia autoridade até sobre assuntos eclesiásticos, desde que assumisse a responsabilidade de atender os interesses da igreja, em outras palavras, era a “prática do colonialismo em termos de instituições religiosa”. (Hoornaert, 1983, p.39). A responsabilidade do rei de Portugal não se limitava apenas a Portugal, mas se estendia pelas terras ultramarinas que também pertenciam ao seu reino (Trota, 2020, p. 19).

É fato que o aparato religioso contribuiu para consolidar o domínio de Portugal na nova colônia brasileira (Vianna, 1948, p.80). Na realidade do Estado confessional ou religião estatal, a religião se torna instrumento utilizado para atender os fins determinados pelo Estado (Azevedo, 1978, p. 107). Convém ressaltar que não foi apenas o Estado que se utilizou do catolicismo no Brasil, mas o catolicismo também se utilizou do Estado para sua expansão. Capelães militares e demais padres, ambos aprovencionados pelo Estado, doutrinavam os povos indígenas impedindo-os da prática de seus costumes e crenças ancestrais. Os sacramentos católicos eram impostos sobre os indígenas (Vainfas, 1995, p. 48). A religião se valia de meios coercitivos para sepultar outras crenças e não havia no entendimento antigo a consciência da necessidade do diálogo com a fé do outro.

Nessa época, além de demonstrar profundo apreço pela instituição religiosa que representava, os capelães também sacralizavam a coroa portuguesa, afinal de contas, o rei de Portugal posicionava-se como um braço da Santa Sé. Ao orientar os novos capelães, Salzedo declarou: “Devo respeito ao culto Divino e às coroas sagradas” (Salzedo, 1727, p. 11, tradução nossa) e mais à frente relatou que amava e venerava os sucessos da monarquia, por isso dizia que escrevera um livro para “maior sucesso dos padres capelães dos regimentos reais” (Ibid). Os capelães recebiam seus provimentos da monarquia, assim como todos os párocos

e bispos que formavam a estrutura religiosa no Brasil dos primeiros séculos, assim, a estrutura religiosa era funcionária do Estado.

O reino de Portugal foi um importante aliado do papa e do catolicismo que no século XVI vivia no contexto europeu uma grande crise provocada pelo surgimento do protestantismo. Assim, os movimentos religiosos no Brasil Colônia, agenciados pelo Estado, tinham como um dos principais propósitos o combate a ameaça protestante, portanto, a capelania militar no Brasil, em seus primórdios, possuía claramente uma motivação crusadística. No passado, os capelães militares envolveram-se intensamente em conflitos e por causa disso, alçaram postos de destaque na historiografia brasileira, porque junto com a defesa da terra diante de outras nações havia o ideal de defesa da fé católica contra a ameaça protestante que poderia crescer e prosperar com a instalação no Brasil de países protestantes como os franceses, holandeses e ingleses.

Um bom exemplo para corroborar a afirmação acima está na primeira batalha naval no Brasil, na Baía de Guanabara, quando portugueses defenderam a região contra a fixação dos franceses, no século XVI. Naquela ocasião, foi o padre José de Anchieta, um sacerdote português que atuara como capelão naval de uma embarcação na Bahia que conseguiu o apoio dos índios para junto aos portugueses combaterem os franceses, liderados por Nicolas Durand de Villegagnon (Trotta, 2020, p. 53). Outro exemplo está na expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, no século XVII. A religião protestante estava sendo combatida nas expulsões dos franceses e dos holandeses, pois interesses estatais se fundiam aos interesses religiosos.

“Membros ativos da empreitada colonial, os padres católicos atuaram efetivamente em campanhas de caráter militar, em missões de evangelização e em combates contra invasores estrangeiros, cumprindo a missão da expansão da fé cristã no Novo Mundo”. (Neto, 2011, p. 10,11). Hoje entende-se que o conceito de “invasor estrangeiro” é um termo projetado pelo olhar do dominador, que foi também, no passado, um invasor estrangeiro. Expandir a fé católica estava estritamente ligado ao projeto de frear o crescimento do protestantismo no Novo Mundo. Vale ressaltar que não foi apenas a fé protestante que foi combatida nos primórdios da capelania militar no Brasil, mas também a fé dos indígenas e mais tarde, a fé dos africanos escravizados.

Atualmente, o modelo de capelania militar engajada em conflitos que são motivados por questões religiosas não encontra espaço na compreensão moderna. O entendimento que se tem é que a fé do outro não deve ser suprimida, mas respeitada, não deve ser matéria de ataque, mas de diálogo. Assim, o capelão militar do presente pensa (ou pelo menos deveria pensar) bem diferente do capelão militar do Brasil Colônia e Império. Contudo, naquela época, a guerra era espiritualizada, nesse sentido, não se tornava um combate apenas contra o estrangeiro, mas uma luta do bem contra o mal, obviamente, o bem era representado por aqueles que professavam a religião estatal e o mal era representado pelos praticantes de outras religiões (Machado, 2022, p. 317).

Com a instituição do Império, o Brasil se independeu de Portugal, contudo, continuou professando o catolicismo como religião oficial, contudo, nessa época começou-se a perceber a necessidade de tornar o país laico, ideal que se concretizou com a Proclamação da República. A partir de então, o Estado se separou da religião e operou uma transformação imperiosa na ação do capelão militar, desse modo, para que o serviço continuasse funcionando, era preciso se readequar ao novo entendimento republicano que defendia a liberdade religiosa como um valor inegociável.

II. O começo do diálogo religioso na capelania militar do Brasil.

Com a Proclamação da República o serviço de capelania militar no Brasil foi extinto, uma vez que parecia confrontar com os pressupostos republicanos de um Estado secularizado, inspirado nos princípios liberais e positivistas tão valorizados no novo modelo de governo instituído. Ao tornar o Estado laico, o país favoreceu a liberdade religiosa e desde então, as religiões minoritárias poderiam com liberdade promover os seus cultos e reuniões. É a partir deste acontecimento histórico que outras religiões começam a florescer no Brasil, reconfigurando o panorama religioso brasileiro.

Todo o projeto religioso de atividade cruzadística no Brasil ruiu com a instituição da República. Segundo a Constituição, o Estado não poderia subvencionar uma religião específica e também não poderia embaraçar o exercício de cultos religiosos (Brasil. Constituição, 1891,

art. 11, parágrafo 2º). “A República provocou o fim do monopólio oficial do catolicismo no Brasil” (Trotta, 2020, p. 78). O Estado não poderia ter relações de dependência ou aliança com qualquer religião. No Brasil, era o fim definitivo da estrutura herdada pelo Padroado Português.

Até então, todo o serviço de capelania militar praticado no Brasil, de modo oficial e reconhecido, tinha sido exclusivamente católico, porém, a partir da República, o catolicismo estava obstado de exercer gerência na administração pública. O país despertou-se para a consciência de defender a liberdade religiosa e esse valor tornou-se profundamente entretido ao conceito de Estado Moderno. Era inconcebível o modelo de religião estatal, pois dessa forma, crenças eram desrespeitadas em nome de uma crença oficial. O serviço de capelania militar tinha se acostumado com a promoção de uma religião, todavia, nesse modelo de atuação tornava-se descartável, por isso, a resolução inicial da República decidiu pela extinção do serviço.

Até poderia existir assistência religiosa ao militar, mas deveria ser em caráter voluntário, sem gerar algum ônus para o Estado. É a partir desse período que se começa a perceber a inserção do protestantismo na assistência religiosa ao militar, um bom exemplo está na atuação do missionário americano Arthur Beriah Deter e de seu apoio as tropas do Sul no Rio de Janeiro, durante a Revolução de 1930 (Silva, 2017, p. 77). A constituição de 1934 até normatiza a existência do serviço religioso em expedições militares, em hospitais, penitenciárias e estabelecimentos oficiais do Estado, contudo, o serviço precisava ser voluntário, não poderia ser patrocinado pelos cofres públicos e em hipótese alguma, poderia constranger ou coagir pessoas de outras religiões (Brasil, 1934, art. 113, parágrafo 6º). Nessa época, decidiu-se que em expedições militares, apenas brasileiros natos poderiam prestar assistência religiosa, o que reduziu a participação de pastores, já que muitos daqueles que trabalhavam no Brasil eram missionários protestantes estrangeiros.

Com o estourar da Segunda Grande Guerra, os militares que comporiam a Força Expedicionária Brasileira (FEB) sentiram a necessidade de receber o apoio religioso, deste modo, o Brasil, por meio do Presidente Getúlio Vargas decidiu que o serviço religioso deveria ser reestabelecido de modo oficial, diante da crise internacional que envolvera o Brasil, afinal de contas, a religião contribuía para “fortalecer as energias morais, a disciplina e os bons costumes” (Brasil, Decreto nº 6.535, de

26 de maio de 1944). O Brasil inicialmente assumira uma posição de neutralidade na Segunda Grande Guerra, mas diante do torpedeamento de seus navios e da morte de muitos brasileiros, viu-se obrigado a declarar sua participação na Guerra. Assim, a “toque de caixa”, em caráter emergencial e abrupto, foi criado o Corpo de Capelães para assistir e apoiar a FEB. Os militares brasileiros estavam inseguros diante do cenário que enfrentariam no anfiteatro de operações da Europa, desse modo, a religião contribuiria para confortar corações apreensivos oferecendo-lhes a esperança da fé.

No ano de 1944, no dia 26 de maio, foi criado o Serviço de Assistência Religiosa (SAR) para apoiar a FEB por meio do Decreto-Lei nº 6.535. Todavia, esse serviço não poderia mais ser nos moldes antigos, com a exclusividade e monopólio de uma religião, até porque, na República, não existia mais uma religião oficial, assim, foi permitido que padres e pastores voluntários pudessem acompanhar as tropas. Pela primeira vez na história brasileira, de modo oficial, pastores puderam atuar como capelães militares reconhecidos pelas Forças Armadas do país. Havia cerca de 600 soldados na FEB que se declaravam protestantes, gerando a demanda da assistência religiosa por parte dos capelães pastores (Crivelari, 2009, p. 41).

O retorno oficial da capelania militar exigiu que os capelães assumissem o compromisso de se emoldurarem aos ideais republicanos, em outras palavras, os capelães padres e pastores precisavam atuar com base nos valores da liberdade religiosa, da tolerância e do diálogo com crenças divergentes. A capelania militar no Brasil que até então tinha sido usada historicamente para promover uma religião, agora precisava promover a liberdade religiosa, por isso, era terminantemente proibido o proselitismo religioso por parte dos capelães da FEB. O pastor Soren, capelão na FEB, relembrou que havia no regulamento dos capelães uma norma que proibia o capelão de catequizar um soldado de outra religião (Azevedo, 1995, p.68). Essa norma visava resguardar a liberdade religiosa e impedir que a capelania militar fosse utilizada como instrução de coerção religiosa.

Logicamente, essa nova reconfiguração precisou ser testada no teatro de operações da Europa, durante a Segunda Grande Guerra, por isso, o retorno do serviço foi em caráter temporário, apenas para apoiar a FEB. A grande verdade, é que existia muita insegurança a respeito de

como esse serviço se desenvolveria dentro de uma realidade religiosa plural, que na metade do século XX já começava a ser visualizada no país. É a partir desse contexto histórico que se começa a dar os primeiros passos no cultivo do diálogo religioso. Hoje, ainda não há capelães militares representantes de outras religiões além do catolicismo e do protestantismo. Ainda há muito o que avançar. Isso é fato. Não obstante, naquela época, a participação de capelães não católicos já representou um passo deveras importante.

Como seria a convivência entre representantes de religiões distintas no mesmo ambiente operacional? Os militares da FEB estavam pressionados pela guerra, assim, em grande tensão emocional e penúria psicológica encontravam-se sensibilizados espiritualmente, por isso, exigiam grande atenção por parte dos capelães que deveriam trabalhar unidos pelo mesmo ideal: apoiar o militar. Houve um remodelamento de propósito no serviço da capelania militar pós-República, assim o objetivo não era mais promover uma religião, mas apoiar o militar, por isso sua fé precisava ser respeitada. O livre exercício da religião e a coexistência plural entre as religiões representavam os novos valores republicanos. Esse entendimento perdura até hoje, portanto, exige-se dos capelães militares essa consciência na aplicação da assistência religiosa e espiritual aos militares.

A experiência dos capelães militares de religiões distintas na FEB foi profundamente positiva. Durante a navegação para o continente europeu, padres e pastores já começaram sua convivência. O padre Brito, capelão na FEB, relatou que ficou em um camarote com oito capelães, sendo dois protestantes, o pastor batista João Filson Soren e o pastor metodista Juvenal Ernesto da Silva. (Brito, 1947, p. 8). O padre Schneider, outro capelão na FEB, entendeu que todos os militares estavam no mesmo barco, por isso deveriam estar unidos (Schneider, 1983, p.26).

No navio, durante a noite, os capelães desciam nas cobertas abaixo para dar apoio religioso aos militares, assim, oravam com eles e ofereciam palavras de conforto. Ao chegar na Itália, além de celebrar cultos e missas, os capelães trabalhavam juntos auxiliando os pracinhas em suas correspondências familiares, assim como também visitavam os hospitais e assistiam religiosamente os feridos (Lima, 2005, p. 32). Os capelães militares na FEB demonstraram respeito pela fé do outro e provaram que estavam ali, profundamente comprometidos com o propósito

institucional do serviço, definido pelas Forças Armadas, que é apoiar os militares. O padre Schneider em seus registros pessoais teceu grande elogios ao pastor Soren, externando a cordialidade que existia entre os próprios capelães.

O reverendo Soren, por diversos meses, foi meu companheiro de barraca e sempre admirei seu senso de ordem, asseio e gentileza. Meu cantil estava sempre abastecido de água fresquinha, que ele buscava numa fonte que ficava a algumas centenas de metros. Quando eu celebrava missa, ele cuidava espontaneamente da disciplina e silêncio nas imediações. (Schneider, 1983, p.72).

Relatos apontam que os capelães se mostraram tolerantes e respeitosos com quem divergia deles em matéria religiosa (Palhares, G., 2013, p.120). Frei Orlando foi o único capelão na FEB que foi para a Segunda Grande Guerra, mas não voltou, porque faleceu lá, ao lembrar dele, Palhares testemunha: “Convivendo com outros ministros, de religiões diversas, frei Orlando tratava todos com bondade e solicitude. Era, como já dissemos, um espírito assaz tolerante”. (Palhares, G., Frei Orlando, p. 181).

O padre Schneider, entendendo os pressupostos republicanos da liberdade religiosa e da pluralidade religiosa, ao citar Rui Barbosa, lembrou que “a Pátria tem o direito de pedir aos seus filhos a vida, mas não tem o direito de pedir também a alma” (Schneider, 1983, p.8). Definitivamente, o Estado não tem o direito de impor a religião sobre seus cidadãos. A fé de cada um deve ser profundamente respeitada, especialmente por aqueles que representam a Pátria como capelães militares. Lima destaca que apesar de algumas dificuldades iniciais, a capelania militar na FEB foi um importante passo no início do diálogo religioso em nosso país.

É importante ressaltar a união e o respeito estabelecidos entre os capelães católicos e os protestantes. É possível que eles tenham realizado na Itália práticas ecumênicas, abrindo assim portas no seio da cristandade brasileira. A integração desses sacerdotes: católicos e protestantes nas várias unidades na qual foram designados para atuarem se fez de forma natural. Houve como não poderia deixar de ser, algumas dificuldades iniciais, porém ao que parece, logo superadas. (Lima, 2016, p. 44-45).

A verdade é que a capelania na FEB recebeu uma avaliação positiva das Forças Armadas, por isso, o serviço que a princípio tinha sido restabelecido em caráter temporário, tornou-se definitivo. Com o fim da Segunda Grande Guerra e retorno da FEB ao Brasil, o Serviço de Assistência Religiosa (SAR) instituído em 1944 foi extinto em 1945, contudo, no início de 1946 foi criado de modo permanente o Serviço de Assistência Religiosa às Forças Armadas (SARFA), depois de algumas atualizações na Lei, o serviço funciona hoje normatizado pela Lei 6.923/1981. O serviço da capelania militar tem sido praticado não apenas pelas Forças Armadas, mas também por algumas representações das Forças Auxiliares que se inspiram no modelo das Forças Armadas.

III. A necessidade de aprofundar o diálogo religioso na capelania militar do Brasil.

Atualmente, observa-se a necessidade de aprofundar cada vez mais o diálogo entre as religiões na sociedade brasileira e também no meio militar. O Brasil continua se definindo como um Estado laico, assim, em sua soberania, não adota nenhuma religião oficial. O conceito de religião oficial perdeu o seu respaldo legal com a República.² No período da Colônia e até do Império, o catolicismo foi a religião oficial do país, contudo, hoje, não existe mais uma religião oficial, com precedência sobre as demais.

Da mesma forma que não existe uma religião oficial, não deve existir um tipo de religião marginal, em posição de desvalia em relação a outras. Todos têm o livre direito a crer e a não crer, a praticar cultos ou não. Nenhuma religião é professada pelo Estado, assim como também nenhuma religião deve ser combatida. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 5º, inciso VI, está claro que a liberdade de crença é um princípio inviolável, representando assim, um valor inegociável da democracia. (Brasil, 1988).

Vale lembrar que Estado laico é diferente de Estado laicista. Por Estado laico entende-se o Estado não confessional, secular, por Estado laicista entende-se o Estado que concebe a religião a partir de uma perspectiva contraproducente, negativa, assim, assume uma postura de

² Decreto nº 119-A, de autoria de Ruy Barbosa, de 07 de janeiro de 1890 / Constituição de 24 de fevereiro de 1891, art. 11, p2º; art. 72, parágrafo 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 28º e 29º

intolerância religiosa. De modo completamente diferente ao Estado laicista, o Estado laico é o principal defensor do direito a fé. Estado laico não é Estado ateu, portanto, o fato de não ter uma religião oficial não significa que o Estado adotou ideologias ateístas contrárias a fé, pelo contrário, o Estado laico mostra-se aberto ao diálogo religioso, por esse motivo entende que a atividade da capelania militar é importante para os militares. Embora o Estado seja laico, o povo não é, desse modo, cabe ao Estado atender os interesses do povo e não os seus próprios interesses (Pinho, 2015, p. 11). Historicamente, tem se comprovado o quanto a assistência religiosa e espiritual é importante para o militar. Extingui-la, seria um contrassenso.

Capítulo
XIV

Esse capítulo não tem o propósito de discutir os critérios de abertura para vagas de capelães militares nas Forças Armadas. Assim como a abertura da capelania para pastores protestantes se deu pela necessidade de assistir religiosamente os militares que confessavam a fé protestante, acredita-se que a abertura de representantes de outras matrizes religiosas não cristãs se dará na medida em que mais militares se professarem como praticantes dessas religiões. A demanda justifica a realidade do serviço. Esse será o caminho natural.

Internamente, sob sua responsabilidade, cabe ao capelão o papel de conscientizar os militares sobre a importância de eles professarem a fé nos censos religiosos internos de cada Força. É fato que religiões minoritárias tem sido alvo de preconceitos, cômico dessa realidade, o capelão precisa engajar na promoção da tolerância religiosa por meio de palestras, ações e assessorias que promovam o diálogo religioso no ambiente militar. A intolerância religiosa é um crime inafiançável que fere a liberdade e a dignidade humana. Segundo as estatísticas produzidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, religiões de matrizes africanas são as mais afetadas pela intolerância religiosa. Testemunhas de Jeová também são alvos de preconceitos. Não se pode ignorar a realidade de que muitas pessoas praticantes de religiões minoritárias têm sofrido preconceito pela fé que professam. Tal realidade também se reverbera no ambiente militar.

Dentro do militarismo, um assunto que ainda carece de reflexão está no uso dos símbolos religiosos nas capelas, que são identificadas como espaços públicos utilizados pelos militares, nas vilas e organizações militares. “Os espaços públicos, pelo princípio da neutralidade,

não devem ostentar símbolos religiosos. Mas, se houver necessidade, ou permissão neste sentido, devem dar a todas as religiões o mesmo espaço, condições e respeito, com base no princípio da igualdade”. (Cartilha contra a intolerância religiosa, p. 13). Muitas capelas militares ostentam exclusivamente símbolos religiosos católicos, em consonância a tradição histórica do catolicismo no país e nas Forças Armadas. É bem verdade que protestantes não fazem uso de símbolos religiosos, mas religiões de matrizes africanas o fazem, assim, deveria se optar primariamente pela neutralidade do espaço religioso caracterizado pela ausência de símbolos religiosos, caso a opção fosse pelo uso, deveria se colocar símbolos religiosos plurais, em consonância com as religiões professadas pelos militares. O aspecto visual colabora para passar uma mensagem e promover também o diálogo religioso dentro do militarismo. Essas demandas devem partir dos próprios militares e cabe ao capelão ser a ponte entre o intento e a factibilidade, assessorando o comando a partir dos pressupostos do diálogo religioso.

Se um grupo de militares procura o capelão militar com o desejo de praticar o seu culto, o capelão por dever, precisa possibilitar que tal intento se concretize no ambiente militar, alocando um espaço (geralmente a capela) e um tempo destinado para esse fim. Assim, o capelão media as demandas religiosas com o seu comando ao mesmo tempo que as torna possível junto aos militares. Ele é capelão de todos os militares e não apenas daqueles que comungam de sua confissão religiosa. Com obviedade, toda atividade religiosa precisa estar debaixo da coordenação do capelão militar, contudo, o capelão não deve estimular unicamente as práticas de sua fé confessional enquanto obsta práticas de fé diferentes da sua. Isso seria improdutivo diante do propósito constitucional que atualmente rege o serviço de assistência religiosa no militarismo.

É fato que o capelão possui uma fé confessional, mas essa fé precisa estar harmonizada com o que preconiza a constituição. Se o Estado não pode embaraçar o exercício da religião, nem tampouco o capelão pode. Embaraçar é tão danoso quanto a perseguição. Ainda que o termo “embaraçar” apresente uma forma suave, um eufemismo de linguagem, no fim, o propósito é o mesmo da intolerância religiosa e visa marginalizar a religião diferente, utilizando-se de estratégias e tendenciosidade para afirmar o predomínio de sua própria religião.

A abertura de vagas para capelães representantes de outras religiões deve ser enxergada como um processo salutar que colabora para promover o diálogo religioso dentro do militarismo, contudo, as vagas abertas precisam estar em sincronia com as demandas de cada Força, afinal de contas, os militares são os principais interessados, já que são eles o alvo de todo o serviço de assistência religiosa. Embora o capelão militar só é capaz de assumir o posto se primeiro for endossado por uma religião específica, está ali, não para promover sua religião às custas do confronto com a fé alheia, mas para fortalecer a prática de fé de seus militares, mesmo que essas práticas sejam diferentes da sua. Cabe ao capelão militar resguardar o direito do livre exercício da fé entre os militares.

Na definição da missão constitucional da capelania militar há um propósito tríplice, assim além de oferecer assistência religiosa, oferece assistência espiritual e apoio aos encargos de natureza moral. Fundamentados nesse tríplice propósito, os capelães devem atender a todos, exercendo uma capelania intraconfessional, interconfessional e transconfessional. Na capelania intraconfessional atende os militares de sua religião, na interconfessional, atende os militares de outras religiões, na capelania transconfessional, atende militares ateus, agnósticos e que possuem pensamentos de fé totalmente diferentes do seu.

Considerações finais

É fato que o capelão militar possui um compromisso confessional com a religião que representa, entretanto, espera-se dele um comportamento de defesa do direito a fé, mesmo que seja uma crença completamente distinta da sua. Vale lembrar que todo serviço de assistência religiosa militar no Brasil precisa estar alinhado com o sistema constitucional e as leis brasileiras. O Decreto 7.107, de 11 de fevereiro de 2010 promulgou o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Nesse documento oficial, reafirma-se a adesão ao princípio, internacionalmente reconhecido, de liberdade religiosa; com a garantia do livre exercício dos cultos religiosos. No artigo 3º do supracitado Decreto, o Brasil afirma o reconhecimento das instituições eclesiásticas que não contrariam o seu sistema constitucional e suas leis, assim, é

válido afirmar que o sistema constitucional brasileiro tutela a existência de múltiplas religiões entendendo que tal realidade contribui para a liberdade religiosa e para o combate a intolerância religiosa. A expectativa do país é que as religiões saibam conviver em constante diálogo e amizade social, nesse sentido, a capelania militar precisa reverberar tais valores.

O capelão militar possui a responsabilidade institucional de contribuir para mitigar e superar cenários de intolerância religiosa. Um bom caminho para a concretização da boa convivência entre as religiões na caserna é possibilitar que todos os militares interessados, independente da sua crença religiosa, tenham o direito de exercitar a sua respectiva fé no ambiente militar e sejam respeitados na exteriorização de sua confessionalidade. Se o país é constituído por um tecido multifacetário de religiões, a pluralidade religiosa é uma realidade comum nas instituições militares, sendo assim, cabe ao capelão militar buscar efetivas iniciativas que promovam o diálogo religioso dentro das Forças Armadas.

Por critérios de representatividade, é comum que capelães de uma determinada confessionalidade ocupem as poucas vagas disponíveis, contudo, no exercício de sua atividade precisa envolver a todos por meio de uma acolhida fraterna. Soldados que compuseram a FEB relataram que no calor da batalha a distinção entre capelães pastores e padres perderam sua importância, porque no fim, os soldados precisavam de um capelão que fornecesse conforto religioso às tropas (Silveira, 1963, p. 121). O capelão tem a missão de acolher a todos oferecendo-lhes o conforto da fé, que por sinal, precisa ser respeitosa com a fé do outro.

Ao chegar as considerações finais, lembra-se que durante muito tempo, a capelania militar cultivou o propósito de promover uma determinada religião, atualmente, esse intento defasou, precisou ser remodelado a partir do modelo de Estado moderno e democrático. O atual propósito da capelania militar é servir a todos, fortalecendo o vínculo de fé dos militares, para isso, é preciso respeitar os diversos modelos de crenças e fomentar o diálogo entre as religiões na caserna. Nesse propósito, o exemplo de Martinho de Tours torna-se icônico. É a partir dele que surge o vocábulo capelão. Martinho foi um soldado cristão que viveu no século IV d.C. Enquanto fazia a ronda como soldado, viu um mendigo com muito frio, imediatamente, cortou parte da sua capa

e cobriu aquele homem. Pouco depois, teve um sonho no qual Jesus lhe informava que foi abrigado por aquela capa. Martinho se tornou sacerdote, essa história se popularizou e a capa (cappela) de Martinho tornou-se um tipo de relíquia sagrada, assim o sacerdote que guardava a capa junto às expedições militares recebeu o nome de capelão.

O dever religioso de Martinho transcendeu a promoção de sua religião, no fim, sua preocupação estava relacionada com as necessidades básicas daquele mendicante. Cabem aos capelães atuais, primeiro identificar as carências e misérias de seu público para então, por meio do exercício da solidariedade, se posicionarem como resposta e apoio para aqueles que sofrem. A figura altaneira de Martinho de Tours funciona como um farol para a capelania moderna. Ele não se valeu da religião para dominar o desfavorecido, mas buscou servi-lo com amor, assim, a principal marca da capelania militar não deve ser a busca pelo domínio, mas o exercício da compaixão. O capelão deve amar e servir, oferecendo o fundamento da fé como apoio e não como causa de divergência e confusão. Para muitos, a fé tem sido um tipo de mecanismo de proteção contra o desmantelamento psíquico, principalmente diante de grandes crises, portanto, o capelão deve dialogar com esse mecanismo no afã de ajudar o militar em suas carências e dificuldades. Oferecer a capa é oferecer a escuta, o respeito e o apoio da fé, não de uma fé imposta, mas de uma fé dialogal.

Referências bibliográficas

A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA. Lisboa: Mar de Letras, 1999. Col. Traços de História.

ALMEIDA, M. C. **Religião na Caserna**: o papel do Capelão Militar. São Paulo, 2006. 107p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

AMORIM, M. A. Frei Henrique de Coimbra: primeiro missionário em Terras de Vera Cruz. **Revista Camões**, n.8, pp.72-85, 2000. Camões Instituto da Cooperação e da Língua de Portugal. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

AZEVEDO, I. B. de (org.). **João Filson Soren**: o combatente de Cristo. Rio de Janeiro: Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, 1995.

AZEVEDO, T. de. **Igreja e Estado em tensão e crise**: a conquista espiritual e o padroado na Bahia. São Paulo: Ática: 1978.

AZZI, R. **A Cristandade Colonial**: um projeto autoritário. In: História do Pensamento Católico no Brasil – I. São Paulo: Paulinas, 1987.

BARROSO, G. **História militar do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

BLAINEY, G. **Uma breve história do cristianismo**. São Paulo: Fundamento, 2011.

BRASIL. Constituição. 1891. Estabelece uma nova forma de Governo, sob o regime representativo, constituindo por união perpétua e indissolúvel os Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em 4 mar 2023.

BRASIL. Constituição. 1934. Organiza um regime democrático que assegura a Nação a unidade e o bem-estar social e econômico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 5 mar 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.535, de 26 de maio de 1944. Cria o Serviço de Assistência Religiosa junto às forças em operações de guerra.

BRASIL. Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.

BRASIL. SANTA SÉ. **Inter Apostolicam Sedem et Brasiliensem Republicam Foederatam de Spritualium Militum Cora**. Acordo entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas. Brasília, 03 de outubro de 1989. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19891023_santa-sede-brasile_po.html>. Acesso em 15 abr 2024.

BRITO, Pe. **Eu fui Capelão da FEB**. Santa Maria: Juventus, 1947.

CARTILHA CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA. Secretaria de Educação. Governo do Estado do Rio de Janeiro, [s/d].

CRIVELARI, U. N. **A importância do profissional “Capelão”**: força vital na consolidação do Exército Brasileiro. São Paulo, 2009. 105p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

DANIEL-ROPS, H. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. v.2. São Paulo: Quadrante, 1999.

HELGELAND, J.; DALY, R. J.; BURNS, J. P. **Christians and the military**: The Early Experience. Philadelphia: Fortress Press, 1985.

HOORNAERT, E. A evangelização do Brasil durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, E. et al. (orgs.). **História da Igreja no Brasil** – Tomo II/1. Petrópolis: Vozes; Paulinas, 1983.

LIMA, R. de C. **Apostolado heroico**: a atuação do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro, no teatro de Operações da Itália, no período de 1944 a 1945. Rio de Janeiro. 2005. 95p. Monografia de Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LIMA, R. de C. **Fé na missão**: História comparada do capelonato brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, 2016. 105p. Dissertação em História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LOPES, A; FRUTUOSO, E. **A vida a bordo nas naus da carreira da Índia**. 2003. Disponível em: <https://alvarovelho.net/images/patrono/Viver_no_mar.pdf>. Acesso em: 10 jan 2024.

MACHADO, G. de A. F. Um posto espiritual numa ordem bélica: Reflexões sobre o capelão militar nas minas setecentistas e suas implicações na manutenção da ordem no antigo regime luso. **Revista Ars Historica**, nº 23, jan./jun. 2022, p. 312-321 Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/ars/article/view/54285>. Acesso em 22, fev de 2024.

MAMEDES, K. C. O Império Romano e o poder da Igreja Cristã: Bispos e homens santos, e a atuação política nas cortes imperiais do IV ao VI século. **Veredas da História**, [online], v. 12, n. 2, p. 64-89, dez., 2019.

MELLO, W. P. de. **O Capelão Militar: o interlocutor entre a Religião e a Guerra**. Goiânia, 2011. 127p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

NETO, A. H. **A religião no exército brasileiro: memória e plausibilidade na identidade dos soldados da FEB a partir da experiência de guerra**. Juiz de Fora, 2011. 136 f. Universidade Federal de Juiz de Fora.

PALHARES, G. **Frei Orlando: o capelão que não voltou**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013.

PINHO, Guilherme Rosa. Entre laicidades: hermenêutica do Art. 19, Inciso “I” da Constituição Federal. E-Civitas, **Revista Científica do Instituto de Ciências Humanas do UNI-BH**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2015, p. 11.

SALZEDO, M. **Norte de Capellanes y guia de militares**. Lisboa Ocidental: Patriarcal impression de la musica, 1727.

SCHNEIDER, J. E. **Vivência de um ex-capelão da FEB**. 2.ed. Curitiba: Rosário, 1983.

SEITENFUS, R. **Legislação Internacional**. 2ed. Barueri: Ed. Manoele, 2009.

SILVA, A. L. Fundamento histórico da capelania. In: ALVES, G. G. de F. (org). **Manual do Capelão: teoria e prática**. São Paulo: Hagnos, 2017, p.61-92.

SILVA, G. V. da. A Relação Estado/Igreja no Império Romano (séculos III e IV). in MENDES, N. M; SILVA, G. V. (org). **Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural**. Vitória: EDUFES, 2006.

SILVEIRA, J. X. da. **Cruzes brancas: Diário de um pracinha**. Rio de Janeiro: BibliEx, 1963.

SOZOMENUS, S. H. **The Ecclesiastical History, comprising a History of the Church, from A.D. 323 to A.D. 425**. Translated from the greek. Revised by Chester D. Hartranft, Hartford Theological Seminary. Part I.The Life. Disponível em: https://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/0450-0450,_Salaminus_Hermias_Sozomenus,_The_Ecclesiastical_History_%5BSchaff%5D,_EN.pdf. Acesso em 18, jan de 2024.

TROTA, I. T. **Raízes históricas e atual missão do capelão naval:** um estudo teológico-pastoral em perspectiva protestant. Rio de Janeiro, 2020, 160p. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

VAINFAS, R. **A heresia dos índios:** Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo, Companhia das Letras: 1995.

VEYNE, Paul. **Quando o Nosso Mundo se Tornou Cristão.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VIANNA, H. **Estudos de História Colonial.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

Capítulo XV

As Religiões e a OAB

Fernanda da Costa Carvalho Ramos¹

1. Apresentação

A Ordem dos Advogados do Brasil foi criada em 18 de novembro de 1930, por Getúlio Vargas, presidente do Brasil, e referendado pelo ministro da Justiça Osvaldo Aranha, com sede inicial no Rio de Janeiro, tendo como compromisso a defesa do Estado Democrático de Direitos.

A maior entidade da sociedade civil, dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e estipula em seu artigo 44 que tem por finalidade:

I - Defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas
(Lei 8.9,6/94, art. 44, I)

Nesse sentido, a OAB foi instituída no plano nacional, é um serviço público federal autônomo e independente, tem personalidade jurídica própria, autonomia financeira e administrativa (Regimento Interno da OAB/RJ, art. 1).

A Ordem dos Advogados do Brasil tem em sua composição: Conselho Federal, com sede na capital da República, é o órgão supremo da OAB, que centraliza as decisões em todo o país; Conselhos Seccionais (Seções da Ordem), com sede nos estados e Distrito Federal;

¹ Advogada atuante em Direitos das Famílias, Violências Domésticas e Direitos Antidiscriminatórios. Membro da Comissão de Combate a Intolerância Religiosa da OAB/RJ. Delegada da Comissão de Direito Antidiscriminatório da OAB/RJ. Presidente da Comissão de Igualdade Racial e Combate a Intolerância Religiosa da 32ª Subseção OAB/RJ Jacarepaguá/ Madureira, triênio de 2022/2024. Conselheira da 32ª Subseção OAB/RJ Jacarepaguá/ Madureira, triênio de 2022/2024. Ouvidora da OAB Mulher da 32ª Subseção OAB/RJ Jacarepaguá/ Madureira triênio de 2022/2024

Subseções, com sede em vários municípios e bairros, sendo órgãos regionais da OAB; Caixas de Assistência dos Advogados, destinadas a prestar assistência aos inscritos no Conselho Seccional a que se vincule, com estruturas são compostas de Diretorias, Conselheiros, Comissões, Coordenações, Procuradorias,... para atribuição e distribuição de competências e de tarefas, de forma voluntária, e colaborativa.

A Ordem dos Advogados do Brasil Seção do estado do Rio de Janeiro com sede e foro na Capital do Estado do Rio de Janeiro, com suas subseções tem em sua estrutura como órgão auxiliar e de execução das políticas públicas Comissões Permanentes e Temporárias ou Especiais (Regimento Interno da OAB/RJ, art. 96).

As comissões tem como premissas não medir esforços para provocar a empatia, e garantir a preservação do Estado Democrático de Direitos, para superar as desigualdades de raça, cor etnia, e assegurar o direito a liberdade religiosa, combatendo as intolerâncias religiosas através de diálogo, informação, educação, metas, projetos, cooperação, mapeamento, organogramas e estratégia de execução.

Pelo seu próprio caráter acima descrito, as comissões são encarregadas de desenvolver as concepções da Igualdade Racial e do Combate a Intolerância Religiosa.

Em consonância com o cenário da justiça, a OAB, representa e defende os direitos e garantias fundamentais de todos os cidadãos, fomentando o direito democrático à desconstrução das excludentes e eliminação de todas as formas de racismo e discriminação seja racial, cultural, religiosa, promovendo o respeito às crenças e consciências religiosas, exercício dos cultos religiosos, local de culto e liturgias.

2. Principais diretrizes e estruturas

O Brasil, um país laico, sem nenhuma religião oficial, apesar da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu preâmbulo, invoca o nome de Deus.

A Constituição Federal de 1988 expressa que a República Federativa, com fundamento na dignidade humana, constitui-se em Estado Democrático de Direitos, com objetivos fundamentais de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, garantindo assim, a igual-

dade de todos e a proteção conta a discriminação. (Brasil, 1988, cap. I, art. 1º e 3º)

Partindo dessa interpretação, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seus Direitos e Garantias Fundamentais, prevê:

VI - é inviolável, a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei

(Brasil, 1988, cap. I, art. 5º, VI a VIII)

A Carta Magna, em seu art. 19, veda expressamente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

(Brasil, 1988, cap. I, art. 5º, VI a VIII)

Para tanto, o Estado presta proteção no campo religioso à garantia ao livre exercício, pensamento, e crença, e os locais de culto e a suas liturgias.

A OAB através de suas comissões salva guarda a inviolabilidade das normas constitucionais do igualitarismo, da tolerância e diversidade às diferenças preservando e legitimando os Direitos e Garantias Fundamentais.

Para além da Garantia Constitucional, o princípio da dignidade da pessoa humana é na verdade um dos princípios fundamentais ético, jurídico, e moral, da República Federativa do Brasil.

A legislação brasileira, através da Lei Caó, Lei do Racismo, em 1989, tipificou o racismo (preconceito de raça ou de cor), como

crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, doravante em 1997, criminaliza também, na forma da lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, estabelece que constitui crime praticar, induzir ou incitar a discriminação ou o preconceito em função da religião sem acrescentar a injúria. Todavia, após 27 anos houveram mudanças, conforme veremos mais a frente. (Decreto 7716/1989 e Decreto 9459 /1997).

É importante observar que o Brasil como signatário de relevantes tratados internacionais de direitos humanos, aderiu em 1992, a Convenção Americana dos Direitos Humanos, celebrada pelo Pacto de São José da Costa Rica, assume obrigações de para promover a cooperação internacional, por meio da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as pessoas já nascem livres e iguais em dignidade e direitos, com direito à liberdade de pensamento, consciência, aderir, não aderir, mudar ou manifestar a religião, ou crença, seja pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular. (Organizações Das Nações Unidas, (1948).

No ano de 2007, para conscientizar a população sobre a discriminação e do preconceito religioso, em memória da ialorixá Gildásia dos Santos, Mãe Gilda - infartada no ano de 2000 vítima de violência, com motivação religiosa - foi instituído o dia 21 de janeiro como o Dia Nacional de Combate à Intolerância e Dia Mundial das religiões (Lei 11.635/2007).

Em 2010, no Brasil, foi sancionado o Estatuto da Igualdade Racial estabelecendo políticas públicas para promover oportunidades iguais para todos os brasileiros, independentemente de raça, e gênero, implementa ações afirmativas e políticas públicas para correção das desigualdades e garantia dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate a discriminação e as demais formas de intolerância étnico. O diploma legal, assegura vários o direitos: saúde, educação, cultura, esporte e lazer, acesso à terra e moradia adequada, trabalho, meios de comunicação, incluindo, o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religioso, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias, e elenca algumas determinações para que o po-

der público, entre elas que adote medidas necessárias para o combate à intolerância com as religiões de matrizes africanas e à discriminação de seus seguidores, Assim, como dispõe sobre o sistema nacional de promoção da igualdade racial. (Brasil, 2010, Lei 12.288//2010)

Nessa ótica, em 2022, o Brasil promulga os compromissos da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. (Brasil, 2022, Decreto 10932, art.1).

Noutro norte, o Código Penal Brasileiro, em um único artigo estabelece três crimes que é crime “escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso”. A pena para estes atos é de detenção de um mês a um ano ou multa. E se houver emprego de violência, a pena é aumentada. (Decreto-Lei 2.848/1940, art. 208),

E recentemente, a Lei nº 14.532/2023 acrescentou o parágrafo terceiro, ao artigo 140 do Código Penal, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, tornando-a inafiançável e imprescritível, determina que, se ela consistir no contexto da atividade esportiva, artística, e para o racismo religioso criativo ou praticado por funcionário público, ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência, a pena para o crime será de reclusão de um a três anos e multa.

Assim, o cenário brasileiro, adota o inquestionável dever de promoção e incentivo à relevância dos direitos humanos e das irrefutáveis liberdades fundamentais de todos os indivíduos e grupos sujeitos a sua jurisdição, sem distinção de raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica. Ao passo que demonstra, por coerência, que as vítimas são entre outras, afrodescendentes, povos indígenas, e grupos de minorias raciais e étnicas - destaca entre outros pontos a contribuição valorativa da educação para o combate ao racismo, a discriminação racial e as formas correlatas de intolerância.

Nesse sentido, a OAB, tem papel fundamental como voz ativa e defensora da Constituição Federal, da ordem jurídica do estado democrático de direito, dos direitos humanos, e da justiça social. A entidade, através de suas comissões de igualdade racial e combate a intolerância religiosa, vem cumprindo sua missão, para que não haja privação de direitos por motivo de raça, crença religiosa, ou discriminatórias, ou filosófica, ou política, adota planejamento participativo, projetos inclu-

sivos e metodologias para promover os direitos humanos e alcançar a liberdade, a igualdade, e a dignidade de pensamento, consciência, opinião, aderir, não aderir, mudar ou manifestar a religião, ou crença.

3. Justificativa

Destacamos, antes, que não bastarão leis, atos normativos e acordos internacionais sem o devido uso de suas atribuições, ações educacionais e políticas de promoção, e discussão que motivem a reflexão individual e coletiva à cultura nas diferentes denominações religiosas para a superação, conscientização e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso, à garantia liberdade de crença religiosa com equidade racial.

No Brasil, e no mundo, o sistema escravista apesar de “extinto”, permaneceu na base estrutural da sociedade naturalizando o racismo, os preconceitos, as discriminações os preconceitos raciais, étnicos, sociais, educacional e econômicos, desenvolvendo a crença de inferioridades e incapacidades, produzindo as desigualdades, para a dominação de uma etnia sobre a outra, chanceladas pela democracia racial.

E a partir da contextualização escravocrata, é possível entender o projeto de dominação ascendendo pela demonização e pelo desrespeito das práticas e crenças dos povos originários, africanos e diáspora; para perceber a utilização da norma jurídico-penal, como meio de controle; para enfim refletir como ocorre o racismo religioso, o preconceito, a discriminação e a intolerância racial e religiosa desde o processo histórico na sociedade brasileira até a atualidade, de forma institucionalizada e aperfeiçoada à invisibilidade e apagamento cultural, em todas as dimensões e também no campo teológico-racial-cristão, uma vez que à primeira vista, a motivação é religiosa, mas pela via transversa há discriminação racial.

De maneira geral, não há como alcançar a diversidade, o respeito, a igualdade, e a equidade no presente sem falar do passado, até mesmo porquê, nessa linha, o Brasil, nas últimas décadas, vem enfrentando um desafio profundo e avançando muito na defesa dos direitos individuais e coletivos, com normas jurídicas e leis para extirpar a discriminação, o preconceito, a intolerância religiosa, na sociedade, nas instâncias de poder, nos espaços institucionais da Ordem.

Nessa concepção, não deve haver exclusivismo cristão uma vez há liberdade e legitimação às manifestações de fé, todavia, de forma aprimorada, a temática vem assumindo diversas formas, que desloca o cerne da questão para o projeto teopolítico racial.

Nesse desdobramento das liberdades e equidades a OAB atua em coparticipação de suas comissões e diretorias com o a missão fundamental de garantir o exercício do direito constitucional à liberdade de religião, de consciência, crença, descrença, e culto - lutando em defesa, do respeito e proteção do direito a todos de ter ou não ter ou mudar crença religiosa, ou ainda, de seguir qualquer corrente filosófica, ou de ser ou agnóstico, ou ateu, ou dos povos tradicionais para o alcance dos direitos da pessoa humana e da liberdade constitucionalmente assegurada.

E sem dúvida, a OAB, vem na vanguarda, uma vez que exerce função social e presta serviço público, representando e defendendo o direito de todos os cidadãos, conforme previsão da Carta Magna:

O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. (Brasil, 1988, cap. IV, art. 133)

4. Equidade, diversidade religiosa e promoção da liberdade religiosa e da paz

A relevância da equidade, às diversidades religiosas e promoção à liberdade religiosa, e da paz entre as religiões, crenças e consciência, descrença, culto, respeito e proteção do direito a todos de ter ou não ter ou mudar crença religiosa, ou ainda, de seguir qualquer corrente filosófica, ou de ser ou agnóstico, ou ateu, ou dos povos tradicionais vem assumindo ao longo dos anos protagonismo na sociedade brasileira.

Incontestemente, que a OAB/RJ, vem combatendo a intolerância religiosa, por meio das seguintes ações:

- Compreender e mapear os casos de intolerância religiosa no Estado do Rio de Janeiro, inclusive nos municípios do interior, com apoio e em interlocução com as subseções da OAB-RJ;
- Instalar e difundir comissões de combate à intolerância religiosa ou congêneres em todas as subseções da OAB-RJ;
- Dialogar e cooperar com órgãos públicos e com a sociedade civil

organizada, tais como: delegacias (especialmente a DECRADI), órgãos do Ministério Público, conselhos municipais e estaduais, Defensorias Públicas, parlamentares, instituições de ensino e pesquisa, instituições religiosas e instituições com finalidade de combate à intolerância religiosa, dentre outras;

Informar e educar o cidadão sobre o direito de liberdade de religião, além de difundir e fomentar o combate à intolerância religiosa, por meio de palestras, eventos e publicações;

Participar dos processos legislativos e propor políticas públicas efetivas para combater a intolerância religiosa;

Fomentar e propiciar o diálogo inter-religioso e a conscientização sobre o tema.

(Missão, Cartilha da Comissão de Combate a Intolerância Religiosa da OAB/RJ)

Com isso, a OAB/RJ propicia estudos, pesquisas, debates, metas, organogramas e estratégias de execução, planejamento e projetos de enfrentamento ao racismo e outras formas de discriminação étnico-racial, étnico-cultural e de intolerância religiosa, promovendo o respeito, a proteção e a concretização de direitos fundamentais dos advogados e advogadas, fortalecendo ações relacionadas a igualdade racial e o aperfeiçoando a tolerância às diferenças, preservando os Direitos Fundamentais, o Estado Democrático de Direito, em consonância com o disposto na Constituição da República, e o Estatuto da Advocacia e da OAB e o Estatuto da Igualdade Racial, como instrumento de transformação da realidade das minorias trazendo visibilidade e representatividade institucional.

Por sua vez articula, em regime de colaboração, entre as esferas de governo, de poder, e lideranças, e lideranças religiosas, raciais, étnicas e representações principalmente, entre os órgãos responsáveis pela segurança pública, queixas, denúncias e custódia, para adoção das medidas necessárias à proteção e assistência e defesa à vítima. E igualmente, enfatiza a valorização da advocacia, equitativa, trabalhando em conjunto a Seccional

5. Finalidade/ planejamento/ divulgação

Cooperação e colaboração, apoio e propostas, com a implantação de cursos e palestras, fóruns, seminários, projetos, pesquisas, ações com lideranças da igualdade racial, e diversidade religiosas e raciais, e profissionais dos movimentos raciais em especial os negros, povos tradicionais, quilombolas, religiosos, ciganos, judeus, asiáticos, ... e entidades representantes à promoção da Igualdade Racial e Diversidade Religiosa.

Atenção ao resgate da memória coletiva e da história, da diversidade cultural, das dimensões sociais com escopo na sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, livre de qualquer forma de preconceito, discriminação ou intolerâncias

Elaboração de cronogramas, organogramas, calendários e estratégias metodológicas pedagógicas pautadas em técnicas para extirpar o preconceito, o racismo, a discriminação, as desigualdades e seus reflexos

Análise e reflexões sobre o impacto sobre a diversidade pluralista e as formas do indivíduo desenvolver o respeito e a empatia na sociedade e dentro das instituições, de forma eficiente.

Construção e promoção, divulgação efetiva do antirracismo e diversidade religiosa para que as ações não se tornem pontuais e fragmentadas.

Implementação na advocacia um ambiente de acolhimento e de reconhecimento do profissional.

Recebimento de notícias e queixas, acompanhamento de reivindicações e denúncias, de racismo e violações de direitos a liberdade religiosa, crença e consciência especialmente quando feitas e ou sofridas por advogadas e advogados.

Emitir opiniões, pareceres, recomendações e propostas, elaborar relatório e cadastro sobre as ações e atividades avaliando-as para assegurar o respeito a diversidade religiosa e o antirracismo.

Fortalecer a democracia, a equidade racial, a diversidade religiosa e com a participação e distribuição do poder na estrutura de comando da advocacia brasileira.

Deve-se, pois realizar a divulgação interna e externamente, redes sociais, mídias sociais, websites e outros meios/ recursos, imprensa,

artes, cartazes, folders, rádio, tv, manual de instruções/ recomendações para promover oportunidades iguais para todos os brasileiros, independentemente de raça, e gênero, implementar ações afirmativas e políticas públicas para correção das desigualdades e garantia dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate a discriminação e as demais formas de intolerância étnico, o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religioso, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

6. Conclusão

Em resumo, aos presidentes, secretários e membros da comissão da OAB, competem o planejamento e execução das atividades e ações a serem desenvolvidas para o igualitarismo, sempre em consonância com as diretrizes da Comissão, das legislações antirracismo e de combate a intolerância religiosa, e as formas de denunciar os crimes, recebimento de notícias e queixas, acompanhamento de reivindicações e denúncias, de racismo e violações de direitos a liberdade religiosa, conscientizando articulando, mapeando advogados, advogadas, templos e instituições, e elaborando relatório, construindo e mantendo cadastro sobre o conjunto de atuações, ações e atividades assegurando ajuda assistência e defesa às vítimas de racismo, preconceito, discriminação e intolerância religiosa, de crença e consciência, em atenção as Direitos Fundamentais em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil.

Referências

BRASIL. [Lei 8906 (1994)], dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Brasília. DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18906.htm. Acesso em 03 jun. 2024.

BRASIL, RIO DE JANEIRO, [Regimento Interno da OAB/RJ (2004)], Rio de Janeiro. RJ: Poder Judiciário [2005]. Disponível em: https://www.oabrj.org.br/sites/default/files/regimento_interno_oabrj.pdf. Acesso em 03 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)], **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 jun. 2024.

BRASIL. [Decreto 7716 (1989)], define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília. DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso 20 jun.2024.

BRASIL. [Decreto 9459 (1997)], altera os artigos. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília. DF: Presidência da República, [1997]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19459.htm. Acesso 20 jun.2024.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, [1948]. Disponível em: <https://nacoesunidas486780792.wpcomstaging.com/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em 05 jun. 2024.

BRASIL. [Decreto 12.288 (2010)], **institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003**. Brasília. DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm Acesso em 30 jun. 2024.

BRASIL. [Lei 11.635 (2007)], **institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa**. Brasília. DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-10/2007/lei/11635.htm. Acesso em 30 jun. 2024.

BRASIL. [Decreto 2.848 (1940)]. **Código Penal. Brasília, 1940**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 30 jun. 2024.

BRASIL. [Decreto 14532 (2023)]. **Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público**. Brasília, 2023. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 30 jun. 2024.

BRASIL. [Decreto 10932 (2022)], **Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância**. Brasília. DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10932.ht Acesso em 04jul.2024.

BRASIL, RIO DE JANEIRO, [Cartilha da Comissão de Combate a Intolerância Religiosa da OAB/RJ (2023)], Rio de Janeiro. RJ, [2023]. Disponível em: https://www.oabrj.org.br/sites/default/files/cartilha_ccire_2023.pdf Acesso em 04 jul. 2024.

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

A obra *Religiões em Diálogo* é uma produção que nasce e se concretiza como fruto de uma caminhada em comum, regada pelo sonho de um mundo justo, fraterno e tolerante, capaz de construir um caminho de diálogo entre e a partir das religiões. Conta com quinze capítulos, nos quais materializa e compartilha a contribuição de vários campos do Diálogo Ecumênico e Inter-religioso, oferecendo vivência, testemunho, estudos, pesquisas e leituras de maneira transdisciplinar e interdisciplinar, espelhando o pensamento de cada autor/a acerca da temática por ele/a desenvolvida. Conta com a presença e a colaboração de autores e autoras de diversas religiões, a partir da experiência do diálogo e do trabalho em comum, bem como do desejo de continuar colaborando na edificação da casa comum, na construção de pontes entre as pessoas, instituições e povos, e não de muros de separação, como defendia o Papa Francisco. Em suma, realçamos que, com isso, o diálogo se alarga e amplia horizontes e possibilidades de reflexão entre as religiões, e própria Teologia cresce e ganha novos espaços de atuação, vai se expandindo e se revitalizando. Com parcerias, produções e publicações como estas, de maneira transdisciplinar e interdisciplinar, nosso PPG continua fortalecendo sua função e razão de ser, no serviço à Área 44 da CAPES (Ciências da Religião e Teologia), com o abraço entre academia e inserção social. *Alea jacta est!* Boa leitura e bom diálogo a todos e todas, em vista de um mundo justo e fraterno, regado pela paz, a tolerância e o respeito entre as pessoas e os povos!

Waldecir Gonzaga e Cláudio Jacinto da Silva (Orgs.)
